

Roniel Antonio da Silva

**IMPACTOS DO PRONAF EM MUNICÍPIOS SELECIONADOS
DE SANTA CATARINA**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Administração da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr.Lauro Mattei

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Roniel Antonio da
IMPACTOS DO PRONAF EM MUNICÍPIOS SELECIONADOS DE SANTA
CATARINA / Roniel Antonio da Silva ; orientador, Lauro
Mattei - Florianópolis, SC, 2016.
267 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em
Administração.

Inclui referências

1. Administração. 2. PRONAF. 3. Agricultura Familiar. 4.
Crédito. 5. Política Pública. I. Mattei, Lauro. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Administração. III. Título.

Roniel Antonio da Silva

**IMPACTOS DO PRONAF EM MUNICÍPIOS SELECIONADOS
DE SANTA CATARINA**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Administração”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Administração.

Florianópolis, 08 de abril de 2016.

Prof. Marcus Venicius Andrade de Lima, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Lauro Mattei, Dr.
Orientador
PPGA/Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Clécio Azevedo da Silva, Dr.
PPGG/Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Marcus Venícius Andrade de Lima, Dr.
PPGA/Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Renê Birochi, Dr.
PPGA/Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico esse trabalho a minha família e aos agricultores familiares.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à inteligência suprema: Deus.

Minha amada e querida esposa Sila, por seu amor, união, companheirismo, conforto, parceria, amizade, fé, motivação e tudo aquilo que significa para mim. Além disso, agradeço pelas sugestões e correções.

Meu amado e querido filho Saulo que ilumina meus dias. Muito obrigado Filhão, por tudo.

Minha mãe Tere e Minha avó M^a Rosália pela criação, oração e motivação.

Ao seu Emílio, a quem me inspirou muito, desde a adolescência ouvindo suas histórias sobre agricultura e por todas as contribuições na vida da Família Silva.

Ao restante da família, aos amigos de ontem, hoje e sempre, aos companheiros de mestrado, companheiros de grupos voluntários e guerreiros, profissionais com quem convivi, aprendi e evolui.

Ao grande Amigo Bruno pelas indicações, sugestões e conversas sobre a vida. Ao grande Amigo Mauro por me acompanhar nas bancas e estar sempre à disposição para ajudar. Ao grande Amigo e colega de mestrado Daniel Fontoura que me ajudou muito desde o primeiro semestre do mestrado até o encerramento desse trabalho, principalmente pelas dicas, ajudas e sugestões na parte quantitativa. Ao grande Amigo Daniel Soares pela ajuda na tradução. A Aninha pelas conversas. A Arlene pelas sugestões, a Vere pelos reikis, ao grande Amigo Netão pelo incentivo. Ao Vini e Taiana pela alegria da afiliada Alice.

Ao Banco do Brasil, representado no início pelo presidente Dida e atualmente por Alexandre Abreu, que me possibilitou trabalhar como pesquisador nesses quase dois anos através da Bolsa-Pesquisador da UniBB, com patrocínio da Diretoria de Agronegócios e suporte da DIPES, GEPES - Brasília e Superintendência – SC.

À agência Álvaro de Carvalho BB/BESC, que teve papel importantíssimo no início dessa jornada enquanto ainda prestava concurso para pesquisador. Que todos os colegas e terceirizados sintam-se representados pelos gerentes, naquele momento Jorge André e Ricardo.

À Superintendência do BB de Santa Catarina, que todos os colegas sintam-se representados por Neirim, Marcelo, Isael, Jacobsen e Rossimar.

À Dirag, aos colegas representados pelo Vice Presidente Osmar Dias e os diretores Clênio e Zeca, aos gerentes Marcelo e Ivandré que participou do processo seletivo interno.

A minha orientadora técnica Christieny, que me acompanhou desde o início da bolsa pesquisador, pela parceria, sugestões, contribuições e todas as ajudas nesse percurso.

Aos colegas João Alaor, Ana Paula, Flor e Korell pela parceria, ajuda e contribuições.

Ao Estado Brasileiro, por mais uma oportunidade de cursar o ensino público.

Agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina, desde os responsáveis pela limpeza até a Reitoria, os quais trabalham para que hajam as condições propícias à educação.

Ao Curso de Pós Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGA/UFSC), representado pelo coordenador Marcus Venícius. Aos professores das disciplinas, aos funcionários da secretaria e aos terceirizados.

Ao meu Orientador, que me acompanha desde a graduação, professor Dr. Lauro Mattei pela confiança, orientação, atenção, parceria e toda ajuda desde o início desse percurso.

Aos professores que participaram da banca de qualificação: Dr. Ademir Cazzela (Pós-Graduação em Agroecossistemas - PGA/UFSC), Dr. André Leite e Dr. Renê Birochi (PPGA), pelas ricas sugestões e contribuições.

Aos professores Dr. Clécio Azevedo da Silva (Pós-Graduação em Geografia – PPGG/UFSC), Dr. Marcus Venícius e Dr. Renê Birochi (PPGA) pelas preciosas contribuições que prestaram ao trabalho na banca de defesa da dissertação.

Ao Estado de Santa Catarina e todas às instituições públicas e privadas pesquisadas, através dos funcionários e gestores que responderam às entrevistas como agentes de desenvolvimento rural pela receptividade, ajuda e contribuições.

Aos agricultores familiares de Santa Catarina pela acolhida e contribuição com essa dissertação, que se sintam prestigiados.

RESUMO

A presente dissertação de mestrado procurou contribuir sobre o tema do crédito para a agricultura familiar analisando os impactos proporcionados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na vida dos agricultores familiares e na dinâmica local de alguns municípios selecionados a partir de algumas análises entre indicadores socioeconômicos e percepções de atores envolvidos no Programa. Dentre as principais contribuições encontra-se uma revisão de literatura sobre a criação, auge e crise do SNCR abordando o referencial modernizante. Em seguida apresentam-se alguns programas criados até a institucionalização do PRONAF no ano de 1996, cuja trajetória sofreu diversas modificações operacionais, além de um conjunto de avaliações que contribuíram para que o programa apresentasse os resultados atuais. Nos municípios selecionados para a pesquisa observou-se que alguns indicadores selecionados apresentaram resultados bastante positivos, isto porque algumas correlações entre o volume de crédito do PRONAF e a produção de milho, por exemplo; as transferências correntes; a quantidade produzida de feijão; e o emprego na agropecuária foram fortes. Além dos resultados quantitativos, também foi elaborada uma entrevista com atores locais para auferir a percepção dos mesmos sobre essa política pública. Para a grande maioria dos entrevistados envolvidos com o programa a percepção é que o PRONAF vem contribuindo tanto na produtividade dos estabelecimentos familiares quanto nas melhorias das condições de vida desses agricultores, seus familiares, bem como na dinâmica local. Com isso, concluiu-se que o PRONAF é o grande fomentador da agricultura familiar nos municípios selecionados, movimentando a economia a partir de um encadeamento direto e indireto causado pelo crédito.

Palavras-chave: PRONAF. Agricultura Familiar. Crédito.

ABSTRACT

In this master thesis my goal is to contribute on the subject of credit for family farming by analysing the impacts caused by the Family Farming Strengthening Program (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, PRONAF) both in the lives of family farmers and on the local dynamics of some cities selected from analyses asking socioeconomic indicators and the perception of the actors involved in the Program. Among the main contributions is a review of the literature about the creation, the peak and the crisis of the SCNR, approaching the modernizing reference. Next, summer programs created until PRONAF was instituted in 1996 are presented. It has undergone several operational changes, as well as a set of assessments that have contributed for it to present the current results. In the cities selected for the research, it was seen that some indicators selected have presented really positive results, since some correlations between PRONAF credit volume and corn production, the amount of beans produced, and the investment on agriculture and cattle were strong. Besides quantitative results, an interview with local actors was also carried out in order to gauge their perception on death public policy. For the great majority of the people interviewed that were involved with the program the perception is that PRONAF has been contributed both on the productivity of family settings and on improving the farmers life conditions, along with their families, and on the local dynamics. The conclusion is that PRONAF is the great farming developer on the cities selected, forwarding the economy from both a direct and indirect chain caused by credit.

Keywords: PRONAF. Family Farming. Credit.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Eixos conceituais.....	43
Figura 2: Estrutura da pesquisa.....	45
Figura 3: Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR.....	64
Figura 4: Brasil e a localização do estado de Santa Catarina com suas subdivisões em Mesorregiões segundo o IBGE.....	142
Figura 5: 50 municípios selecionados para o estudo e os 10 municípios extremos do estudo de campo.....	142

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quadro teórico.....	46
Quadro 2: Dimensões utilizadas, com suas variáveis, períodos disponíveis e fonte de dados.....	51
Quadro 3: Lista dos 50 maiores tomadores de PRONAF classificados por mesorregiões.....	55
Quadro 4: Municípios selecionados para aplicação dos questionários...	56
Quadro 5: Fases do PRONAF	100
Quadro 6: Lista dos 50 municípios catarinenses maiores tomadores de crédito do PRONAF entre as Safras 2000/2001 até 2013/214.....	249

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Variação do volume dos recursos no período safras 2000/2001 e 2010/2011 para Santa Catarina e municípios do <i>ranking</i>	117
Tabela 2: Variação dos contratos de PRONAF no período safras 2000/2001 e 2010/2011 para Santa Catarina e municípios do <i>ranking</i>	118
Tabela 3: Variação do valor médio dos contratos de PRONAF no período safras 2000/2001 e 2010/2011 para Santa Catarina e municípios do <i>ranking</i>	119
Tabela 4: Variação do PIB entre 2000 e 2010 para Santa Catarina e municípios do <i>ranking</i>	120
Tabela 5: Variação do PIB per capita entre 2000 e 2010 para Santa Catarina e municípios do <i>ranking</i>	120
Tabela 6: Variação do PIB Agro entre 2000 e 2010 para Santa Catarina e municípios do <i>ranking</i>	121
Tabela 7: Variação do número de vacas ordenhadas entre 2000 e 2010 para Santa Catarina e municípios do <i>ranking</i>	122
Tabela 8: Variação do número de bovinos entre 2000 e 2010 para Santa Catarina e municípios do <i>ranking</i>	122
Tabela 9: Variação do número de suínos entre 2000 e 2010 para Santa Catarina e municípios do <i>ranking</i>	123
Tabela 10: Variação do número de galináceos entre 2000 e 2010 para Santa Catarina e municípios do <i>ranking</i>	124
Tabela 11: Variação da area plantada, área colhida e quantidade produzida de arroz entre 2000 e 2010 para Santa Catarina e municípios do <i>ranking</i>	127
Tabela 12: Variação da area plantada, área colhida e quantidade produzida de cebola entre 2000 e 2010 para Santa Catarina e municípios do <i>ranking</i>	128
Tabela 13: Variação da area plantada, área colhida e quantidade produzida de feijão entre 2000 e 2010 para Santa Catarina e municípios do <i>ranking</i>	129
Tabela 14: Variação da area plantada, área colhida e quantidade produzida de milho entre 2000 e 2010 para Santa Catarina e municípios do <i>ranking</i>	130
Tabela 15: Variação do IDH-M entre 2000 e 2010 para Santa Catarina e municípios do <i>ranking</i>	131
Tabela 16: Variação do Emprego Agro entre 2000 e 2010 para Santa Catarina e municípios do <i>ranking</i>	132

Tabela 17: Variação do Emprego Total entre 2000 e 2010 para Santa Catarina e municípios do ranking.	132
Tabela 18: Variação da Receita Tributária entre 2000 e 2010 para Santa Catarina e municípios do ranking.	133
Tabela 19: Variação da Receita de Transferências Correntes entre 2000 e 2010 para Santa Catarina e municípios do ranking.	134
Tabela 20: Coeficientes de correlação entre o volume de recursos do PRONAF e cada uma das demais variáveis analisadas dos 50 municípios que mais contrataram crédito em Santa Catarina.	135
Tabela 21: Coeficientes de correlação da variação dos índices entre o volume de recursos do PRONAF e cada uma das demais variáveis analisadas dos 50 municípios que mais contrataram crédito em Santa Catarina.	137
Tabela 22: Primeira tabela sobre as respostas do questionário dos ADRs sobre a importância das alternativas em relação aos impactos na produtividade.	154
Tabela 23: Segunda tabela sobre a percepção dos ADRs a respeito do grau de importância das alternativas em relação aos impactos na produtividade dos empreendimentos ordenado por média ponderada e dividido em grupos a partir da mediana.	155
Tabela 24: Percepção dos ADRs a respeito dos principais impactos do PRONAF na qualidade de vida dos agricultores e da região ordenado por média ponderada e dividido em grupos a partir da mediana.	164
Tabela 25: Percepção dos ADRs a respeito de outros fatores de impactos na qualidade de vida dos agricultores e da região ordenado por média ponderada e dividido em grupos a partir da mediana.	176
Tabela 26: Resultado sobre a percepção dos ADRs a respeito dos principais dificultadores no acesso ao PRONAF ordenado por média ponderada e dividido em grupos a partir da mediana.	182
Tabela 27: Comentários sobre impactos positivos do PRONAF conforme pergunta aberta nº10 do questionário.	190
Tabela 28: Resultado sobre a percepção dos agricultores familiares a respeito do grau de importância das alternativas em relação aos impactos na produtividade dos empreendimentos ordenado por média ponderada e dividido em grupos a partir da mediana.	206
Tabela 29: Resultado sobre a percepção dos agricultores a respeito dos principais impactos do PRONAF na qualidade de vida dos e na região ordenado por média ponderada e dividido em grupos a partir da mediana.	211
Tabela 30: Tabela sobre as respostas do questionário dos agricultores sobre os principais dificultadores no acesso ao PRONAF.	217

Tabela 31: Resultado sobre a percepção dos agricultores a respeito dos principais dificultadores no acesso ao PRONAF ordenado por média ponderada e dividido em grupos a partir da mediana.....	219
Tabela 32: Respostas do questionário dos agentes sobre os principais impactos do PRONAF na qualidade de vida dos agricultores.....	251
Tabela 33: Respostas do questionário dos agentes sobre outros fatores de impactos na qualidade de vida dos agricultores.	252
Tabela 34: Respostas do questionário dos agentes sobre os principais dificultadores no acesso ao PRONAF.	253
Tabela 35: Resultado sobre a percepção dos agricultores familiares a respeito do grau de importância das alternativas em relação aos impactos na produtividade dos empreendimentos.	254
Tabela 36: Respostas do questionário dos agricultores sobre os principais impactos do PRONAF na qualidade de vida e da região.....	254
Tabela 37: Tabela sobre as respostas do questionário dos agricultores quanto a outros fatores que impactaram a qualidade de vida.	256
Tabela 38: Tabela sobre as respostas do questionário dos agricultores sobre os principais dificultadores no acesso ao PRONAF.	256

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução do volume de crédito rural entre 1969 até 2014...	82
Gráfico 2: Distribuição do montante de crédito do PRONAF entre as Safras 2000/2001 a 2013/2014 dos 50 maiores tomadores de crédito de SC.....	116
Gráfico 3: Distribuição do montante de crédito do PRONAF entre as Safras 2000/2001 a 2010/2011 dos 50 maiores tomadores de crédito de SC.....	116
Gráfico 4: Gênero dos agentes entrevistados.	156
Gráfico 5: Faixa etária dos agentes entrevistados.	157
Gráfico 6: Escolaridade dos agentes de desenvolvimento rural.	158
Gráfico 7: Grau de escolaridade dos agentes de desenvolvimento rural.	158
Gráfico 8: Autodenominação pelos agricultores entrevistados.	200
Gráfico 9: Faixa etária dos agricultores entrevistados.	200
Gráfico 10: Grau de instrução dos agricultores entrevistados.	201
Gráfico 11: Tempo que exerce a atividade agrícola.	201
Gráfico 12: Renda mensal Familiar dos agricultores entrevistados. ...	204
Gráfico 13: Rendimento bruto anual agropecuário informado pelos agricultores entrevistados.	205

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ADR – Agente de Desenvolvimento Rural
AFC – Agricultor Familiar Rural
AGREGAR – Agregação de Renda da Agricultura Familiar
ANATER – Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
APCR – Apoio às Pequenas Comunidades Rurais
ASTEC – Assistência Técnica
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
BACEN – Banco Central
BB – Banco do Brasil
BESC – Banco do Estado de Santa Catarina
BNB – Banco Nacional do Nordeste
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAP – Compra Antecipada da Produção
CAPOIB – Coordenação das articulações dos Povos Indígenas do Brasil
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CEF – Caixa Econômica Federal
CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CMN – Conselho Monetário Nacional
CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPF – Cadastro de Pessoa Física
CREAI – Carteira de Crédito Agrícola e Industrial
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF
DNTR – Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado
IGP-DI – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAARA – Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCR – Manual de Crédito Rural
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MONAPE – Movimento Nacional dos Pescadores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAM – Pesquisa Agrícola Municipal
PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor
PCPR – Programa de Combate à Pobreza Rural
PGPAF – Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar
PGPM – Programa de Garantia de Preços Mínimos
PIB – Produto Interno Bruto
PLANAF – Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
PNAE – Programa Nacional de Aquisição de Alimentos
PND – Programa Nacional de Desenvolvimento
PNUD – Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento
POLAMAZÔNIA – Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLOCENTRO – Programa Desenvolvimento dos Cerrados
POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
POLONOROESTE – Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil
PPM – Pesquisa Pecuária Municipal
PROAGRO – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda Rural Familiar

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PROVAP – Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
RECOR – Registro Comum das Operações Rurais
SAF – Secretaria da Agricultura Familiar
SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SC – Santa Catarina
SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAF – Seguro da Agricultura Familiar
SICOR – Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
STN – Secretaria do Tesouro Nacional

SUMÁRIO

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO.....	29
1.1 TEMA E OBJETO DE ESTUDO.....	29
1.2 JUSTIFICATIVA.....	37
1.3 PERGUNTA DE PESQUISA.....	38
1.4 HIPÓTESE.....	38
1.5 OBJETIVO.....	38
1.5.1 Objetivo Geral.....	38
1.5.2 Objetivos Específicos.....	39
1.6 REFERENCIAL TEÓRICO PARA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	39
1.7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	46
1.7.1 Classificação da Pesquisa.....	47
1.7.2 Processos e sujeitos da pesquisa.....	50
1.8 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	60
CAPÍTULO II: O SISTEMA NACIONAL DE CRÉDITO RURAL – SNCR.....	63
2.1 CONCEITUAÇÃO DO SNCR.....	63
2.2 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A CRIAÇÃO DO SNCR.....	65
2.3 O SNCR: DA ABUNDÂNCIA AO ESGOTAMENTO NOS ANOS DE 1980.....	67
2.5 DEMOCRATIZAÇÃO E LIBERAÇÃO ECONÔMICA.....	72
2.6 BREVE SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	77
CAPÍTULO III: POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR: DO PAPP AO PRONAF.....	79
3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR.....	79
3.2 CRIAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PRONAF.....	82
3.3 PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES OPERACIONAIS.....	91
3.4 AVALIAÇÕES DO PRONAF: DISCUSSÕES, AVANÇOS E DESAFIOS.....	98
3.5 BREVE SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	107
CAPÍTULO IV: IMPACTOS DO PRONAF NO ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DA ANÁLISE DE INDICADORES.....	111
4.1 HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	111
4.2 EVOLUÇÃO DO PRONAF NO ESTADO DE SANTA CATARINA E MUNICÍPIOS DO RANKING NO PERÍODO ENTRE 2000/2001 E 2010/2011.....	115

4.3 ANÁLISES DAS DIMENSÕES PRODUTIVAS, SOCIAL E TRIBUTÁRIA.....	119
4.4 ANÁLISES DAS CORRELAÇÕES.....	134
4.5 BREVE SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	138
CAPÍTULO V: ESTUDO DE CASO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS IMPACTOS DO PRONAF EM MUNICÍPIOS SELECIONADOS DE SANTA CATARINA.....	141
5.1 CARACTERIZAÇÃO DAS 5 MESORREGIÕES E 10 MUNICÍPIOS PESQUISADOS.....	141
5.2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A PESQUISA DE CAMPO.....	151
5.3 ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DOS ADRS SOBRE OS EFEITOS DO PRONAF.....	156
5.3.1 Características Gerais dos Entrevistados.....	156
5.3.2 Percepção dos ADRs Sobre o PRONAF no Âmbito Local....	159
5.4 ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DOS AGRICULTORES FAMILIARES SOBRE O PRONAF.....	199
5.4.1 Caracterização Geral dos Entrevistados e Familiares.....	199
5.4.2 Estrutura de Produção.....	202
5.4.3 Condições Socioeconômicas.....	203
5.4.4 Informações Relativas à Utilização do PRONAF.....	205
5.4.5 Percepção dos agricultores familiares sobre o PRONAF no âmbito local.....	206
5.5 BREVE SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	226
CAPÍTULO VI: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	233
REFERÊNCIAS.....	241
APÊNDICE.....	257

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E OBJETO DE ESTUDO

A agricultura brasileira, do ponto de vista creditício, é dividida entre agricultura patronal e familiar. Essa divisão ganha maior notoriedade quando se percebe que também existem dois Ministérios com responsabilidades direcionadas para cada um desses segmentos de agricultores. Assim, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) responde pelos agricultores familiares e pelos programas de reforma agrária, enquanto que o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) se encarrega da agricultura empresarial.

Embora a agricultura sempre tenha sido importante economicamente para o Brasil desde o descobrimento¹, passando por ciclos como o açúcar e o café, é a partir da década de 1960² que começam a ocorrer as principais mudanças referentes ao crédito agrícola. O principal marco foi a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) a partir da institucionalização do crédito rural com a Lei nº 4.829 em novembro de 1965 que foi regulamentada pelo decreto nº 58.380 de 10 de maio de 1966.

Conforme o MCR³ cabe ao Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) conduzir os financiamentos sob as diretrizes da política creditícia formulada pelo Conselho Monetário Nacional em consonância com a política de desenvolvimento agropecuário. O responsável pelo controle do SNCR é o Banco Central do Brasil (BACEN) que deve, entre outras funções, dirigir, coordenar e fiscalizar o cumprimento das deliberações do Conselho Monetário Nacional, aplicáveis ao crédito rural.

O SNCR é constituído por órgãos básicos, vinculados e articulados aos básicos. Entre os órgãos básicos encontram-se, além do BACEN, o Banco do Brasil S.A. (BB), Banco da Amazônia S.A. e o

¹ O autor Guedes Pinto (1980 apud MIRANDA e GONÇALVES NETO, 2001) divide a história do crédito rural no Brasil em três momentos: 1500 até 1937; 1937 até 1965 e; 1965 até 1980 que foi o ano de sua publicação.

² Destaca-se anteriormente a institucionalização do SNCR a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil - CREAL, ainda no Governo de Getúlio Vargas, em 1937, durante o Estado Novo. Destinava-se a fornecer recursos para custeio e investimento agropecuário. Sua principal fonte de recursos derivava da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil.

³ Manual de Crédito Rural, disponível no site do Banco Central do Brasil, acessado em maio de 2015.

Banco do Nordeste do Brasil S.A (BNB). Os vinculados se subdividem em três tipos: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); vinculados auxiliares que corresponde aos outros bancos estaduais, bancos privados, bancos de investimento, de fomento, cooperativas, Caixa Econômica Federal (CEF); e os vinculados incorporados que correspondem às instituições integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). Já os articulados correspondem a órgãos oficiais de valorização regional e entidades de prestação de assistência técnica.

Para Miranda e Gonçalves Neto (2001, p.5) o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) visava “promover a modernização do setor agrário, através da introdução de novas tecnologias, insumos e de planejamento, além dos contratos de crédito rural e subsidiado.” Essa modernização, conforme Grisa (2012) e Delgado (1985), configurou-se em uma política agrícola ativa de capitalização do campo em conjunto com o capital financeiro e industrial que se baseava em uma estratégia de desenvolvimento industrial a partir da substituição de importações.

Com isso, o SNCR era o responsável pelo financiamento da produção em conjunto com mais quatro instrumentos que impulsionariam a mudança tecnológica da agricultura brasileira. Os outros quatro instrumentos criados foram: PGPM⁴; EMBRATER⁵; EMBRAPA⁶ e; PROAGRO⁷ (GRISA, 2012; GONÇALVES NETO, 1997). A mudança tecnológica, conforme Grisa (2012) e Graziano da Silva (1999), se referia às inovações mecânica, agrônômicas, biológicas e físico-químicas.

É interessante notar que entre a institucionalização do SNCR e até o final da década de 1970 o crédito foi abundante. Isso se deu devido à conjuntura econômica que, através de uma política expansionista, possibilitou um crescimento vigoroso do crédito agrícola. Para Delgado (1985, p.79) “o índice de valor real do crédito rural concedido passou de 100 a 444 [...] Tal elevação corresponde ao crescimento geométrico no

⁴ Referia-se à garantia de preços e comercialização através da Política de Garantia de Preços Mínimos.

⁵ Referia-se à transferência de tecnologia e assistência técnica pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural.

⁶ Referia-se a inovações tecnológicas promovidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

⁷ Referia-se à garantia de seguro agrícola por meio do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária.

período 1969-76, de 23,8% a.a. que é várias vezes superior ao crescimento real do produto agrícola, situado em torno de 5% a.a.”.

É importante lembrar que o SNCR, - a partir da Lei já mencionada - cita que um dos seus objetivos específicos é: “possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios” (Brasil, Presidência da República, 1965). No entanto, embora o SNCR tenha sido criado “notadamente” para atender aos pequenos e médios produtores, o que se observou foi o contrário. Quem mais se beneficiou foram os grandes proprietários, cujas produções eram destinadas às exportações ou a substituir importações. (MIRANDA; GONÇALVES NETO, 2001).

Por um lado, essa parcela de grandes produtores puderam introduzir novas tecnologias, modernizando-se e garantindo que o setor rural atendesse às necessidades da dinâmica industrial-urbana. Por outro, conforme Miranda e Gonçalves Neto (2001, p.8), provocaram profundas transformações como:

a violenta transferência de populações para o setor urbano, devido à mecanização das técnicas produtivas. Houve ainda, uma disseminação do trabalho assalariado, sobretudo, nas grandes propriedades modernizadas. Dessa forma, rompeu-se com o sistema de parceria, agregados e arrendatários e, ao lado disso, excluiu-se as pequenas propriedades, que foram em sua maior parte incorporadas às grandes, aumentando a concentração de terra no país.

Para Grisa (2012) os pequenos agricultores enfrentaram inúmeras dificuldades para obter recursos do crédito rural devido à falta de diferenciação normativa, dificuldade de acesso aos bancos, à falta de familiaridade com a burocracia e de garantias necessárias. Após 1978 as condições institucionais melhoraram a partir das Resoluções nº 493, 540 e 590 possibilitando classificar os produtores em: mini produtor; pequeno produtor; médio produtor e grande produtor. O mini produtor, nesse período, conseguiu diferenciação nas taxas de juros. No entanto, a conjuntura econômica já mostrava sinais de retração.

Esses sinais ficam claros quando se analisa as condições na década de 1980 que passou por uma crise econômica (inflação inercial e hiperinflação) que ocasionou mudanças profundas no sistema de crédito com aumento das taxas de juros e a introdução da correção monetária. Com isso, para Grisa (2012), aqueles que conseguiram acesso ao crédito

passaram por enormes dificuldades de saldar suas dívidas, seja pela alta dos encargos, seja pela queda nos preços dos produtos agrícolas.

Segundo alguns autores (GRISA, 2012; BIANCHINI 2010; BITTENCOURT, 2003) houve uma exclusão dos mini e pequenos produtores por parte das instituições financeiras que adotaram procedimentos operacionais que dificultavam o acesso ao crédito no contexto dos anos 1980. Para Grisa (2012), quando chegou à crise entre 1981-1982, acabou com o crédito subsidiado. Nesta época houve muita falência da agricultura familiar o que levou os bancos a reagir com o fechamento de linhas de crédito para esse setor.

Além da falta de acesso ao crédito, também ocorreram muitas dificuldades de acesso aos demais instrumentos de política agrícola, como assistência técnica, preços mínimos e pesquisa. Não se pode deixar de citar que entre os anos 1970 e 1980 algumas políticas públicas de apoio ao pequeno produtor foram adotadas. A maioria sem sucesso, mas duas obtiveram maior notoriedade como é o caso do POLONORDESTE e o PAPP.

O POLONORDESTE tinha o objetivo de “promover o desenvolvimento e modernização do Nordeste, com o sentido de polos agrícolas e agropecuários.” (Brasil, Presidência da República, 1974). O Programa estabelecia três critérios para considerar o produtor como pequeno: que o estabelecimento possuísse até 50 hectares para agricultura e até 100 hectares para pecuária; apresentasse até dois salários mínimos regionais de renda total; e, a produção fosse baseada essencialmente no trabalho familiar.

Quanto ao PAPP, que acabou absorvendo o POLONORDESTE, foi um dos seis programas que compuseram o Projeto Nordeste o qual foi instituído pelo Decreto nº 91.178 de 1º de abril de 1985. O PAPP compreendia o pequeno produtor rural como “aquele que desenvolve atividades econômica isoladamente ou em regime de parceria, em terras de suas propriedade ou não, cuja superfície total não ultrapasse 100 hectares e cuja fonte predominante de rendimento familiar provenha da exploração dessas terras” (GRISA 2012, p.99). O PAPP possuía duas linhas principais: apoio à produção e Apoio às Pequenas Comunidades Rurais (APCR). Em 1995 o PAPP deu origem ao Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR).

Para Grisa (2012, p.106) “É importante ressaltar que a construção destas políticas para a pequena produção (POLONORDESTE e PAPP) não contou diretamente com as ideias do fórum da agricultura familiar.” Ou seja, os movimentos sociais não tiveram oportunidade de intervir na elaboração normativa da política e na criação de seus instrumentos. Para

entender isso, se deve compreender que o período de criação desses programas foram anteriores ou muito próximos à criação das novas organizações da sociedade civil que vieram a defender o segmento.

Dentre essas organizações que surgiram nos anos 1980 e início dos anos 1990 pode-se citar a Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983, a constituição do Movimento dos Sem Terra (MST) em 1984; a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) em 1985 e; a institucionalização do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em 1991.

É importante também lembrar que no início da década de 1990 não havia uma política de abrangência nacional destinada aos pequenos produtores. Nesse período houve a liberação comercial e a formação do MERCOSUL que pôs aos pequenos produtores livre concorrência com os demais produtores dos países do bloco afetando diretamente aqueles do Sul do país e em menor medida os produtores de algodão da região Nordeste (SCHNEIDER, CAZELLA; MATTEI, 2004).

Para Delgado (2010) mais dois fatores além da liberação comercial afetaram a pequena produção nos anos 1990: a adoção do Plano Real, que provocou queda na renda real do setor agrícola entre 20% a 30% no primeiro semestre de 1995 e; a valorização da taxa de câmbio associada às elevadas taxas de juros domésticas que favoreciam as importações.

Diante desse novo momento econômico e político pelo qual o Brasil passava ganharam destaque as Jornadas Nacionais de Luta, que a partir de 1995 passaram a se chamar Grito da Terra Brasil as quais, no início, eram organizadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e os movimentos sociais, alguns já citados anteriormente como a CUT, MST, MAB e CNS, além do MONAPE⁸, CAPOIB⁹ (GRISA 2012; SCHNEIDER, CAZELLA; MATTEI, 2004).

Dentre as principais exigências da Pauta Nacional de reivindicação estava à construção de um crédito rural diferenciado aos pequenos agricultores, com recursos exclusivos, juros e prazos de pagamentos específicos, simplificação na documentação etc. (GRISA, 2012; GRITO DA TERRA BRASIL, 1994). Para Bittencourt (2003, p.108):

apesar das pautas de reivindicações incluem assistência técnica, infra-estrutura, meio ambiente

⁸ Movimento Nacional de Pescadores.

⁹ Coordenação das articulações dos Povos Indígenas do Brasil.

e tecnologia, durante as negociações estes temas acabavam colocados em segundo plano [...] [sendo o crédito] o foco central para a grande maioria das mobilizações dos agricultores familiares.

Fruto desses movimentos, em 1994, ainda no governo de Itamar Franco, foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção (PROVAP) que vem a ser um marco institucional pelo fato de ser a primeira política de âmbito nacional destinada aos pequenos agricultores. O PROVAP atuou com recursos do BNDES e, conforme Schneider, Cazella e Mattei (2004), obteve resultados pífios do ponto de vista dos recursos aportados aos agricultores.

Em 1995, no segundo Grito da Terra Brasil que foi realizado no mês de junho, aquelas mesmas entidades somadas à Organização das Mulheres Trabalhadoras Rurais traziam mais uma série de reivindicações tais como: reforma agrária, política agrícola, relações trabalhistas, combate à violência no campo, política energética, previdência social, política para os povos indígenas e meio ambiente (GRISA, 2012; GRITOS DA TERRA BRASIL, 1995).

Diante dessa conjuntura histórica que foi sendo construída a partir do final dos anos 1980 até a criação do PROVAP em 1994, foi criado através da Resolução 2.191 de 24 de agosto de 1995 do Conselho Monetário Nacional o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que em 28 de julho de 1996 é institucionalizado com o Decreto Presidencial nº 1.946.

O PRONAF, a partir de sua institucionalização, se concentrou em quatro linhas de atuação: a) financiamento da produção; b) PRONAF Infraestrutura¹⁰ – que objetivava financiar obras de infraestrutura e serviços básicos municipais; c) capacitação e profissionalização dos agricultores familiares, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural; d) financiamento da pesquisa e extensão rural (MATTEI, 2014; GRISA, 2012). Até 2003, dessas quatro linhas apenas o financiamento a produção e o PRONAF Infraestrutura expandiram-se.

Para Mattei (2014), a trajetória normativa e institucional do PRONAF passou por três fases: I) Período 1996 e 1999 com pequenas alterações nas regras de funcionamento e redução da taxa de juros; II)

¹⁰ Esta linha acompanhou o PRONAF até 2003 quando então foi incorporada a política territorial - PRONAT.

Período entre 1999 e 2008 com a estratificação em seis grupos¹¹ julgados mais adequados à realidade dos segmentos que compunham a agricultura familiar; III) Período pós 2008 que os grupos C, D e E passaram a fazer parte do mesmo segmento chamados de Agricultores Familiares.

Ainda na primeira fase pode-se citar a criação do Pronafinho, em 1997, e a linha PRONAF Agroindústria, em 1998. Na segunda fase foram criadas várias linhas como: PRONAF Floresta (2002); PRONAF Alimentos (2003); PRONAF Agroecologia (2003); PRONAF Turismo Rural (2003); PRONAF Mulher (2003); PRONAF Jovem Rural (2003); PRONAF Semi-Árido (2003); PRONAF Máquinas e equipamentos (2003); PRONAF Eco (2007).

A fase atual, que iniciou em 2008, objetivou tornar o acesso ao Programa mais ágil e adequado às necessidades dos agricultores familiares trocando o conceito de categorias¹² C, D e E, para Agricultor Familiar. Além disso, pode-se citar a criação da linha Mais Alimentos (2008) e PRONAF Sustentável (2009).

É importante mencionar outros dois marcos institucionais realizados no Brasil. Em 1999 o PRONAF deixou de pertencer à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) do Ministério da Agricultura e foi criada a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) no então novo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Além disso, em 2006 foi institucionalizada a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, a qual estabelece a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Para os autores Cazella e Búrigo (2013, p.301), “Além do ineditismo em termos institucionais, esse programa colocou à disposição dos agricultores familiares de diversas regiões recursos que até então eram disponibilizados somente aos produtores inseridos nas principais cadeias produtivas agropecuárias.”. A consolidação do PRONAF deu-se nos primeiros anos da década passada e, conforme Mattei, ocorreu em duas direções:

por um lado, o volume de recursos disponibilizados anualmente cresceu de forma consistente, principalmente a partir da safra agrícola de 2002/2003 e, por outro, o número de agricultores beneficiados por essa política pública

¹¹ Grupos formados: A; A/C; B; C; D; E.

¹² Essas categorias serão explicadas mais adiante.

atingiu patamares nunca vistos anteriormente.
(MATTEI, 2005, p. 6)

O PRONAF está completando 20 anos na Safra 2015/2016. Esse Plano Safra da Agricultura Familiar atual destinará cerca de 28,9 bilhões¹³ aos agricultores familiares. Na Safra passada o programa recebeu a quantia de R\$ 24,1 bilhões. Cabe destacar que o ano de 2014 foi considerado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura como O Ano Internacional da Agricultura Familiar.

O Censo Agropecuário de 2006 indicou que, dos quase 5,2 milhões de estabelecimentos rurais brasileiros, cerca de 4,1 milhões possuem características que os incluem no PRONAF. Em Santa Catarina, são 193.663 estabelecimentos rurais, sendo que 168.544 são estabelecimentos familiares. Os trabalhadores economicamente ativos na agricultura familiar catarinense representam 468.892 do total de 571.516 no estado¹⁴.

Esses dados sobre o estado catarinense rendem colocação importantíssima em termos de volume de crédito para a agricultura familiar tanto no âmbito local quanto nacional. Dados do MDA levantados pelo pesquisador apontam que o volume de crédito do PRONAF entre as Safras 2000/2001 até 2013/2014 deixam Santa Catarina na 4^o¹⁵ posição, atrás somente do RS, PR e MG respectivamente.

Conforme exposto, é notável a grande transformação pela qual o PRONAF vem passando do ponto de vista institucional. Também é inegável a contribuição que o Programa teve no papel de legitimador da categoria dos agricultores familiares no Brasil. No entanto, ainda existe a necessidade de novas pesquisas que avaliem os impactos e apontem os entraves ao desenvolvimento pleno da agricultura familiar brasileira, tanto no que se refere ao crédito quanto aos programas de apoio.

¹³ Conforme Plano Safra 2015/2016 do MDA.

¹⁴ Conforme dados secundários contidos no estudo intitulado - Novo retrato da agricultura familiar em Santa Catarina – de Mattei (2010) .

¹⁵ Santa Catarina fica atrás de MG por um valor muito próximo. Enquanto MG somou R\$ 15.497.419.527,51 SC somou R\$15.446.924.572,42. Quando inclusa a Safra anterior 1999/2000 as colocações invertem passando SC a ocupar a 3^a colocação.

1.2 JUSTIFICATIVA

Em relação ao PRONAF, Mattei (2005) salienta a “necessidade de se fazer estudos periódicos que procurem captar possíveis efeitos do programa sobre agricultura familiar e sobre as economias locais”. Da mesma forma, Bianchini que escreveu o prefácio do livro de Mattei (2005, p.4) afirma sobre o:

esforço de mensurar o comportamento de alguns indicadores frente à aplicação do PRONAF ganha relevância quando consideramos que os dados produzidos sobre trabalho e renda gerados pela agricultura, principalmente para agricultura familiar, ainda são pouco disponíveis.

Nesse mesmo sentido, um estudo dos impactos do PRONAF sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no estado do Ceará afirma que poucos estudos foram realizados para avaliar o programa quanto a suas contribuições e impactos:

Apesar da importância da agricultura familiar para o desenvolvimento local, regional e nacional, e dos elevados custos de operacionalização do Pronaf, poucos estudos foram realizados para avaliar o programa no que diz respeito à contribuição para o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares, assim como ao seu impacto na geração de emprego e renda. (DAMASCENO; KHAN; LIMA, 2011, p.131).

Para Guanziroli (2007), que realizou uma pesquisa sobre os resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural, também são poucas as avaliações de impactos do PRONAF, bem como aquelas que procuram comparar beneficiados e não beneficiados.

A maior parte das pesquisas encontradas sobre o tema buscava mais uma avaliação de processo do que a aferição de impacto propriamente dito. Tampouco foi possível encontrar muitas avaliações de impacto que tenham incluído no grupo controle o contrafactual necessário para poder comparar efeitos do programa sobre

beneficiados e não beneficiados. (GUANZIROLI, 2007, p.314)

Diante da contextualização do tema sobre o crédito para a agricultura familiar, tendo em vista que o principal objeto de estudo é o PRONAF, a pesquisa aqui delineada procurou explorar e descrever os principais impactos do PRONAF a partir da análise de indicadores em cinquenta municípios catarinenses selecionados. Além disso, um trabalho de campo em dez municípios catarinenses investigou a percepção dos agricultores familiares e dos agentes locais de desenvolvimento rural quanto aos impactos que o PRONAF promoveu e vem promovendo no âmbito local.

1.3 PERGUNTA DE PESQUISA

A partir da seleção dos municípios da pesquisa, mensuração do comportamento de alguns indicadores municipais e percepção de atores, pretendeu-se responder à seguinte questão: quais os impactos do PRONAF sobre indicadores da produção agropecuária e socioeconômicos nos municípios selecionados, bem como sobre a qualidade de vida dos agricultores e a dinâmica local?

1.4 HIPÓTESE

O estudo parte da hipótese de que o PRONAF causa simultaneamente impactos positivos tanto na produção agropecuária local e no comportamento de indicadores socioeconômicos, quanto na qualidade de vida dos agricultores familiares.

1.5 OBJETIVO

1.5.1 Objetivo Geral

Analisar os impactos do PRONAF em municípios selecionados do estado de Santa Catarina, dando ênfase às percepções de agentes de desenvolvimento rural e agricultores familiares.

1.5.2 Objetivos Específicos

- a) Compreender a trajetória do SNCR e o processo de construção do PRONAF
- b) Investigar os avanços e entraves do PRONAF a partir de um quadro teórico.
- c) Analisar os principais impactos do PRONAF nos indicadores produtivos e socioeconômicos dos 50 municípios catarinenses selecionados entre 2000 e 2010.
- d) Realizar um estudo de caso sobre a percepção dos agricultores e principais agentes de desenvolvimento rural quanto aos impactos do PRONAF.

1.6 REFERENCIAL TEÓRICO PARA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Segundo Capellesso, Cazella e Rover (2013) as análises de políticas públicas ganharam força a partir dos anos 1980 ao explicar o Estado a partir de suas ações e constituindo uma sociologia da ação pública mobilizando conceitos como: atores, conhecimento, poder, estratégia e informação. A partir disso, a abordagem neo-institucionalista dos “três is” vem sendo utilizada para análise da elaboração e implementação de políticas públicas.

É importante citar que, embora a abordagem seja mais utilizada para compreender a formulação de políticas públicas, nos últimos anos a avaliação dessas políticas também tem sido realizadas com base nesse referencial teórico. Assim, admite-se a complexidade da utilização dessa abordagem dos “três is” que buscou identificar os impactos decorrentes do PRONAF a partir das principais ideias, interesses e instituições envolvidas a nível local e estadual em Santa Catarina.

Os “três is” se referem às três escolas de pensamento ou método de análise que reivindicam o título de neo-institucionalismo. Essas três escolas são: institucionalismo histórico, institucionalismo da escolha racional e institucionalismo sociológico. Hall e Taylor (2003, p.194) relatam que há duas questões que deveriam ser fundamentais em toda análise institucional: “(1) como construir a relação entre instituição e comportamento e (2) como explicar o processo pelo qual as instituições surgem ou se modificam.”.

O institucionalismo histórico, conforme Hall e Taylor (2003), considera as relações entre instituições e o comportamento individual através de duas perspectivas:

- Calculadora: Indivíduos procuram maximizar rendimentos e benefícios e suas expectativas são afetadas pelas instituições.
- Cultural: Jamais é totalmente estratégico e sim limitado pela visão de mundo do indivíduo que, por sua vez, é afetado pelas instituições que fornecem modelos morais e cognitivos que propiciam interpretação e ação.

Além disso, o institucionalismo histórico considera: a ênfase nas assimetrias de poder entre os grupos sociais nas instituições; a concepção sobre as trajetórias do desenvolvimento institucional, e; combina a contribuição das Instituições com as demais escolas levando em conta as ideias e o desenvolvimento socioeconômico. Para CAPELESSO, CAZELLA e SCHONS (2014, p.7):

Os neoinstitucionalistas históricos destacam a necessidade de considerar como as instituições afetam cada novo processo decisório, tendo efeito através do tempo. Enfocando a trajetória e suas transformações, essa escola oferece profundidade histórica ao objeto de estudo. As instituições são entendidas como um tecido de regras, práticas e quadros mentais enraizados que se estabilizam no tempo e limitam as novas escolhas – bloqueiam as decisões, sendo relevante para explicar a estabilidade (dependência de caminho).

O institucionalismo racional está ligado aos interesses e aponta que a tomada de decisão dos atores é orientada pelos ganhos e preferências. Segundo Hall e Taylor (2003) apresenta quatro enfoques principais: primeiramente, considera que os atores compartilham comportamentos de modo utilitário; a consideração da vida política como dilemas da ação coletiva onde maximização individual está acima da coletividade; a interação estratégica considerando que há influência do ator pelas expectativas prováveis dos outros atores e; em relação à origem das instituições levando em conta que a sobrevivência do processo de seleção competitiva se deve ao fato de oferecer mais benefícios que as formas institucionais concorrentes.

Conforme Capelesso, Cazella e Schons (2014) com o objetivo da maximização dos interesses, o elemento central torna-se a tomada de

decisão a partir da racionalidade completa. Assim, a fim de tornar as decisões mais eficazes com vistas a diminuir os custos de transação, as instituições surgem para diminuir a incerteza acerca da tomada de decisão dos demais atores.

Essa abordagem é relevante quando se objetiva analisar ações coletivas em que os grupos divergentes têm clareza dos seus interesses e se reúnem para negociar. Nela ganha importância a noção de estratégia na definição de um caminho (alianças) para chegar a um objetivo, bem como a negociação de conflitos com vistas a construir normas (compromissos) de coordenação baseadas nos interesses coletivos. (CAPELESSO, CAZELLA e SCHONS, 2014, p.7).

Quanto ao institucionalismo sociológico, que representa as ideias, os autores Hall e Taylor (2003) definem como as instituições interferem nas preferências e identidades dos atores levando em conta as explicações do porquê as organizações adotam um conjunto específico de formas, procedimentos ou símbolos institucionais. Em resumo, significa que a estrutura global influencia as estratégias individuais e coletivas. Além disso, possui três características:

- Define instituições de forma mais global conjugando instituições e cultura;
- Socialização entre instituições e ação individual com as instituições influenciando o comportamento do indivíduo;
- Explicação do surgimento e da modificação das práticas institucionais a partir da ideia de que os atores que criam novas instituições emprestam elementos dos modelos já existentes.

Os “três is” utilizados como referencial teórico nessa pesquisa dizem respeito aos interesses, ideias e instituições. Observa-se que se considera a abordagem cognitiva como integrante do neo-institucionalismo sociológico a partir da ênfase nas ideias e “analisando como elas moldam o campo de visão dos indivíduos em sua dimensão mais subjacente, a exemplo das dimensões simbólicas.” Além disso, os autores ponderam que a análise cognitiva não se restringe a uma abordagem pelas ideias, pois entende que os interesses e instituições fazem parte da construção dos quadros cognitivos de interpretação do mundo.” (CAPELESSO, CAZELLA e SCHONS, 2014, p.8).

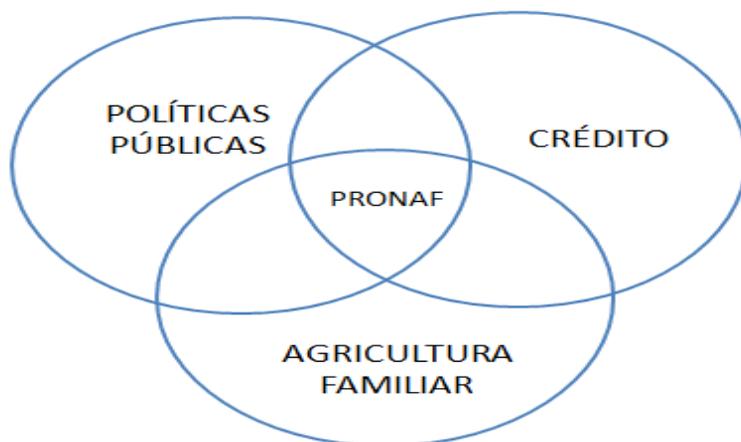
Além disso, os autores consideram que:

Nas abordagens cognitivas, a elaboração das políticas públicas é condicionada pelas ideias, crenças e representações portadas por grupos setoriais. O elemento central da análise são as ideias, sobre as quais se organizam noções de “referencial”, “fóruns e arena”, “coalizão de causa”, “paradigma”, “narrativas” e “discursos” (CAPELESSO, CAZELLA e SCHONS, 2014, p.8).

Para Grisa (2012 apud SUREL, 2000) a abordagem cognitiva compreende as políticas públicas como fruto de interações sociais que dão lugar à produção de ideias, representações, crenças e valores comuns de um conjunto de atores (públicos e privados). É a partir da percepção desse conjunto de atores sobre os problemas públicos que há a concepção de respostas sobre os mesmos. Assim, as políticas públicas refletem o entendimento dos grupos sociais sobre si, sobre a sociedade em geral e sobre as condições necessárias para a melhoria dessa condição.

O trabalho desenvolvido nessa pesquisa buscou analisar os impactos do PRONAF em municípios selecionados do estado de Santa Catarina. Com isso, o quadro teórico inicial foi embasado em três eixos conceituais: Agricultura Familiar, Crédito e Políticas Públicas. Isso se explica pelo fato de o principal objeto do trabalho ser o PRONAF que é uma política pública de apoio creditício à agricultura familiar. Com isso, os três eixos conceituais são indissociáveis quando se requer compreender a natureza do objeto. A figura 1 abaixo representa o elo entre os três eixos conceituais.

Figura 1: Eixos conceituais



Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

A partir dos eixos conceituais que formam o PRONAF, temos as principais dimensões que foram agrupadas para a construção do quadro teórico inicial. Assim, as dimensões que estão incluídas foram as: sociais; econômicas e produtivas; institucionais e/ou tributárias, e; ambientais. Essas dimensões pretendem entender os principais impactos que o PRONAF está gerando em alguns municípios e na vida dos agricultores familiares catarinenses de alguns desses municípios, além de algumas dinâmicas que puderam emergir nas regiões estudadas.

Assim, o quadro teórico buscou explorar, de forma mais ampla possível, os impactos positivos e negativos do Programa tanto através de alguns indicadores socioeconômicos municipais quanto da percepção dos agricultores familiares e agentes de desenvolvimento rurais envolvidos. Assim, a pesquisa está dividida em três partes que se complementam para o devido atendimento dos objetivos delineados.

1. Revisão bibliográfica investigando a trajetória do SNCR e o processo de construção do PRONAF;
2. Principais impactos do PRONAF nos indicadores produtivos e socioeconômicos dos municípios catarinenses selecionados entre 2000 e 2010;
3. Pesquisa de campo sobre a percepção dos agricultores e principais agentes de desenvolvimento rural quanto às contribuições do PRONAF.

A figura 2 ajuda a entender de que forma a pesquisa está estruturada. A partir dos eixos conceituais e com a revisão bibliográfica percebem-se os referenciais adotados nas políticas anteriores ao PRONAF, bem como o referencial adotado na concepção do PRONAF. Compreender esses referenciais ajuda a entender o processo de construção das políticas públicas agrícolas e conforme Grisa (2012, *apud* MULLER, 2008; 2005; 2000; 1995):

a construção de um referencial e sua hegemonia envolve um processo complexo entre o lugar do grupo na divisão social do trabalho e a identidade construída a partir deste lugar. Não se trata de um simples processo discursivo, mas de uma dinâmica concernida às relações de poder que se cristalizam em um setor ou sociedade.

A análise de indicadores municipais através das dimensões estudadas possibilita compreender alguns efeitos que os municípios selecionados obtiveram entre 2000 e 2010. Enquanto que o questionário aprofunda esses efeitos com o objetivo de mensurar as percepções dos dois fóruns a nível regional e local dos atores envolvidos diretamente na política pública.

A pesquisa de campo foi dividida entre dois fóruns: agricultores familiares catarinenses e agentes de desenvolvimento rural. Compreende-se fórum como “uma comunidade mais ou menos homogênea de atores intervindo no mesmo campo de atividade” (FOUILLEUX, 2011, p.94). A finalidade dessa divisão foi investigar as ideias, interesses e instituições quanto à percepção desses dois fóruns acerca dos impactos do PRONAF na produtividade, qualidade de vida e dinâmica local. Além disso, procurou entender se esses efeitos possuem relação com outros fatores e se há entraves no acesso ao Programa.

Figura 2: Estrutura da pesquisa.



Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Assim, o quadro teórico formou as bases para a construção do questionário a partir dos eixos conceituais em conjunto com as dimensões pesquisadas. Os “três Is” ajudaram a entender e analisar os impactos através das percepções dos entrevistados a partir das ideias, interesses e instituições.

Quadro 1: Quadro teórico.

Dimensões de Impacto				
Temas Eixo do PRONAF	Dimensão Produtiva e econômica	Dimensão Social	Dimensão Ambiental	Dimensão Tributária Institucional
Agricultura Familiar (interesses instituições ideias)	Aumento da produtividade agrícola e pecuária; pluriatividade; multifuncionalidade.	Termo/nomenclatura gênero; geração; êxodo; autonomia; empoderamento; consumo; acesso à saúde; Educação; lazer; autoestima; melhores condições de moradia.	Preservação do Meio ambiente; sustentabilidade; diversificação;	Investimento com movimentação financeira; arrecadação tributária.
Crédito (interesses instituições ideias)	Aumento da produtividade; Aumento da renda bruta anual; aumento da renda bruta familiar.	Bancarização; inclusão no sistema de crédito.	Utilização ou não de defensivos agrícolas.	Investimento em máquinas, equipamentos e instalações.
Política Pública (interesses instituições ideias)	Seguro agrícola; utilização de máquinas e equipamentos agrícolas; Assistência técnica; políticas de preços mínimos.	IDH, número de emprego e ocupação; quitação de dívidas; energia elétrica; água; cooperação; confiança.	Saneamento básico; comercialização; Sustentabilidade.	Aumento de clientes, fornecedores e novos mercados consumidores.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

1.7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nessa seção, descreve-se como foram realizados os procedimentos para se alcançar os objetivos mencionados anteriormente. Num primeiro momento, é feita a classificação da pesquisa para, em seguida, apresentar os procedimentos metodológicos que foram adotados durante a realização do estudo.

1.7.1 Classificação da Pesquisa

A classificação da pesquisa não é aleatória, ela necessita de um enquadramento que seja condizente com os objetivos pretendidos e com o caminho a ser percorrido para alcançá-los. Embora o método de pesquisa a ser adotado possua alguns fragmentos característicos de mais filosofias de pesquisa, a partir do momento atual e com os delineamentos iniciais, adota-se como concepção predominante a filosofia interpretativista.

Essa pesquisa caracteriza-se como sendo uma pesquisa empírica aplicada. A partir de pesquisa de campo, objetivou-se investigar os efeitos que o PRONAF proporcionou em algumas cidades selecionadas de Santa Catarina. Desse modo, o paradigma adotado foi o interpretativista pelo fato de se basear na percepção de atores envolvidos numa política pública. Segundo Burrell e Morgan (1979) o paradigma interpretativista tem interesse em entender o mundo como ele é, compreendendo a consciência individual do participante através da experiência subjetiva.

Os autores Vergara e Caldas (2005) e Morgan (2005) relatam que no paradigma interpretacionista de Burrell e Morgan as teorias são construídas do ponto de vista daquele que age e não do ponto de vista do observador. Com isso, esses autores (2005, p.68) relatam que a realidade social “é um processo emergente, uma extensão da consciência humana e da experiência subjetiva” sendo que:

o paradigma interpretacionista abraça um amplo espectro de pensamentos filosóficos e sociológicos que compartilham a característica comum de tentar compreender e explicar o mundo social a partir do ponto de vista das pessoas envolvidas nos processos sociais. (VERGARA; CALDAS, 2005, p.68).

Conforme Burrell e Morgan (1979), o paradigma interpretativista se apoia na experiência subjetiva e intersubjetiva dos indivíduos. Morgan (2005) complementa que o paradigma interpretativista se baseia na visão de que o mundo social possui uma situação ontológica duvidosa e de que o que passa por realidade social não existe em sentido concreto, mas é produto da experiência subjetiva e intersubjetiva dos indivíduos. Desta forma, o teórico social interpretativista tenta compreender o processo pelo qual as múltiplas realidades

compartilhadas surgem, se sustentam e se modificam (MORGAN, 2005).

Quanto à lógica, o presente trabalho se utilizará da lógica dedutiva, pois procurará retirar de dados empíricos informações que sejam relevantes para corroborar ou negar se o PRONAF está causando impactos nos indicadores municipais e na vida dos agricultores. Levando-se em conta que a pesquisa pretende utilizar o método de estudo parecido com que Mattei realizou¹⁶, se procurará “deduzir consequências assentadas em critérios empíricos.” (MATTEI, 2005, p.33).

A partir disso, parte-se para uma pesquisa exploratória e descritiva. Exploratória pelo fato de haverem poucas pesquisas que se debruçaram em estudar os efeitos do PRONAF no estado de Santa Catarina do ponto de vista da percepção dos atores envolvidos. Descritiva, pois pretende apontar esses efeitos locais percebidos.

A pesquisa descritiva para SAMPIERI, COLLADO e BAPTISTA LÚCIO (2006, p.107) “procura especificar as propriedades, as características e os perfis de pessoas, grupos, comunidades, processos, objetos ou qualquer outro fenômeno que possa ser submetido a uma análise” e é útil para mostrar as dimensões de um determinado contexto. Quanto à pesquisa exploratória, esses mesmos autores (2006, p.107) citam que é realizada “quando o objetivo é examinar um tema ou problema de pesquisa pouco estudado, sobre o qual se tem muitas dúvidas ou que não foi abordado antes”.

Os mesmos autores (2006, p.101) relatam que “os estudos exploratórios poucas vezes são um fim em si mesmos, eles geralmente determinam tendências, identificam áreas, ambientes, contextos e situações de estudo, relações potenciais entre variáveis” e, além disso, também se caracteriza por ser mais flexível, ampla e dispersa em seu método se comparadas com as descritivas, correlacionais ou explicativas.

A abordagem utilizada nessa dissertação foi o método misto, ou seja, em alguns momentos da pesquisa necessitou de abordagem qualitativa enquanto em outros a abordagem quantitativa foi a mais adequada. De acordo com Creswell (2010, p. 26) “A pesquisa quantitativa é um meio para testar teorias objetivas, examinando a relação entre as variáveis” Além disso, a abordagem quantitativa é, segundo Creswell (2010, p. 43) a mais adequada para pesquisas cujo

¹⁶ O estudo referido leva o título de Impactos do PRONAF: Análise de indicadores. (MDA/NEAD, 2005).

problema seja buscar “a) a identificação de fatores que influenciam um resultado, b) a utilidade de uma intervenção ou c) o entendimento dos melhores preditores de resultados [...]”.

As estratégias que se pretende utilizar nesta pesquisa são o estudo de caso, a pesquisa bibliográfica e a observação não participante através de caderno de campo. Quanto à pesquisa bibliográfica, para Cervo e Bervian (1983), se baseia em referenciais teóricos publicados em documentos buscando conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

O estudo de caso se baseará na análise comparativa da evolução de alguns índices e conjuntos de variáveis dos municípios que receberam volumes de recursos do PRONAF entre as Safras 2000/2001 e 2013/2014. Objetiva-se utilizar esta estratégia para verificar quais indicadores produtivos e socioeconômicos obtiveram oscilações e com isso gerando impactos na dinâmica local.

Segundo Creswell (2010, p.38) os estudos de caso “são uma estratégia de investigação em que o pesquisador explora profundamente um programa, um evento, uma atividade, um processo ou um ou mais indivíduos.”.

Em relação à observação não participante, Quivy e Campenhoudt (2005) relatam que pode ser de longa ou curta duração, feito à revelia ou com o acordo das pessoas em questão sendo que o investigador não participa do grupo em questão, apenas observa do exterior. Essa observação apresenta a vantagem segundo os autores de perceber a apreensão sobre os comportamentos e dos acontecimentos no próprio momento em que se produzem. Assim, significa que é acrescentado um método de observação sociológica que leva em conta o comportamento dos entrevistados no momento de responder o questionário sobre os assuntos tratados dentro do seu contexto social.

Com isso, investigou-se os impactos do PRONAF em dois aspectos que se complementam. Primeiramente, a partir de um estudo de indicadores utilizando variáveis socioeconômicas municipais. Posteriormente, com saída à campo para entender os principais efeitos percebidos pelos próprios agricultores familiares e seus agentes locais de desenvolvimento a partir de entrevista com aplicação de questionário. Assim, pretendeu-se descobrir a percepção dos agentes envolvidos e dos próprios agricultores familiares sobre os principais impactos do programa.

1.7.2 Processos e sujeitos da pesquisa

Esta seção está segmentada em três etapas principais: i) explicar o processo de escolha dos municípios e o período de estudo; ii) descrever os indicadores que serão considerados e analisados, e; iii) apresentar como será o estudo de caso e sua relação com o conjunto da pesquisa.

i) O processo de escolha dos 50 maiores municípios contratantes de crédito no período entre 2000/2001 e 2013/2014 não representa uma amostra estatística. Os municípios representam um ranking escalonado do maior para o menor em termos de volume de crédito contratado no período supracitado. O corte que considera os 50 municípios foi intencional, ou seja, não levou em conta parâmetros amostrais¹⁷. Com isso, pretendeu-se captar os efeitos do Programa sobre a evolução das diversas variáveis que devem ficar restritas aos municípios estudados.

Para se chegar aos 50 municípios maiores contratantes, primeiramente, se consideraram os 100 municípios com maiores montantes entre as Safras anteriormente mencionadas. A partir da observação desses 100, se retiraram os 50 maiores recebedores. Isso se deveu ao fato de que a pesquisa também se preocupou com a regularidade em que o município aparece no ranking, descartando, por exemplo, aqueles que pudessem constar com grandes montantes de créditos em apenas duas ou três safras entre os 50 maiores no somatório do montante das 14 safras.

Quanto ao período de estudo estar situado entre as safras agrícolas de 2000/2001 e 2013/2014 deve-se levar em conta quatro considerações: primeiramente, que o ano agrícola inicia no segundo semestre do ano (01 de julho) e finaliza no primeiro semestre do ano posterior (30 de junho); em seguida, que no ano de 2000 houve um Censo; em 2001 obtiveram algumas mudanças, como por exemplo, o início das operações do PRONAF B, e; que a Safra 2013/2014 está disponível para consultas, enquanto que as posteriores ainda estavam sendo divulgadas pelos órgãos¹⁸ responsáveis.

ii) Além dos contratos e volumes de crédito do PRONAF, serão considerados e analisados os indicadores relativos às dimensões produtivas, sociais e tributária: indicadores econômicos locais; indicadores da produção primária; indicadores de emprego no âmbito municipal; indicadores de arrecadação tributária local. A seguir,

¹⁷ O estudo leva em conta a metodologia utilizada por Mattei (2005) sobre os impactos do PRONAF em cem municípios brasileiros.

¹⁸ MDA e BACEN.

apresenta-se o quadro 2 com as variáveis utilizadas, suas dimensões, anos disponíveis e fonte de dados:

Quadro 2: Dimensões utilizadas, com suas variáveis, períodos disponíveis e fonte de dados.

DIMENSÃO	VARIÁVEL	PERÍODOS ¹⁹	FONTE
PRONAF	Volume de recursos do PRONAF	2000/2001 e 2010/2011	SAF/MDA
PRONAF	Volume de contratos do PRONAF	2000/2001 e 2010/2011	SAF/MDA
PRONAF	Valor médio dos contratos do PRONAF	2000/2001 e 2010/2011	Elaboração própria, a partir de dados SAF/MDA
PRODUTIVA	PIB total	2000 e 2010	IBGE
PRODUTIVA	PIB per capita	2000 e 2010	Elaboração própria, a partir de dados IBGE
PRODUTIVA	PIB agropecuário	2000 e 2010	IBGE
PRODUTIVA	Produção agropecuária (arroz, cebola, feijão e milho/aves, bovinos, suínos e leite)	2000 e 2010	IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), 2000 e 2010.
SOCIAL	Emprego formal total	2000 e 2010	Bases estatísticas RAIS e CAGED/MTE
SOCIAL	Emprego formal agrícola	2000 e 2010	Bases estatísticas RAIS e CAGED/MTE
SOCIAL	IDH	2000 e 2010	Atlas do Desenvolvimento Humano, PNUD.
TRIBUTÁRIA	Receita tributária municipal	2000 e 2010	Finanças do Brasil – dados contábeis dos municípios. Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda, 2000 e 2010.
TRIBUTÁRIA	Receita de transferências correntes da união e dos estados	2000 e 2010	Finanças do Brasil – dados contábeis dos municípios. Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério

¹⁹ Observa-se que nas variáveis formadas por valores monetários houve a correção pelo IGPM referente a dezembro de 2010. O IGPM foi utilizado por refletir os preços dos bens comercializáveis e as oscilações de câmbio que afetam os preços dos insumos agrícolas. A correção foi realizada a partir da seguinte fórmula: $Vd = (Vc/Ic) * Id$, onde: Vd corresponde ao valor corrigido pelo índice de preços referente dezembro de 2010; Vc que corresponde ao valor corrente do respectivo ano; Ic que corresponde ao índice corrente do respectivo ano, e; Id que corresponde ao índice do ano base (BUENO, 2008).

			da Fazenda, 2000 e 2010.
--	--	--	--------------------------

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos estudos de (BUENO, 2008 e MATTEI *et al*, 2007).

Para os indicadores econômicos, na dimensão produtiva, se considerou o PIB municipal em termos absolutos e per capita, além do PIB agropecuário. Para os indicadores de produção primária na área vegetal, serão selecionadas as variáveis: área plantada, área colhida das lavouras temporárias e quantidade produzida de arroz, cebola, feijão e milho. Na área animal, o efetivo dos rebanhos de suínos, bovinos e aves e o número de vacas ordenhadas são as variáveis consideradas. Quanto às fontes de consulta de dados, o IBGE foi a fonte de 2000 e 2010 através da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e Pesquisa Pecuária Municipal (PPM).

Na dimensão social, além do IDH, para os indicadores de emprego, foram considerados o emprego formal total e o emprego formal agrícola. Para isso, se consultou os sites do PNUD que apresenta o atlas do desenvolvimento humano referente à 2000 e 2010 e o site do Ministério do Trabalho e Emprego, o qual possui dados estatísticos atualizados mês a mês sobre o nível de emprego. Em relação ao emprego formal agrícola, considera-se que há uma limitação reconhecendo-se que esse indicador não consegue captar a dinâmica do mercado agrícola precisamente devido às características²⁰ específicas do setor. No entanto, a intenção metodológica em utilizar essa variável foi perceber as alterações proporcionadas pelo PRONAF sobre os níveis totais de empregos de cada município (BUENO, 2008; MATTEI, 2006).

Quanto aos indicadores de arrecadação tributária local, foi analisada a receita tributária anual arrecadada pelos municípios utilizando-se de duas variáveis: a receita tributária dos municípios e a receita de transferências correntes da União e dos estados para os municípios. Os dados foram retirados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda.

A análise de dados consistiu em fazer as relações e comparações entre as médias dos 50 municípios com as médias do estado catarinense, além das correlações entre as variáveis econômicas dos 50 municípios selecionados. Observa-se que a seleção dos 50 municípios entre as

²⁰ As características específicas se referem que a agricultura familiar possui um maior número de ocupados do que empregados devido haver muitos familiares que trabalham nas propriedades. Assim sendo os empregados formais são em menor número.

safras 2000/2001 e 2013/2014 foi realizada previamente e com o objetivo de retirar os 50 municípios que mais receberam valores do PRONAF no estado de Santa Catarina. Assim, no momento de retirar os dados contidos em outros sites e construir as séries, percebeu-se que o ano de 2010 seria o ano em que todos os dados indicados estavam disponíveis. Com isso, a fim de manter a ordem daqueles 50 municípios contando com os dados atuais das últimas safras disponíveis, foram retirados os dados dos 50 municípios entre 2000/2001 e 2010/2011 daqueles já ordenados entre as 14 safras²¹.

Em relação às comparações das médias, foi possível obter uma série de relações entre indicadores que revelaram impactos nos municípios do ranking e com isso refletindo no estado. Os indicadores elaborados foram: as somas e médias dos municípios e do estado²²; participação dos 50 municípios no total do estado; valores máximos e mínimos; desvio padrão, e; coeficiente de variação para cada variável analisada. Esses indicadores permitiram analisar e interpretar a amplitude dos valores, a variação e a importância dos valores dos 50 municípios no estado. O coeficiente de variação foi calculado por meio da divisão do desvio padrão pela média de cada uma das variáveis. Com isso, percebeu-se a variabilidade dos valores entre os municípios. Quanto mais alto o índice, maior a variabilidade, do contrário menor a variabilidade.

A fim de captar com maior profundidade os efeitos do PRONAF, utilizou-se inferência estatística através das análises de correlação. Assim, avaliaram-se os efeitos do PRONAF nas economias locais estimando os impactos sobre cada um dos índices das três dimensões. Com isso, foram estimados os coeficientes de correlação nos dois períodos ano 2000 e, posteriormente 2010, interpretando as variações nos coeficientes estimados. Ou seja, primeiramente estimaram-se os impactos a partir do volume do PRONAF sobre cada variável em cada momento a partir do *software* livre R, e em seguida realizou-se análise sobre a variação ocorrida entre os dois períodos.

Num segundo momento, foram calculados os coeficientes de correlação entre a variação de cada variável no período de 2000 e 2010

²¹ No capítulo IV o pesquisador compara as duas bases, o que possibilita perceber que as mudanças entre as safras consideradas são mínimas.

²² Em relação à média do estado, houve a divisão do total de crédito tomado pelo estado no respectivo ano considerando-se os 295 municípios que foram tomadores de crédito nos anos estudados, o mesmo acontecendo com os outros índices estudados.

nos municípios pesquisados. A partir disso, procurou-se captar as correlações obtidas através das variações entre 2000 e 2010 de cada uma das variáveis das três dimensões estudadas. Convém destacar que o coeficiente de correlação é uma medida do grau de associação linear, entre variáveis estudadas, utilizada para estimar as variações conjuntas entre variáveis quantitativas. O coeficiente varia entre -1 e +1. Se estiver próxima de zero, significa que a associação linear entre as variáveis é fraca, havendo pouca ou nenhuma correlação entre os índices.

No entanto, se estiver próximo de -1 ou + 1, significa que existe forte associação entre os índices. A correlação positiva indica que os índices tendem a variar no mesmo sentido, enquanto que quando próximo de -1 a correlação negativa indica variações em sentidos opostos. O coeficiente de correlação $\text{corr}(x,y)$ é dado por:

$$\text{corr}(x,y) = \frac{\text{cov}(x,y)}{\text{dp}(x).\text{dp}(y)}$$

sendo que x e y são duas variáveis aleatórias, $\text{dp}(x)$ e $\text{dp}(y)$ são os desvios padrões das duas variáveis, e; $\text{cov}(x,y)$ é a covariância entre as duas variáveis. Assim, o coeficiente de correlação considera as variações conjuntas entre as variáveis levando em conta o somatório do produto dos desvios padrões de cada observação em relação às próprias médias. Para eliminar o problema de diferentes unidades de medida é realizada a divisão dos respectivos desvios padrões, o que reduz os valores a um único coeficiente. Com isso, identificou-se o grau de associação linear maior ou menor entre os coeficientes de correlação.

iii) Por fim, a pesquisa realizou um estudo de caso com pesquisa de campo utilizando-se de questionário. Sua relação com o conjunto do estudo pretendeu descobrir quais são os impactos do PRONAF percebidos pelos agricultores e agentes envolvidos no programa. Para isso, elegeram-se dois municípios de cada mesorregião do estado de Santa Catarina entre aqueles 50 que foram selecionados previamente para a análise de impactos.

O critério de se estabelecer dois municípios levou em consideração o tempo disponível para realização da pesquisa e a indicação de pesquisas que geralmente se utilizam de dois públicos (tomadores e não tomadores de crédito) para posteriormente fazer as comparações. No entanto, como o estado de Santa Catarina possui uma uniformidade de agricultores familiares tomadores de PRONAF em praticamente quase todo o seu território, optou-se por realizar a pesquisa apenas com tomadores de crédito do PRONAF. O critério então adotado

foi escolher os extremos²³, ou seja, o município maior tomador e o menor tomador das mesorregiões²⁴ entre os 50 selecionados.

Quadro 3: Lista dos 50 maiores tomadores de PRONAF classificados por mesorregiões.

Regiões Catarinenses	Número de Municípios Selecionados classificados por Mesorregião
Grande Florianópolis	1
Norte	5
Oeste	32
Serra	4
Sul	2
Vale do Itajaí	6

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Levando em conta que todos os municípios pertencem à lista dos 50 maiores tomadores de crédito do PRONAF no estado de Santa Catarina, o objetivo foi analisar dois tipos de questionários em bloco único. Assim, os municípios com maiores e menores valores entre os 50 do ranking, com maior volume de PRONAF, puderam representar os municípios extremos das mesorregiões de Santa Catarina. Com isso, os municípios não foram comparados entre si²⁵, mas serviram para formar um grupo que representa a mediação entre os maiores e menores tomadores de crédito do PRONAF nas cinco²⁶ mesorregiões do estado catarinense.

²³ A escolha dos extremos tentou absorver resultados equilibrados entre os municípios que possuem volume de PRONAF considerável entre as safras estudadas ao mesmo tempo em que também levou em consideração o objetivo de evitar a existência de *outliers*.

²⁴ O IBGE divide o Estado de Santa Catarina em seis Mesorregiões.

²⁵ Observa-se que em alguns momentos isso foi realizado de forma natural através da percepção do pesquisador quanto a alguns dados ou características que se sobressaíram na pesquisa em caderno de campo através de observação não participante.

²⁶ Como a Mesorregião Grande Florianópolis apresentou apenas um município, optou-se em não aplicar o questionário nesta mesorregião. No entanto, deve-se observar que houveram quatro atores estaduais entrevistados em Florianópolis.

Para se chegar aos municípios que foram aplicados os questionários, realizou-se a primeira etapa desses procedimentos “item i” elencando-se os 50 maiores tomadores de PRONAF entre as Safras 2000/2001 e 2013/2014 conforme quadro 5²⁷. Em seguida, criou-se o quadro 2, dividindo-se esses 50 municípios em mesorregiões do estado de Santa Catarina. Por fim, montou-se um terceiro quadro contendo os dois municípios extremos de cada mesorregião conforme quadro 3 abaixo.

Quadro 4: Municípios selecionados para aplicação dos questionários.

Mesorregiões	Municípios	Valores entre 2000/2001 e 2013/2014	Posição entre os 50 colocados
Norte Catarinense	Mafra	R\$ 154.524.792,43	15°
Norte Catarinense	Papanduva	R\$ 92.471.755,34	46°
Oeste Catarinense	Palmitos	R\$ 347.789.354,02	1°
Oeste Catarinense	Caibi	R\$ 88.507.055,50	48°
Serra catarinense	Campos Novos	R\$ 151.584.595,59	17°
Serra catarinense	Urubici	R\$ 87.110.034,77	49°
Sul Catarinense	Jacinto Machado	R\$ 151.320.907,80	18°
Sul Catarinense	Meleiro	R\$ 86.817.555,41	50°
Vale do Itajaí	Ituporanga	R\$ 224.535.942,96	7°
Vale do Itajaí	Rio do Oeste	R\$ 97.799.827,03	45°

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Com a seleção dos municípios, verificou-se que a mesorregião Oeste se destaca com 32 municípios entre os 50 maiores tomadores representando 64% dos municípios. Na segunda posição, aparece o Vale do Itajaí com 12% dos municípios seguido das mesorregiões Norte, Serra, Sul e Grande Florianópolis com 10%, 8%, 4% e 2%, respectivamente. A mesorregião Oeste também possui a maior disparidade entre os extremos (1° e 48° colocados) sendo que Palmitos

²⁷ Ver apêndice.

recebeu no mesmo período cerca de quase quatro vezes mais volume de crédito que Caibi.

Assim, após o estabelecimento dos critérios e escolha dos municípios que foram estudados, passou-se para as próximas etapas que foram: a quem e como aplicar o questionário. Para estabelecer um número mínimo de entrevistas que fosse aceitável do ponto de vista acadêmico levou-se em conta o tempo hábil que o pesquisador teria para concluir a dissertação de mestrado. Com isso, ponderou-se que os entrevistados deveriam abarcar diretamente entidades ligadas ao desenvolvimento rural do município como: Secretário de Agricultura do Município; Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município; Empresa de Assistência Técnica; Agente Bancário; Gerente de comércio ou revenda de máquinas e implementos agrícolas e representantes de Cooperativas, além de um mínimo de três agricultores familiares por município. Além disso, considerou-se aplicar o questionário para entidades estaduais que também possuem vinculação com agricultura familiar catarinense.

Para que se fizesse o agendamento das entrevistas foi necessário, primeiramente, realizar o levantamento dos telefones de quatro agentes comuns em todos os municípios: Banco do Brasil, Epagri, Secretaria da Agricultura Municipal e Sindicato Rural local.

Os telefonemas foram feitos uma semana antes da data da viagem, momento em que se seguiu basicamente a mesma sequência quanto à maneira de abordar os entrevistados. O pesquisador identificava-se, apresentava um breve relato sobre a pesquisa e informava que a entrevista seria com questionário, o qual buscava identificar a percepção dos impactos do PRONAF no âmbito local. Em seguida, o pesquisador pedia indicações de outros agentes envolvidos com agricultura familiar no município e que também poderiam ser contatados posteriormente.

Na maioria das vezes houve indicação da cooperativa de agricultores familiares local, lojas de revendas de máquinas equipamentos e implementos, e também empresas de assistência técnica privada quando existentes no município. Da mesma forma, o pesquisador pediu para todos os presidentes dos sindicatos municipais que sugerissem três agricultores familiares que fossem ou tivessem sido tomadores de crédito do PRONAF e, se possível, que morassem nas proximidades do município para facilitar o deslocamento.

A rota das viagens foi montada a fim de otimizar o tempo e viabilizar economicamente a pesquisa. Pensou-se em utilizar de dois a três dias de cada semana para as viagens, uma vez que o pesquisador

precisava cumprir uma jornada mínima, em Florianópolis, de dois dias de trabalho.²⁸ O deslocamento para cada mesorregião foi adequado ao tempo de viagem da capital catarinense até o primeiro município onde se fariam as entrevistas na mesorregião.

Em geral, calculava-se o tempo de viagem de automóvel para que o pesquisador pudesse chegar à cidade entre 7 e 8 horas da manhã. O itinerário obedeceu sempre a mesma lógica: na parte da manhã, visitou-se os agentes de desenvolvimento rural e, na parte da tarde, o sindicato local, o qual indicava os três agricultores que seriam entrevistados em seguida. Após finalização das entrevistas o pesquisador seguia para o hotel da mesma cidade ou da cidade onde ocorreria as entrevistas no dia posterior.

A primeira viagem foi programada para o mês de outubro na mesorregião do Vale do Itajaí, mesorregião à qual pertence à cidade de Presidente Nereu, município esse onde havia sido aplicado o pré-teste. As chuvas e enchentes ocorridas durante o mês de outubro na região obrigaram a prorrogação da viagem para o final do mês, última semana.

A cidade a ser visitada seria Rio do Oeste, na segunda-feira (26/10), mas como a enchente persistia, a visita foi adiada para a quarta-feira (28/10) e, com isso, a primeira cidade onde as entrevistas foram realizadas foi Ituporanga, na terça-feira (27/10). Apesar dos incidentes como chuvas, óleo na pista e acidentes entre outros veículos, próximo às 8 horas da manhã o primeiro agente de desenvolvimento rural foi entrevistado.

O questionário²⁹ foi composto por 35 perguntas mistas para os agricultores familiares e 10 para os agentes locais de desenvolvimento. O questionário para os agricultores foi composto por cinco blocos. O primeiro sobre identificação do agricultor com 12 questões. O segundo composto por cinco questões sobre a estrutura de produção. O terceiro bloco de seis questões sobre condições socioeconômicas. O quarto bloco de sete questões sobre o PRONAF. E, finalizando, o bloco cinco composto por cinco perguntas sobre percepções dos principais impactos na qualidade de vida e no âmbito local.

Para os agentes de desenvolvimento rural, o questionário foi composto por dois blocos. O primeiro com 5 perguntas que identificam os entrevistados e o segundo bloco com as mesmas 5 perguntas do

²⁸ O pesquisador é funcionário da Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil S.A. e possui bolsa de mestrado da UniBB, a qual permitiu maior dedicação à pesquisa.

²⁹ Ver apêndice.

último bloco dos agricultores sobre as percepções dos principais impactos no âmbito local. Assim, foram realizadas entrevistas a partir de dois tipos de questionários. Um para agricultores familiares catarinenses e um para agentes de desenvolvimento rural. Com isso, houve 56 questionários de agentes de desenvolvimento rural (52 agentes municipais e 4 agentes estaduais) e 30 questionários de agricultores familiares catarinenses totalizando-se 86 questionários.

Para captar a percepção dos atores³⁰ sobre os efeitos do PRONAF houve cinco perguntas, das quais quatro delas de múltipla escolha baseando-se na escala Likert 5 e uma última questão aberta sobre sugestões, críticas, elogios sobre o PRONAF ou sobre algum dos agentes envolvidos. Essa escala foi introduzida por Rensis Likert através de sua tese em que recebeu título de Ph.D³¹ em psicologia, no ano de 1932, após demonstrar que suas escalas psicométricas³² captavam mais informações que os métodos concorrentes. Assim, as respostas receberam escalas de Likert de 5 pontos³³ compostas por; “nada” que equivale a 1; “pouco” que equivale a 2; “razoavelmente” que equivale a 3; “bastante” que equivale a 4, e; “totalmente” que equivale a 5.

O primeiro procedimento após a finalização das entrevistas foi tabular os dados em planilhas do software Excel. Em seguida houve a classificação dos dados em tabelas e, ou gráficos para facilitar a análise e descrição dos resultados. A análise foi feita a partir de duas tabelas em conjunto com as respostas da pergunta aberta que davam suporte a algumas das alternativas. A primeira tabela correspondeu à quantidade de respostas para cada alternativa e a segunda foi criada a partir da classificação das respostas com base na mediana e em seguida com base na média como critério de desempate para ordenação das respostas.

O pré-teste foi realizado no dia 13 de outubro de 2015 no município de Presidente Nereu que pertence à mesorregião do Vale do Itajaí. Foram aplicados cinco questionários para três agentes locais e dois agricultores familiares. O pré-teste foi muito importante para avaliar o tempo médio de aplicação e também para realizar algumas alterações em algumas das questões. A primeira contribuição foi

³⁰ É importante diferenciar que para essa pesquisa, quando utilizado o termo “ator” se refere tanto aos agentes de desenvolvimento rural quanto aos agricultores.

³¹ É o último e mais alto título recebido por um acadêmico.

³² Psicometria é a área que estuda instrumentos de avaliação psicológicas.

³³ As escalas podem variar. As mais utilizadas em geral são as de 3, 5 e 7 pontos.

constatar que havia a necessidade de incluir uma opção de resposta contendo “não sabe” ou “não respondeu” ou explicação na pergunta sobre a possibilidade de deixar em branco algumas das questões tanto no questionário dos agentes como no dos agricultores, para que quando o respondente não se sentisse à vontade de opinar ou não houvesse percepção sobre o assunto houvesse essa alternativa.

Outras contribuições foram: inclusão da alternativa de micro-trator do tipo tobata em máquinas e equipamentos utilizados; inclusão da alternativa “não recebeu nenhum outro benefício além do recurso financeiro do PRONAF” na questão sobre recebimento de outros benefícios recebidos; inclusão de uma pergunta sobre a principal produção; inclusão de alternativa sobre preservação do meio ambiente; ajustar a última pergunta aberta sobre comentários, críticas e sugestões sobre o PRONAF e sobre os atores envolvidos, e; alguns poucos ajustes pontuais de escrita e formatação.

O município de Presidente Nereu recebeu o pré-teste após o pesquisador ser convidado para conhecer a “Caravana Rural de Presidente Nereu 2015” através do ex-gerente da agência do Banco do Brasil Sr. Werner Degenhardt, que foi iniciada há cerca de 3 anos por esse gerente em conjunto com o Secretário da Agricultura do Município o Sr. José de Souza e apoio de outras entidades como a Prefeitura local através daquela secretaria e também da Secretaria de Desenvolvimento, Turismo e Saúde, Epagri, Sindicato local, Unitagri, Cresol, Banco do Brasil, Cidasc entre outros.

O objetivo da Caravana Rural é “promover o desenvolvimento social, econômico e agropecuário do município” e “proporcionar informação aos produtores que tem dificuldade ao acesso em suas localidades” com a justificativa que a agricultura é a maior fonte de desenvolvimento e maior geradora de movimentação econômica no município. A forma de atuação é fazer reuniões nas principais localidades rurais com apresentações das entidades sobre diversos assuntos como: Plano Safra 2015; Proagro; CAR; Importância da nota fiscal; crédito fundiário; aposentadoria; previdência privada; prevenção de doenças; novas tecnologias; agroecologia; seguros rurais; produção leiteira, peixes; turismo rural entre outros.

1.8 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação foi dividida em capítulos e em subcapítulos, os quais se pretende assim denominar:

No capítulo 1 consta a introdução com os seguintes subcapítulos: contexto da pesquisa que apresenta o tema, objeto, pergunta, hipótese e justificativa; os objetivos geral e específicos; referencial teórico para análise de políticas públicas e metodologia; além desta estrutura da dissertação.

No segundo capítulo, buscou-se realizar uma revisão bibliográfica para conhecer profundamente o sistema de crédito rural brasileiro e como se deu o apoio à agricultura familiar conceituando e contextualizando o SNCR, trazendo o período em que o crédito foi abundante e aquele que houve seu esgotamento com a crise nos anos 1980. Finaliza-se o capítulo com as modificações econômicas a partir dos anos 1990.

No terceiro capítulo, entende-se a trajetória das políticas públicas de apoio à agricultura familiar. Para isso, inicia-se explorando o PAPP para se chegar à atualidade do PRONAF.

No quarto capítulo, são apresentados os resultados do estudo empírico sobre os impactos do PRONAF nos indicadores produtivos e socioeconômicos dos municípios catarinenses selecionados.

No quinto capítulo, apresenta-se o estudo de caso sobre a percepção dos agricultores e agentes envolvidos no desenvolvimento rural do estado e dos municípios quanto às contribuições do PRONAF.

No sexto e último capítulo, aponta-se as considerações finais, observações e sugestões para trabalhos futuros, seguido das referências.

CAPÍTULO II: O SISTEMA NACIONAL DE CRÉDITO RURAL - SNCR

Este capítulo apresenta a trajetória do Sistema Nacional de Crédito Rural e as suas implicações para os agricultores familiares.

2.1 CONCEITUAÇÃO DO SNCR

Conforme já mencionado, o SNCR foi criado no início do regime militar, em 1965, a partir da institucionalização do crédito rural com a Lei nº 4.829 e regulamentado pelo decreto nº 58.380 de 10 de maio de 1966. Com isso, cabe ao SNCR “conduzir os financiamentos, sob as diretrizes da política creditícia formulada pelo Conselho Monetário Nacional, em consonância com a política de desenvolvimento agropecuário.”(Banco Central do Brasil)

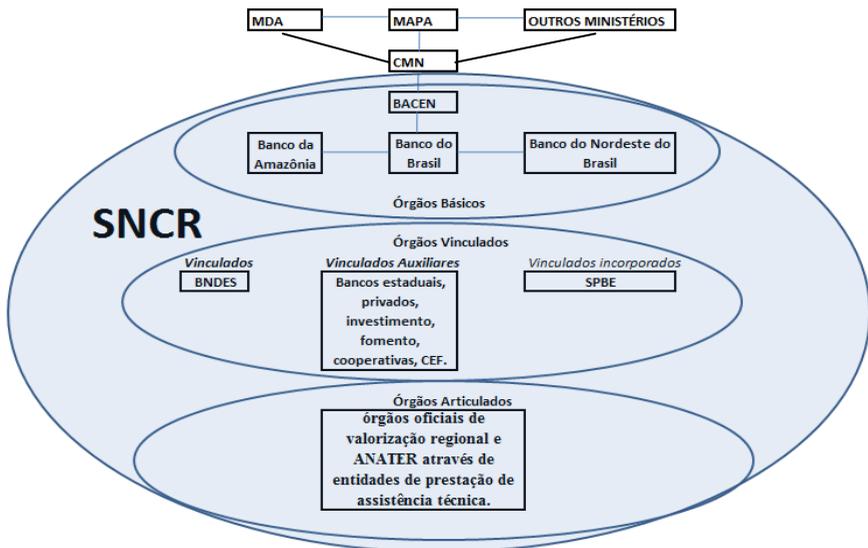
O SNCR é constituído de órgãos básicos, vinculados e articulados. O Conselho Monetário Nacional pode admitir que se incorporem ao SNCR outras entidades. O responsável pelo controle do SNCR é o Banco Central do Brasil (BACEN) que deve:

- a) dirigir, coordenar e fiscalizar o cumprimento das deliberações do Conselho Monetário Nacional, aplicáveis ao crédito rural;
- b) sistematizar a ação dos órgãos financiadores e promover a sua coordenação com os que prestam assistência técnica e econômica ao produtor rural;
- c) elaborar planos globais de aplicação do crédito rural e conhecer de sua execução, tendo em vista a avaliação dos resultados para introdução de correções cabíveis;
- d) determinar os meios adequados de seleção e prioridade na distribuição do crédito rural e estabelecer medidas para zoneamento dentro do qual devem atuar os diversos órgãos financiadores, em função dos planos elaborados;
- e) estimular a ampliação dos programas de crédito rural, em articulação com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN);
- f) incentivar a expansão da rede distribuidora do crédito rural, especialmente através de cooperativas;

g) executar o treinamento do pessoal dos órgãos do SNCR, diretamente ou mediante convênios. (BANCO CENTRAL DO BRASIL)

Para visualizar melhor o SNCR, apresenta-se abaixo uma figura que apresenta os órgãos que representam o Sistema:

Figura 3: Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR



Fonte: Elaborado pelo autor com base na estrutura existente até abril/2016

Também é importante entender o funcionamento do crédito rural, sendo este o financiamento a partir de recursos financeiros, por instituições integrantes do SNCR para atividade agropecuária de custeio, investimento e comercialização. A sua aplicação deve seguir as finalidades e condições estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR).

As modalidades do crédito rural são classificadas em: corrente - suprimento de recursos sem a concomitante prestação de assistência técnica; educativo - suprimento de recursos conjugado com a prestação de assistência técnica, compreendendo a elaboração de projeto ou plano e a orientação ao produtor; e, especial que se destinam a cooperativas de

produtores rurais, para aplicações próprias ou dos associados e a programas de colonização ou reforma agrária.

O crédito rural possui três finalidades: custeio para atender as despesas de um ciclo produtivo; comercialização que abrange as despesas após a produção; e investimento que é destinado a aplicações em bens ou serviços que gerem benefícios por mais de um ciclo de produção.

Quanto às fontes de recursos, se dividem em Recursos Controlados e Recursos Não Controlados. Os Recursos Controlados seguem as regras definidas pelo CMN, tais como taxa de juros e tetos de financiamento e são compostas por: exigibilidades do depósito à vista (MCR 6-2); parte equalizável³⁴ das exigibilidades da caderneta de poupança (MCR 6-4); recursos do FAT e do Tesouro Nacional. Já os Recursos Não Controlados, não contam com equalizações e são compostos por: recursos livres da poupança rural (MCR 6.4); recursos de fundos, programas e linhas específicas; e, recursos livres das instituições financeiras.

2.2 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A CRIAÇÃO DO SNCR

A criação do SNCR é um marco na política agrícola. Anteriormente, o país havia implementado outras políticas como, por exemplo, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI) em 1937. No entanto, o SNCR é criado em conjunto com um amplo aparato institucional que vem dar suporte aos objetivos da política agrícola nacional a partir de meados da década de 1960.

A política anterior à ditadura militar se caracteriza por ter em disputa duas vertentes: a “reformista”; e, a “modernizante”. Essa disputa ficou explícita pelo fato de que o modelo nacional-desenvolvimentista³⁵ pautado na substituição de importação dava sinais de crise e esgotamento³⁶. A vertente “reformista”³⁷ ou “cepalina estruturalista”

³⁴ Quanto à equalização, refere-se aos custos financeiros pagos pelo governo aos agentes financeiros. É a diferença entre o custo de captação e o de aplicação dos recursos.

³⁵ Este modelo tem o Estado como o principal indutor, articulador, formulador e executor de políticas públicas no nível macroeconômico e setorial. (GRISA, 2012; DELGADO, 2010)

³⁶ No início da década de 1960 havia uma conjuntura de inflação, dificuldades no abastecimento alimentar interno e na capacidade de importar. (GRISA, 2012; DELGADO, 2010, 1988; COELHO, 2001; CASTRO, 1984)

tem Celso Furtado (1961) como maior interlocutor, que considerava que a crise derivava do subdesenvolvimento e apontava que a saída se daria em duas direções se utilizando os fatores mais racionalmente e com distribuição da renda social menos desigual.

Essas duas direções por um lado aumentaria a produtividade da indústria e o poder aquisitivo do setor assalariado com preços relativos mais baixos fazendo com que houvesse maior demanda interna. Por outro, a transformação agrária do país reduziria custo e aumentaria o excedente agrícola elevando os salários reais dentro e fora da agricultura. (FURTADO, 1961)

Quanto à segunda vertente, que derivava de um grupo de economista da USP, tendo Antonio Delfin Netto como principal protagonista, via a agricultura com a necessidade de se modernizar para continuar cumprindo com suas funções no desenvolvimento econômico e sem a necessidade de reforma na estrutura agrária (GRISA, 2012; DELGADO, 2005). Com isso, Grisa (2012, p.75) afirma que para eles “a modernização da base técnica e a qualificação do capital humano para produção e difusão de tecnologias seriam suficientes para que a agricultura respondesse ao mercado e cumprisse suas funções no desenvolvimento econômico.”

Como Ministro do Planejamento (1962-63), Celso Furtado elaborou o Plano Trienal de Desenvolvimento (1963-65) que considerava como pautas a reforma agrária, pesquisa e fomento, crédito agrícola, políticas de preços mínimos, máquinas e equipamentos agrícolas, tratores, fertilizantes, armazéns, silos, estradas e infraestruturas (Grisa, 2012; Gonçalves Neto, 1997; Delgado 1988). O Plano Trienal foi substituído por um plano mais “conciliador” o PAEG³⁸ o qual se manteve enquanto as duas vertentes estavam em disputa.

A partir de 1968 com Delfim Netto como Ministro da Fazenda (1967-74), a vertente “modernizante” assumiu o protagonismo até meados dos anos 1980. Com isso Grisa (2012, p.75) cita que “baseando-se no pensamento funcionalista e modernizante norte-americano, representado por autores como Johnston e Mellor (1961) e Schultz (1965)” realizou-se um ajuste setorial que passou a ser chamado como a

³⁷ Além da corrente Cepalina com Celso Furtado, também se pode citar Caio Prado Jr, Alberto dos Passos Guimarães, tendo o Partido Comunista Brasileiro PCB como importante protagonista nesta época. A principal discordância entre estes autores referia-se a questão da reforma agrária e do trabalho no meio rural. (GRISA, 2012)

³⁸ PAEG - Programa de Ação Econômica do Governo.

“modernização conservadora” por Graziano da Silva (1980) pelo fato de ter promovido mudanças na base técnica, crédito rural, preços mínimos, assistência técnica, seguro rural, pesquisas entre outros, sem mudanças na estrutura agrária do país.

2.3 O SNCR: DA ABUNDÂNCIA AO ESGOTAMENTO NOS ANOS DE 1980

É nesse contexto que surge o SNCR em conjunto com a construção de um aparato institucional para dar suporte à modernização que se ensejava. Sayad (1984, p.4) relata que a legislação definida em 1965 no (MCR) estabelecia que o Programa de Crédito Rural se propusesse a:

“estimular o crescimento ordenado dos investimentos rurais”; a financiar “o custeio oportuno e a comercialização de produtos agropecuários”; a “fortalecer os produtores rurais, particularmente os pequenos e médios”; e a facilitar a introdução de “métodos racionais de produção no setor agrícola”.

Também é importante lembrar que “os bancos comerciais privados não vinham atendendo ao setor satisfatoriamente.” E que o Programa tinha a pretensão de “incentivar a produção agrícola, proteger os pequenos produtores rurais, e promover a “modernização da agricultura”.” (SAYAD, 1984, p.4).

Além do SNCR que era o responsável pelo financiamento da produção, houve: o Programa de Garantia de Preços Mínimos para garantir o preço e a comercialização; Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural que era responsável pela assistência técnica e transferência de tecnologia; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária para promover inovações tecnológicas; Programa de Garantia da Atividade Agropecuária que garantia o seguro agrícola; Reforma do Mercado de Capitais com a reformulação do mercado financeiro; entre outros. (GRISA, 2012; GONÇALVES NETO, 1997).

Conforme Graziano da Silva (1999), a mudança tecnológica se referia a inovações mecânica, agronômicas, biológicas e físico-químicas. Delgado (1985) relata que esses pacotes tecnológicos que foram transferidos para a agricultura implicaram em três características, as

quais, a segunda merece maior atenção por se referir ao estreito vínculo entre tecnologia e a política de crédito rural:

Adaptação das inovações biológicas a estratégias industriais das inovações mecânicas e físico-químicas;

Estreita vinculação da adoção tecnológica à política de crédito rural e aos serviços de assistência técnica governamental;

Inovações em geral apoiadas numa matriz energética intensiva no uso de derivados do petróleo. (DELGADO, 1985, p.96 grifo meu).

Diante de todas as mudanças ocorridas por conta da política expansionista adotada após meados dos anos 1960, o crédito tornou-se abundante. Sayad (1980) afirma que a taxa dos empréstimos rurais que representava 50% do produto agrícola em 1968 passou a representar 100% na metade dos anos 1970. Delgado (1985), afirma que entre 1967 e 1976 o índice de valor real do crédito rural revelou uma trajetória expansionista. O autor relata que houve um crescimento geométrico de 23,8% a.a. entre 1969 e 1976 enquanto que o crescimento real do produto agrícola cresceu em torno de 5% a.a.

Com efeito, a literatura trata como fato a questão de que o crédito não foi aplicado aos pequenos e médios produtores conforme previa seus objetivos. No entanto, estimulou o crescimento dos investimentos rurais, financiou o custeio e a comercialização de produtos agropecuários e facilitou a introdução de métodos racionais de produção no setor agrícola. Com isso, deixava claro também, assim como afirma Sayad (1980) que “A modernização, em especial, era objeto prioritário da política de financiamento.”.

Grisa (2012) afirma que até 1978 o crédito foi aplicado uniformemente independentemente das características dos beneficiários. Corroborando com a afirmação, Sayad (1980) afirma que os grandes proprietários e grandes fazendas receberam, nesse período, parcela desproporcional de crédito rural quando se compara cruzeiro de empréstimo por hectare cultivado. E Continua (1980, p.103) relatando que na década de 1970 era “notável a concentração dos empréstimos rurais em grandes propriedades agrícolas e em culturas comerciais.”.

Com efeito, Grisa (2012), Gonçalves Neto (1997) e Guedes Pinto (1978) mostram que a participação dos pequenos proprietários nos contratos e nos valores totais do crédito para a agricultura e pecuária decaíram entre 1966 e 1976. Os dados apontados pelos autores revelam

que na agricultura os recursos totais recuaram de 34,13% para 11,38% enquanto que na pecuária os valores totais sofreram recuo de 33,27% para 12,12%.

A partir de 1977, conforme Sayad (1980), a política monetária adota medidas contencionistas, tendo nova expansão nos anos de 1978 e 1979 e voltando a reverter principalmente a partir de 1981 quando os saldos de crédito rural representavam apenas 70% do valor real dos saldos em 1977.

Destacam-se no final da década de 1970 as Resoluções 00493, 00540 e 00590 em 1978 e 1979 respectivamente, as quais o CMN classificava os beneficiários do SNCR em quatro critérios: mini; pequenos; médios; e grandes produtores. Essa classificação se dava em valor global da produção agropecuária que era medida em Maior Valor de Referência - MVR que se referia ao valor do maior salário mínimo do país. Assim, Grisa (2012, p.78) destaca que graças a essas resoluções houve “certo atendimento diferenciado para mini e pequenos produtores” na década de 1980.

No entanto, essas diferenciações não foram suficientes. A conjuntura de recessão dos anos 1980 limitou ainda mais o crédito rural aos pequenos produtores. Naquele momento, houve a redução nos recursos do crédito rural, o aumento das taxas de juros e a introdução da correção monetária aos empréstimos. (GRISA, 2012; LEITE, 2001; BUAINAIN e SOUZA FILHO, 2001).

Assim, o subsídio acaba e as instituições financeiras fecham algumas linhas para esse público e adotam procedimentos³⁹ operacionais que dificultam o acesso a essas linhas (GRISA, 2012). É a partir disso que Delgado (1985 p.80), afirma que “a partir de 1980 as condições monetárias restritivas da economia em seu conjunto desencadeiam um movimento de desarticulação do pacto de modernização conservadora.”.

2.4 CRISE DO SNCR NOS ANOS 1980 E MODIFICAÇÕES A PARTIR DOS ANOS 1990

Na década de 1980, o Brasil enfrentou uma crise econômica (inflação inercial e hiperinflação) a qual ficou conhecida como a “década perdida”. Para Delgado (1985) a política monetária impactou a

³⁹ Os bancos e agentes financeiros acabaram ficando extremamente conservadores na política de distribuição de empréstimos exigindo informações cadastrais, propriedade de bens imóveis, conhecimento e confiança.

captação de fundos que favoreciam a agricultura e outros setores, fazendo que o crédito declinasse no início dos anos 1980. Em 1982, por exemplo, Delgado (1985) cita que os créditos para investimento na agricultura representavam apenas 39% do valor concedido no ano de 1975.

As duas crises do petróleo em 1973 e 1979, ocorreram na fase de substituição de importação de insumos básicos para agricultura. Delgado (1985) lembra que até 1978 os investimentos industriais para produção de defensivos e de NPK⁴⁰ continuaram em expansão com incentivos do II PND. A desaceleração do crédito de custeio e do uso de insumos modernos trouxe uma queda de 36% do consumo de fertilizantes em 1981 em comparação com o ano anterior. A queda do consumo, embora tenha aliviado as importações, também desmobilizou inversões em plantas industriais em fase final de montagem, como por exemplo, as fábricas de nitrogenados e ácido ortofosfórico. (DELGADO, 1985).

Para Delgado (1985), a superação da crise não levaria à reversão à forma de financiamento que vigorou com relativo sucesso até o final da década de 1970. Para esse autor (1985, p.82), as causas do declínio do crédito que favorecia a agricultura eram conjunturais, “com a queda da Renda Nacional e das disponibilidades líquidas manipuladas pelo Banco Central e Banco do Brasil” e estruturais “que afetaram de maneira profunda a mobilização dos depósitos à vista.” Para o autor, era inviável reativar o SNCR nos moldes em que havia funcionado até 1980.

penso que as mudanças estruturais profundas, quer no sistema financeiro brasileiro, quer na própria estrutura agrária em geral, tornam inviável a reativação do Sistema Nacional de Crédito Rural, nos moldes em que funcionou até 1980. A sua reestruturação é uma questão essencialmente política, que no fundo requer um novo aparato financeiro do Estado para regulação do desenvolvimento rural. (DELGADO, 1985, p.84).

Para Graziano da Silva (1998) o processo de modernização da agricultura brasileira nos anos 1980 sofreu redução de ritmo devido à quatro fatores principais: a recessão econômica imposta perante a crise a partir do final da década de 1970; redução do crédito que incentivava o processo de modernização; o caráter desigual e excludente que fazia com que os produtores mais aptos à modernização já estivessem

⁴⁰ Fertilizantes compostos por Nitrogênio, fósforo e potássio.

inseridos no processo, e; a mudança do padrão de modernização da agricultura que se baseava na incorporação de novas tecnologias como microeletrônica e biotecnologias.

Segundo alguns autores (GRISA, 2012; BIANCHINI 2010; BITTENCOURT, 2003) houve uma exclusão dos mini e pequenos produtores por parte das instituições financeiras que adotaram procedimentos operacionais que dificultavam o acesso ao crédito no contexto dos anos 1980. Para Grisa (2012), quando chega à crise entre 1981-1982, acaba com o crédito subsidiado. Nesta época houve muita falência da agricultura familiar o que levou os bancos a reagir com o fechamento de linhas de crédito para esse setor.

Com o aumento das taxas de juros e a introdução da correção monetária, aqueles que conseguiram acesso ao crédito passaram por enormes dificuldades de saldar suas dívidas, seja pela alta dos encargos, seja pela queda nos preços dos produtos agrícolas (GRISA 2012). A partir de 1986, as taxas de inadimplência aumentaram significativamente, principalmente em consequência dos Planos Cruzado, Bresser, Verão I e II. Com isso houve crescimento do processo de seletividade dos bancos excluindo ainda mais os agricultores familiares do acesso ao crédito. (BITTENCOURT, 2003).

entre os anos de 1987 e 1988 todas as linhas de crédito foram indexadas e os preços recebidos pelos agricultores não acompanharam os índices gerais de preços (taxas médias de inflação), ampliando ainda mais a inadimplência nos anos seguintes. (BITTENCOURT, 2003, p.64).

Em 1988, a Assembleia constituinte concedeu perdão das dívidas rurais contraídas para projetos com até 5 módulos fiscais. Após isso, embora tenha havido a tentativa de promover o crédito rural por meio de fontes não inflacionárias, a disponibilização dos recursos continuava fortemente vinculada ao estado por meio do Tesouro Nacional, Fundos Constitucionais e recursos controlados. (BITTENCOURT, 2003).

No final dos anos 1980, para se ter ideia da instabilidade do sistema de crédito rural, o número de clientes rural do BB, havia passado de 800 mil para 240 mil. Em relação ao volume de crédito rural contratado, Bittencourt (2003) afirma que em 1988 e 1989 havia sido contratado apenas 45% do valor liberado em 1980. No entanto, com o início do governo Collor, em 1990, os recursos para a agricultura foram

reduzidos ainda mais. Comparando o total emprestado em 1980⁴¹, o volume emprestado entre 1990 e 1993 foi inferior a 30%. (BITTENCOURT, 2003).

Helfand e Rezende (2001) citam que com o Plano Collor e o congelamento de todos os ativos financeiros por 18 meses, incluindo-se também os fundos utilizados para prover liquidez ao setor agrícola, em 1990 o fluxo de crédito caiu 43% em relação ao ano anterior. Com isso, Helfand e Rezende (2001) afirmam que a redução do governo no financiamento à agricultura, nesse ano, foi um efeito colateral de decisões voltadas ao combate à inflação.

Para Graziano da Silva (1998) e Massuqueti (1998), entre as safras 1989/1990 e 1990/1991 o Governo Collor provocou uma série de consequências desastrosas. Em 1990 houve queda na taxa real do PIB agropecuário em (-4,4%) e queda no rendimento físico de importantes produtos agrícolas, bem como de determinados insumos e máquinas. Em 1991, houve redução na quantidade colhida que só não causou maiores impactos porque havia estoques das safras anteriores e das importações durante o Plano Cruzado.

Para Bittencourt (2003), durante todo o processo entre o auge e o declínio do SNCR, os pequenos agricultores possuíam tratamento diferenciado dos setores patronais apenas em relação à taxa de juros e maior percentual em VBC⁴². Com isso, constata-se que “esta diferenciação não reduziu as dificuldades dos pequenos agricultores para acessar o crédito rural porque eles tinham menos condições de fornecer garantias e contrapartidas aos bancos, além do menor valor dos seus contratos.” (BITTENCOURT, p.64).

2.5 DEMOCRATIZAÇÃO E LIBERAÇÃO ECONÔMICA

A democratização e a liberação econômica representam os dois principais processos que modificaram a estrutura econômica e social brasileira. O processo de democratização, iniciado em meados dos anos 1980 e que culminou com a Constituição Federal de 1988⁴³, ampliou os

⁴¹ Ver Gráfico 1 no capítulo III.

⁴² Valor Básico de Custeio (VBC) que era designado como um quantificador dos gastos totais despendidos pelo agricultor na condução da sua lavoura.

⁴³ Além de fortalecer os movimentos sociais, também é importante citar que houve a regulamentação da previdência social, e a necessidade de se criar a Lei

direitos civis e fortaleceu as organizações sociais que ganharam espaço nas disputas políticas. Se antes da constituição as organizações sociais lutavam também por direitos, a partir dela tiveram seus papéis institucionalizados.

Em 1990, o processo de liberação econômica, a partir do início do governo Collor, implicou em sérios problemas para os pequenos produtores do Sul e do Nordeste do Brasil. Com a criação do MERCOSUL⁴⁴, expondo esses pequenos produtores a ampla concorrência com os demais países do bloco, somando-se ao desmonte das políticas agrícolas das décadas anteriores e a crescente desregulamentação dos mercados no Brasil fez com que esses agricultores começassem a se mobilizar a partir das organizações sociais e sindicais.

Os autores (SCHNEIDER, CAZELLA; MATTEI, 2004, p.2) elucidam esse período:

É preciso lembrar que, no contexto do início da década de 1990, a agricultura brasileira, e particularmente a da região Meridional do Brasil, estava fortemente afetada pelo processo de abertura comercial e de desregulamentação dos mercados, fatores que a submetiam a uma concorrência intensa com os países do Mercosul. Em vista das sucessivas dificuldades decorrentes da crise da segunda metade dos anos oitenta, particularmente no que se refere à disponibilidade de crédito e da queda da renda, os agricultores familiares da região Sul do Brasil, e em menor medida os agricultores da região Nordeste (sobretudo os produtores de algodão), encontravam-se debilitados diante da nova conjuntura econômica e comercial.

Somando-se a isso, Delgado (2010) elenca outros dois fatores que afetaram a pequena produção nos anos 1990: a adoção do Plano Real, que provocou queda na renda real do setor agrícola entre 20% a 30% no

Agrícola e a Lei Agrária que mais tarde em 1991 e 1993, respectivamente, são institucionalizadas. Para mais informações ver Grisa (2012).

⁴⁴ Mercado Comum do Sul, bloco econômico que visou criar uma zona de livre comércio entre os países. Criado em 26 de março de 1991, pelos países da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Em 2012 a Venezuela entrou como membro pleno.

primeiro semestre de 2005 e; a valorização da taxa de câmbio associada às elevadas taxas de juros domésticas que favoreciam as importações.

Diante desse contexto, com a ameaça crescente as condições de reprodução de parcela de seus membros, o sindicalismo dos trabalhadores rurais, em contraposição a uma postura crítica e reivindicatória, até então prevalecente, passou a adotar estratégias propositivas. (Grisa e Flexor, 2014; Picolotto, 2011; Schneider, 2010; Favareto, 2006). Nesse mesmo contexto, Schneider (2010), relata que as organizações e movimentos sociais reprimidos na década de 1980, deixam de ser apenas reivindicativos e contestatórios e passam a ser proativos e propositivos na década de 1990.

Com isso, por um lado⁴⁵, ganharam destaque as Jornadas Nacionais de Luta, que a partir de 1995 passaram a se chamar Grito da Terra Brasil a partir do movimento sindical dos trabalhadores rurais ligados a CONTAG e ao DNTR/CUT (MATTEI, 2014). Por outro lado, conforme Mattei (2014), estudos conjuntos do INCRA e da FAO, em 1994, serviram de base para as primeiras formulações para uma nova política pública para o meio rural estabelecendo diretrizes e definindo com mais precisão conceitual a agricultura familiar.

A respeito dessa precisão conceitual, Grisa (2012, p.108), descreve que um dos entrevistados relata que:

políticas universais para a agricultura familiar é uma coisa bem mais recente, e teve uma mudança que ajudou nisto que foi uma mudança conceitual. Seria muito difícil você criar um programa nacional de assistência ao pequeno produtor. Se agricultor familiar já é uma coisa um pouco complicada de definir o que é, pequeno produtor é um conceito muito mais complicado.

Além dos grupos de trabalhos da FAO/INCRA⁴⁶, também merecem destaque outros três trabalhos: Veiga (1991), Abramovay

⁴⁵ Além desses movimentos citados, deve-se entender que no início da década de 1990, houveram movimentos sociais em praticamente todos os territórios brasileiros. Além de sindicatos rurais dos estados, também várias ONGs e movimentos religiosos. Grisa e Flexor (2014, p.4) citam que “De norte a sul do Brasil, o mundo rural estava agitado no início dos anos 1990, com mobilizações regionalizadas levadas a cabo nomeadamente pela CUT”.

⁴⁶ Grisa e Flexor (2014) também mencionam a importância dos grupos de trabalho do Banco Mundial em 1994 intitulados “Brazil, the management of agriculture, rural development and natural resources”.

(1992)⁴⁷ e Lamarche (1999; 1993)⁴⁸. Grisa e Flexor (2014) e Schneider (2003) reconhecem que esses estudos tiveram o mérito de mostrar que a agricultura familiar é reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos e que o modo de produção familiar assume importância decisiva.

No que se refere às principais exigências da Pauta Nacional de Reivindicações do I Grito da Terra Brasil concernente à política agrícola estava a “construção de um crédito rural diferenciado aos pequenos agricultores, com recursos exclusivos, juros e prazos de pagamentos específicos, simplificação na documentação etc.” (GRISA, 2012; GRITO DA TERRA BRASIL, 1994). Para Bittencourt (2003) as lideranças sindicais defendiam que não adiantava haver discussões sobre assistência técnica, diversificação e preservação do meio ambiente se não houvesse crédito e renda:

apesar das pautas de reivindicações incluem assistência técnica, infra-estrutura, meio ambiente e tecnologia, durante as negociações estes temas acabavam colocados em segundo plano [...] [sendo o crédito] o foco central para a grande maioria das mobilizações dos agricultores familiares (BITTENCOURT, 2003, p.108).

Para Bianchini (2015, p.23), ao mesmo tempo das reivindicações do primeiro Grito da Terra Brasil, em 1993, “o Fórum Sul dos Rurais da CUT realizou um seminário em Chapecó, SC, com o lema Crédito de Investimento – uma luta que vale milhões de vida” que apontava o

⁴⁷ Conforme Favareto (2006), os livros de Abramovay e Veiga mostraram a configuração da moderna agricultura capitalista se apoiando numa forma social de trabalho e empresa específica que era a empresa familiar, com isso, contrariando duas tradições científicas e políticas muito fortes: a que generalizava o desenvolvimento das unidades produtivas em exclusiva ou predominante mão de obra assalariada, e; aquela que via a agricultura camponesa como modelo.

⁴⁸ Lamarche (1998) estabeleceu, através de suas análises, quatro modelos teóricos a partir de dois eixos o qual denominou de um “sistema tipológico geral” (1998, p.57). O primeiro eixo procura entender cada produtor na sua relação intrínseca com a terra desde ferramenta de trabalho a objeto de especulação. O segundo, a dependência em relação a tecnologias utilizadas, dependência financeira e do mercado. Os quatro modelos estabelecidos foram: o modelo empresa; empresa familiar; agricultura camponesa e de subsistência e; agricultura familiar moderna.

crédito como bandeira central do movimento sindical daquele momento. Assim, a partir do crédito diferenciado para a produção familiar, esperava-se que desencadeassem conquistas de outras políticas como: ATER, Crédito Fundiário, Pesquisa, Infraestrutura, Habitação, Educação e formação Profissional.

Após muita pressão dos agricultores familiares e inúmeras manifestações, em 1994 ainda no governo de Itamar Franco, é criado o Programa de Valorização da Pequena Produção – PROVAP que vem a ser um marco institucional pelo fato de ser a primeira política de âmbito nacional destinada aos pequenos agricultores. Em Grisa (2012, p.119) o entrevistado denominado “I27 FAgFam” se refere ao PROVAP afirmando que “na prática não aconteceu praticamente nada, mas foi um marco”. O PROVAP atuou com recursos do BNDES e conforme Schneider, Cazella e Mattei (2004), obteve resultados pífios do ponto de vista dos recursos aportados aos agricultores.

O PROVAP foi regulamentado pela resolução nº 2.101 de 24 de agosto de 1994 e destinava-se ao produtor rural que:

- a) pertencesse a uma cooperativa, associação, grupo ou condomínio de produtores rurais;
- b) possuísse área não superior a quatro módulos fiscais;
- c) apresentasse 80% de sua renda proveniente da agricultura;
- d) não possuísse empregados permanentes;
- e) não fosse beneficiário de financiamentos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais ou do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) para a mesma finalidade (Brasil, Conselho Monetário Nacional, 1994).

Em 1995, no segundo Grito da Terra Brasil, aquelas mesmas entidades somadas à Organização das Mulheres Trabalhadoras Rurais traziam mais uma série de reivindicações tais como: reforma agrária, política agrícola, relações trabalhistas, combate à violência no campo, política energética, previdência social, política para os povos indígenas e meio ambiente. No que concerne às políticas agrícolas, as principais demandas se referiam à renegociação de dívidas, comercialização, inclusão de novos públicos beneficiários, concessão de crédito por unidade ao invés de ser por produto, priorização de custeio para culturas alimentares e algodão, questões específicas ao PROVAP entre outros. (GRISA, 2012; GRITO DA TERRA BRASIL, 1995).

É preciso lembrar que em 1994, houve eleições presidenciais tendo concorrido numa disputa acirrada Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva. Com isso, conforme Bianchini (2015) o Governo FHC assumiu o compromisso com um conjunto de propostas das organizações da agricultura Familiar. Após a posse do presidente eleito Fernando Henrique Cardoso em 1995, dois documentos foram elaborados pela equipe do governo:

O primeiro elaborado pela equipe da SDR-MAARA, o Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PLANAF), o segundo uma resolução do BACEN de agosto de 1995 que instituiu a linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). (BIANCHINI, 2015, p.25)

2.6 BREVE SÍNTESE DO CAPÍTULO

A partir da Criação do SNCR, em meados da década de 1960, o referencial modernizante é adotado no Brasil e o foco da política de crédito rural acaba beneficiando apenas os agricultores melhor estruturados. Assim, durante o auge do SNCR, a partir do final da década de 1970 e o declínio a partir de meados da década de 1980, os pequenos agricultores mantiveram-se à margem das políticas de crédito até o ano de 1995 quando o PRONAF é criado.

O capítulo procura demonstrar a conjuntura percorrida pelo SNCR a partir da disputa de dois referenciais: Reformistas e Modernizantes. A partir da ditadura, em 1964, é adotado o referencial modernizante em conjunto com os Projetos PND I e PND II. Com isso, o crédito destinado entre 1969 e 1976 cresce geometricamente a 23,8% a.a. Enquanto isso, os pequenos agricultores só vão ter uma política de diferenciação a partir de 1978, momento em que a economia começa a demonstrar sinais de contenção acompanhando a crise internacional.

Nos anos 1980, o Brasil entra em crise a partir do grave período de inflação vivido pela economia nacional. Assim, o governo adota uma postura contencionista reduzindo os subsídios e as instituições financeiras ficam mais rigorosas na liberação de crédito, mais uma vez os pequenos produtores ficam sem perspectivas. Com isso, entre 1988 e 1989 os créditos representam cerca de 45% do que estava disponível em 1980, correspondendo a 30% entre 1990 e 1993.

No início dos anos 1990 alguns fatores contribuem para que haja uma reivindicação dos pequenos agricultores. No Governo Collor é adotada a liberação econômica com abertura comercial sem que houvesse tido um planejamento para a concorrência, principalmente com países vizinhos. Além disso, o Plano Real provocou queda na renda real do setor agrícola e a valorização da taxa de câmbio associada às elevadas taxas de juros domésticas que favoreciam as importações.

Assim, levando em conta o início da democracia que ali se formava após a Constituição de 1988, as organizações e movimentos sociais reprimidos na década de 1980 deixam de ser apenas reivindicativos e contestatórios e passam a ser proativos e propositivos na década de 1990. Ganham destaque as Jornadas Nacionais de Luta e o Grito da Terra Brasil que reivindicaram um projeto nacional para a agricultura familiar brasileira.

CAPÍTULO III: POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR: DO PAPP AO PRONAF

Este capítulo inicia abordando algumas políticas públicas de apoio à agricultura familiar para em seguida explorar mais intensamente o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR

Entre os anos 1970 e 1980 algumas políticas públicas de apoio ao pequeno produtor foram adotadas. A maioria sem sucesso, mas duas obtiveram maior notoriedade como é o caso do POLONORDESTE e o PAPP. Além do POLONORDESTE, outras propostas de pólos de desenvolvimento rural se institucionalizaram a partir do II PND como o POLOCENTRO⁴⁹, POLAMAZÔNIA⁵⁰ e POLONOROESTE⁵¹.

O Programa de Desenvolvimento Integrado do Nordeste do Brasil - POLONORDESTE tinha o objetivo de “promover o desenvolvimento e modernização do Nordeste, com o sentido de polos agrícolas e agropecuários.” (Brasil, Presidência da República, 1974). Grisa (2012) e Wilkinson (1986) apontam que o Banco Mundial influenciou na concepção do programa em relação ao público alvo que tendia à beneficiar pequenos proprietários com potencial produtivo e capacidade de endividamento. O objetivo segundo Grisa (2012) e Wilkinson (1986) era modernizar o setor de produção de alimentos.

⁴⁹ Programa de Desenvolvimento dos Cerrados. Programa com a estratégia de aproveitamento econômico dos cerrados (principalmente centro de Minas Gerais e Goiás) superando a limitação dos seus solos mediante mecanização de suas áreas e aplicação de corretivos e fertilizantes. Para mais informações ver Delgado (1985).

⁵⁰ Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia que compreendia basicamente, a exploração agropecuária, agromineral e agroindustrial dos recursos da região amazônica. Para mais informações ver Delgado (1985).

⁵¹ Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil (principalmente regiões novas de Mato grosso e de Rondônia) contemplava o estilo da POLAMAZONIA, mas se diferenciava ao apresentar projetos públicos de regularização agrária e assentamento de colonos provenientes de outras regiões. Para mais informações ver Delgado (1985).

Para Wilkinson (1986, p.24) “fica claro que o foco central da política do Banco não é a pobreza rural em si, mas o estímulo à modernização do setor de produção de alimentos, baseado essencialmente, embora não exclusivamente, na pequena produção.”. A modernização seria alcançada através da estrutura de crédito oficial que criaria condições para absorção de tecnologia, e com isso incrementando a produtividade.

O POLONORDESTE tinha 15 ações que variavam de acordo com o estado e com a região, destacando-se os investimentos em infraestrutura física e social, crédito rural e assistência técnica. O Programa estabelecia três critérios para considerar o produtor como pequeno: que o estabelecimento possuísse até 50 hectares para agricultura e até 100 hectares para pecuária, recebesse até dois salários mínimos regionais de renda total e a produção fosse baseada essencialmente no trabalho familiar.

Grisa (2012) afirma que os três pontos principais abordados foram: a regularização fundiária, o crédito rural e a assistência técnica. Em termos gerais, os pequenos produtores obtiveram algumas ações e iniciativas, no entanto, com alcance muito menor que aquelas destinadas aos grandes produtores. Para Delgado (1985, p.110), embora tenham existido experiências localizadas bem sucedidas, essas “experiências de desenvolvimento integrado, seja pela limitação ou contradição dos seus objetivos, não lograram os resultados positivos no campo social que seus formuladores pretendiam.”.

Quanto ao PAPP, que acabou absorvendo o POLONORDESTE, foi um dos seis programas que compuseram o Projeto Nordeste. O PAPP compreendia o pequeno produtor rural como “aquele que desenvolve atividades econômicas, isoladamente ou em regime de parceria, em terras de sua propriedade ou não, cuja superfície total não ultrapasse 100 hectares e cuja fonte predominante de rendimento familiar provenha da exploração dessas terras” (GRISA 2012, p.99).

O PAPP possuía duas linhas principais. Uma delas de apoio à produção que continha ações de intervenção nos recursos hídricos, ações fundiárias, apoio à comercialização, geração e difusão de tecnologias, e crédito rural. A outra de Apoio às Pequenas Comunidades Rurais (APCR) que possuía uma abordagem criada pelo Banco Mundial denominada “Desenvolvimento dirigido pelas comunidades” (*Community Driven Development- CDD*). Esta abordagem era acompanhada por entidades públicas e privadas, sociedade civil e terceiro setor, no entanto, os recursos financeiros eram administrados pelos grupos comunitários locais. (GRISA, 2012).

A ação que logrou êxito no Programa referente ao apoio à produção foi a Compra Antecipada da Produção – CAP. Já em relação à geração e difusão de tecnologias, assistência técnica e crédito rural o programa enfrentou dificuldades em contemplar as particularidades dos pequenos produtores (GRISA, 2012; DELGADO, 1985). Quanto ao APCR, (GRISA, 2012; SOARES, 1996; DELGADO, 1985) afirmam que este instrumento respondeu as demandas do público beneficiário e garantiu sua participação na maioria dos casos.

Em 1993, o PAPP foi reformulado e o APCR tornou-se o instrumento central do Programa substituindo o desenvolvimento rural integrado pela estratégia baseada na comunidade. Com isso, a comunidade escolhia um projeto prioritário para aplicar recursos em projetos produtivos, de infraestrutura ou sociais. O APCR tornou-se importante instrumento de combate e alívio da pobreza o que levou o PAPP, a partir de 1995, a denominar-se Programa de Combate à Pobreza Rural - PCPR. (GRISA, 2012)

Para Grisa (2012) o PAPP apresentou resultados positivos principalmente em termos de infraestrutura trazendo melhorias na qualidade de vida da população rural. No entanto, não transformou a condição de reprodução social e também não reconhecia a importância econômica da agricultura familiar. A autora (p.106) ressalta ainda que “a construção destas políticas para a pequena produção (POLONORDESTE e PAPP) não contou diretamente com as ideias do fórum da agricultura familiar.” Ou seja, os movimentos sociais não tiveram oportunidade de intervir na elaboração normativa da política e na criação de seus instrumentos.

Outro Programa criado nos anos 1980, pouco estudado, foi o PROCERA. O Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária, criado em 1986, objetivava “financiar projetos produtivos capazes de promover a emancipação dos assentamentos” (GRISA, 2012). A família recebia um crédito para implantação com objetivo de viabilizar a instalação das atividades e em seguida havia como acessar crédito custeio e investimento (GRISA, 2012; PEREIRA, 2005).

Até 1989, o PROCERA havia atendido 30 mil famílias. Houve uma paralisação durante o governo Collor entre 1990 e 1992, no entanto, no governo Itamar Franco com as pressões sociais volta a ser operado chegando a assentar até o ano de 2000, cerca de 444.471 famílias. Embora tenha sido operacionalizado inicialmente pelo BNDES, a partir de 1991 o Banco do Brasil passa a ser o administrador.

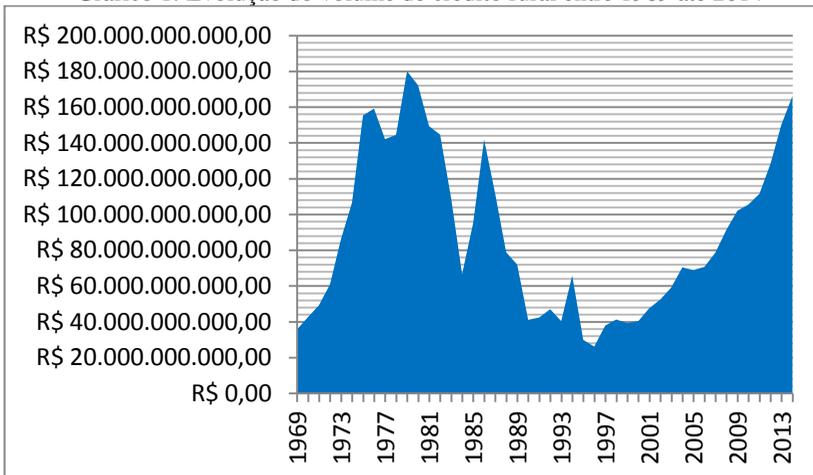
Entre alguns dos resultados, ressalta-se que além dos impactos positivos do crédito, possibilitou aos assentados buscar novos espaços

de atuação política através de ações coletivas. O PROCERA a partir de 1999 é unificado com o PRONAF passando a ser gerido a partir desse novo Programa. (PEREIRA, 2005).

3.2 CRIAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PRONAF

É importante ressaltar que durante todo o período, desde a criação do SNCR em 1965, foi na década de 1990 que o crédito atingiu o menor volume de recursos. Conforme gráfico abaixo com dados retirados do Banco Central do Brasil pode-se verificar a trajetória do crédito rural com ascensão a partir do final da década de 1960 chegando ao seu ápice no final da década de 1970. Houve um declínio forte até 1984 com crescimento nos anos seguintes, mas a partir de 1988 as quedas se mantiveram até chegar ao menor valor em 1996. Após esse ano os valores iniciaram crescimento modesto até que a partir da década de 2000 houve crescimento vigoroso nos volumes de crédito. Há expectativa de que na safra de 2015/2016 possa-se alcançar o ápice vivido nos anos 1979 quando o crédito chegou a ultrapassar R\$ 180 bilhões de reais⁵².

Gráfico 1: Evolução do volume de crédito rural entre 1969 até 2014



Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base nos valores fornecidos pelo BACEN (Estatística Geral dos Créditos Rurais entre 1969 e 1983, RECOR

⁵² Valores atualizados pelo Banco Central do Brasil com base no IGP-DI 2014.

1984 e 2012, SICOR 2013 e 2014). Os valores trabalhados no gráfico são constantes em Reais e atualizados pelo IGP-DI referente ao ano de 2014.

Bittencourt (2003, p.66) também salienta que “entre 1988 e 2000 os gastos públicos com desenvolvimento agrícola caíram para menos da metade”. Os valores financiados entre início da década de 1970 e os anos 1990 para os pequenos e mini-produtores representaram cerca de 15%⁵³ a 25% dos recursos. Quanto a esse percentual destinados aos pequenos e mini produtores, apenas três grupos que representavam cerca de 15% da agricultura familiar é que tiveram acesso.

Esses três grupos eram compostos por: agricultores integrados a complexos agroindustriais de fumo, aves, suínos e bicho-da-seda; pequenos estabelecimentos de 15 ha a 80 ha com solos de boa qualidade em regiões de grande desenvolvimento agropecuário que receberam crédito e assistência técnica através de cooperativas agropecuárias; o terceiro grupo representa aqueles agricultores que conseguiram se beneficiar de algum nicho de mercado ou tecnologia de produção (Bittencourt, 2003).

A institucionalização do PRONAF, em conjunto com o PROVAP, que foi superado por aquele, foi o reconhecimento de uma categoria que tinha permanecido à margem das políticas públicas de crédito anteriores. Ao mesmo passo que houve exclusão de grande parte dos pequenos e mini-produtores após meados dos anos 1960, a partir da democratização nos anos 1980 e da conjuntura conflituosa e reivindicatória dos anos 1990 esses agricultores puderam ser legitimados através de uma política pública destinada a essa categoria social denominada agricultura familiar.

Grisa (2012, p.131), aponta três fatores para que “os porta-vozes do fórum da comunicação política entrassem em acordo na construção do PRONAF”. Primeiramente, Grisa (2012) aponta que havia porta-vozes do PSDB, como o próprio presidente do partido na época, que reivindicava em favor da agricultura familiar. Em seguida, o próprio governo tinha interesse em amenizar e conter a contestação social, principalmente MST e CONTAG, que lideravam os Gritos da Terra Brasil, tentando influenciar o sindicalismo rural e manter seu apoio eleitoral.

O terceiro fator contempla as ideias do fórum científico que através do Banco Mundial e do Projeto FAO/INCRA “influenciaram a

⁵³ É importante explicitar que a agricultura empresarial responde por cerca de 85% do crédito disponível no gráfico.

decisão dos porta-vozes do fórum da comunicação política de construir um programa para a agricultura familiar” (GRISA, 2012, P.133). Esses estudos objetivavam ressaltar a importância econômica da agricultura familiar favorecendo o acesso desses agricultores ao mercado. Ao estado, havia a orientação de não mais subsidiar e sustentar a renda. A necessidade do estado passava a ser a intervenção nas “falhas de mercado”⁵⁴ e em políticas de redução da pobreza rural. (GRISA, 2012).

Nesse mesmo sentido, os autores Olalde, Santos e Santos (2007) complementam que a partir do processamento dos dados do Censo Agropecuário 1995/1996 com a pesquisa FAO/INCRA em 1996 explicitou-se as dimensões e contribuições da agricultura familiar para a produção agropecuária nacional. A agricultura familiar representava 85,2% dos estabelecimentos do país ocupando 30,5% da área produtiva e gerava 37,9% do valor bruto de produção⁵⁵ agropecuária tendo acesso a só 25,3% dos financiamentos nacionais. A ocupação de 76,9% do pessoal na agricultura nacional também acrescentou forte importância ao setor.

No que se refere à definição do que seria o PRONAF, a CONTAG foi quem apresentou maior influência nas definições. A Resolução 2.191 definiu os critérios idênticos àqueles reivindicados no documento Brasil-MAARA/CONTAG (1994). Os critérios apresentaram alguns conflitos principalmente acerca de quantidade de empregados permanentes. Enquanto os representantes dos sindicatos do Nordeste defendiam a não inclusão de empregados, os da Região Sul defendiam a inclusão de um ou dois empregados.

Embora os documentos do “Grito da Terra Brasil” apresentassem tendência dominante a não ter empregados, se expressando na Resolução 2.191, a CNA entrou no embate e pressionou para que houvesse a inclusão de até dois empregados permanentes. Essa pressão encontrou resultados favoráveis na Resolução 2.310 de 29 de agosto de 1996 (GRISA, 2014).

Outra discussão que esteve presente foi sobre a questão produtivista. Havia questionamentos sobre o modelo de produção vigente, no entanto, havia “a necessidade de acentuar a importância

⁵⁴ Falhas de mercado se referem a espaços não contemplados pelo mercado, onde há necessidade do apoio de políticas públicas.

⁵⁵ Conforme Olalde, Santos e Santos (2007, p.3), “A contribuição era mais expressiva na produção de alimentos básicos, como mandioca (84%), feijão (67%), suínos (58%), pecuária de leite (52%), milho (49%), trigo (46%) e aves (40%).

numérica e econômica da agricultura familiar” (GRISA, 2012, P.143) o que acabou edificando um referencial produtivista ao Programa. Com isso, mesmo a agricultura familiar tendo sido ignorada pelas políticas públicas anteriores, o argumento sobre a importância na geração de empregos e produção de alimentos ganhou espaço naquele momento.

Diante do contexto dos anos anteriores, o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar é criado através da Resolução 2.191 de 24 de agosto de 1995 do Conselho Monetário Nacional e institucionalizado com o Decreto Presidencial nº 1.946 em 28 de julho de 1996. Para Schneider, Cazella e Mattei (2004, p.3) “desse ano em diante, o programa tem se firmado como a principal política pública do governo federal para apoiar os agricultores familiares.”.

No início, conforme Mattei (2007), o Programa apresentava quatro objetivos específicos: a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; b) viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social; d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos.

O PRONAF, do ponto de vista operacional, embora até 2003 tenha expandido apenas as linhas de financiamento à produção e o PRONAF Infraestrutura, possuía inicialmente quatro linhas de atuação: a) financiamento da produção (crédito custeio e investimento); b) PRONAF Infraestrutura que se destinava a financiar obras e serviços de infraestrutura, além de serviços básicos municipais de todas as regiões do país que possuíssem economia agrícola familiar. Esta linha esteve em expansão até 2003, quando foi incluída na política territorial do PRONAF⁵⁶; c) capacitação e profissionalização dos agricultores familiares, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural; d) financiamento da pesquisa e extensão rural com fim de gerar tecnologia para os agricultores familiares (MATTEI, 2014; GRISA, 2012).

A Resolução 2.191 instituiu o PRONAF, no âmbito do crédito rural destinando-se ao “apoio financeiro às atividades agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor e de sua família.” Já o Decreto 1.946 de 28 de junho de 1996, indicava que o PRONAF tinha a “finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares,

⁵⁶ Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais.

de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda.” (Brasil, Presidência da República, 1996).

Conforme o MCR⁵⁷ atualizado em janeiro de 2014, o PRONAF destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas.

Para Mattei (2014) o PRONAF passou por três fases:

A primeira delas, que compreende o período entre 1996 e 1999, se caracterizou por pequenas alterações nas regras de funcionamento, com a redução progressiva das taxas de juros (de 12% ao ano safra de 1996 para 6,75% a.a. em 1999).

A segunda fase, que compreende o período entre 1999 e 2008, pautou-se pela estratificação dos beneficiários com a adoção de seis diferentes grupos de agricultores familiares que foram estratificados de acordo com o nível da renda bruta familiar anual. Esta mudança faz parte da Resolução 2.629, de 10.08.1999, em que o CMN alterou o capítulo 10 do Manual de Crédito Rural do País. Com esta nova classificação, buscou-se tornar as regras de financiamento mais adequadas à realidade dos distintos segmentos que compõem o setor da agricultura familiar brasileira.

A terceira fase compreende o período pós 2008, uma vez que a Resolução 3.559 do CMN, de 28.03.2008, extinguiu as categorias C, D e E para fins de acesso aos mecanismos de financiamento do Programa, mantendo apenas os grupos A, B e A/C para fins de enquadramento funcional do PRONAF. Todos os demais beneficiários passaram a ser classificados como agricultores familiares. (MATTEI, 2014 P.59-60)

⁵⁷ Manual de Crédito Rural – MCR codifica as normas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e aquelas divulgadas pelo Banco Central do Brasil relativas ao crédito rural, às quais devem subordinar-se os beneficiários e as instituições financeiras que operam no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), sem prejuízo da observância da regulamentação e da legislação aplicáveis.

Quanto às diretrizes assumidas pelo PRONAF, somam-se três decretos que obtiveram poucas mudanças. No Decreto 1.946 de 28 de junho de 1996 e no Decreto 3.200 de 6 de outubro de 1999 observa-se a ampliação de uma diretriz, passando de nove para dez diretrizes. Do Decreto 3.200 para o atual Decreto 3.508 de 14 de junho de 2000 têm-se a ampliação para onze diretrizes e algumas mudanças pontuais: a troca de nomenclatura na primeira diretriz, passando a assumir “ocupação” ao invés de “emprego”; na sétima diretriz ao invés do termo “buscar” houve a troca para “estimular”; e, na última diretriz, houve a retirada dos termos associativismo e cooperativismo⁵⁸ e também sobre elevação dos poderes de barganha. Abaixo seguem as diretrizes atuais:

I - melhorar a qualidade de vida no segmento da agricultura familiar, mediante promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada, aumento de sua capacidade produtiva e abertura de novas oportunidades de ocupação e renda;

II - proporcionar o aprimoramento das tecnologias empregadas, mediante estímulos à pesquisa, ao desenvolvimento e à difusão de técnicas adequadas à agricultura familiar, com vistas ao aumento da produtividade do trabalho agrícola, conjugado com a proteção do meio ambiente;

III - fomentar o aprimoramento profissional do agricultor familiar, proporcionando-lhe novos padrões tecnológicos e gerenciais;

IV - adequar e implantar a infra-estrutura física e social necessária ao melhor desempenho produtivo dos agricultores familiares, fortalecendo os serviços de apoio à implementação de seus projetos, à obtenção de financiamento em volume suficiente e oportuno, dentro do calendário agrícola, e o seu acesso e permanência no mercado, em condições competitivas;

V - atuar em função das demandas estabelecidas, nos níveis municipal, estadual, federal e do Distrito Federal, pelos agricultores familiares e suas organizações;

⁵⁸Possivelmente, houve a retirada desses termos “associativismo e cooperativismo” pensando na inclusão da XI diretriz sobre o termo “organização de agricultores familiares” que é um termo que abarca os anteriores.

VI - agilizar os processos administrativos, de modo a permitir que os benefícios por ele proporcionados sejam rapidamente absorvidos pelos agricultores familiares e suas organizações;

VII - estimular a participação dos agricultores familiares e de seus representantes no processo de discussão dos planos e programas;

VIII - promover parcerias, entre os poderes públicos e o setor privado, para o desenvolvimento das ações previstas, como forma de se obter apoio e fomentar processos autenticamente participativos e descentralizados;

IX - estimular e potencializar as experiências de desenvolvimento que estejam sendo executadas pelos agricultores familiares e suas organizações, nas áreas de educação, formação, pesquisa e produção, dentre outras;

X - apoiar as atividades voltadas para a verticalização da produção dos agricultores familiares, inclusive mediante financiamento de unidades de beneficiamento e transformação, para o desenvolvimento de atividades rurais não-agropecuárias, como artesanato, indústria caseira e ecoturismo, notadamente como forma de facilitar a absorção de tecnologias;

XI - incentivar e apoiar a organização dos agricultores familiares. (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2000)

Quanto aos beneficiários do Programa, também houve algumas mudanças. As principais podem ser resumidas da seguinte maneira: a renda mínima que no início era de 80% originária da atividade agropecuária passou a ser de 50%; a renda bruta familiar máxima foi sofrendo alterações durante os anos estando atualmente em R\$ 360.000,00; também houve a inclusão de beneficiários como quilombolas, pescadores, povos indígenas, entre outros. Atualmente, existem apenas três grupos especiais remanescentes, o A, A/C e o B. O restante são chamados Agricultores Familiares. Conforme o MCR o beneficiários do PRONAF são aqueles que:

Item 1. a) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA),

ou permissionário de áreas públicas; b) residam no estabelecimento ou em local próximo, considerando as características geográficas regionais c) não detenham, a qualquer título, área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados conforme a legislação em vigor, observado o disposto na alínea "g"; d) no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da renda bruta familiar seja originada da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento, observado ainda o disposto na alínea "h"; e) tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando mão de obra de terceiros de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor que o número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar; f) tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP, de até R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), considerando neste limite a soma de 100% (cem por cento) do Valor Bruto de Produção (VBP), 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebida por qualquer componente familiar, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais; g) o disposto na alínea "c" não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais; h) caso a renda bruta anual proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento seja superior a R\$1.000,00 (um mil reais), admite-se, exclusivamente para efeito do cálculo da renda bruta anual utilizada para o cálculo do percentual de que trata a alínea "d" deste item, a exclusão de até R\$10.000,00 (dez mil reais) da renda anual proveniente de atividades desenvolvidas por membros da família fora do estabelecimento.

Item 2: São também beneficiários do PRONAF, mediante apresentação de DAP ativa, as pessoas que: a) atendam, no que couber, às exigências previstas no item 1 e que sejam: I - pescadores artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais; II - aquicultores que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida e que explorem área não superior a 2 (dois) hectares de lâmina d'água ou ocupem até 500 m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanque-rede; III - silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; b) se enquadrem nas alíneas "a", "b", "d", "e" e "f" do item 1 e que sejam I - extrativistas que exerçam o extrativismo artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores; II - integrantes de comunidades quilombolas rurais; III - povos indígenas; IV - demais povos e comunidades tradicionais.

Item 3: Os beneficiários do PRONAF definidos nos itens 1 e 2 podem ser enquadrados em grupos especiais deste Programa, mediante apresentação de DAP ativa, conforme as seguintes condições: a) Grupo "A": assentados pelo PNRA ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não contrataram operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) ou que ainda não contrataram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do PRONAF de que trata o MCR 10-17, itens 2 e 6; b) Grupo "B": beneficiários cuja renda bruta familiar anual, de que trata a alínea "f" do item 1, não seja superior a R\$20.000,00 (vinte mil reais), e que não contratem trabalho assalariado permanente; c) Grupo "A/C": assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF, que: I - tenham

contratado a primeira operação no Grupo "A"; II - não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo "A/C".

3.3 PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES OPERACIONAIS

Dentre as principais modificações operacionais ocorridas podem se citar algumas como a criação do PRONAF Especial em outubro de 1997, que ficou conhecido como Pronafinho. A autora Grisa (2012) narra que o Pronafinho nasceu através do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA que não estavam tendo acesso ao PRONAF e necessitavam de diferenciação. Um fato que chamou atenção, entre final de 1995 e início de 1996, foi quando pequenos agricultores enfrentaram uma estiagem no estado do Rio Grande do Sul. Com isso, houve manifestações e reivindicações em cinco regiões daquele estado fazendo acampamentos na beira das rodovias. Além disso, outro evento que ganhou destaque na época foi o fato de alguns agricultores fazer greve de fome durante a visita do Papa João Paulo II ao Brasil em outubro de 1997.

Em 1997, além de uma forte queda na taxa de juros, houve a implementação da linha PRONAF Infraestrutura e Serviços Municipais. Além disso, foi aprovado e iniciou a ser operado o Rural Rápido, exclusivamente através do BB. Em 1998, foi aprovado o PRONAF Especial linha de investimento e teve início as linhas de crédito para agroindústria familiar através do PRONAF Agroindústria e do Agregar⁵⁹.

Em 1999, o PRONAF passa para o MDA que é instituído nesse ano. Com isso, houve a extinção do PROCERA e a criação dos grupos A, B, C e D do PRONAF por meio da Resolução 2.629 do Conselho Monetário Municipal. O Grupo A contemplava assentados pelo PNRA que não tivessem contratado operações de investimento pelo PROCERA. O grupo B foi criado com o objetivo de combater a pobreza rural, o MDA estabeleceu que o crédito seria direcionado aos agricultores que viviam abaixo da linha da pobreza. O valor da renda bruta anual familiar máxima não poderia ultrapassar R\$ 1.500,00 excluídos os proventos da aposentadoria. Começando a ser operacionalizado em 2000, até 2003 os beneficiários pertenciam

⁵⁹ Agregar - Agregação de Renda da Agricultura Familiar instituído em 1998 para financiar agroindústria e turismo rural.

somente ao Nordeste, norte de Minas Gerais, Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri e norte do Espírito Santo. Em abril de 2004 a região Norte também passou a ter acesso. O restante das regiões foram inseridas logo em seguida.

O grupo C substituiu o PRONAF Especial (Pronafinho) e representava os agricultores familiares que obtivessem, no mínimo, 80% da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento, tivessem o trabalho familiar como predominante na exploração da propriedade rural, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, e apresentassem renda bruta anual familiar acima de R\$1.500,00 e até R\$8.000,00. O Grupo D representou o PRONAF Tradicional e contemplava agricultores familiares que também obtivessem, no mínimo, 80% da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento, tivessem o trabalho familiar como predominante na exploração da propriedade rural, podendo manter até dois empregados permanentes, e apresentassem renda bruta anual familiar situada acima de R\$ 8.000,00 e até R\$ 27.500,00 (Brasil, Conselho Monetário Nacional, 1999).

No ano de 2000, houve a fixação da taxa de juros em 4% a.a. sendo que em alguns casos de investimento a taxa efetiva resultava em 3% a.a. com o bônus de adimplência. Neste mesmo ano é criado o grupo A/C, crédito custeio para assentados que haviam recebido recursos do PRONAF A ou PROCERA. Foram iniciadas as operações do PRONAF B na região Nordeste e o PRONAF Agroindústria passou a fazer parte do Agregar e o Proagro se tornou obrigatório para o crédito de custeio. (BITTENCOURT, 2003)

Em 2001, além de uma série de mudanças operacionais a partir de aumento de prazos de carências para algumas linhas, estabelecimento de tetos adicionais para linhas de crédito custeio e investimentos destinados a financiamento de produções orgânicas, mulheres e para jovens agricultores que tivessem concluído ensino profissionalizante rural. Além disso, foi nesse ano que houve a proibição da utilização de recursos equalizados do FAT para cultura de fumo e os quilombolas foram incluídos no grupo B (BITTENCOURT, 2003). Na linha PRONAF Infra-Estrutura a seleção dos municípios contemplados passou a ser para aqueles com “Índice de Desenvolvimento Humano – IDH inferior ou igual a 0,5 e os beneficiários dos Programas Comunidade Ativa e/ou Comunidade Solidária” (FERNANDES, 2011, p.83).

No ano de 2002, o PRONAF deixa de financiar a cultura de fumo. A Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP passa a ser fornecida para a unidade familiar. Além disso, nesse mesmo ano houve

a criação da linha de ação de créditos de investimento para silvicultura e sistemas agroflorestais – PRONAF-Floresta. Em relação ao crédito, Bianchini (2015) informa que o valor efetivamente aplicado entre os anos 1995 e 2002 representaram apenas 60% do crédito disponibilizado.

Em 2003, houve a posse do Governo Lula, e mais algumas mudanças se encaminharam. Com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT no MDA, a linha PRONAF Infra-Estrutura e Serviços Municipais migrou da SAF para aquela a qual passou a financiar projetos que incorporassem a noção de desenvolvimento territorial. No mesmo ano também foi criado o grupo E do PRONAF também conhecido como PROGER Familiar Rural a partir da Safra 2003/2004 que foi “composto por agricultores familiares com os melhores índices de renda bruta familiar anual” (MATTEI, 2007, p.146).

Na Safra 2003/2004 também houve a criação de novas modalidades: PRONAF Alimentos que objetivava estimular a produção de cinco alimentos básicos (arroz, feijão, mandioca, milho e trigo); PRONAF Pesca com objetivo de apoiar os pescadores artesanais; PRONAF Agroecologia; PRONAF Turismo Rural; PRONAF Mulher; PRONAF Jovem Rural; PRONAF Semi-Árido e PRONAF Máquinas e equipamentos (SCHNEIDER, CAZELLA E MATTEI, 2004). Também foi criado o PRONAF Fome Zero no âmbito do Grupo B e ampliação da área para ser enquadrado como agricultor familiar para pecuaristas familiares de 4 para 6⁶⁰ módulos fiscais incluindo pecuaristas de corte nos financiamentos. Além de outras medidas operacionais para simplificar o acesso ao crédito como, por exemplo, a emissão da DAP via internet. (BIANCHINI, 2015).

No ano de 2004 houve a criação da linha de financiamento Cota-Parte. Na safra 2004/2005 foram anunciados R\$7,5 bilhões para 1,8 milhões de contratos, no entanto são aplicados apenas R\$4,6 bilhões em 1.710.000 contratos. Há a incorporação da poupança rural como nova fonte de financiamento. É Lançado o PRONAF Custeio da Agroindústria Familiar e criado o Seguro da Agricultura Familiar e o Proagro Mais. (BIANCHINI, 2015).

Na safra 2005/2006 segundo Bianchini (2015) foi o ano do recorde do número de contratos com 2.546.517 ultrapassando a meta de 2 milhões de contratos para aquela safra. No entanto, os valores

⁶⁰ Com a aprovação da Lei da Agricultura Familiar em 2006 e a definição de 4 módulos fiscais essa medida que tinha passado para 6 módulos perdeu a validade.

aplicados alcançaram 71% (R\$6,4 bilhões) do valor de R\$9 bilhões disponibilizados. Nessa mesma safra oficializam-se os agricultores participantes do Programa de Crédito Fundiário como beneficiários do Grupo A. Oficializa-se o PRONAF B como PRONAF Microcrédito Rural e também é oficializada a linha de crédito do PRONAF Agroecologia.

Em 2006, assim como nos anos anteriores, dois movimentos se mantiveram: a redução gradativa das taxas de juros e o aumento da disponibilização anual de crédito. No entanto, em 2006 houve dois fatos bem importantes do ponto de vista institucional. Primeiramente, destaca-se a institucionalização da Lei nº 11.326⁶¹ de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Além disso, é criado o Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar⁶² PGPAF que é um seguro que trouxe proteção de preço para o agricultor familiar.

No ano de 2007, houve a criação do PRONAF-Eco destinado à implantação ou recuperação de tecnologias de energia renovável; tecnologias ambientais, armazenamento hídrico, aproveitamentos hidroenergéticos e atividades florestais. Também houve a ampliação do PRONAF-Floresta que passa a financiar também a recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e a recuperação de áreas degradadas. Além disso, pode-se citar a ampliação da faixa etária do PRONAF Jovem passando de 25 anos para o teto de 29 anos.

Em 2008, houve três grandes implementações: mantiveram-se os grupos A, B e A/C e houve a extinção dos Grupos C, D e E. A partir disso, os grupos extintos passaram a fazer parte de um único grupo chamado de Agricultores Familiares; também foi lançado nesse ano o PRONAF Mais Alimentos⁶³ que foi uma linha de investimento criada para impulsionar a produção, diante da crise internacional de alimentos que projetava aumento dos preços dos alimentos com ascensão da fome

⁶¹ Conhecida como a Lei da Agricultura Familiar, estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais

⁶² O PGPAF garante a equivalência dos preços com as parcelas do financiamento. No ato do pagamento, uma portaria estabelece um bônus de acordo com os preços de mercado, sempre que esse preço for inferior ao PGPAF.

⁶³ O PRONAF Mais Alimentos foi instituído pela Resolução nº. 3.592 de 03 de julho de 2008 do Conselho Monetário Nacional.

e insegurança alimentar; a terceira foi a implementação do PRONAF Sistêmico que em 2009 seria institucionalizado como PRONAF Sustentável.

No que se refere à mudança dos grupos do PRONAF, Mattei (2014) afirma que esse fato marca a terceira fase do Programa que excluindo-se os grupos A, B e A/C que continuam existindo, os demais beneficiários passam a ser classificados como agricultores familiares. Com isso, esses Agricultores Familiares passam a usufruir de taxas diferenciadas a partir do montante financiado que são classificadas em três faixas⁶⁴. Essas medidas objetivavam simplificar os processos tornando mais ágil e adequado às necessidades dos agricultores familiares.

A Resolução nº. 3.592 de 03 de julho de 2008 do Conselho Monetário Nacional instituiu o PRONAF Mais Alimentos. O Mais Alimentos foi uma linha de crédito de investimento em infraestrutura produtiva para as demandas de produção, armazenagem e transporte com objetivo de financiar a modernização das propriedades familiares e impulsionar a indústria nacional de máquinas e equipamentos afetada com a crise internacional. Dentre os itens cadastrados para o financiamento estão tratores, colheitadeiras, aquisição de animais, correção de solos, armazenagem, melhoramento genético, entre outros (GRISA, 2012; BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2011).

Além disso, atualmente os créditos de investimento financiam serviços agropecuários e não agropecuários em estabelecimento rural ou em área rural próxima, sendo passível de financiamento, a aquisição de equipamentos e de programas de informática voltados para melhoria da gestão dos empreendimentos rurais, de acordo com projetos técnicos específicos (MCR 10-5). Os beneficiários são os agricultores familiares que possuem DAP ativa e que se enquadrem nas condições do MCR 10-2, principalmente quando se tratar dos grupos A, B e A/C (BRASIL, BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014).

Para Grisa (2012) e Mattei (2011), o PRONAF Mais Alimentos contribuiu para diminuir a diferença entre os montantes e quantidades de crédito custeio e crédito investimento. O crédito de investimento entre os anos safra de 2000/2001 que respondia por 33,06% passou para

⁶⁴ No ano de 2008, a faixa I apresentava taxa de 1,5% a.a. e valor máximo de financiamento de R\$ 10.000,00 a faixa II apresentava taxa de 3% a.a. e valores de financiamento entre R\$ 10.000,00 e R\$ 20.000,00 e na faixa III a taxa era de 4,5% e os valores de financiamento entre R\$ 20.000,00 e R\$ 50.000,00.

53,95% dos contratos na safra 2009/2010. Quanto ao número de contrato, a diferença foi ainda maior passando de 16,58% para 46,05%.

Para Bianchini (2015, p.58), o PRONAF Mais Alimentos proporcionou “um intenso processo de mecanização da agricultura familiar com o financiamento médio de 20 mil tratores por ano, além do avanço na modernização da infraestrutura produtiva de uma série de atividades, entre elas a Bovinocultura de leite”.

No que se refere ao PRONAF Sistêmico, Grisa (2012) afirma que foi uma antiga reivindicação da CONTAG, contida nos documentos Gritos da Terra Brasil em 1995 e 1994, que pretendia um crédito global de modo a permitir o planejamento integrado de toda unidade produtiva. Em 2007 a FETRAF trouxe novamente a pauta sobre um programa que integrasse e articulasse o conjunto de fatores que envolvem a agricultura familiar sendo acompanhada pela CONTAG a partir de 2008 que também trazia a demanda por um financiamento integral da unidade familiar.

Em 12 de junho de 2009, surgiu pelo Decreto nº 6.882 o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Unidade de Produção Familiar, que ficou conhecido como PRONAF Sustentável que articulava a assistência técnica ao crédito rural para o conjunto das atividades do estabelecimento considerando as especificidades e particularidades das unidades de produção. Grisa (2012) destaca que embora signifique uma inovação importante no referencial de política pública, ainda se trata de uma linha marginal que conforme o MDA, entre 2009 e 2012 havia beneficiado cerca de apenas seis mil unidades produtivas.

Na safra 2009/2010 foram aplicados R\$12,6 bilhões dos R\$15 bilhões disponibilizados em 1.752.988 contratos. Além disso, pode-se citar que: o PRONAF passou a financiar veículos utilitários na linha Mais Alimentos; o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) passa a cobrir contratos de investimento; houve a criação do selo da agricultura familiar, e; a partir da Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, passa a ser obrigatória a aplicação de 30% dos recursos que são repassados do Fundo Nacional da Alimentação Escolar (FNDE) ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ser destinados à compra de produtos da agricultura familiar. (BIANCHINI, 2015).

Na safra 2010/2011 houve a implantação da nova política de ATER com disponibilização de R\$625 milhões por eixos temáticos por meio de chamadas públicas, motivada pela sanção da Lei de ATER 12.188, aprovada em 11 de janeiro de 2010. Na safra 2011/2012 são

disponibilizados R\$7,7 bilhões para investimento e R\$8,3 bilhões para custeio sendo aplicados R\$15,3 bilhões (95%) em 1.591.191 contratos.

As principais modificações ocorridas nessa safra foram: unificação de taxas de juros de 2% ao ano para o PRONAF Investimento e o Mais Alimentos e juros de 1% ao ano para investimentos até 10 mil reais; recursos de custeio para beneficiários do Grupo B desde que com vínculo com o PAA e ou PNAE; criação do PGPM da agricultura familiar; permissão de rebate de R\$10 mil nas DAPs para rendas não agrícolas possibilitando o acesso de muitos agricultores pluriativos ao Programa.

Na safra 2012/2013 os recursos aplicados chegaram a 106% (R\$18,6 bilhões) em função da seca, havendo rebates de 20% no Sul e 40% no Nordeste. O número de contratos foi de 2.142.262. Algumas das principais medidas foram: lançado a ATER Sustentabilidade, priorizando a transição de 170 mil famílias para agricultura agroecológica e ATER específica para 10 mil jovens rurais; ampliação do apoio aos agricultores do Grupo B e extensão da metodologia do Microcrédito Produtivo Orientado para operações de até R\$ 15 mil. (BIANCHINI, 2015).

Na safra seguinte 2013/2014 também foram aplicados 105% (R\$22,3 bilhões) dos recursos em 1.903.524 contratos. Algumas das principais mudanças ocorridas foram: enquadramento a partir da renda bruta sem rebates com o limite passando a ser de R\$360.000,00; os juros variavam entre 1,5% a 3,5% no custeio e entre 1% a 2% no investimento de acordo com o limite das faixas; o limite de crédito de investimento que havia aumentado de R\$100 mil para R\$ 130 mil passa para R\$150 mil nessa safra, sendo que para a avicultura, fruticultura e suinocultura o limite chega a R\$ 300 mil; o limite de crédito de custeio aumenta de R\$80 mil para R\$ 100 mil; e o PGPAF nessa safra já cobria 49 produtos. (BIANCHINI, 2015).

Em relação à safra 2014/2015, são liberados R\$24,1 bilhões com aplicação de 23,9 bilhões distribuídos em 1.889.423 contratos. Entre as principais modificações houve: a criação do PRONAF Produção Orientada para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste com assistência técnica gratuita; um novo crédito produtivo para a reforma agrária, criação de um custeio para produção agroecológica para promoção da agroecologia; anunciada a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) que foi autorizada pela lei n. 12.897 de 18 de dezembro de 2013; início do PRONAF Mulher com metodologia do Microcrédito Orientado e meta para

atender a 30% de mulheres nos contratos do PRONAF. (BIANCHINI, 2015).

Quanto à safra 2015/2016, o valor anunciado foi de quase 29 bilhões, e como se trata da safra corrente os dados não foram avaliados. As principais mudanças nessa safra foram: elevação das taxas de juros (para o microcrédito rural foi mantida a taxa de 0,5% ao ano, para custeio e investimento de até R\$10 mil os juros ficaram em 2,5% para o Brasil e 2% para a Região Semiárido, de R\$10 mil até R\$30 mil em 4,5% e 3,5%, de R\$30 mil até R\$150 mil 5,5% e 4,5%); início da constituição da ANATER; apoio na elaboração do Cadastro Ambiental Rural (CAR); anunciado um novo Seguro de Renda da Agricultura Familiar.

3.4 AVALIAÇÕES DO PRONAF: DISCUSSÕES, AVANÇOS E DESAFIOS

O Brasil, conforme já mencionado, excluiu grande parte dos pequenos e mini produtores das políticas públicas até meados dos anos 1990. Até 1994 com o PROVAP, e principalmente após 1995/1996 com a institucionalização do PRONAF não havia diferenciação de políticas de crédito destinadas à agricultura familiar a nível nacional. Com isso, os agricultores familiares que competiam no mercado de crédito e subsídio com os agricultores patronais puderam ter uma política diferenciada destinada ao setor.

A partir de sua implementação, também ocorreram várias modificações ao longo dos últimos 20 anos. Inclusive, se percebe que uma de suas principais características é a constante evolução que o PRONAF vem apresentando a partir das tentativas de melhorar os problemas que surgem com sua execução. As principais modificações foram em relação a taxas de juros, focalização, garantias, simplificação dos processos, desburocratização, assessoramento técnico, seguros, preço mínimos entre outros.

Entre as principais discussões sobre o PRONAF destaca-se a desproporcionalidade dos recursos alocados por regiões. A respeito disso, Mattei (2011) divide o Programa em três fases operacionais distintas. A primeira fase compreende o período inicial até o ano de 1999 quando havia concentração de mais de 50% do montante de crédito nos três estados do sul do Brasil. Mattei (2005) aponta quatro explicações: a) o peso econômico e as pressões das agroindústrias na região sul do país sobre os agricultores vinculados a elas; b) maior

organização dos agricultores além de uma tradição de luta pelo crédito rural mais fortemente incorporada a pauta de reivindicação; c) organização limitada no Nordeste do Brasil com baixo poder reivindicatório; d) processo de integração produtiva maior na região Sul do país com as agroindústrias.

A segunda fase refere-se ao período entre 1999 e 2008, que se pautou pela estratificação dos beneficiários em grupos, buscando tornar as regras de financiamento mais adequadas à realidade dos distintos segmentos da agricultura familiar brasileira. Nesse período houve uma maior divisão regional do crédito, principalmente quando se observa o número de contratos. A terceira fase compreende o período após 2008, tendo a Resolução 3.559 como marco. A partir disso, houve extinção dos grupos C, D e E que passaram a ser classificados como grupo Agricultores Familiares. A partir desse ano, nota-se que houve novamente aumento da concentração do Programa para os estados do Sul. (MATTEI, 2014).

A concentração que voltou a ocorrer a partir de 2008, para Grisa (2012) pode ter sido impulsionada pelo PRONAF Mais Alimentos principalmente nas safras 2008/2009 e 2009/2010. Nota-se que concomitantemente com a nova adequação dos grupos do PRONAF, houve a implementação dessa linha de investimento que inclusive diminuiu a diferença histórica entre quantidade de contratos e valores entre custeio e investimento.

Em relação ao desempenho, para Cazella e Búrigo (2013) o PRONAF passou por três fases. A primeira, entre 1995 e 2002, com crescimento lento chegando ao patamar de um milhão de contratos e pouco mais de três bilhões de reais em volume de aplicações. A segunda, entre 2003 e 2006, com crescimento mais forte em termos financeiros e distribuição regional tendo suas ações se estendendo para todas as regiões chegando a 2,55 milhões de operações e ultrapassando os sete bilhões de reais.

A terceira fase, que se iniciou a partir de 2006 e que permanecia em curso no ano de 2013⁶⁵, continuando a crescer em termos de volume chegando a 13,3 bilhões em 2011, no entanto com o número de contratos tendo diminuído para 1,54 milhão. Cazella e Búrigo (2013) deixam entrever que os dados sugerem dificuldades em manter a expansão regional tendendo à concentração do crédito rural.

Para Melhor observância da distinção entre as fases citadas foi criado o quadro abaixo:

⁶⁵ Ano da edição do artigo pelos autores (2013).

Quadro 5: Fases do PRONAF.

	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2		
Fases/ Anos	9	9	9	9	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Até anos atuais
Três fases operacionais de Mattei	Concentração de mais de 50% do montante de crédito nos três Estados do Sul do Brasil					Estratificação dos beneficiários em grupos e maior divisão regional dos recursos									Transformação dos grupos C, D e E no grupo Agricultores Familiares e aumento da concentração dos recursos nos estados do Sul.	
Três fases de desempenho de Cazella e Búrigo	1 milhão de contratos e pouco mais de três bilhões de reais em volume de aplicações						Crescimento financeiro forte e maior distribuição regional chegando a 2,55 milhões de operações e ultrapassando 7 bilhões de reais.			Diminuição do número de contratos e aumento dos volumes chegando a 13,3 bilhões em 2011						

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base nos trabalhos de Mattei (2011), e Cazella e Búrigo (2013).

O autor Aquino (2009), a respeito da concentração, relata que a própria estrutura normativa inicial apresentava alguns limites. Dentre eles: a ambição do PRONAF em promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural, embora inovadora, não incentivava a utilização de tecnologias alternativas ao padrão convencional; outro ponto crítico era o viés setorial que não possibilitava financiar agricultores pluriativos que realizavam atividades agropecuárias e não agrícolas, e; o caráter seletivo dos beneficiários.

Em relação à utilização de tecnologias alternativas, Aquino (2009) e Carneiro (1997) mencionam que o caráter produtivista do Programa remetia à velha fórmula desenvolvimentista de aumento da capacidade produtiva e da renda. Quanto ao viés setorial, Aquino (2009) e Carneiro (1997) afirmam que ao adotar a finalidade exclusiva de atividades agrícolas, o programa ignorava algumas mudanças que

estavam ocorrendo no meio rural em relação à pluriatividade⁶⁶. Por fim, a política assumiu inicialmente um caráter seletivo e excludente, pois beneficiava aquele tipo ideal de agricultor profissional com capacidade empresarial⁶⁷.

A partir do segundo governo FHC e principalmente a partir dos 6 primeiros anos do governo Lula, muitos critérios foram totalmente reformulados a fim de adequar à estrutura normativa do programa a diversidade da agricultura familiar e ampliar a sua capilaridade nacional. Com isso o público alvo do Programa foi ampliado bem como as linhas de ação, sofrendo profundas modificações. Aquino (2009) menciona essas grandes modificações através da adoção de critérios que incluíram os agricultores pluriativos e demais beneficiários como pescadores artesanais, quilombolas e indígenas.

Dentre as críticas que ainda permanecem pode-se destacar a distribuição desigual tanto espacial quanto territorial. Mattei (2006), Aquino (2009), Búrigo, Capellesso e Cazella (2015) relatam que a região Sul do país concentrou os créditos do PRONAF nos primeiros anos. Somente a partir de 2000, por exemplo, é que o PRONAF incorporou o Grupo B que gradativamente foi absorvendo parte do volume de crédito disponibilizado. Aquino (2009) demonstra que enquanto o Sul respondia por quase 80% do crédito disponibilizado em 1996, passando para cerca de 43% no ano de 2007. O Nordeste passou de cerca de 6% em 1996 para 20% em 2007.

Nesse mesmo sentido, Búrigo, Capellesso e Cazella (2015) argumentam que em se tratando do número de contratos e CPF há ainda uma maior exclusão dos agricultores devido à sobreposição de contratos. Essa sobreposição⁶⁸ para os autores se refere às distorções geradas pela duplicidade de contratos num mesmo estabelecimento familiar. Esses autores pesquisaram sobre o número de CPF contido nas operações

⁶⁶ Esses autores criticaram os 80% de renda agrícola que deveria sair da atividade, pois havia muitos agricultores que possuam rendas complementares como, por exemplo, aposentadorias e aqueles que estavam em condições desfavoráveis para auferir tal porcentagem de renda que ficaram fora do Programa no início.

⁶⁷ Aquino (2009) também cita que havia a concepção de que o agricultor familiar seguiria o *etapismo rostowiano* considerando que haveria uma evolução gradativa do agricultor entre os grupos do PRONAF de A até E quando, então, teriam atingido o sucesso, a eficiência e os mercados.

⁶⁸ Os autores calcularam a sobreposição dividindo a quantidade de contratos pela quantidade de CPF.

anuais de PRONAF e puderam perceber que entre 1996 e 2008 a sobreposição foi maior no Nordeste.

Em 2013, por exemplo, o número de contratos chegou a cerca de 2.099.279 contratos o que equivalia a cerca de 48,6% dos estabelecimentos familiares do país. Porém, o número de CPF foi de 1.154.613 correspondendo a 26,43% dos estabelecimentos familiares. No ano de 2006, ano de maior número de contratos, que chegou a 2.528.853, o número de CPF chegou a 1.476.807.

Os autores (2015) relatam que embora o Grupo B tenha recebido 15% dos recursos do microcrédito em 2012 e cerca de 30% a 50% do número de contratos nos últimos 10 anos, quando se leva em conta o CPF, esse número cai mais ainda. No entanto, a pesquisa desses autores informa que a região Nordeste ainda estando aquém da sua capacidade devido ao grande número de agricultores familiares nessa região, ultrapassou em número de CPF a região Sul ainda em 2004.

Algumas das explicações encontradas pelos autores para esses números podem dizer respeito às características locais que a maioria dos contratos se refere a investimento pecuário que geralmente tem duração acima de 1 ano, assim, ao contrário da região Sul que utiliza custeio anualmente e que o CPF contaria todos os anos, no Nordeste só contaria no ano da contratação. Ainda em relação às características do Grupo B, os autores Búrigo, Capelesso e Cazella (2015) e Aquino e Lacerda (2014) comentam que a operacionalização embora alivie a penúria, dificilmente contribui com a estruturação produtiva e melhoria da renda. Assim, o caminho seria articular o acesso ao crédito com políticas de assistência técnica, educação, acesso à terra, à água e às tecnologias.

Os autores Búrigo, Capelesso e Cazella (2015) comentam sobre as características do Grupo B que após o limite de três utilizações anuais, poderia influenciar o agricultor a pegar crédito em outras linhas. Com isso, é importante lembrar que embora o Nordeste possua maior número de contratos e CPF desde 2004, os montantes anuais ainda são menores que outras regiões. Isso se deve ao perfil dos agricultores nordestinos que se enquadram no Grupo B, onde valores médios dos contratos são bem inferiores ao perfil dos agricultores do Sul que se enquadram no Grupo Agricultores Familiares. Para se ter ideia, enquanto o Grupo B na Safra 2015/2016 pode retirar R\$ 4000,00 por contrato, a faixa II (faixa media ou intermediária) do custeio do Grupo Agricultor Familiar possibilita retirar créditos entre R\$10.000,00 e R\$30.000,00.

Os autores Búrigo, Capellesso e Cazella (2015) também analisaram o desempenho no extremo oeste catarinense e chegaram aos

resultados que embora a região obtivesse 17.746 estabelecimentos familiares, havia sido firmados no ano de 2012 a quantidade de 27.935 contratos. Quando esses autores (2015) observaram a quantidade de CPF chegaram à conclusão que o número de CPF nesse mesmo ano foi de 11.111 corroborando com as entrevistas realizadas que acusavam que alguns agricultores não haviam acessado o crédito do Programa naquele ano.

Além disso, os autores percebem que o número de custeio agrícola vem diminuindo nessa microrregião desde 2004. Embora as outras finalidades tenham aumentado, não compensaram a queda do número de custeio agrícola. Para esses autores (2015) alguns dos fatores se deve ao fato de que a bovinocultura de leite teve forte crescimento. Assim, houve aumento de pastagens e plantio de milho para silagem que pelas regras do PRONAF, atualmente permitem financiar como custeio agropecuário quando se trata de milho ou custeio pecuário quando se trata de silagem.

Além disso, Capellesso, Cazella e Rover (2014) e Búrigo, Capellesso e Cazella (2015) relatam que um fator que influi é o fato de que o agricultor não necessita apresentar notas fiscais comprobatórias das despesas como nas finalidades de investimentos, além de evitar o pagamento de 2% de prêmio do pagamento do seguro agrícola. Esses autores também relatam que para as culturas de soja alguns agricultores preferem financiar com recursos próprios devido aos custos e problemas burocráticos. Segundo eles, o prêmio do seguro somado a taxas de juros e despesas bancárias equivalem aos rendimentos da caderneta de poupança. No entanto, quando se trata de outras culturas com maior risco, como é o caso do milho, a situação é diferente devido aos riscos de estresse hídrico. Isso faz com que os agricultores prefiram contratar o custeio agrícola por conta do Proagro.

Em relação ao milho, esses autores (2015) também relatam que os agricultores convivem com um dilema quando acionam o seguro. Pelo fato de que o agricultor não pode colher enquanto não houver a perícia técnica e essa pode ser feita até o fim do ciclo da cultura. Assim, se o agricultor optar por colher o milho verde que restou para alimentar os animais perde a cobertura do seguro. É a partir disso, que os agricultores que optam por custeio pecuário para silagem são geralmente aqueles que estão localizados em zonas que existem condições microclimáticas que permitem semeadura antecipada.

Ainda a esse respeito, cabe comentar que a flexibilidade dos contratos de custeio pecuário possibilita aos agricultores suprir necessidades que vão além das demandas produtivas:

Os agricultores entrevistados no EOC relatam, por exemplo, que além de implantar pastagens e áreas de milho para silagem, a opção pelo CP se deu pelas seguintes razões: saldar dívidas gerais da família; recompor o capital de giro após investimentos não financiáveis pelo PRONAF (ex. compra de terra); comprar insumos de forma antecipada para aproveitar descontos (que ocorrem meses antes das liberações do custeio agrícola); atender emergências familiares (reflexo da ausência de divisão entre consumo produtivo e familiar); e comprar insumos para as criações e alimentos para a família em anos de escassez hídrica (seca). (BÚRIGO; CAPELLESSO; CAZELLA, 2015, p.16).

Decorridos quase 20 anos da criação do PRONAF, e quase uma década da criação da lei da Agricultura Familiar, o Censo Agropecuário realizado em 2006 trouxe informações importantes acerca do crescimento desse setor comparativamente ao Censo anterior de 1996. É importante ressaltar que em 2006, o Censo realizou estatísticas específicas para o setor da agricultura familiar às quais foram disponibilizadas a partir de 2009⁶⁹ contendo informações gerais sobre características, processos produtivos, valores da produção, ocupação da mão de obra da agricultura familiar no país.

Conforme Mattei (2014), a respeito do Censo Agropecuário de 2006, a quantidade de estabelecimentos familiares de 4.367.902 representava 85% do total de estabelecimentos e cerca de 24% da área total. A concentração para esse autor também foi comprovada a partir da constatação de que o Índice de Gini no mesmo ano também atingiu o valor de 0,852. Mesmo assim, após quase cinco séculos à margem das políticas públicas de desenvolvimento rural, Mattei (2014, p.90) afirma que é inegável os avanços nas últimas duas décadas após o apoio recebido em meados dos anos 1990:

São inegáveis os avanços observados nas duas últimas décadas no meio rural brasileiro, a partir do momento que o Estado decidiu apoiar mais

⁶⁹As informações foram disponibilizadas em 2009 através do documento “Censo Agropecuário Agricultura Familiar. Primeiros resultados, Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação”.

fortemente o setor produtivo classificado como “agricultura familiar”, o qual por quase cinco séculos ficou à margem das ações das políticas públicas de desenvolvimento rural do país.

Na mesma pesquisa, Mattei (2014) registra os principais dados que considera como principais avanços. Primeiramente, considera os resultados da produção de alimentos que na recente crise econômica contribuiu para o controle inflacionário a partir da disponibilidade interna de alimentos e suas contribuições positivas para o equilíbrio da balança comercial. Entre os produtos citados pelo autor destacam-se:

87% da produção total de mandioca; 70% da produção de feijão; 46% da produção de milho; 34% da produção de arroz; 38% da produção de café; e 58% da produção de leite. Além disso, os dados revelam que 59% do plantel de suínos; 50% do plantel de aves; e 30% do plantel de bovinos são de responsabilidade da agricultura familiar. (MATTEI, 2014, p.90).

Em seguida, é salientada a importância que o setor possui quanto à ocupação de mão de obra no campo. Os dados revelam que a agricultura respondia por 75% do total das ocupações rurais representando 12,3 milhões de pessoas. Nesse mesmo quesito, observa-se que o número de pessoas ocupadas por área de estabelecimento era 9 vezes maior que nos estabelecimentos agropecuários não familiares. (MATTEI, 2014).

Duas diferenças visíveis também são apontadas naquela pesquisa. A maior preservação dos recursos naturais e a maior ocupação de pessoas nos espaços. Também foi observado o aumento das receitas da agricultura familiar em relação ao Censo de 1996 que, conforme o IBGE, passou a corresponder à 1/3 do valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários do país, com destaque para as lavouras temporárias. (MATTEI, 2014).

Em uma avaliação dos impactos do PRONAF sobre a produção da agricultura familiar utilizando-se os microdados do Censo Agropecuário de 2006, os autores Maia e Eusebio (2015) compararam as produções de agricultores familiares tomadores e não tomadores de PRONAF através de um modelo de regressão múltipla. Os resultados destacam que o acesso ao crédito do PRONAF possui impactos positivos sobre a produtividade em todas as regiões brasileiras.

Conforme esses autores, mesmo em condições semelhantes nas diferentes regiões brasileiras, aqueles que acessam o Programa possuem diferenças nos valores médios de produção. E, isso se deve “não apenas às melhores condições que os estabelecimentos Pronafianos estariam submetidos, mas também a outros benefícios não observáveis que estariam associados ao PRONAF.” (MAIA; EUSEBIO, 2015, p.19).

Em outro estudo sobre impactos do PRONAF no PIB Agropecuário, o autor Santos (2015), utilizou econometria espacial para constatar que o efeito do PRONAF per capita no PIB do agronegócio é positivo. Entre alguns dos resultados encontrados, ressalta-se que em 2006, um aumento médio de R\$1,00 per capita no valor do PRONAF dos municípios agregava R\$1,68 no PIB do agronegócio per capita. Além disso, a cada R\$1,00 a mais de crédito liberado no ano de 2000 se tornou R\$1,89 de PIB per capita do agronegócio em 2002.

Um estudo qualitativo sobre as mudanças no território do município de Saudades no Oeste Catarinense que entrevistou 6 estabelecimentos agropecuários constatou que o PRONAF viabilizou alternativas produtivas no município que implicou na diversificação das propriedades. Os autores Hubner, Dentz e Rambo (2015) relatam que embora a literatura aponte que o Programa vem reproduzindo o uso do território próximo àquele preconizado pela modernização da agricultura, os agricultores familiares entrevistados destacaram que o PRONAF possibilitou melhorar as infraestruturas da propriedade diversificando a produção.

Essa pesquisa revelou que a maioria dos entrevistados se dedicam a mais de uma atividade em seu estabelecimento agropecuário, e muitas dessas atividades foram financiadas através do PRONAF. Hubner, Dentz e Rambo (2015) observaram que o PRONAF estimulou a produção de alimentos e diversificação da produção contribuindo para práticas mais sustentáveis. Com isso, atividades como piscicultura, agroindústria de panificação e estufas para produção de verduras, além da produção de leite e frutas foram as citadas na pesquisa.

A partir disso, entende-se a importância da agricultura familiar possui para segurança alimentar, preservação da biodiversidade, reprodução do patrimônio cultural dessas populações rurais, ocupação e renda no campo. Com isso, sendo o PRONAF a principal política pública de apoio ao setor, é extremamente importante a realização de estudos e pesquisas que procurem contribuir para a mensuração dos resultados atuais.

3.5 BREVE SÍNTESE DO CAPÍTULO

Nesses últimos 20 anos é inegável quanto o PRONAF vem proporcionando de mudanças na agricultura familiar brasileira. Anteriormente a esse Programa outras políticas públicas de apoio ao pequeno produtor rural tinham sido adotadas como o POLONORDESTE e o PAPP, no entanto, nenhuma delas com abrangência nacional como foi o PRONAF e seu antecessor, o PROVAP. Conforme a tese de Grisa (2012), o referencial adotado pelos Programas anteriores POLONORDESTE e PAPP não incluíram o fórum de agricultura familiar.

O POLONORDESTE, além de não incluir o fórum da agricultura familiar, adotou o referencial de modernização da agricultura para os agricultores familiares, no entanto, as limitações do Programa conduziram à emergência do PAPP. Embora os fóruns de comunicação política e científico tenham participado da criação desse último Programa, ele também não contou com a participação do fórum da agricultura familiar. O PAPP diferenciou-se do seu antecessor pelo fato de adotar o referencial global do neoliberalismo em conjunto com as estratégias do Banco Mundial de alívio da pobreza a partir do instrumento APCR. Posteriormente, em 1995, passou a se chamar PCPR, adotando um referencial que não reconhecia a importância econômica dessa categoria no país.

Nesse mesmo ano, assentado em um referencial produtivista, é criado o PRONAF a partir do reconhecimento da importância econômica e social da agricultura familiar. Dessa vez, há a participação do fórum da agricultura familiar em conjunto com os fóruns científicos e as ideias e interesses do fórum da comunicação política. O Programa, desde então, vem sofrendo evoluções constantes em relação a taxas de juros, focalização, garantias, simplificação dos processos, desburocratização, assessoramento técnico, seguros, preço mínimos entre outros. Além disso, houve alterações com implementação de diversas linhas de crédito e, segundo alguns autores, passou por três fases operacionais e três fases em relação ao desempenho.

As três fases operacionais, para Mattei (2011), correspondem a: extrema concentração do volume de crédito nos estados do Sul entre 1995 e 1999; estratificação dos beneficiários entre 2000 e 2008 e; transformação dos Grupos C, D e E em um mesmo Grupo e nova concentração de volume de crédito nos estados do Sul a partir de 2008. As três fases de desempenho conforme, Cazella e Búrigo (2013),

correspondem a: 1995 a 2002 quando se atingiu mais de 1 milhão de contratos e 3 bilhões em volume de aplicações; 2003 a 2006 chegando a 2,55 milhões de contratos com maior distribuição regional e ultrapassando os 7 bilhões em volume de crédito; a terceira fase pós 2008 com diminuição do número de contratos e valores crescentes em relação ao volume de créditos.

Aquino (2009) e Carneiro (1997) afirmam que o caráter produtivista no início remetia à velha forma desenvolvimentista assumindo inicialmente um caráter seletivo e excluindo algumas mudanças que estavam ocorrendo no meio rural brasileiro em relação, por exemplo, à pluriatividade. A partir do segundo governo FHC e ao longo dos primeiros 6 anos do governo Lula alguns critérios foram reformulados a fim de adequar à estrutura normativa do programa à diversidade da agricultura familiar e ampliar a sua capilaridade nacional.

Uma das principais discussões do PRONAF ainda é sobre a distribuição regional. Búrigo, Capelesso e Cazella (2015) apontam que no ano de 2006, ano de maior número de contratos, que chegou a 2.528.853, o número de CPF chegou a 1.476.807. Assim, embora a implantação do Grupo B, em 2000, tenha contribuído para a melhoria da distribuição regional, principalmente a partir de 2004, quando o número de CPFs do Nordeste passou o número de CPFs do Sul, autores como Aquino e Lacerda (2014) salientam a necessidade de articular políticas de acesso ao crédito com políticas de assistência técnica, educação, acesso à terra, à água e às tecnologias para que esse público possa se estruturar produtivamente.

Capellesso, Cazella e Rover (2014) e Búrigo, Capellesso e Cazella (2015), a partir de uma pesquisa no extremo oeste catarinense, perceberam que o número de custeio agrícola vem diminuindo. Entre os fatores constatados, há o fato do aumento da bovinocultura de leite e com isso o aumento do cultivo de milho para silagem que permitem financiar através de custeio pecuário. Além disso, os autores relatam outros fatores como menor burocracia e menos despesas quando optam pelo custeio pecuário o que, inclusive, acaba fazendo com que alguns agricultores optem por suprir necessidades que vão além das demandas produtivas.

Um estudo qualitativo sobre as mudanças no território do município de Saudades no Oeste Catarinense que entrevistou 6 estabelecimentos agropecuários constatou que o PRONAF viabilizou alternativas produtivas no município que implicou na diversificação das propriedades. Hubner, Dentz e Rambo (2015) observaram que o PRONAF estimulou a produção de alimentos e diversificação da

produção contribuindo para práticas mais sustentáveis. Com isso, atividades como piscicultura, agroindústria de panificação e estufas para produção de verduras, além da produção de leite e frutas foram as citadas na pesquisa.

Em outro estudo Maia e Eusébio (2015) destacam que o acesso ao PRONAF possui impactos positivos sobre a produtividade em todas as regiões brasileiras. Para Santos (2015), o efeito do PRONAF per capita no PIB do agronegócio é positivo. Além disso, Mattei (2014), conforme os dados do Censo Agropecuário de 2006, relata que a agricultura familiar respondia por 87% da produção total de mandioca, 70% de feijão, 59% do plantel de suínos, 58% da produção de leite, 50% de aves, 46% de milho entre outros. Além dos valores produzidos pelo setor com destaque para lavouras temporárias, salienta a importância da ocupação rural e da maior preservação dos recursos naturais.

CAPÍTULO IV: IMPACTOS DO PRONAF NO ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DA ANÁLISE DE INDICADORES

Nesse capítulo, apresenta-se a análise de indicadores sobre os impactos do PRONAF no estado de Santa Catarina. O estudo divide-se em 4 partes as quais abordam sequencialmente: 1) histórico e caracterização do estado; 2) Evolução do PRONAF no estado de Santa Catarina e municípios do ranking no período entre as safras 2000/2001 e 2010/2011; 3) Análises das dimensões produtivas, social e tributária entre 2000 e 2010, e; 4) Análises das correlações dos índices e das variações dos índices.

4.1 HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Antes de revelar os dados que a pesquisa levantou sobre os impactos no estado de Santa Catarina, convém citar resumidamente algumas importantes características desse estado. Santa Catarina pertence à Região Sul do Brasil localizada entre os estados do Paraná e Rio Grande do Sul, possuindo a 20ª maior posição territorial do país com uma área de 95 mil km² e a 10ª maior população com 6.248.436 habitantes de acordo com o último Censo do IBGE de 2010.

É um estado com muita diversidade cultural, a qual influenciou fortemente a dinâmica econômica. Primariamente existiam os indígenas, logo em seguida, com a chegada dos portugueses, açorianos também iniciaram a povoação pela Ilha de Santa Catarina. São Francisco do Sul e Laguna foram as primeiras cidades no litoral e posteriormente Lages foi fundada por fazer parte do itinerário dos bandeirantes no século XVIII.

Em meados do século XIX, chegaram alemães e ao final do mesmo século os italianos, os quais fundaram novas cidades nas regiões do Vale do Itajaí, Região Norte que vai de Joinville até Mafra além da região metropolitana de Florianópolis estendendo-se até o sul do estado. Em seguida, início do século XX, imigrantes e filhos de imigrantes de italianos e alemães, também migraram do interior do Rio Grande do Sul para a região oeste de Santa Catarina.

O autor Goulart Filho (2002), em sua obra sobre a formação econômica de Santa Catarina propõe uma periodização da história

econômica do estado baseada na mudança do padrão de crescimento da economia catarinense dividida em quatro períodos: o primeiro período entre 1880 e 1945; o segundo de 1945 até 1962; o terceiro de 1962 até 1990, e; o quarto período a partir de 1990.

O primeiro período que inicia em 1880 possui, para Goulart Filho (2002), elementos unificadores da formação econômica do estado. Esses elementos tratam das imigrações para o estado, as atividades carboníferas no sul do estado, a fundação da Colônia Militar de Chapecó, exploração da madeira e aumento do fluxo de imigrantes para o Norte e Vale do Itajaí. Embora houvessem grandes propriedades pecuárias e extrativistas no planalto serrano, esse período que vai até 1945 predominou o padrão de crescimento baseado na pequena propriedade mercantil. Os primeiros setores a se consolidar no estado foram o têxtil, madeireiro e alimentar (farinha, açúcar e derivados de suínos). Para Goulart Filho (2002, p.986), o “pequeno proprietário, o colono, o caboclo e o pescador são as matrizes sociais dessas transformações.”.

O segundo período que vai de 1945 até 1962 é considerado para Goulart Filho (2002) como um período transitório. Para o autor, ocorre a partir de 1933, uma alteração no padrão de acumulação do mercantil-agrário-exportador para o industrial. Até metade dos anos 1940 o destaque ficou por conta das indústrias madeireiras, ervateira, carbonífera, de alimentos e têxtil. Após 1945, há diversificação através de setores como os de papel, papelão, pasta mecânica, cerâmica, metal-mecânico, plástico, materiais elétricos e indústrias ligadas ao setor de transporte.

Nesse momento começam a surgir elementos de um novo padrão baseado no médio e grande capital industrial. Há nesse momento uma expansão e diversificação a partir do próprio setor: o madeireiro diversificou-se para a produção de papel, papelão e pasta mecânica, e do setor dos alimentos nasceu à agroindústria. (GOULART FILHO, 2002, p.986).

Na terceira fase que vai de 1962 até 1990, para Goulart Filho (2002), é uma fase de integração e consolidação do capital industrial no estado. Essa integração e consolidação para o autor só foi possível devido ao arranjo institucional e financeiro propício à realização de novos investimentos. A formação do complexo agroindustrial catarinense pode ser entendida a partir da modernização conservadora e da industrialização da agricultura no Brasil. Para esse autor, o sucesso dos frigoríficos no estado reside no longo processo de modernização

conservadora e nos subsídios e financiamentos da política agrícola do estado.

Nessa fase, o estado nacional e estadual apresentaram vários planos e projetos de desenvolvimento para ampliar a infraestrutura social básica e para financiar o capital privado local. Entre as áreas de maior apoio, destacam-se: telecomunicações; energia; transporte, e; financeira. Goulart Filho (2002) relata que já em 1962 são criados o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BDE) transformado em seguida no antigo Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Além desses, outros mecanismos de fomento foram criados no estado como “Fundesc, o Procape e o Prodec, além da criação do Badesc, todos com um propósito claro: fomentar e incentivar a indústria e a agroindústria catarinense.” Assim, “o eixo central do sistema financeiro deslocou-se do crédito ao consumo para o crédito ao investimento de longo prazo.” (GOULART FILHO, 2002, p.992).

No quarto período a partir dos anos 1990, Goulart Filho (2002) relata que há a desarticulação política e uma reestruturação econômica. A crise do endividamento dos anos 1980 afetou diretamente os estados nacionais gerando engessamento do estado em favor do neoliberalismo e do mercado. Assim, a partir do Governo Collor, com as mudanças estruturais advindas de medidas neoliberais acontece:

a redução das atividades estatais, a reestruturação da indústria cerâmica, o desmonte do setor carbonífero, a reestruturação patrimonial no complexo eletro-metal-mecânico, a desverticalização e a retração no segmento têxtil-vestuário e a desnacionalização no complexo agroindustrial. (GOULART FILHO, 2002, p.993).

Só para se ter ideia, o complexo agroindustrial catarinense após a entrada do capital externo, “foi duramente castigado com uma reestruturação patrimonial em favor de multinacionais.” (GOULART FILHO, 2002, p.994). Em 1990, Aurora, Sadia, Perdigão e Chapecó possuíam uma rede de integrados que forneciam aves e suínos de 36050, passando para 22198 em 1999.

Percebe-se que, até o início dos anos 90, o número de integrados aumentava constantemente: a Sadia chegou a ter, em nível nacional, 14.500 integrados de suínos, reduzindo para 4.890 em 1999, e a

Aurora reduziu de 8.910 para 5.947. Em compensação, dado o aumento de escala, o número de matrizes Aurora passou de 6,5 por propriedade para 14,34. (GOULART FILHO, 2002, p.995).

Diante da grande heterogeneidade geográfica e cultural, Santa Catarina possui uma economia diversificada e bem distribuída entre as regiões do estado. No litoral, Florianópolis destaca-se nos setores de tecnologia, turismo, serviços e construção civil. O Planalto Serrano tem a indústria de papel, celulose e da madeira. No Vale do Itajaí, predomina a indústria têxtil e do vestuário, naval e de tecnologia. O Norte é polo tecnológico, moveleiro e metal-mecânico. O Sul destaca-se pelos segmentos do vestuário, plásticos descartáveis, carbonífero e cerâmico⁷⁰.

O Oeste concentra atividades de produção alimentar e de móveis. Conta com uma forte indústria alimentícia, sendo destaque na produção de carne suína e frangos⁷¹. Na agricultura, o estado tem relevância nacional. Os principais produtos são o arroz, o milho e a soja.

Assim como a cultura⁷², a geografia também chama atenção pela grande diversidade. É possível atravessar o estado indo do litoral ao oeste passando pela região da serra catarinense, aonde a altitude chega a 1820 metros. Possui clima subtropical úmido, chuvas distribuídas durante todo o ano e temperaturas médias variando entre 13° a 25° tendo, assim, as quatro estações bem definidas⁷³.

O IBGE estima a população catarinense em 6.819.190 em 2015. Conforme o último censo de 2010 o estado possuía uma população de 6.248.436 habitantes os quais 5.247.904 urbanos e 1.000.534 rurais. A população rural possuía aproximadamente 52% de homens e 48% de

⁷⁰A indústria de transformação catarinense é a 4ª do país em número de empresas e a 5ª em número de trabalhadores, segundo dados da Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc).

⁷¹Santa Catarina é o berço de empresas como: Sadia e Perdigão que atualmente se associaram fundando a BRF – Brasil Foods S.A.; Seara que atualmente é controlada pelo Grupo JBS; e, a Aurora Alimentos que é a maior cooperativa produtora de alimentos do Brasil; além de outras de menores portes.

⁷²A diversidade cultural se estende em menor escala por outras etnias como austríacos, poloneses e ucranianos.

⁷³Ficam em Santa Catarina três dos cinco municípios com maior ocorrência de neve no Brasil: São Joaquim, Urubici e Urupema. Os outros dois localizam-se no Rio Grande do Sul: São José dos Ausentes e Bom Jesus.

mulheres. Em 2015 SC representou o 6º maior PIB do país com R\$ 169 bilhões.

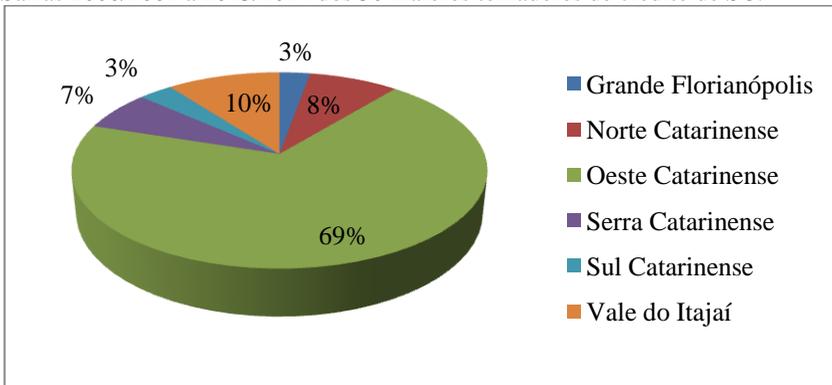
Santa Catarina merece destaque nacional quando o tema é crédito para a agricultura familiar. Possui cerca de 90% de seus estabelecimentos com essas características, representando um universo de aproximadamente 180 mil famílias. Esse perfil coloca o estado entre os cinco maiores em volume de crédito e número de contrato de crédito PRONAF. Embora ocupem 41% da área total da área dos estabelecimentos agrícolas, são responsáveis por mais de 70% do valor da produção agrícola. Entre as principais produções que se destacam estão as de suínos, aves, leite, feijão, arroz, milho, soja, cebola e fumo.

4.2 EVOLUÇÃO DO PRONAF NO ESTADO DE SANTA CATARINA E MUNICÍPIOS DO RANKING NO PERÍODO ENTRE 2000/2001 E 2010/2011.

Conforme mencionado anteriormente, este capítulo avalia as condições socioeconômicas dos 50 maiores tomadores de crédito do PRONAF no estado de Santa Catarina. O estado é dividido em 6 mesorregiões pelo IBGE. Os 50 municípios que mais tomaram crédito do PRONAF nessas mesorregiões entre as safras 2000/2001 a 2013/2014 mantiveram praticamente as mesmas porcentagens quando se considera os valores tomados entre 2000/2001 a 2010/2011.

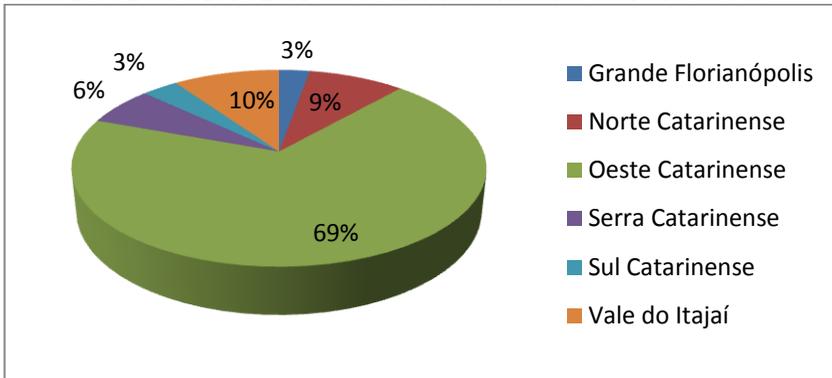
O Oeste se destaca com cerca de 69% de todo valor tomado com 32 municípios entre os 50 que mais tomaram crédito entre as safras 2000/2001 a 2013/2014. Quando se compara esses mesmos municípios nas safras 2000/2001 a 2010/2011 a mesorregião oeste continua com os mesmos 69%. O mesmo acontece com a maioria das mesorregiões que mantém as mesmas porcentagens. Destaque para as mesorregiões serra e norte que variam 1% em comparação com as duas somas de montantes apresentadas.

Gráfico 2: Distribuição do montante de crédito do PRONAF entre as Safras 2000/2001 a 2013/2014 dos 50 maiores tomadores de crédito de SC.



Fonte: Dados agrupados pelo pesquisador a partir de informações do site do MDA.

Gráfico 3: Distribuição do montante de crédito do PRONAF entre as Safras 2000/2001 a 2010/2011 dos 50 maiores tomadores de crédito de SC.



Fonte: Dados agrupados pelo pesquisador a partir de informações do site do MDA.

Em seguida analisam-se três variáveis relacionadas ao desempenho do PRONAF nos 50 municípios referente aos períodos safras 2000/2001 e 2010/2011. As variáveis são: volume de recursos disponibilizado; número de contratos, e; valor médio dos contratos.

Em relação ao volume de recursos apresentado na tabela 1, o estado de Santa Catarina aumentou 147,4% enquanto que o volume dos 50 municípios aumentou 172,3%. Assim, a variação da participação dos

cinquenta municípios no total do estado aumentou 10,1%, correspondendo a mais da metade do volume total de PRONAF liberado no estado. Isso significa que houve aumento da concentração do crédito entre os 50 municípios maiores tomadores em relação ao estado. No entanto, o coeficiente de variação demonstra que houve menor concentração entre os 50 municípios do ranking entre as duas safras.

Também chama atenção o município com menor volume de PRONAF dentre os pesquisados que aumentou 711,6%, enquanto o maior valor aumentou 200,3%. Isso demonstra uma tendência a maior homogeneidade na relação entre os volumes dos 50 municípios do ranking.

Tabela 1: Variação do volume dos recursos no período safras 2000/2001 e 2010/2011 para Santa Catarina e municípios do *ranking*.

ESTATÍSTICAS	VOLUME PRONAF 2000	VOLUME PRONAF 2010	Variação (%)
Soma dos 50	324.474.563,61	883.699.594,50	172,3%
Participação dos 50 no estado	46,7%	51,4%	10,1%
Média dos 50	6.489.491,27	17.673.991,89	172,3%
Mínimo dos 50	855.887,91	6.946.562,73	711,6%
Máximo dos 50	16.041.016,91	48.170.845,01	200,3%
Desvio padrão dos 50	3.465.639,67	8.954.770,04	158,4%
Coeficiente de variação dos 50	0,53	0,51	-5,1%
Total do estado	695.498.732,65	1.720.850.873,00	147,4%
Média do estado ⁷⁴	2.357.622,82	5.833.392,79	147,4%

Fonte: Dados elaborados pelo autor conforme informações do site do MDA e deflacionados pelo IGPM-2010.

Em relação ao número de contratos do PRONAF no estado de Santa Catarina, a tabela 2 demonstra que ocorreu um aumento de 8,1%, enquanto que nos municípios do ranking tenha havido diminuição de 11,0%, o que demonstra uma tendência a menor concentração de contratos. Isso fez com que a participação dos cinquenta municípios diminuísse 17,6%, passando de 52,9% para 43,6%.

⁷⁴ A média do estado foi calculada dividindo-se o valor total do estado pelo número de municípios considerando-se os 295 municípios que eram tomadores de PRONAF naquelas safras.

A desconcentração do número de contratos nos 50 municípios do ranking também pode ser confirmada por meio da diminuição de 35,8% do coeficiente de variação. Além disso, o desvio padrão com diminuição de 42,8% e a quantidade máxima de contrato tendo diminuído 40,5% enquanto a quantidade mínima aumentou 4,7% pode demonstrar que houve menos concentração entre as safras 2000/2001 e 2010/2011.

Tabela 2: Variação dos contratos de PRONAF no período safras 2000/2001 e 2010/2011 para Santa Catarina e municípios do ranking.

ESTATÍSTICAS	CONTRATO PRONAF 2000	CONTRATO PRONAF 2010	Variação (%)
Soma dos 50	58.459	52.057	-11,0%
Participação dos 50 no estado	52,9%	43,6%	-17,6%
Média dos 50	1.169,18	1.041,14	-11,0%
Mínimo dos 50	148	155	4,7%
Máximo dos 50	3.548	2.110	-40,5%
Desvio padrão dos 50	695,75	397,76	-42,8%
Coeficiente de variação dos 50	0,60	0,38	-35,8%
Total do estado	110.552	119.456	8,1%
Média do estado	374,75	404,94	8,1%

Fonte: Dados elaborados pelo autor conforme informações do site do MDA e deflacionados pelo IGPM-2010.

Quanto ao valor médio por contrato do PRONAF de 2000 a 2010 nos municípios pesquisados aumentou 208,2% passando de R\$ 6.121,22 para R\$ 18.865,28. No mesmo período, o estado de SC apresentou um aumento de 129% passando de R\$ 6.291,22 em 2010 para R\$ 14.405,73. Com isso, o valor médio por contrato PRONAF nos municípios pesquisados, que em 2000 era 2,7% inferior ao valor médio do estado, em 2010 passou a ser 31,0% maior que a média estadual⁷⁵. O coeficiente de variação aumentou quase 86% demonstrando que houve aumento dos valores dos contratos concentrados entre alguns desses 50 municípios do ranking que possuem desvio padrão de 456,8%.

⁷⁵ Calculado da seguinte forma: (valor dos municípios – valor do estado) / valor do estado.

Tabela 3: Variação do valor médio dos contratos de PRONAF no período safras 2000/2001 e 2010/2011 para Santa Catarina e municípios do ranking.

ESTATÍSTICAS	VALOR MÉDIO PRONAF 2000	VALOR MÉDIO PRONAF 2010	Variação (%)
Média dos 50	6.121,22	18.865,28	208,2%
Mínimo dos 50	3.490,37	10.124,84	190,1%
Máximo dos 50	12.479,93	69.492,91	456,8%
Desvio padrão dos 50	2.133,00	12.218,18	472,8%
Coefficiente de variação dos 50	0,35	0,65	85,9%
Média do estado	6.291,15	14.405,73	129,0%

Fonte: Dados elaborados pelo autor conforme informações do site do MDA e deflacionados pelo IGPM-2010

4.3 Análises das dimensões produtivas, social e tributária.

A partir dessa seção, são apresentadas as análises das dimensões produtivas (PIB, PIB per capita, PIB Agro, produção agrícola e pecuária), social (IDH, emprego total e emprego agro), e tributária (receitas de transferências correntes e receitas tributárias).

A análise da dimensão produtiva se inicia com a análise do PIB. Conforme a tabela 4 abaixo, de 2000 a 2010, o PIB de Santa Catarina cresceu 54,4% enquanto que o PIB dos 50 municípios pesquisados cresceu 39,6%. Essa diferença fez com que a participação destes municípios pesquisados no total do estado diminuísse 9,6%. Assim, passou de 18,5% no ano de 2000 para 16,7% em 2010. Dentre os cinquenta municípios, a concentração do PIB diminuiu, com uma redução de 7,7% no coeficiente de variação.

Tabela 4: Variação do PIB entre 2000 e 2010 para Santa Catarina e municípios do ranking.

ESTATÍSTICAS	PIB 2000	PIB 2010	Variação (%)
Soma dos 50	18.424.052,63	25.717.676,00	39,6%
Participação dos 50 no estado	18,5%	16,7%	-9,6%
Média dos 50	368.481,05	514.353,52	39,6%
Mínimo dos 50	44.909,16	54.076,00	20,4%
Máximo dos 50	3.414.485,45	4.559.650,00	33,5%
Desvio padrão dos 50	558.802,57	720.128,09	28,9%
Coefficiente de variação dos 50	1,52	1,40	-7,7%
Total do estado	99.576.612,96	153.730.336,00	54,4%
Média do estado	337.547,84	521.119,78	54,4%

Fonte: Dados elaborados pelo autor conforme informações do site do IBGE e deflacionados pelo IGPM-2010.

Em relação ao PIB per capita, o estado obteve crescimento de 32,3% de 2000 a 2010. No mesmo período, o PIB per capita dos 50 municípios pesquisados cresceu 40,2%. O menor PIB per capita dentre os cinquenta cresceu 84,9%, e o coeficiente de variação reduziu 10,5% no período, indicando uma menor desigualdade entre esses municípios em relação ao PIB per capita.

Tabela 5: Variação do PIB per capita entre 2000 e 2010 para Santa Catarina e municípios do ranking.

ESTATÍSTICAS	PIB per capita 2000	PIB per capita 2010	Variação (%)
Média dos 50	15.356,03	21.534,70	40,2%
Mínimo dos 50	6.876,99	12.714,86	84,9%
Máximo dos 50	33.191,99	44.292,09	33,4%
Desvio padrão dos 50	5.835,44	7.247,54	24,2%
Coefficiente de variação dos 50	0,38	0,34	-11,4%
Total do estado	18.590,35	24.603,01	32,3%

Fonte: Dados elaborados pelo autor conforme informações do site do IBGE e deflacionados pelo IGPM-2010.

Quanto ao PIB Agro, entre 2000 a 2010, os 50 municípios pesquisados cresceram 19% enquanto que o estado todo apresentou crescimento de 13,8%. Em relação à participação desses municípios no

PIB agro estadual, houve crescimento de 4,6% chegando a 34,9% em 2010. O maior PIB agro dentre os cinquenta municípios cresceu 27,6%, enquanto o menor valor manteve-se estável em 2,2%. A desigualdade entre os 50 municípios, segundo o PIB Agro aumentou, tendo o coeficiente de variação crescido em 9,6%.

Tabela 6: Variação do PIB Agro entre 2000 e 2010 para Santa Catarina e municípios do ranking.

ESTATÍSTICAS	PIB Agro 2000	PIB Agro 2010	Variação (%)
Soma dos 50	2.622.995,39	3.120.390,00	19,0%
Participação dos 50 no estado	33,4%	34,9%	4,6%
Média dos 50	52.459,91	62.407,80	19,0%
Mínimo dos 50	14.054,37	14.369,00	2,2%
Máximo dos 50	154.434,25	197.031,00	27,6%
Desvio padrão dos 50	32.136,86	41.893,96	30,4%
Coeficiente de variação dos 50	0,61	0,67	9,6%
Total do estado	7.859.430,53	8.942.402,00	13,8%
Média do estado	26.642,14	30.313,23	13,8%

Fonte: Dados elaborados pelo autor conforme informações do site do IBGE e deflacionados pelo IGPM-2010.

Em relação aos dados referentes à pesquisa pecuária municipal (PPM) têm-se entre as principais criações catarinenses: vacas ordenhadas (leite); bovinos; suínos, e; galináceos. Abaixo seguem as análises referentes a cada produção:

Quanto ao número de vacas ordenhadas nos cinquenta municípios catarinenses entre 2000 e 2010, os dados revelam que houve 82,4% de crescimento enquanto que o total do estado obteve crescimento de 69,8%. Em 2010, a média de vacas ordenhadas nos municípios pesquisados foi de 133% superior à média do estado. Os cinquenta municípios foram responsáveis por 39,6% das vacas ordenhadas no estado em 2010. Nota-se entre os cinquenta municípios pesquisados maior concentração, pois o número máximo de vacas ordenhadas aumentou 121,7%, enquanto o número mínimo diminuiu 68,4%. Além disso, o número de vacas ordenhadas entre os 50 municípios aumentou, tendo incremento de 26,2% no coeficiente de variação.

Tabela 7: Variação do número de vacas ordenhadas entre 2000 e 2010 para Santa Catarina e municípios do ranking.

ESTATÍSTICAS	Vacas Ordenhadas 2000	Vacas Ordenhadas 2010	Variação (%)
Soma dos 50	212.511	387.583	82,4%
Participação dos 50 no estado	36,9%	39,6%	7,4%
Média dos 50	4.250,22	7.751,66	82,4%
Mínimo dos 50	950	300	-68,4%
Máximo dos 50	12.563	27.849	121,7%
Desvio padrão dos 50	2.447,14	5.634,53	130,2%
Coefficiente de variação dos 50	0,58	0,73	26,2%
Total do estado	576.656	979.169	69,8%
Média do estado	1954,77	3.319,22	69,8%

Fonte: Dados elaborados pelo autor conforme informações (PPM) do site do IBGE.

Em relação ao número de cabeças de gado bovino nos municípios pesquisados, houve o aumento de 38,8% quando comparados entre 2000 e 2010. No estado, o aumento foi de 30,6%. Essa diferença fez com que os municípios pesquisados aumentassem sua participação no rebanho bovino do estado em 12,5%, sendo responsável por quase um terço do rebanho bovino do estado em 2010. A média dos 50 municípios é 88,9% maior que a média do estado em 2010. Além disso, a concentração diminuiu pois o coeficiente de variação diminuiu quase 16%.

Tabela 8: Variação do número de bovinos entre 2000 e 2010 para Santa Catarina e municípios do ranking.

ESTATÍSTICAS	Bovinos 2000	Bovinos 2010	Variação (%)
Soma dos 50	919.272	1.275.825	38,8%
Participação dos 50 no estado	30,1%	32,0%	12,5%
Média dos 50	18.385,44	25.516,50	38,8%
Mínimo dos 50	4.100	5.526	34,8%
Máximo dos 50	57.895	60.862	5,1%
Desvio padrão dos 50	11.679,50	13.652,30	16,9%
Coefficiente de variação dos 50	0,64	0,54	-15,8%
Total do estado	3.051.104	3.985.662	30,6%
Média do estado	10.342,73	13.510,72	30,6%

Fonte: Dados elaborados pelo autor conforme informações (PPM) do site do IBGE.

De 2000 a 2010, o número de suínos entre os 50 municípios pesquisados aumentou 70,1%. No mesmo período, a quantidade de suínos no estado aumentou 53,5%. Os cinquenta municípios foram responsáveis por quase metade dos suínos do estado em 2010, após um crescimento de 10,8% sendo que em 2000 havia 42,3% e em 2010 chegou a 46,8%. O coeficiente de variação diminuiu 7,2% denotando menor concentração do número de suínos entre os municípios do ranking. No entanto, chama atenção que o mínimo dos 50 municípios do ranking baixou 76,4%, mas pode ser explicado pelo alto valor do desvio padrão que apresentou grande dispersão.

Tabela 9: Variação do número de suínos entre 2000 e 2010 para Santa Catarina e municípios do ranking.

ESTATÍSTICAS	Suínos 2000	Suínos 2010	Variação (%)
Soma dos 50	2.152.744	3.661.153	70,1%
Participação dos 50 no estado	42,3%	46,8%	10,8%
Média dos 50	43.054,88	73.223,06	70,1%
Mínimo dos 50	3.500	826	-76,4%
Máximo dos 50	287.744	430.613	49,7%
Desvio padrão dos 50	59.132,71	93.310,06	57,8%
Coeficiente de variação dos 50	1,37	1,27	-7,2%
Total do estado	5.093.888	7.817.536	53,5%
Média do estado	17267,42	26.500,12	53,5%

Fonte: Dados elaborados pelo autor conforme informações (PPM) do site do IBGE.

Em relação aos galináceos, de 2000 a 2010, a quantidade aumentou 47,4 nos cinquenta municípios. Enquanto isso, no estado, o aumento foi de 40,4%. Em 2010, as quantidades de galináceos nos municípios pesquisados correspondiam a 37,3% do total do estado, um aumento de 5,0% em relação a 2000. O maior número de galináceos em um município, dentre os cinquenta, diminuiu 35,7% de 2000 a 2010 e o coeficiente de variação reduziu em 29,6% o que denota menor concentração de aves entre os 50 municípios do ranking.

Tabela 10: Variação do número de galináceos entre 2000 e 2010 para Santa Catarina e municípios do ranking.

ESTATÍSTICAS	Galináceos 2000	Galináceos 2010	Variação (%)
Soma dos 50	43.959.738	64.796.916	47,4%
Participação dos 50 no estado	35,5%	37,3%	5,0%
Média dos 50	879.194,76	1.295.938,32	47,4%
Mínimo dos 50	17.500	15.000	-14,3%
Máximo dos 50	9.629.638	6.192.389	-35,7%
Desvio padrão dos 50	1.567.294,88	1.626.585,99	3,8%
Coefficiente de variação dos 50	1,78	1,26	-29,6%
Total do estado	123.740.489	173.767.575	40,4%
Média do estado	419459,28	589.042,63	40,4%

Fonte: Dados elaborados pelo autor conforme informações (PPM) do site do IBGE.

Em relação aos dados referentes à pesquisa agrícola municipal (PAM) apresentam-se a área plantada, área colhida e a quantidade produzida total dos municípios do ranking e no estado de Santa Catarina. Em relação a algumas das principais plantações destacam-se no estado: arroz; cebola; feijão, e; milho. Abaixo se apresentam as análises dos dados que foram inseridos em tabela única para favorecer o entendimento e as comparações.

No período de 2000 a 2010 enquanto o estado apresentou crescimento de 11,1% na área plantada de arroz e 11,5 na área colhida, os municípios pesquisados diminuíram a área em 11,6% e 11,0% respectivamente. Como era de se esperar, a diminuição da área plantada impactou diretamente na área colhida. Tanto na área plantada quanto na área colhida, houve diminuição de cerca de 20% em relação à participação no total do estado entre 2000 e 2010.

Em relação à quantidade produzida, a participação dos 50 municípios foi 15,4% negativa saindo de 13,7% para 11,6% em 2010. Assim, enquanto o estado catarinense obteve 30,4% de crescimento na quantidade produzida de arroz, os 50 municípios do ranking obtiveram variação positiva de 10,3%. Por outro lado, quando se considera a produtividade por hectare, percebe-se que enquanto os municípios do ranking passaram de 5,28 para 6,45 obtendo variação de 22% o estado passou de 5,92 para 6,92 com variação positiva de cerca de 17%⁷⁶. Isso

⁷⁶ O referido índice foi calculado a partir da diferença entre os resultados dos totais das quantidades produzidas divididas pelas áreas colhidas totais.

demonstra que os municípios do ranking mesmo tendo diminuído a área plantada, área produzida e obtendo participação no total do estado menor em 2010, possuem ligeira eficiência em relação à produtividade.

Em relação à cebola, tanto no estado quanto nos municípios do ranking, houve uma redução da área plantada e colhida. No entanto, houve aumento da quantidade produzida tanto no estado quanto nos municípios do ranking. Interessante notar o equilíbrio entre os índices de variação que indicam variações muito próximas. Enquanto a variação da área plantada e colhida caiu 6,4% para os 50 municípios, para o estado caiu 8,5%. A variação da quantidade produzida foi positiva 22,6% para os 50 municípios e 23,1% para o estado indicando aumento da eficiência produtiva.

Além disso, observa-se que os 50 municípios do ranking mantiveram praticamente estável em torno de 70% a participação na quantidade produzida em relação ao estado. Os municípios pesquisados apresentaram um aumento na eficiência, que passou de 20,90 toneladas por hectare em 2000 para 27,37 toneladas por hectare em 2010, superando a eficiência média do estado de SC, que, em 2010 foi de 25,34.

Quanto ao feijão, tanto no estado quanto nos municípios pesquisados, houve uma redução das áreas plantadas e colhidas. A redução da área colhida foi de 48,5% no estado e de 47,5% nos municípios pesquisados. A quantidade produzida de feijão no estado diminuiu 26,3%, enquanto que os municípios pesquisados apresentaram uma diminuição de 22,3%.

Os municípios pesquisados apresentaram um aumento na eficiência ligeiramente maior que passou de 1,10 toneladas por hectare em 2000 para 1,6 toneladas por hectare, enquanto que a produtividade média do estado de SC passou de 1,07 para 1,52 em 2010. Os municípios pesquisados do ranking respondem a 40,7% da área total colhida e 42,9% da quantidade produzida de milho no estado.

De 2000 a 2010, tanto no estado quanto nos municípios pesquisados, houve uma redução da área plantadas e colhida de milho. A redução foi de aproximadamente 30% nos dois casos. Em relação à quantidade produzida, o estado obteve crescimento de 7,4%, enquanto que nos municípios pesquisados aumentou 6,4%. Essa diferença fez com que a participação dos municípios no total de milho produzido no estado diminuísse quase 1% passando de 45,6% para 45,2% em 2010.

No entanto, as médias de produtividade por hectare indica maior eficiência entre os municípios pesquisados que mantiveram maior índice da quantidade produzida em relação à área colhida. A produtividade por

hectare dos municípios do ranking passou de 4,27 para 6,58, enquanto que o estado passou de 4,12 para 6,28.

Tabela 11: Variação da área plantada, área colhida e quantidade produzida de arroz entre 2000 e 2010 para Santa Catarina e municípios do ranking.

ESTATÍSTICAS	Arroz - Área Plantada			Arroz - Área Colhida			Arroz - Quantidade Produzida		
	2000	2010	Varição (%)	2000	2010	Varição (%)	2000	2010	Varição (%)
Soma dos 50	21.113	18.654	-11,6%	20.963	18.654	-11,0%	109.180	120.403	10,3%
Participação dos 50 no estado	15,6%	12,4%	-20,5%	15,5%	12,4%	-20,2%	13,7%	11,6%	-15,4%
Média dos 50	422,26	373,08	-11,6%	419,26	373,08	-11,0%	2.183,60	2.408,06	10,3%
Mínimo dos 50	0	0	0%	0	0	0%	0	0	0%
Máximo dos 50	8.800	9.200	4,5%	8.650	9.200	6,4%	52.590	58.420	11,1%
Desvio padrão dos 50	1.438,76	1.592,97	10,7%	1.420,99	1.592,97	12,1%	8.737,21	10.302,79	17,9%
Coefficiente de variação dos 50	0,80	4,27	431,7%	3,39	4,27	26,0%	4,0	4,28	6,9%
Total do estado	135.412	150.473	11,1%	134.952	150.473	11,5%	799.031	1.041.587	30,4%
Média do estado	459,02	510,08	11,1%	457,46	510,08	11,5%	2708,58	3.530,80	30,4%

Fonte: Dados elaborados pelo autor conforme informações (PAM) do site do IBGE.

Tabela 12: Variação da área plantada, área colhida e quantidade produzida de cebola entre 2000 e 2010 para Santa Catarina e municípios do ranking.

ESTATÍSTICAS	Cebola - Área Plantada			Cebola - Área Colhida			Cebola - Quantidade Produzida		
	2000	2010	Variação (%)	2000	2010	Variação (%)	2000	2010	Variação (%)
Soma dos 50	15.388	14.397	-6,4%	15.388	14.397	-6,4%	321.554	394.170	22,6%
Participação dos 50 no estado	63,5%	64,9%	2,2%	63,5%	65,0%	2,4%	70,5%	70,2%	-0,4%
Média dos 50	307,76	287,94	-6,4%	307,76	287,94	-6,4%	6.431,08	7.883,40	22,6%
Mínimo dos 50	0	0	0%	0	0	0%	0	0	0%
Máximo dos 50	6.400	5.040	-21,3%	6.400	5.040	-21,3%	160.000	151.200	-5,5%
Desvio padrão dos 50	1.090,96	948,26	-13,1%	1.090,96	948,26	-13,1%	25.104,68	26.645,06	6,1%
Coefficiente de variação dos 50	3,54	3,29	-7,1%	3,54	3,29	-7,1%	3,63	3,77	3,8%
Total do estado	24.241	22.181	-8,5%	24.231	22.146	-8,6%	456.036	561.184	23,1%
Média do estado	82,17	75,19	-8,5%	82,14	75,07	-8,6%	1545,88	1.902,32	23,1%

Fonte: Dados elaborados pelo autor conforme informações (PAM) do site do IBGE

Tabela 13: Variação da área plantada, área colhida e quantidade produzida de feijão entre 2000 e 2010 para Santa Catarina e municípios do ranking.

ESTATÍSTICAS	Feijão - Área Plantada			Feijão - Área Colhida			Feijão - Quantidade		
	2000	2010	Variação (%)	2000	2010	Variação (%)	2000	2010	Variação (%)
Soma dos 50	85.843	45.064	-47,5%	84.608	45.064	-46,7%	92.761	72.061	-22,3%
Participação dos 50 no estado	39,9%	40,7%	2,0%	39,8%	40,7%	2,4%	40,7%	42,9%	5,5%
Média dos 50	1.716,86	901,28	-47,5%	1.692,16	901,28	-46,7%	1.855,22	1.441,22	-22,3%
Mínimo dos 50	65	30	-53,8%	65	30	-53,8%	57	51	-10,5%
Máximo dos 50	10.500	13.000	23,8%	10.500	13.000	23,8%	19.530	28.080	43,8%
Desvio padrão dos 50	2.117,11	2.004,19	-5,3%	2.094,17	2.004,19	-4,3%	3.067,74	4.037,76	31,6%
Coefficiente de variação dos 50	1,23	2,22	80,3%	1,24	2,22	79,7%	1,65	2,80	69,4%
Total do estado	215.071	110.685	-48,5%	212.799	110.655	-48,0%	227.923	167.903	-26,3%
Média do estado	729,05	375,20	-48,5%	721,35	375,10	-48,0%	772,62	569,16	-26,3%

Fonte: Dados elaborados pelo autor conforme informações (PAM) do site do IBGE.

Tabela 14: Variação da área plantada, área colhida e quantidade produzida de milho entre 2000 e 2010 para Santa Catarina e municípios do ranking.

ESTATÍSTICAS	Milho - Área Plantada			Milho - Área Colhida			Milho - Quantidade		
	2000	2010	Variação (%)	2000	2010	Variação (%)	2000	2010	Variação (%)
Soma dos 50	363.890	251.155	-31,0%	363.840	251.155	-31,0%	1.551.937	1.651.698	6,4%
Participação dos 50 no estado	44,1%	43,1%	-2,1%	44,1%	43,1%	-2,1%	45,6%	45,2%	-0,9%
Média dos 50	7.277,80	5.023,10	-31,0%	7.276,80	5.023,10	-31,0%	31.038,74	33.033,96	6,4%
Mínimo dos 50	800	800	0,0%	800	800	0,0%	3.300	3.660	10,9%
Máximo dos 50	25.000	18.000	-28,0%	25.000	18.000	-28,0%	135.000	140.400	4,0%
Desvio padrão dos 50	4.700,35	3.551,36	-24,4%	4.701,70	3.551,36	-24,5%	23.330,52	27.553,77	18,1%
Coefficiente de variação dos 50	0,65	0,71	9,5%	0,65	0,71	9,4%	0,75	0,83	11,0%
Total do estado	826.010	582.221	-29,5%	825.572	582.221	-29,5%	3.403.265	3.653.803	7,4%
Média do estado	2800,03	1.973,63	-29,5%	2798,55	1.973,63	-29,5%	11536,49	12.385,77	7,4%

Fonte: Dados elaborados pelo autor conforme informações (PAM) do site do IBGE.

A análise da dimensão social se dará através do estudo de três variações em relação ao IDH, emprego total e emprego agro. O IDH que a pesquisa se utiliza é o IDH-M, ou seja, é o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios que é calculado a partir da média geométrica, ou raiz cúbica da multiplicação dos três IDHM (longevidade, educação e renda).

Quanto ao IDH-M, constata-se que de 2000 a 2010, a média dos 50 municípios pesquisados cresceu 19,0%, saindo da faixa média em 2000 para a faixa de IDH-M alto em 2010 atingindo 0,738. O mesmo aconteceu com o estado de Santa Catarina, no entanto o crescimento foi inferior, equivalente a 14,8%, embora tenha mantido a média estadual acima da dos municípios do ranking. Além disso, o coeficiente de variação diminuiu 34,7%, bem como o valor mínimo cresceu 27,2% e o máximo, 11,6% havendo menor dispersão entre os municípios estudados.

Tabela 15: Variação do IDH-M entre 2000 e 2010 para Santa Catarina e municípios do ranking.

ESTATÍSTICAS	IDH 2000	IDH 2010	Variação (%)
Média dos 50	0,620	0,738	19,0%
Mínimo dos 50	0,478	0,608	27,2%
Máximo dos 50	0,741	0,827	11,6%
Desvio padrão dos 50	0,052	0,040	-22,5%
Coeficiente de variação dos 50	0,084	0,055	-34,7%
Média do estado	0,674	0,774	14,8%

Fonte: Dados elaborados pelo autor conforme informações do site do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

Quanto ao crescimento do emprego agropecuário, o estado apresentou um crescimento de 51,8% no período de 2000 a 2010. Enquanto isso, o emprego na agropecuária dentre os municípios pesquisados cresceu 46,4%. Do total dos postos de trabalho que haviam na agricultura no estado de SC em 2010, 33,8% estavam nos municípios pesquisados. Mesmo a participação tendo diminuído 3,5% os 50 municípios do ranking ainda se mantiveram responsáveis por um terço dos empregos agrícolas.

Tabela 16: Variação do Emprego Agro entre 2000 e 2010 para Santa Catarina e municípios do ranking.

ESTATÍSTICAS	Emprego Agro 2000	Emprego Agro 2010	Variação (%)
Soma dos 50	1.950	2.855	46,4%
Participação dos 50 no estado	35,1%	33,8%	-3,5%
Média dos 50	39,00	57,10	46,4%
Mínimo dos 50	1	3	200,0%
Máximo dos 50	291	422	45,0%
Desvio padrão dos 50	53,27	78,67	47,7%
Coefficiente de variação dos 50	1,37	1,38	0,9%
Total do estado	5.561,00	8.439,00	51,8%
Média do estado	18,85	28,61	51,8%

Fonte: Dados elaborados pelo autor conforme bases estatísticas RAIS e CAGED/MTE.

Em relação ao Emprego total, o número de postos de trabalho no estado de SC cresceu 70,4% enquanto que os municípios do ranking cresceram 66,7%. Os municípios pesquisados correspondiam a 18,8% dos empregos do estado no ano de 2010. A desigualdade de postos de trabalho dentre os municípios pesquisados permaneceu estável durante esses 10 anos, crescendo apenas 1,7%.

Tabela 17: Variação do Emprego Total entre 2000 e 2010 para Santa Catarina e municípios do ranking.

ESTATÍSTICAS	Emprego 2000	Emprego 2010	Variação (%)
Soma dos 50	21.825	36.388	66,7%
Participação dos 50 no estado	19,3%	18,8%	-2,2%
Média dos 50	436,50	727,76	66,7%
Mínimo dos 50	40	83	107,5%
Máximo dos 50	3.651	6.537	79,0%
Desvio padrão dos 50	611,02	1.036,33	69,6%
Coefficiente de variação dos 50	1,40	1,42	1,7%
Total do estado	113.321,00	193.129,00	70,4%
Média do estado	384,14	654,67	70,4%

Fonte: Dados elaborados pelo autor conforme bases estatísticas RAIS e CAGED/MTE.

A análise da dimensão tributária se dará através do estudo de duas variações em relação à receita de transferências correntes dos municípios e receita tributária municipal. Em relação à receita tributária dos 50 municípios pesquisados de 2000 a 2010, houve crescimento de

106,5%, muito próximo do crescimento do estado inteiro, que foi de 92,9%. Mas essa diferença foi o suficiente para fazer com que a participação dos 50 municípios no total do estado crescesse 7,1% no período.

Além disso, também se evidencia que todos os demais itens sofreram crescimentos superiores a 79,1%, com exceção do coeficiente de variação que diminuiu 12,6%, corroborando com a afirmativa anterior. Ou seja, o nível de concentração diminuiu enquanto as demais médias e variações aumentaram.

Tabela 18: Variação da Receita Tributária entre 2000 e 2010 para Santa Catarina e municípios do ranking.

ESTATÍSTICAS	RECEITA	RECEITA	Variação (%)
	TRIBUTÁRIA	TRIBUTÁRIA	
	2000	2010	
Soma dos 50	111.797.727,25	230.859.681,97	106,5%
Participação dos 50 no estado	10,9%	11,6%	7,1%
Média dos 50	2.235.954,55	4.617.193,64	106,5%
Mínimo dos 50	126.754,34	312.065,84	146,2%
Máximo dos 50	32.859.000,00	58.863.094,93	79,1%
Desvio padrão dos 50	4.990.392,00	9.005.765,44	80,5%
Coeficiente de variação dos 50	2,23	1,95	-12,6%
Total do estado	1.030.088.638,27	1.986.824.838,49	92,9%
Média do estado	3.491.825,89	6.734.999,45	92,9%

Fonte: Dados elaborados pelo autor conforme informações do Siafi no site do Tesouro Nacional.

Em relação às receitas de transferências correntes, evidencia-se que de 2000 a 2010, tanto os 50 municípios pesquisados quanto todo o estado, tiveram crescimento similar, de 81,6% e 81,7%, respectivamente. Por isso, a participação dos 50 pesquisados no total do estado se manteve estável no período. O valor mínimo de receita de transferências correntes aumentou 93,4% e o valor máximo cresceu 85%. O coeficiente de variação também ficou estável.

Tabela 19: Variação da Receita de Transferências Correntes entre 2000 e 2010 para Santa Catarina e municípios do ranking.

ESTATÍSTICAS	RECEITA TRANSF. CORRENTES 2000	RECEITA TRANSF. CORRENTES 2010	Variação (%)
Soma dos 50	833.898.613,10	1.514.696.895,55	81,6%
Participação dos 50 no estado	18,4%	18,4%	0,0%
Média dos 50	16.677.972,26	30.293.937,91	81,6%
Mínimo dos 50	4.472.902,08	8.651.319,57	93,4%
Máximo dos 50	123.109.733,02	227.808.593,24	85,0%
Desvio padrão dos 50	19.541.135,31	35.466.847,32	81,5%
Coefficiente de variação dos 50	1,17	1,17	-0,1%
Total do estado	4.519.935.194,08	8.211.082.194,13	81,7%
Média do estado	15.321.814,22	27.834.176,93	81,7%

Fonte: Dados elaborados pelo autor conforme informações do Siafi no site do Tesouro Nacional.

4.4 ANÁLISES DAS CORRELAÇÕES

As análises de correlações foram realizadas com o objetivo de apresentar os impactos do PRONAF em cada uma das variáveis consideradas nas dimensões produtiva, social e tributária. Para isso, a ferramenta de análise de correlações mediu as relações entre o volume de recursos aplicados pelo PRONAF com as demais variáveis apresentadas.

Todas as variáveis apresentaram índice de correlação positivo, indicando uma correlação direta entre as variáveis e o volume de PRONAF, o que indica que um aumento no volume de recursos liberados do PRONAF possui associação e efeito positivo com o crescimento da variável estudada.

Em 2000, as maiores correlações foram as relacionadas ao IDH-M (0,7812), valor médio por contrato (0,6376) e a quantidade produzida de arroz (0,4534). Já em 2010, as variáveis que apresentaram maiores correlações com o volume de PRONAF foram a quantidade produzida de milho (0,9229), a quantidade colhida total (0,7563) e as áreas plantada e colhida de feijão (0,7114), além da quantidade produzida de feijão (0,6878), e do emprego na agropecuária (0,6971).

Algumas variáveis apresentaram uma redução do grau de correlação como o volume liberado de recursos PRONAF, no período de 2000 a 2010, com destaque para o IDH-M (-0,6856) e o valor médio do contrato (-0,6374). Porém, a maioria das variáveis apresentou um crescimento no grau de correlação com o volume liberado recursos do PRONAF, com destaque para a quantidade de milho produzido (0,9217), quantidade produzida total (0,7563) e a quantidade produzida de feijão (0,6588).

A maioria das variáveis tiveram coeficientes de correlações baixos, ou seja, abaixo de 0,8500, o que indica que as correlações existentes entre as variáveis não são fortes. Por outro lado, a variável quantidade de milho produzida apresentou correlação forte e direta com o volume de recursos liberados do PRONAF. O que indica que a quantidade de milho produzido por um município está diretamente relacionado com o volume de recursos PRONAF liberados naquele município. Ou ainda, que o volume de recursos PRONAF liberados em um município tem relação forte e direta com a quantidade de milho produzida naquele município.

Tabela 20: Coeficientes de correlação entre o volume de recursos do PRONAF e cada uma das demais variáveis analisadas dos 50 municípios que mais contrataram crédito em Santa Catarina.

Variável	Volume PRONAF 2000	Volume PRONAF 2010	Variação
Volume PRONAF	1,0000	1,0000	0,0000
Emprego na Agropecuária	0,1141	0,6971	0,5830
Emprego Total	0,1436	0,0342	-0,1094
PIB	0,1007	0,0377	-0,0630
PIB Agro	0,0007	0,0245	0,0238
PIB per Capita	0,1395	0,5464	0,4069
IDH-M	0,7812	0,0957	-0,6856
Receita Tributária	0,3617	0,0590	-0,3027
Receita Transf. Correntes	0,1155	0,0829	-0,0326
Vacas Ordenhadas	0,1451	0,0073	-0,1378
Bovinos	0,0068	0,1366	0,1298
Suínos	0,0869	0,0800	-0,0070
Galináceos	0,0406	0,0226	-0,0180

Área Plantada - Total	0,0016	0,5678	0,5662
Área Plantada - Arroz	0,3878	0,3192	-0,0686
Área Plantada - Cebola	0,0124	0,5448	0,5324
Área Plantada - Feijão	0,1374	0,7114	0,5740
Área Plantada - Milho	0,0044	0,5786	0,5742
Área Colhida - Total	0,0016	0,5674	0,5658
Área Colhida - Arroz	0,3895	0,3192	-0,0703
Área Colhida - Cebola	0,0124	0,5448	0,5324
Área Colhida - Feijão	0,1366	0,7114	0,5748
Área Colhida - Milho	0,0044	0,5786	0,5742
Quantidade - Total	0,0013	0,7576	0,7563
Quantidade - Arroz	0,4534	0,3075	-0,1459
Quantidade - Cebola	0,0082	0,5326	0,5244
Quantidade - Feijão	0,0291	0,6878	0,6588
Quantidade - Milho	0,0012	0,9229	0,9217
PRONAF - Contratos	0,0000	0,0012	0,0000
PRONAF - Valor Médio	0,6376	0,0002	-0,6374

Fonte: elaborado pelo pesquisador.

Na tabela abaixo, foram calculados os coeficientes de correlação entre a variação de cada variável no período de 2000 e 2010 nos municípios pesquisados. Todas as variáveis apresentaram índice de correlação positivo, indicando uma correlação direta entre a variação das variáveis e o volume de PRONAF, o que indica que um aumento no volume de recursos liberados do PRONAF está associado a um crescimento da variável estudada.

A maioria das variáveis também tiveram coeficientes de correlações baixos, ou seja, abaixo de 0,8500, o que indica que as correlações existentes entre as variáveis não são fortes. Por outro lado, as maiores correlações foram as relacionadas às receitas de transferências correntes (0,9155), à quantidade produzida de feijão (0,9042) e emprego na agropecuária (0,8421). Essas variáveis apresentaram correlação forte e direta com o volume de recursos liberados do PRONAF indicando que estão diretamente relacionadas com o volume de recursos PRONAF liberados naquele município. Ou ainda, que a variação do volume de recursos do PRONAF liberados em um município tem relação forte e direta com a variação da quantidade de

feijão produzida, com a variação do número de postos de trabalho naquele município e com a receita de transferências correntes.

Tabela 21: Coeficientes de correlação da variação dos índices entre o volume de recursos do PRONAF e cada uma das demais variáveis analisadas dos 50 municípios que mais contrataram crédito em Santa Catarina.

Variável	Variação de Volume PRONAF
Volume PRONAF	1,0000
Emprego na Agropecuária	0,8421
Emprego Total	0,2608
PIB	0,0069
PIB Agro	0,6093
PIB per Capita	0,0040
IDH-M	0,8040
Receita Tributária	0,3277
Receita Transf. Correntes	0,9155
Vacas Ordenhadas	0,3975
Bovinos	0,0667
Suínos	0,2326
Galináceos	0,5679
Área Plantada - Total	0,0667
Área Plantada - Arroz	0,6102
Área Plantada - Cebola	0,5792
Área Plantada - Feijão	0,6676
Área Plantada - Milho	0,3386
Área Colhida - Total	0,0645
Área Colhida - Arroz	0,6064
Área Colhida - Cebola	0,5792
Área Colhida - Feijão	0,6704
Área Colhida - Milho	0,3311
Quantidade - Total	0,4145
Quantidade - Arroz	0,2247
Quantidade - Cebola	0,7923

Quantidade - Feijão	0,9042
Quantidade - Milho	0,1946
PRONAF - Contratos	0,0000
PRONAF - Valor Médio	0,0460

Fonte: elaborado pelo pesquisador.

4.5 BREVE SÍNTESE DO CAPÍTULO

Os primeiros resultados que a pesquisa apurou foram que os 50 maiores municípios tomadores de PRONAF representam a metade dos recursos que o Programa alocou em Santa Catarina entre as Safras 2000/2001 e 2013/2014. Ou seja, enquanto que o estado recebeu o valor bruto total de cerca de R\$15,4 bilhões entre as safras 2000/2001 a 2013/2014, os 50 municípios maiores tomadores receberam cerca de R\$7,6 bilhões no mesmo período. Além disso, constata-se que dentre esses 50 municípios, 32 deles estão localizados na mesorregião oeste catarinense demonstrando a grande importância dessa região para a agricultura familiar do estado.

Quando se compara as safras 2000/2001 e 2010/2011 constata-se que a variação da participação dos 50 municípios no total do estado aumentou 10,1%, correspondendo a mais da metade do volume total de PRONAF liberado no estado. No entanto, entre os 50 municípios há menor concentração. Já em relação ao número de contratos, constata-se que houve diminuição da participação dos municípios do ranking em relação ao total de contratos do estado, o que representa que o valor médio por contrato aumentou entre as safras estudadas, o que é constatado pela tabela 3. Assim, os dados dão indícios que um menor número de agricultores tomou valores maiores.

Em relação à dimensão econômica e produtiva observa-se que enquanto o PIB do estado de Santa Catarina obteve crescimento de 54,4% entre 2000 e 2010, os municípios do ranking diminuíram a participação, que era de 18,5% do PIB em 2000 para 16,7 em 2010. No entanto, em relação ao PIB per capita e o PIB Agro, se observa o contrário. Nos dois indicadores houve maior crescimento e maior participação dos municípios pesquisados. Isso pode estar ligado ao fato desses municípios possuírem duas características comuns: forte atividade agropecuária e municípios pouco populosos, sendo que com exceção de Chapecó os outros 49 municípios possuem menos de cem mil habitantes.

Em relação aos impactos na atividade pecuária, os 50 municípios foram responsáveis por 39,6% das vacas ordenhadas no estado em 2010 e a média de vacas ordenhadas nos municípios pesquisados foi de 133% superior à média do estado. Os 50 municípios do ranking obtiveram 82,4% de crescimento entre 2000 e 2010 enquanto que o total do estado obteve crescimento de 69,8%. Em relação ao número de cabeças de bovinos também houve maior crescimento entre os municípios do ranking com 38,8%, enquanto que o crescimento no estado foi de 30,6%. Os 50 municípios eram responsáveis em 2010 por 32% do total de cabeças de bovinos no estado.

Os municípios do ranking representavam quase 50% do total dos suínos do estado em 2010. Enquanto o estado apresentou crescimento de 53,5%, os 50 municípios apresentaram crescimento de 70,1%. Em relação aos galináceos, os municípios do ranking representavam 37,3% do total do estado em 2010. O crescimento desses 50 municípios representou 47,4% entre 2000 e 2010, enquanto que o estado representou 40,4%.

Quanto aos impactos na atividade agrícola, em relação ao arroz, os dados revelaram que houve diminuição por parte dos municípios do ranking da área plantada, colhida e participação na quantidade produzida enquanto que o estado apresentou crescimento em todas elas. No entanto, mesmo os índices do estado tendo se mantido acima da produtividade dos 50 municípios do ranking, observou-se que a variação dessa produtividade vem crescendo mais rapidamente que a variação do total do estado.

Quanto à cebola, os dados revelaram que houve diminuição da área plantada e colhida tanto dos municípios do ranking quanto do total do estado. No entanto, a quantidade produzida cresceu mais de 20% tanto nos municípios pesquisados como no total do estado. Percebe-se a forte concentração da produção de cebola entre os municípios do ranking, sendo que possuem cerca de 65% da área plantada e colhida e participação de 70% de toda produção estadual em 2010. Além disso, a variação da produtividade nos municípios do ranking também se mostraram superiores às do estado, tendo crescido de 2000 a 2010 27,37% enquanto o estado cresceu 25,34%.

Em relação ao feijão também houve redução da área plantada, colhida e quantidade produzida dos municípios do ranking e do estado. Com redução pouco maior do estado, obteve-se maior participação dos 50 municípios em relação à área plantada, colhida e quantidade produzida. A produtividade foi ligeiramente superior nos municípios do ranking. Em relação ao milho, houve diminuição da área plantada e

colhida em cerca de 30% tanto nos 50 municípios quanto no total do estado. Entretanto, a quantidade produzida cresceu 6,4% nos 50 municípios e 7,4% no estado, o que diminuiu a participação desses no total do estado mesmo com ligeiro aumento da variação da produtividade.

No que concerne à dimensão social, em relação ao IDH-M tanto o estado quanto os 50 municípios do ranking obtiveram elevação da faixa média em 2000 para a faixa de IDH-M alto em 2010. Enquanto que a média dos municípios do ranking passou do IDH 0,620 para 0,738 em 2010, o estado passou de 0,674 para 0,774. Quanto aos postos de trabalho agrícolas que haviam em Santa Catarina em 2010, 33,8% estavam nos municípios pesquisados. O estado apresentou crescimento pouco superior ao dos 50 municípios neste quesito, sendo responsável por 51,8%, enquanto os municípios do ranking obtiveram 46,4% de crescimento. Já em relação ao emprego total o número de postos de trabalho em Santa Catarina cresceu 70,4% enquanto que os municípios do ranking cresceram 66,7%. Os municípios pesquisados correspondiam a 18,8% dos empregos do estado no ano de 2010.

No tocante à dimensão tributária, as receitas tributárias e receitas de transferências correntes dos 50 municípios em 2010 corresponderam respectivamente à 11,6% e 18,4%. Enquanto a receita tributária dos 50 municípios cresceu de 106,5% ante o total do estado de 92,9%, as receitas de transferências correntes dos 50 municípios obtiveram índices similares de 81,7%.

No que diz respeito às correlações, observa-se que as variáveis apresentaram índice de correlação positivo indicando associação linear com o volume do PRONAF. No entanto, a maioria das correlações existentes não são fortes, pois apresentaram coeficientes de correlações baixas. Contudo, destaca-se a quantidade de milho produzido que apresentou correlação direta e forte de 0,9217 em 2010 e na variação. Com isso, a quantidade de milho produzido por um município sugere uma relação com o volume de recursos liberados pelo PRONAF naquele município.

Também chamou atenção a tabela das variações, em que as maiores correlações foram as relacionadas às receitas de transferências correntes (0,9155), à quantidade produzida de feijão (0,9042) e emprego na agropecuária (0,8421). Essas variáveis apresentaram correlação forte e direta com o volume de recursos liberados do PRONAF indicando também podem estar relacionadas com o volume de recursos PRONAF liberados naquele município.

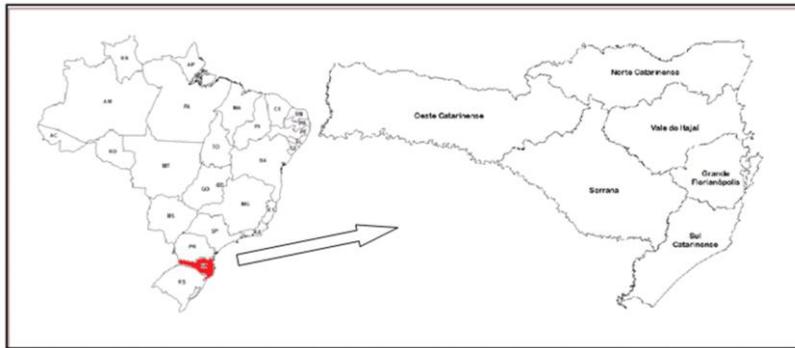
CAPÍTULO V: ESTUDO DE CASO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS IMPACTOS DO PRONAF EM MUNICÍPIOS SELECIONADOS DE SANTA CATARINA

Nesse capítulo, apresenta-se o estudo de caso sobre os impactos do PRONAF no estado de Santa Catarina realizado entre os meses de outubro e fevereiro de 2016. O estudo divide-se em quatro partes as quais abordam sequencialmente: 1) caracterização das 5 mesorregiões e dos 10 municípios pesquisados; 2) considerações iniciais sobre a pesquisa de campo; 3) descrição analítica dos impactos, levantados a partir dos questionários, em relação à percepção de 56 agentes de desenvolvimento rural das 5 mesorregiões do estado representados pelos 10 municípios extremos dentre os 50 maiores municípios supracitados, e; 4) descrição analítica dos impactos levantados a partir dos questionários em relação à percepção de 30 agricultores familiares das mesmas 5 mesorregiões e 10 municípios caracterizados anteriormente.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DAS 5 MESORREGIÕES E 10 MUNICÍPIOS PESQUISADOS.

Essa seção demonstra algumas das principais características das mesorregiões estudadas na pesquisa de campo e em cada uma das cidades visitadas. Em seguida, apresentam-se dois mapas: mapa do Brasil e a localização do estado de Santa Catarina e suas subdivisões nas seis mesorregiões segundo o IBGE e mapa dos municípios selecionados de Santa Catarina.

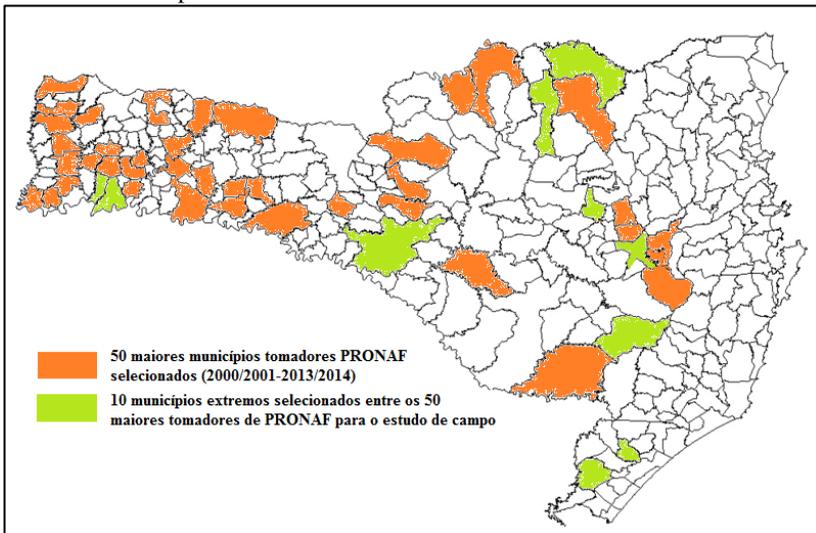
Figura 4: Brasil e a localização do estado de Santa Catarina com suas subdivisões em Mesorregiões segundo o IBGE.



Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base nas divisões em mesorregiões conforme IBGE.

Em seguida apresenta-se o mapa de Santa Catarina apontando os 50 municípios selecionados para estudo dos indicadores. Além disso, o mapa diferencia aqueles 10 municípios extremos que foi realizado o estudo de campo nas cinco mesorregiões estudadas.

Figura 5: 50 municípios selecionados para o estudo e os 10 municípios extremos do estudo de campo.



Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

A mesorregião do Vale do Itajaí

A mesorregião do Vale do Itajaí foi colonizada principalmente por imigrantes germânicos, sendo seguida respectivamente por italianos e açorianos principalmente a partir do último quarto do século XIX. Goulart Filho (2002) relata que a política imigratória financiada pelo Governo Imperial se acelerou a partir de 1875 por conta de três fatores essenciais:

Para os imigrantes se instalarem, necessitavam basicamente de três suportes essenciais: financiamento governamental, terras disponíveis e companhias colonizadoras. A viagem e a instalação eram feitas por companhias colonizadoras, que faziam contratos com o Governo Imperial, que se responsabilizava por financiar as viagens. (GOULART FILHO, 2002, p.982).

O Vale do Itajaí recebeu imigrantes alemães e italianos que já possuíam técnicas tanto industriais quanto agrárias que facilitaram o desenvolvimento da região tanto em atividades manufatureiras ligadas principalmente ao têxtil quanto pequenas propriedades rurais. Goulart Filho (2002, p.982), cita que:

O crescimento de inúmeras pequenas atividades manufatureiras deve ser entendido pelo parcelamento da propriedade, pelo alto grau de difusão tecnológica dos adventos da Primeira Revolução Industrial (facilidade da cópia) e pela tradição dos imigrantes, que eram provenientes de regiões industriais da Alemanha e de regiões industriais e agrárias da Itália.

Atualmente a região possui 54 municípios que são divididos em 4 microrregiões: Blumenau, Itajaí, Ituporanga e Rio do Sul. O Vale do Itajaí tem seis cidades entre as 50 maiores tomadoras de crédito do PRONAF na pesquisa. Ituporanga foi a 1ª colocada da mesorregião estando na sétima posição entre os cinquenta municípios. A cidade de Rio do Oeste, que pertence à microrregião de Rio do Sul, ocupou o outro extremo da tabela estando na 45ª colocação. Os quatro municípios restantes foram Imbuia e Vidal Ramos, pertencentes à microrregião de Ituporanga e Rio do sul e Aurora, pertencentes à região de Rio do Sul.

Ituporanga

Ituporanga possui, em sua maioria, colonizadores alemães, italianos e portugueses. De acordo com o último censo do IBGE de 2010 possuía 22.250 habitantes sendo estimada para ter ultrapassado os 24.000 habitantes em 2015. O IDHM estava em 0,748 em 2010, com um PIB a preços correntes de 444 milhões de reais e PIB per capita de R\$ 19.977,41.

O município é conhecido nacionalmente como a capital da cebola,⁷⁷ sendo responsável por cerca de 12% do abastecimento nacional. Conforme dados da prefeitura municipal, em 2012 foram mais de 110 mil toneladas em 4600 ha plantados. São cerca de 1100 agricultores que contam com a ajuda de mais 1500 pessoas para ajudar a plantar, colher e beneficiar as cebolas.

Durante a estadia do pesquisador na cidade, lhe foi relatado que as fortes chuvas e o granizo que atingiram a cidade em outubro de 2015 trouxeram prejuízos que ainda estavam sendo calculados. Estimava-se, assim, que as perdas haviam sido grandes, pois outubro é justamente o mês em que se inicia a colheita⁷⁸. Além da cebola, outras culturas como soja, milho, feijão e fumo merecem destaque além da criação de aves, bovinos e suínos.

Rio do Oeste

O município de Rio do Oeste foi fundado por imigrantes italianos que já haviam se pré-estabelecido em Trento e que foram fundar novas comunidades às margens do rio Itajaí do Oeste. Foi emancipada de Rio do Sul em 23 de julho de 1958. De acordo com o último censo do IBGE de 2010 possuía 7.090 habitantes. O IDHM estava em 0.754 em 2010, com um PIB a preços correntes de 118 milhões de reais e PIB per capita de R\$ 16.763,61.

Rio do Oeste possui a agropecuária como principal peso na economia. Conforme dados da prefeitura municipal, merecem destaque o arroz irrigado, fumo em folha, citricultura, plantas ornamentais, feijão, mandioca e a criação de gado, aves e suínos.

⁷⁷ Ver fotos em anexo que mostram detalhes da cebola.

⁷⁸ A semeadura das cebolas é feita entre abril e maio, sendo que a partir de junho são transplantadas para a lavoura até outubro, mês inicial das colheitas que vai até dezembro. Os bulbos geralmente são armazenados para cura até maio, para posterior comercialização.

No segundo dia da saída a campo, quando o pesquisador chegou a Rio do Oeste, o município ainda estava com algumas ruas alagadas e vários locais comerciais ainda estavam sem funcionar como lojas, bancos, cooperativas. A principal avenida que liga a cidade de ponto a ponto em alguns locais estava alagada. Ao invés de veículos, havia barcos na avenida. Foi o município que teve, justificadamente, o menor número de agentes de desenvolvimento rural entrevistados. Aqueles que não puderam responder encontravam-se fora dos estabelecimentos que haviam sido comprometidos com a enchente ou em fase de limpeza dos imóveis e devidas arrumações.

Os órgãos municipais estavam envolvidos com levantamento de prejuízos, arrecadações e doações de mantimentos⁷⁹, além da reabertura de estradas que haviam sido comprometidas.⁸⁰ Ainda não havia condições para levantar os prejuízos nem por parte da prefeitura e nem por parte dos agricultores. Os agricultores⁸¹ de arroz irrigado, por exemplo, necessitavam aguardar a chuva baixar para avaliar o quanto teria sido comprometido.

A mesorregião Sul

A mesorregião Sul foi colonizada principalmente por imigrantes italianos, havendo também alemães, açorianos poloneses e russos em menor escala. É tida como a região mais italiana do estado com 65% de descendentes dessa etnia. Segundo Goulart Filho (2002), a ocupação pelos imigrantes, primeiramente os italianos, em seguida alemães e poloneses iniciou-se em 1877. A região Sul passou a ter um destaque econômico somente com o início das atividades carboníferas e com o início da construção da ferrovia pós 1880. (GOULART FILHO, 2002, p.980).

Atualmente a região possui 46 municípios divididos em três microrregiões: Araranguá; Criciúma, e Tubarão. O Sul ficou com duas cidades entre os 50 maiores tomadores de crédito do PRONAF na pesquisa. Jacinto Machado foi a 1ª colocada da mesorregião estando na

⁷⁹ A câmara de vereadores da cidade havia se tornado um grande depósito de mantimentos e água potável para os atingidos pelas enchentes.

⁸⁰ Para entrevistar dois dos três agricultores, o pesquisador passou por uma queda de barreira que havia sido reaberta com trator por um dos agricultores entrevistados.

⁸¹ Percebeu-se que embora os agricultores estivessem preocupados com perdas, havia o consolo que não haviam comprometido totalmente as safras.

18ª posição entre os cinquenta municípios. A cidade que ocupou o outro extremo na 50ª colocação foi Meleiro, que também pertence à microrregião de Araranguá.

Jacinto Machado

O município de Jacinto Machado foi fundado em 1958 e é formado por maioria de descendência italiana e em seguida de poloneses e açorianos. De acordo com o último censo do IBGE de 2010 possuía 10.609 habitantes. O IDHM estava em 0.716 em 2010, com um PIB a preços correntes de 153 milhões de reais e PIB per capita de R\$ 14.448,04.

A agricultura no município também é o setor de maior importância. A cidade de Jacinto Machado é conhecida pela grande plantação de banana, segundo dados do censo agropecuário do IBGE em 2006, havia 415 estabelecimentos que detinham mais de 50 pés de banana e que cultivavam cerca de 35.684 toneladas da fruta. Além da banana o município também cultiva bastante arroz irrigado. Há outras culturas como milho e feijão e também criação de bovinos e suínos e produção de leite.

Meleiro

O município de Meleiro também foi colonizado por imigrantes italianos no início do século XX, emancipou-se de Araranguá em 1961. De acordo com o último censo do IBGE de 2010 possuía 7.000 habitantes. O IDHM estava em 0.738 em 2010, com um PIB a preços correntes de 128 milhões de reais e PIB per capita de R\$ 18.307,81. A economia do município também é fortemente assentada na agricultura através do cultivo de arroz⁸², feijão, milho, fumo e extrativismo vegetal.

A Mesorregião Norte

A mesorregião Norte foi colonizada principalmente por imigrantes alemães, havendo também outras etnias em menor escala. É uma região altamente industrializada que possui a cidade mais populosa do estado. Joinville possuía em 2010 a população de 515.288 sendo estimada em mais de 562 mil em 2015. Atualmente a mesorregião

⁸² É comum perceber na entrada da cidade algumas empresas de beneficiamento e distribuição de arroz.

possui 26 municípios divididos em três microrregiões: Canoinhas, Joinville e São Bento do Sul.

O norte obteve cinco cidades entre os 50 maiores tomadores de crédito do PRONAF na pesquisa. Mafra foi a 1ª colocada da mesorregião estando na 15ª posição entre os cinquenta municípios. A cidade que ocupou o outro extremo na 46ª colocação foi Papanduva, que também pertence à microrregião de Canoinhas assim como Mafra e as outras 3 cidades da mesorregião que são Itaiópolis, Canoinhas e Irineópolis.

Mafra

O município de Mafra era rota dos tropeiros⁸³ e foi colonizado por imigrantes alemães, italianos, poloneses, ucranianos e bucovinos⁸⁴ no século XIX. Faz divisa com o município paranaense de Rio Negro, ao qual pertencia até 1917, anteriormente às demarcações da Guerra do Contestado. De acordo com o último censo do IBGE de 2010 possuía 52.912 habitantes. O IDHM estava em 0.777 em 2010, com um PIB a preços correntes de R\$1004.821 mil reais e PIB per capita de R\$ 18.987,55. A economia do município também é fortemente assentada na agricultura através do cultivo de soja, milho, trigo, erva-mate, aveia, feijão e fumo. Na pecuária, se destacam a avicultura, suinocultura e produção de leite.

Papanduva

O município de Papanduva também era rota dos tropeiros e foi colonizado por alemães, italianos, poloneses e ucranianos no final do século XIX. Foi distrito da cidade de Canoinhas até meados dos anos 1950. De acordo com o último censo do IBGE de 2010 possuía 17.928 habitantes. O IDHM estava em 0.704 em 2010, com um PIB a preços correntes de R\$376.265 mil reais e PIB per capita de R\$ 20.984,07. A economia do município também é fortemente assentada na agropecuária através do cultivo de soja, milho, trigo, feijão e fumo. Na pecuária se destacam a avicultura e suinocultura.

A Mesorregião Oeste

⁸³ Os tropeiros partiam do Rio Grande do Sul em direção ao sudeste brasileiro.

⁸⁴ A Bucovina está localizada na região da Moldavia na Romênia.

Segundo Goulart Filho (2002), o Oeste de Santa Catarina dois marcos institucionais principais. Primeiramente, em 1882, a região é ocupada e é fundada a Colônia Militar de Chapecó e construída a estrada de ferro São Paulo- Rio Grande que foi inaugurada em 1910. Em seguida, após a assinatura do Acordo de Limites com o Paraná em 1916. A partir disso, a colônia passou a ser ocupada mais intensamente por imigrantes ítalos e teuto-brasileiros provenientes do Rio Grande do Sul ocupando um lugar de destaque econômico no estado por conta da exploração da madeira, erva mate e de pequenas atividades agropecuárias.

A mesorregião Oeste foi colonizada principalmente por descendentes de imigrantes alemães e italianos oriundos do estado do Rio Grande do Sul. É uma região conhecida por possuir muitas agroindústrias. Também vem destacando-se na área metal mecânica, madeireira, moveleira, produção de papel e celulose. Chapecó⁸⁵ é a principal cidade da mesorregião com cerca de 200 mil habitantes. A mesorregião possui 98 municípios divididos em cinco microrregiões: Chapecó, Concórdia, Joaçaba, São Miguel do Oeste e Xanxerê.

O oeste catarinense é uma região que possui uma agricultura familiar de destaque nacional sendo considerada o celeiro do estado catarinense. Os dados sobre os principais tomadores de crédito do PRONAF revelaram que a mesorregião oeste concentra 32 municípios entre os 50 maiores tomadores de crédito do PRONAF no estado. O município que mais retirou crédito do PRONAF em termos nominais, tanto na mesorregião oeste quanto no estado, foi Palmitos. O último município da mesorregião oeste foi Caibi que ocupou o 48º lugar entre os 50 maiores tomadores.

Duas particularidades negativas chamam muito a atenção considerando o destaque positivo da agricultura do oeste catarinense: primeiramente o relevo acidentado da mesorregião que se caracteriza por possuir cerca de 80% do território com terrenos ondulados e montanhosos impróprios para lavouras anuais; em seguida, a quantidade de estabelecimentos (acima de 90%), que possuem áreas inferiores a 50 ha. A estratégia de policultura e criação animal, alinhada à utilização intensiva da terra com aproveitamento da mão de obra familiar durante todo o ano pode ser a explicação para o sucesso da região. (MELLO e SCHMIDT, 2003).

⁸⁵ Chamou atenção do pesquisador, durante a viagem da pesquisa de campo, o intenso movimento de automóveis e caminhões tanto na cidade de Chapecó quanto nas vias que dão acesso ao município.

Palmitos

O município de Palmitos foi colonizado por alemães, italianos, poloneses e caboclos no início do século XX. Palmitos se emancipou do município de Chapecó em 1954. De acordo com o último censo do IBGE de 2010 possuía 16.020 habitantes. O IDHM estava em 0.737 em 2010, com um PIB a preços correntes de R\$325.096 mil reais e PIB per capita de R\$ 20.291,89. A economia do município é fortemente assentada na agropecuária através do cultivo de soja e milho. Na pecuária se destacam a bovinocultura, avicultura, suinocultura e leite.

Caibi

O município de Caibi foi emancipado em 1965 de Palmitos e localiza-se a cerca de 626 km de Florianópolis tendo sido a cidade mais distante visitada pelo pesquisador. A região que pertencia a Palmitos recebeu primeiramente gaúchos migrantes descendentes de italianos e em seguida chegaram também os russos-alemães da Sibéria. De acordo com o último censo do IBGE de 2010 possuía 6.219 habitantes. O IDHM estava em 0.728 em 2010, com um PIB a preços correntes de R\$127.773 mil reais e PIB per capita de R\$ 20.365,41. A economia do município é fortemente assentada na agropecuária através do cultivo de soja e milho e da bovinocultura, avicultura, suinocultura e produção de leite.

Mesorregião Serrana

A mesorregião serrana é a região mais central geograficamente de Santa Catarina, fazendo limite com todas as demais. A maior cidade do estado em território e maior e mais antiga cidade da mesorregião serrana é Lages, que foi fundada por bandeirantes no início do século XVIII. Campos de Lajens⁸⁶ era o caminho realizado para se chegar aos estancieiros gaúchos que abasteciam os trabalhadores da extração de ouro em Minas Gerais.

Lages é a maior cidade com aproximadamente 160 mil habitantes seguida por Curitibanos e Campos Novos com 39 mil e 35 mil

⁸⁶ Lages foi fundada em 1766 sob a invocação de Nossa Senhora dos Prazeres das Lajens. Em 1820 passou da província de São Paulo para de Santa Catarina. Em 1860 é elevada à categoria de cidade de Campos de Lajens e somente em 1960 é que passou a usar o topônimo de Lages com “G”.

habitantes respectivamente. A Mesorregião possui 30 municípios agrupados em duas Microrregiões: Campos de Lages e Curitibanos. As duas microrregiões em conjunto possuem mais de 400 mil habitantes. A mesorregião serrana se destaca pela pecuária e indústria de papel, celulose e madeira. O turismo rural e de inverno também são referências por possuir o clima mais frio do inverno brasileiro e um povo bastante hospitaleiro.

Os dados sobre os principais tomadores de crédito do PRONAF revelaram que a mesorregião serrana concentra quatro municípios entre os 50 maiores tomadores de crédito do PRONAF no estado. O município que mais retirou crédito do PRONAF em termos nominais foi Campos Novos, ficando na 17ª colocação e que pertence à microrregião de Curitibanos. O último município da mesorregião serrana foi Urubici que ocupou o 49º lugar entre os 50 maiores tomadores. Os outros dois municípios São José do Cerrito e São Joaquim e, assim como Urubici, pertencem à microrregião de Campos de Lages.

Campos Novos

O município de Campos Novos foi fundado em 1881 e já pertenceu tanto a Lages quanto a Curitibanos. Os primeiros colonizadores vieram dessas regiões que, por sua vez, haviam sido colonizadas por bandeirantes e tropeiros gaúchos. Muitos gaúchos, na época da Revolução Farroupilha, também vieram. Em seguida paulistas e paranaenses, seguidos por poloneses, libaneses, russos e novamente gaúchos, só que agora descendentes de alemães e italianos.

De acordo com o último censo do IBGE de 2010 possuía 32.824 habitantes. O IDHM estava em 0.742 em 2010, com um PIB a preços correntes de R\$ 1.159.506 mil reais e PIB per capita de R\$ 35.319,55. Embora o setor terciário contribua menos que o secundário e terciário, seu valor adicionado bruto da agropecuária a preços correntes em 2010 segundo o IBGE era de R\$ R\$ 197.031 mil reais, superior a muitos PIB municipais catarinenses o que valida ser chamada de “celeiro catarinense”. Dentre os principais grãos produzidos estão milho, soja, feijão, trigo e cevada. Na pecuária, há destaque na produção de leite.

Urubici

O município de Urubici foi emancipado de São Joaquim em 1957. Após haver passado jesuítas pelo local, que era habitado por indígenas, os primeiros colonizadores vieram de cidades do entorno

como São Joaquim, Tubarão e Bom Jesus. Em seguida imigrantes de origem europeia como italianos, alemães e letões. De acordo com o último censo do IBGE de 2010 possuía 10.699 habitantes. O IDHM estava em 0,694 em 2010, com um PIB a preços correntes de R\$ 149.623 mil reais e PIB per capita de R\$ 13.980,85. A economia do município é fortemente assentada na agricultura destacando-se a produção de hortifrutigranjeiros, maçã e erva-mate. Na pecuária destaque para o rebanho de bovinos.

5.2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo contou com 86 entrevistados. Tanto os 52 agentes de desenvolvimento rural nos municípios, quanto os 4 responsáveis por órgãos estaduais e os 30 agricultores familiares foram entrevistados a partir de questionário. Esse instrumento objetivava captar a percepção dos impactos do PRONAF nos municípios e no estado.

Foram entrevistados, em média, cinco agentes por município e dez por mesorregião. A mesorregião que teve o maior número de agentes respondentes foi o Sul Catarinense com doze, enquanto que as demais tiveram dez respondentes por mesorregião. Ao todo, foram 56 agentes entrevistados no estado, sendo que 52 municipais e 4 estaduais (federação sindical; instituição financeira; órgão estadual de assistência e extensão rural, e; Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca).

As cidades em que mais agentes foram inquiridos são Ituporanga e Jacinto Machado com oito e sete entrevistados respectivamente. No outro extremo ficou a cidade que havia passado por uma enchente, Rio do Oeste com apenas dois entrevistados. Foram entrevistados quatro agentes que concentram seus órgãos na capital catarinense Florianópolis.

Em relação aos agricultores familiares dos municípios das cinco mesorregiões de Santa Catarina foram entrevistados através de um questionário sobre a percepção dos impactos do PRONAF em relação a suas vidas e em seus municípios. Ao todo, foram entrevistados 30 agricultores familiares no estado, correspondendo a seis por mesorregião e três por município.

Conforme relatado anteriormente, as viagens de pesquisa de campo foram planejadas para que conseguisse realizar as entrevistas aos agentes e aos agricultores num mesmo dia. Assim, conforme detectado no pré-teste, o questionário dos agricultores com 35 perguntas fechadas,

abertas e de múltipla escolha, levaram em média 55 minutos para serem respondidas. Com isso, o critério para o estabelecimento da participação de três agricultores por município levou em conta o tempo necessário para as locomoções e entrevistas dos agentes de desenvolvimento rural do município.

Entre os 30 entrevistados no estado, 26 foram entrevistados “in loco”, ou seja, na sua propriedade e em alguns casos na presença de algum integrante da família (cônjuge e/ou filhos). Dos outros 4, dois foram entrevistados na sede do sindicato local, um no centro do município e outro na propriedade de um dos outros 26 entrevistados.

O pesquisador pôde perceber a excelente receptividade da grande maioria dos agricultores que participaram da pesquisa. Simpatia, simplicidade e hospitalidade são alguns adjetivos que podem ajudar a descrever esses agricultores visitados no interior de Santa Catarina. Na maioria das vezes houve o convite para entrar e sentar em suas varandas ou no interior de suas residências. Houve casos em que o pesquisador chegou próximo ao horário do almoço e recebeu convite para almoçar; outros, ainda, fizeram convites para visitas futuras quando o pesquisador passasse pela região novamente.

Muitos levaram o pesquisador para conhecer suas plantações e criações. Alguns, inclusive, foram entrevistados em meio à atividade. Em frente a plantações e estrebaria foram locais onde também foram realizadas algumas entrevistas. Em apenas dois momentos o pesquisador percebeu que os agricultores, por terem sido pegos de surpresa, ficaram receosos num primeiro momento. Um deles até mencionou ter desconfiado que pudesse ser um fiscal ou algo do gênero.

Colher cebolas, acompanhar o processo de ordenha e resfriamento do leite, conhecer projeto de pastagens, visualizar plantações e criações foram algumas das atividades proporcionadas ao pesquisador durante a pesquisa de campo⁸⁷. Em relação aos questionários, enquanto houve dois blocos para os ADRs que buscaram no primeiro identificar o entrevistado e no segundo captar as percepções acerca dos impactos do PRONAF, no questionário dos AFCs os primeiros quatro blocos ajudaram a traçar o perfil geral dos agricultores e no último bloco objetivou-se esboçar os impactos vivenciados e percebidos pelos mesmos.

⁸⁷ Além disso, o pesquisador enfrentou: atolamento e óleo na pista em Ituporanga; enchente e queda de barreira em Rio do Oeste; quebra de barreira na mesorregião norte e queda em Urubici.

Para captar a percepção dos ADRs e AFCs sobre os efeitos do PRONAF na qualidade de vida dos agricultores e dinâmica local, houve cinco perguntas das quais quatro delas de múltipla escolha baseando-se na escala Likert 5 e uma última questão aberta sobre sugestões, críticas, elogios sobre o PRONAF ou sobre algum dos agentes envolvidos. As quatro questões de múltipla escolha levantaram as percepções sobre:

- a) Impactos na Produtividade
- b) Impactos na qualidade de vida e dinâmica local
- c) Outros impactos além do PRONAF
- d) Principais dificuldades de acesso ao PRONAF

As questões eram lidas durante a entrevista seguidas da explicação sobre como responder considerando: 1-nada; 2-pouco; 3-razoavelmente; 4-bastante; 5-totalmente; ou deixar em branco caso não soubesse ou não tivesse percepção sobre o assunto. Em seguida, o entrevistador iniciava exemplificando de que forma responder a primeira alternativa para dar seguimento às próximas.

Posteriormente, o entrevistado respondia conforme as escalas consideradas e, de acordo com sua personalidade, alguns explicavam porque percebiam daquela maneira enquanto outros eram mais objetivos. Isso foi percebido logo no pré-teste quando o pesquisador cronometrou o tempo das primeiras entrevistas⁸⁸. Com isso, havia sempre a explicação de que ele podia comentar, mas que não havia necessidade de explicar o motivo da resposta e que na última pergunta do questionário haveria a possibilidade do respondente entrar em detalhes sobre sugestões, elogios e críticas ao programa e aos atores envolvidos no programa.

Todavia, o pesquisador deixava o entrevistado à vontade e percebeu que a maioria, quando sentia necessidade de comentar alguma alternativa que lhe chamava mais atenção, acabava explicando e muitas vezes dando algum exemplo. Dessa forma, o pesquisador pedia ao entrevistado se podia escrever sua explanação na última questão para o que, na grande maioria das vezes, havia o consentimento e, conseqüentemente, o aproveitamento das informações recebidas⁸⁹.

⁸⁸ O tempo das entrevistas aos agentes de desenvolvimento rural variou muito e em alguns casos passou de uma hora. Em outros não passou de 20 minutos.

⁸⁹ Salienta-se que sempre após a escrita, ocorria a leitura para que o entrevistado pudesse confirmar se estava escrito de acordo com sua opinião e percepção.

O primeiro procedimento, após a finalização das entrevistas, foi tabular os dados em planilhas do software Excel. Em seguida, houve a classificação dos dados em tabelas e/ou gráficos para facilitar a análise e descrição dos resultados. A análise das questões do último bloco foi realizada a partir de duas tabelas em conjunto com as respostas da pergunta aberta que davam suporte a algumas dessas respostas.

A primeira tabela correspondeu à quantidade de respostas para cada alternativa. Foi a partir dessa primeira tabela que pôde ser construída a segunda tabela com a mediana e média ponderada. Para melhor entendimento, a tabela 22 abaixo ajuda a entender como a primeira tabela ficou constituída a partir das respostas sobre as percepções em relação aos impactos na produtividade dos 56 agentes de desenvolvimento rural entrevistados:

Tabela 22: Primeira tabela sobre as respostas do questionário dos ADRs sobre a importância das alternativas em relação aos impactos na produtividade.

EM RELAÇÃO AOS IMPACTOS NA PRODUTIVIDADE DOS EMPREENDIMENTOS, QUAL O GRAU DE IMPORTÂNCIA DOS ITENS ABAIXO	N A D A	P O U C O	R A Z O A V E L M E N T E	B A S T A N T E	T O T A L M E N T E	EM B R A N C O
ACESSO AO PRONAF CUSTEIO		3	5	33	15	
ACESSO AO PRONAF INVESTIMENTO	1	1	3	34	17	
ACESSO A OUTRAS LINHAS DE CRÉDITO DO PRONAF	1	26	19	10		
ACESSO A OUTROS TIPOS DE EMPRÉSTIMO FORA DO PRONAF	6	29	17	4		
SEMENTES TRANSGÊNICAS	1	18	9	24	3	1
SEMENTES CRIOLAS/ ORGÂNICAS	5	39	5	7		
MAIOR UTILIZAÇÃO DE FERTILIZANTES		2	10	39	5	
MAIOR UTILIZAÇÃO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS		1	13	37	5	
MELHORAMENTO GENÉTICO		5	7	39	5	
ASSISTÊNCIA TÉCNICA		9	13	31	3	
PARTICIPAÇÃO EM ALGUM TIPO DE ORGANIZAÇÃO (ASSOC. COOP. SIND.)		5	21	27	3	
MAIOR ACESSO À TECNOLOGIAS E EQUIPAMENTOS VOLTADOS PARA AGRICULTURA FAMILIAR		1	9	37	9	
PARCERIA DOS AGENTES LOCAIS COM OS AGRICULTORES FAMILIARES			12	38	6	
PARCERIA ENTRE OS AGENTES LOCAIS		2	16	33	5	
ESTÍMULO PARA COMERCIALIZAÇÃO		11	22	21	1	1
1- SISTEMAS PRODUTIVOS ORGÂNICOS			1			
2- QUALIDADE DOS PRODUTOS ("INDUZ" NA CADEIA)				1		

Fonte: Pesquisa de campo.

Em seguida, para a análise das alternativas estabelecidas no questionário, criou-se uma segunda tabela contendo dois critérios: a mediana e a média ponderada das respostas. A mediana é utilizada por ser mais resistente em estatística e a média ponderada foi utilizada para que assim pudesse diferenciar as alternativas que obtiveram a mesma mediana ordenando-as. Para melhor interpretação insere-se abaixo a tabela para melhor exemplificação:

Tabela 23: Segunda tabela sobre a percepção dos ADRs a respeito do grau de importância das alternativas em relação aos impactos na produtividade dos empreendimentos ordenado por média ponderada e dividido em grupos a partir da mediana.

EM RELAÇÃO AOS IMPACTOS NA PRODUTIVIDADE DOS EMPREENDIMENTOS, QUAL O GRAU DE IMPORTÂNCIA DOS ITENS ABAIXO	MÉDIA	MÉDIA
1- ACESSO AO PRONAF INVESTIMENTO	4	4,16
2- ACESSO AO PRONAF CUSTEIO	4	4,07
3- MAIOR ACESSO À TECNOLOGIAS E EQUIPAMENTOS VOLTADOS PARA AGRICULTURA FAMILIAR	4	3,96
4- PARCERIA DOS AGENTES LOCAIS COM OS AGRICULTORES FAMILIARES	4	3,89
5- MAIOR UTILIZAÇÃO DE FERTILIZANTES	4	3,84
6- MAIOR UTILIZAÇÃO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS	4	3,82
7- MELHORAMENTO GENÉTICO	4	3,79
8- PARCERIA ENTRE OS AGENTES LOCAIS	4	3,73
9- ASSISTÊNCIA TÉCNICA	4	3,50
10- PARTICIPAÇÃO EM ALGUM TIPO DE ORGANIZAÇÃO (ASSOC. COOP. SIND.)	4	3,50
11- ESTÍMULO PARA COMERCIALIZAÇÃO	3	3,22
12- SEMENTES TRANSGÊNICAS	3	3,18
13- ACESSO A OUTRAS LINHAS DE CRÉDITO DO PRONAF	3	2,68
14- ACESSO A OUTROS TIPOS DE EMPRÉSTIMO FORA DO PRONAF	2	2,34
15- SEMENTES CRIOULAS/ ORGÂNICAS	2	2,25

Fonte: Pesquisa de campo.

Por fim, quando não utilizadas para complementar a análise das quatro questões de múltipla escolha, foi realizada uma descrição analítica das principais críticas, sugestões e críticas sobre o PRONAF e sobre os atores envolvidos.

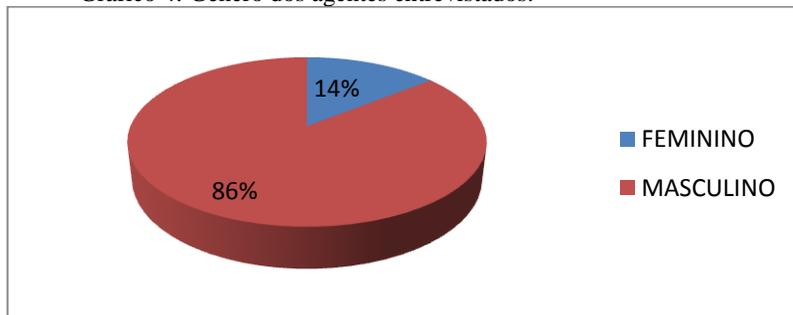
5.3 ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DOS ADRS SOBRE OS EFEITOS DO PRONAF

5.3.1 Características Gerais dos Entrevistados

O primeiro bloco do questionário teve como foco identificar o perfil dos inquiridos. Quanto às instituições, houve um bom equilíbrio entre os respondentes. Doze são representantes de instituições financeiras, doze pertencem à iniciativa privada ou terceiro setor (cinco lojas de revendas de máquinas equipamentos e implementos, quatro empresas de assistência técnica e três cooperativas de agricultores). Em seguida aparecem onze empresas de assistência técnica estadual, onze representantes de sindicatos e dez representantes de entidades públicas municipais ou estaduais.

Dentre os cargos ocupados pelos agentes destaca-se o nível gerencial com as funções de administradores, gerentes, secretários municipais, presidentes de sindicatos e diretores comerciais. Esses representam quase 68%, enquanto que aproximadamente 27% contemplam níveis técnicos de assessores e extensionistas, sobrando cerca de 5% que representa níveis hierárquicos de apoio. Quanto ao gênero dos entrevistados, apenas 14,2% são mulheres enquanto que os homens representam quase 86%, demonstrando que a participação das mulheres nos cargos de chefia ainda são inferiores nos municípios estudados.

Gráfico 4: Gênero dos agentes entrevistados.

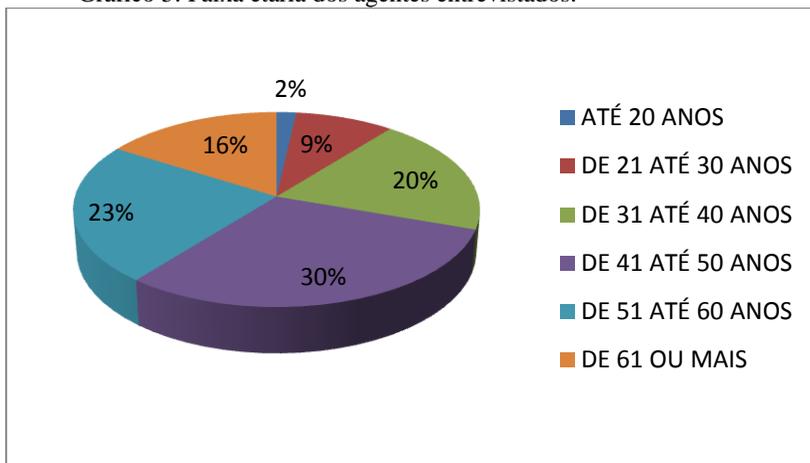


Fonte: Pesquisa de campo.

A faixa etária dos agentes de desenvolvimento rural entrevistados foi bem equilibrada. Entre 41 e 50 anos concentrou 30%, entre 51 e 60

anos concentrou 23%, sendo seguida pelas faixas 31 a 40 anos, acima de 61 anos e abaixo de 30 respectivamente com 20%, 16% e 11% conforme gráfico abaixo.

Gráfico 5: Faixa etária dos agentes entrevistados.

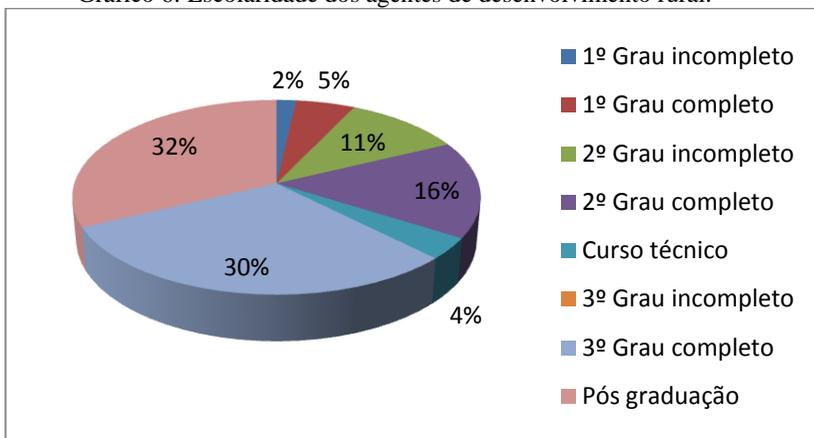


Fonte: Pesquisa de campo.

Quanto ao grau de instrução, a maioria possuía pós-graduação ou 3º grau completo somando 62% dos agentes. Os que possuíam 2º grau completo e incompleto somavam 27% sendo seguidos por aqueles que possuíam 1º grau completo e incompleto que somaram 7% e com curso técnico 4%. Esses resultados podem ser explicados pela concentração entre funções gerenciais e administrativas exercidas pelos entrevistados, as quais sugerem relativa qualificação. Além disso, somam-se as funções exercidas por agentes que prestaram concurso público que exige no mínimo o 2º Grau completo ou superior conforme o caso⁹⁰.

⁹⁰ Cargos públicos como Extensionistas da Epagri, Agrônomos das prefeituras municipais e funcionários de bancos públicos e sociedades anônimas. Além de agrônomos de empresas privadas de assistência técnica e cooperativas.

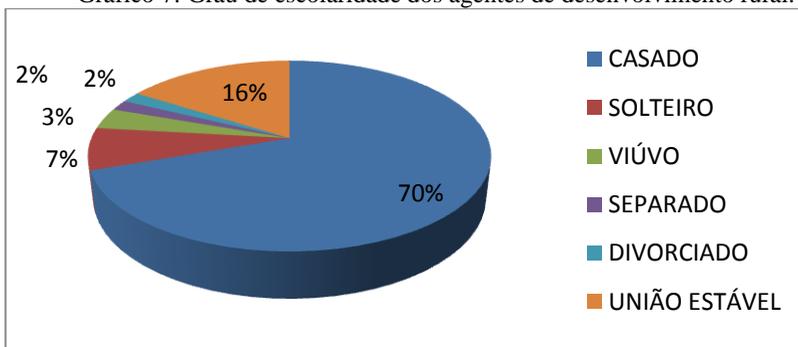
Gráfico 6: Escolaridade dos agentes de desenvolvimento rural.



Fonte: Pesquisa de campo.

Quanto ao estado civil dos entrevistados 70% estavam casados, 16% união estável, 7% solteiros, 4% separados e divorciados, 3% viúvos.

Gráfico 7: Grau de escolaridade dos agentes de desenvolvimento rural.



Fonte: Pesquisa de campo.

Esse primeiro bloco, em resumo identificou os agentes entrevistados que responderam ao questionário e, em seguida apresenta-se os dados do segundo bloco que buscou identificar a percepção dos principais efeitos do PRONAF no âmbito local.

5.3.2 Percepção dos ADRs Sobre o PRONAF no Âmbito Local

- a) *Percepção dos ADRs em relação ao grau de importância do PRONAF e também de outros fatores associados à atividade em relação aos impactos na produtividade das propriedades.*

Em relação à percepção dos agentes quanto ao grau de importância das opções em relação aos impactos na produtividade, o pesquisador apresentou 15 alternativas. Entre as observações sobre os resultados, convém mencionar que para esta pergunta houve dois agentes que deixaram apenas duas alternativas sem resposta pelo fato de não terem percepção sobre o grau de importância das sementes transgênicas e dos estímulos para comercialização na produtividade. Além disso, houve 2 indicações de percepção de impacto além das 15 alternativas. As duas novas alternativas indicadas foram: 16 – Sistemas Produtivos Orgânicos com grau razoável de importância, e; 17 – Qualidade dos produtos com grau bastante de percepção sobre impactos na produtividade.

As respostas apresentaram medianas entre 2 e 4, o que significa que todas as alternativas receberam como indicador principal as respostas pouco, razoavelmente e bastante. Ou seja, não foi identificado entre as alternativas, grau de impacto totalmente e nada. Isso mostra que os 56 agentes percebem que o grau de importância das alternativas apresentadas oscila entre pouco e bastante em relação aos impactos na produtividade dos estabelecimentos.

Entre as 15 alternativas, 10 delas apresentaram mediana 4 correspondendo ao grau de impacto bastante. Em 3 alternativas a mediana 3 correspondendo ao grau de impacto razoavelmente. Enquanto que duas alternativas apresentaram mediana 2, sendo percebida com pouco grau de impacto conforme se apresenta abaixo na tabela 24:

Tabela 24: Percepção dos ADRs a respeito do grau de importância das alternativas em relação aos impactos na produtividade dos empreendimentos ordenado por média ponderada e dividido em grupos a partir da mediana.

EM RELAÇÃO AOS IMPACTOS NA PRODUTIVIDADE DOS EMPREENDIMENTOS, QUAL O GRAU DE IMPORTÂNCIA DOS ITENS ABAIXO	MEDIANA	MÉDIA
1- ACESSO AO PRONAF INVESTIMENTO	4	4,16
2- ACESSO AO PRONAF CUSTEIO	4	4,07
3- MAIOR ACESSO A TECNOLOGIAS E EQUIPAMENTOS VOLTADOS PARA AGRICULTURA FAMILIAR	4	3,96

4- PARCERIA DOS AGENTES LOCAIS COM OS AGRICULTORES FAMILIARES	4	3,89
5- MAIOR UTILIZAÇÃO DE FERTILIZANTES	4	3,84
6- MAIOR UTILIZAÇÃO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS	4	3,82
7- MELHORAMENTO GENÉTICO	4	3,79
8- PARCERIA ENTRE OS AGENTES LOCAIS	4	3,73
9- ASSISTÊNCIA TÉCNICA	4	3,50
10- PARTICIPAÇÃO EM ALGUM TIPO DE ORGANIZAÇÃO (ASSOC. COOP. SIND.)	4	3,50
11- ESTÍMULO PARA COMERCIALIZAÇÃO	3	3,22
12- SEMENTES TRANSGÊNICAS	3	3,18
13- ACESSO A OUTRAS LINHAS DE CRÉDITO DO PRONAF	3	2,68
14- ACESSO A OUTROS TIPOS DE EMPRÉSTIMO FORA DO PRONAF	2	2,34
15- SEMENTES CRIOULAS/ ORGÂNICAS	2	2,25

Fonte: Pesquisa de campo.

Dentre as 10 alternativas presentes no primeiro grupo de mediana 4, referente ao grau de importância bastante na produtividade dos empreendimentos, podemos destacar inicialmente duas alternativas: 1- Acesso ao PRONAF Investimento e 2- Acesso ao PRONAF Custeio, pois apresentaram média ponderada acima de 4, o que indica que os agentes de desenvolvimento rural percebem que o acesso às principais linhas de crédito do PRONAF Investimento e custeio impactaram diretamente na produtividade dos empreendimentos rurais.

Em seguida, com mediana 4 e média ponderada abaixo de 4 estão 8 alternativas: 3- Maior acesso à tecnologias e equipamentos voltados para agricultura familiar; 4- Parceria dos agentes locais com os agricultores familiares; 5- Maior utilização de fertilizantes; 6- Maior utilização de defensivos agrícolas; 7- Melhoramento genético; 8- Parceria entre os agentes locais; 9- Assistência técnica, e; 10- Participação em algum tipo de organização.

Em resumo, a percepção dos agentes é de que o Acesso ao PRONAF Investimento e Custeio está diretamente ligado, ou bastante ligado ao aumento da produtividade. Conforme o resultado das alternativas que obtiveram mediana 4 as quais possuem bastante grau de importância na produção e produtividade percebe-se que todas estão interligadas. Por exemplo, com o advento do acesso ao PRONAF Investimento os agricultores tiveram maiores acessos às tecnologias e equipamentos voltados para agricultura familiar, tratores e implementos agrícolas. Além disso, a obrigatoriedade de obter assistência técnica para ter acesso aos créditos de investimentos também proporcionou mais acesso por parte do agricultor, seja por via pública ou privada.

No mesmo sentido, com o PRONAF Custeio o agricultor familiar teve acesso a maior utilização de fertilizantes, maior utilização de defensivos agrícolas e melhoramento genético. Além disso, as alternativas referentes à parceria dos agentes locais com os agricultores familiares e entre os agentes locais estão contempladas nas diretrizes do Programa⁹¹, bem como a alternativa sobre participação em algum tipo de organização⁹². Os ADRs percebem que os agricultores familiares possuem bastante parceria e cooperação com as entidades ligadas ao desenvolvimento rural e isso contribui para o fortalecimento desses agricultores através de acessos a maiores informações e devido à concertação desses agentes em relação ao desenvolvimento municipal.

O segundo bloco com mediana 3 que correspondeu à percepção de grau de importância razoável em relação aos impactos na produtividade apresentaram três alternativas: 11- Estímulo para comercialização; 12- Sementes transgênicas, e; 13- Acesso a outras linhas de crédito do PRONAF. Observou-se que, na opinião dos agentes, os estímulos para comercialização são razoáveis na produtividade pelo fato de que, em geral, os agricultores já possuem destino certo de sua produção seja para as cooperativas, integradoras ou comércio local.

No entanto, houve alguns comentários pontuais que declararam que:

Deveria haver maior incentivo por parte do estado e município quanto ao preço de comercializar. Quando o preço da cebola importada é menor que o do município, por exemplo, acaba que as próprias empresas do município acabam importando para processar no município e vender para o resto do país, enquanto que a cebola local apodrece. (adr102).

Quanto às sementes transgênicas que também foram consideradas com impacto razoável, os agentes percebem que impactaram mais que as sementes crioulas e orgânicas na produtividade pelo fato de que uma das diferenças entre as duas é principalmente em relação à quantidade

⁹¹ Conforme já citado, a diretriz VIII do PRONAF pretende “promover parcerias, entre os poderes públicos e o setor privado, para o desenvolvimento das ações previstas, como forma de se obter apoio e fomentar processos autenticamente participativos e descentralizados.”.

⁹² Conforme já citado, a diretriz XI do PRONAF pretende “incentivar e apoiar a organização dos agricultores familiares.”.

produzida. Ou seja, a semente transgênica influenciou mais no aumento da produtividade que é o seu objetivo, enquanto que nas sementes orgânicas e crioulas pode ter influenciado mais aqueles agricultores que optaram pela diferenciação em um nicho de mercado ainda em expansão.

Já o terceiro bloco com mediana 2 que correspondeu a pouca importância na produtividade dos empreendimentos conforme percepção dos agentes foram: 14- acesso a outros tipos de empréstimo fora do PRONAF e 15- Sementes crioulas/ orgânicas. Essas duas alternativas foram percebidas com pouca importância em relação às demais alternativas conforme relatado em parágrafos anteriores já que são muito menos utilizadas. Essas outras linhas são utilizadas geralmente em momentos de exceção quando não possuem mais margem para pegar PRONAF. Enquanto que as sementes crioulas e orgânicas são vistas como um nicho de mercado específico.

Uma observação que enseja comentários é em relação ao crédito. Para os agentes, o Crédito Custeio e Investimento do PRONAF impactaram bastante na produtividade, enquanto outros créditos do PRONAF impactaram razoavelmente e aqueles outros tipos de empréstimo fora do PRONAF impactaram pouco na produtividade dos empreendimentos. Para alguns agentes as outras linhas do PRONAF não impactaram mais por ainda faltar incentivo. Já em relação a outras linhas fora do PRONAF, alguns agentes comentaram que em casos específicos podem ter ajudado, mas geralmente são créditos com taxas de juros maiores e normalmente destinadas a consumo em geral.

Levando em conta a média ponderada, a qual apresenta o crédito PRONAF com o maior índice, pode-se afirmar que para os agentes de desenvolvimento rural dos municípios entrevistados o principal fator que impacta a produtividade é o crédito do PRONAF investimento e custeio. Essa percepção é também comentada por muitos agentes nos comentários finais, fato que elucida o quanto o programa está consolidado. Da mesma forma, também há comentários em relação às outras linhas do PRONAF que não possuem a mesma importância na percepção de alguns agentes pela falta de incentivos. Em relação a outras linhas fora do PRONAF, há a percepção que impactam muito pouco em comparação ao porte do PRONAF na agricultura familiar.

- b) Percepção dos ADRs sobre os efeitos do PRONAF na qualidade de vida dos agricultores familiares e na dinâmica local dos municípios do estado*

Para captar a percepção sobre os impactos do PRONAF na qualidade de vida dos agricultores e da região, o pesquisador apresentou 35 alternativas as quais foram respondidas da forma anteriormente explicitada. Entre as observações sobre os resultados, relata-se que houve 4 indicações de percepção de impacto além das 35 alternativas. As quatro novas alternativas indicadas foram: 36 – Crescimento do município com mais agroindústrias, bancos entre outros...; 37- Mais acesso à comunicação e informação; 38- Possibilidade do produtor tornar-se autossuficiente, e; 39- Aumento de escala e densidade econômica (mais dinheiro em circulação em menores áreas).

As primeiras três (36, 37 e 38) foram consideradas pelos entrevistados como bastante e a última (39) como totalmente. É importante lembrar que cerca de 90% da agricultura catarinense é familiar, o que significa que as áreas pertencentes a esses agricultores também é de pequeno porte possibilitando que aportes financeiros em pequenas áreas dinamizem os territórios. Essa dinâmica também impulsionou investimentos de agroindústrias e com isso houve maiores condições econômicas que possibilitaram investimentos em redes de comunicação e informação.

Em relação à autossuficiência do agricultor, deve-se observar que embora haja uma dependência do crédito, principalmente em relação aos investimentos que em geral são valores mais altos, muitos agricultores familiares puderam se tornar autônomos através do PRONAF que lhe proporcionou uma alternativa de financiamento viável. Além disso, observa-se que houve apenas um agente que deixou uma alternativa em branco sobre retirar o nome dos órgãos de restrição ao crédito. O agente relatou que não tinha percepção sobre o assunto.

As respostas contidas no questionário apresentaram medianas entre 3 e 4, que significa que todas as alternativas receberam como indicador principal as respostas razoavelmente e bastante. Ou seja, não foi identificado no questionário de percepção dos agentes de desenvolvimento rural grau de impacto totalmente e nem nada e pouco. Isso significa que os 56 percebem que o PRONAF impactou de razoável a bastante nas alternativas apresentadas sobre a vida dos agricultores e dos municípios.

Entre as 35 alternativas, 18 delas apresentaram mediana 4 correspondendo ao grau de impacto bastante. Em 15 alternativas a mediana 3 correspondendo a grau de impacto razoavelmente. Outras 2 alternativas apresentaram mediana 3,5 sendo percebidas com grau entre razoavelmente e bastante conforme se apresenta tabela 25 demonstrando que na percepção dos ADRs o PRONAF é uma política pública de

grande importância na qualidade de vida dos agricultores e na dinâmica local.

Tabela 24: Percepção dos ADRs a respeito dos principais impactos do PRONAF na qualidade de vida dos agricultores e da região ordenado por média ponderada e dividido em grupos a partir da mediana.

PERCEPÇÃO SOBRE IMPACTOS DO PRONAF NA QUALIDADE DE VIDA DOS PRODUTORES	MEDIANA	MÉDIA
1- INVESTIMENTO EM MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES	4	4,29
2- AUMENTO NO ACESSO AO CRÉDITO	4	4,23
3- ACESSO A VEÍCULOS	4	4,14
4- AUMENTO DA RENDA BRUTA ANUAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO	4	4,00
5- MAIS ACESSO A CONSUMO MÓVEIS/ ELETROELETRÔNICOS	4	4,00
6- AUMENTO DA PRODUÇÃO	4	3,93
7- AUMENTO DA RENDA MENSAL FAMILIAR	4	3,89
8- PASSOU A TER MAIS FORNECEDORES NA REGIÃO	4	3,88
9- AUMENTO DA RENDA MENSAL	4	3,86
10- MAIS ACESSO A CONSUMO SUPERMERCADO/ALIMENTOS	4	3,86
11- MELHOROU A AUTOESTIMA	4	3,79
12- MELHORIAS NA QUALIDADE DOS PRODUTOS	4	3,50
13- REFORMA DA CASA	4	3,48
14- MAIS ACESSO À SAÚDE	4	3,48
15- MAIS ACESSO À EDUCAÇÃO	4	3,48
16- ACESSO À CASA PRÓPRIA	4	3,46
17- AUMENTO DA AUTONOMIA E EMPODERAMENTO DA MULHER	4	3,41
18- PASSOU A TER MAIS CLIENTES NA REGIÃO	4	3,36
19- QUITARAM DÍVIDAS	3,5	3,41
20- MAIS ACESSO À LAZER	3,5	3,30
21- AUMENTO DA AUTONOMIA E EMPODERAMENTO DOS JOVENS	3	3,27
22- PASSOU A TER MAIS CONFIANÇA NAS ENTIDADES DA COMUNIDADE.	3	3,27
23- MAIS ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA	3	3,18
24- MAIS ACESSO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA	3	3,16
25- MAIOR PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	3	3,14
26- PASSOU A TER MAIS CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS LOCAIS.	3	3,13
27- A COOPERAÇÃO DENTRO DA COMUNIDADE / COOPERATIVA / ASSOCIAÇÃO MELHOROU.	3	3,09
28- PASSOU A TER MAIS CONFIANÇA NOS MORADORES DA REGIÃO	3	3,09
29- ACESSO A NOVOS MERCADOS CONSUMIDORES	3	3,07
30- MAIS INFRAESTRUTURA (ESTRADAS, PONTES...)	3	3,07
31- AUMENTO DAS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO	3	3,04
32- MAIS ACESSO À ÁGUA	3	3,02
33- MAIS ACESSO À SANEAMENTO	3	2,75
34- RETIRARAM O NOME DOS ORGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO	3	2,75
35- CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA	3	2,70

Fonte: Pesquisa de campo.

O primeiro grupo de alternativas que receberam mediana 4 e média ponderada igual ou acima de 4 foram: 1- Investimento em máquinas, equipamentos e instalações; 2- Aumento no acesso ao crédito; 3- Acesso a veículos; 4- Aumento da renda bruta anual dos agricultores familiares da região; 5- Mais acesso a consumo de móveis e eletroeletrônicos.

É inegável a relação existente entre as alternativas e o encadeamento de fatores. Os agentes percebem que houve bastante investimento em máquinas, equipamentos e instalações graças ao PRONAF que aumentou o acesso ao crédito por parte dos agricultores familiares. Esses investimentos pelo acesso ao crédito também deram condições para que os agricultores tivessem mais acesso a veículos e aumentassem a renda bruta anual o que possibilitou aos agricultores obter maior acesso a consumo de móveis e eletroeletrônicos.

Os resultados apresentados vão de acordo com o que a literatura (MATTEI, 2005; GRISA 2012) declara sobre o histórico do acesso dos agricultores familiares ao crédito a partir da implementação do programa. O PRONAF foi o principal responsável, nesses últimos 20 anos, pelo acesso ao crédito dos agricultores familiares na percepção dos agentes de desenvolvimento rural das regiões pesquisadas em Santa Catarina. Enquanto alguns agentes observam a quantidade de agricultores que atualmente possuem tratores, máquinas e equipamentos novos e seminovos, outros agentes ligados ao ramo de venda dessas máquinas, equipamentos e implementos relatam⁹³ a impulsão que o Programa proporcionou nos negócios.

Logo em seguida, abaixo da média ponderada de 4 as alternativas percebidas foram: 6- Aumento da produção; 7- Aumento da renda mensal familiar; 8- Passou a ter mais fornecedores na região; 9- Aumento da renda mensal⁹⁴; 10- Mais acesso a consumo em supermercados e alimentos; 11- Melhoraram a autoestima; 12- Melhorias nas qualidades dos produtos; 13- Reforma da casa; 14- Mais acesso à saúde; 15- Mais acesso à educação; 16- Acesso à casa própria; 17- Aumento da autonomia e empoderamento da mulher, e; 18- passou a ter mais clientes na região.

As percepções dos agentes em relação aos impactos do PRONAF na vida dos agricultores e nas regiões dos municípios estudados refletem

⁹³ Esses relatos serão apresentados em seguida.

⁹⁴ É importante salientar que a aumento da renda mensal se refere somente a renda líquida do agricultor, enquanto que o aumento da renda mensal familiar considera a renda líquida da família.

um encadeamento de fatores. O acesso ao crédito e ao financiamento pelo PRONAF permitiu investir na atividade agrícola impulsionando a oferta de maior número de fornecedores e melhorando a qualidade dos produtos. Com isso, aumentou a produção que refletiu no aumento de mais clientes na região ampliando os rendimentos das famílias tanto bruta anual quanto líquida mensal.

A partir disso, os agricultores aumentaram o consumo de alimentos em supermercados, reformaram suas casas ou tiveram acesso à casa própria, além de aumentar o acesso à saúde e à educação. Essa maior qualidade de vida possibilitou aumentar a autoestima dos agricultores e também da mulher que demonstram estar mais autônomas e empoderadas. O adr115 em referência às mulheres relata que “no PAA⁹⁵ em seu município as mulheres são a maioria, quase 90%, o que empoderou bastante as mulheres e ainda o perfil96 contribui, pois o dinheiro não sai do município.”.

Alguns relatos de agentes demonstram a importância do PRONAF em suas regiões:

O PRONAF melhorou a produção, tecnologia e impactou no desenvolvimento do município. (adr141)

O PRONAF mudou da água para o vinho no sentido de acesso ao crédito, possibilitando acessar máquinas e equipamentos. Os agricultores não dependem mais tanto do poder público. O pequeno produtor hoje tem acesso às tecnologias como melhorias genéticas que possibilitou incrementar a produtividade. (adr146).

⁹⁵ Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal que compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação. Esses alimentos são distribuídos gratuitamente a pessoas ou famílias que precisam de suplementação alimentar (porque estão em situação de insegurança alimentar e nutricional) e também a entidades de assistência social, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, entre outros. Os alimentos adquiridos pelo PAA também podem compor estoques públicos estratégicos de alimentos. Para mais informações ver site do Ministério do desenvolvimento Social e Combate a Fome em: <<http://mds.gov.br/>>.

⁹⁶ Em referência ao perfil comentado pelo adr115, ele observa que são as mulheres que fazem às compras da família, e na grande maioria das vezes a renda obtida nas atividades são gastas no município.

No ramo de vendas de tratores, 98% dos tratores vendidos são para Pronafianos. E Santa Catarina possui a maioria de agricultores sendo Pronafianos, antigamente o agricultor tinha vergonha de falar que era agricultor, pois as pessoas confundiam com pobreza, e hoje após o PRONAF o agricultor melhorou de vida e aumentou a autoestima fazendo muita diferença nos municípios catarinenses. O PRONAF ajudou no encadeamento de todo o resto, como por exemplo: aumentou produção, investimento, e acesso a mais informação e comunicação por parte do agricultor. (adr130)

O PRONAF também é responsável pela maioria das vendas de máquinas e implementos em geral. Em alguns casos 90% da movimentação de volume de vendas gira em torno de financiamentos do PRONAF. (adr145).

O segundo grupo com duas alternativas: 19- Quitaram dívidas, e; 20- Mais acesso a lazer, alcançou uma mediana intermediária de 3,5 entre razoavelmente e bastante. Essa percepção dos agentes levou em conta que os agricultores familiares das regiões catarinenses pesquisadas estão quitando suas dívidas e também estão tendo mais alternativas de lazer. Vale observar que no questionamento era observado o fato de quitar dívidas referentes a consumo geral com os resultados da atividade, ao final do ciclo, e não com recursos diretos oriundos do programa.

O terceiro grupo com grau de impacto 3 relativo a razoavelmente representou as 15 alternativas restantes: 21- Aumento da autonomia e empoderamento dos jovens; 22- Passou a ter mais confiança nas entidades da comunidade; 23- Mais acesso à energia elétrica; 24- Mais acesso à assistência técnica; 25- Maior preservação do meio ambiente; 26- Passou a ter mais confiança nas instituições públicas locais; 27- A cooperação dentro da comunidade, cooperativa, associação melhorou; 28- Passou a ter mais confiança nos moradores da região; 29- Acesso a novos mercados consumidores; 30- Mais infraestrutura (estradas, pontes...); 31- Aumento das condições de permanência do jovem no campo; 32- Mais acesso à água; 33- Mais acesso a saneamento; 34- Retiraram o nome dos órgãos de restrição ao crédito; 35- Contratação de mão de obra.

Com a média ponderada pode-se dividir o grupo em 2 partes. A primeira com aqueles que obtiveram igual ou acima de 3 que foram as alternativas ordenadas entre a 22^a e a 32^a, e a segunda parte com aquelas entre a 33^a a 35^o que obtiveram média ponderada abaixo de 3. Dentre o total das alternativas que constam na parte superior alguns temas merecem destaque.

Cerca de 30% dos entrevistados fizeram comentários acerca do aumento da autonomia e empoderamento dos jovens, que é um assunto muito discutido na agricultura familiar e que está diretamente relacionado à questão da permanência do jovem no campo. As duas alternativas foram percebidas pelos agentes com mediana igual, correspondendo a um razoável impacto do PRONAF tanto na permanência quanto no aumento do empoderamento e autonomia dos jovens na agricultura familiar.

Os comentários, elogios e críticas sobre o PRONAF ou parceiros do Programa em relação ao jovem na última pergunta aberta do questionário trouxe muitas contribuições interessantes que abordaram desde elogios ao Programa quanto críticas em relação à DAP e PRONAF Jovem. Outros programas de governo federal e estadual também foram citados, assim como comentários mais específicos sobre preconceito.

Em relação ao Programa, alguns dos comentários abaixo representam a percepção dos agentes em relação aos impactos percebidos a partir do Programa. O adr139 comenta que “o aumento da renda dos agricultores proporcionou dar estudo aos jovens o que acelerou o processo de saída dos jovens do campo.” Enquanto que, outros agentes comentam que:

Devido ao PRONAF houve melhores condições dos jovens permanecerem no campo. Hoje se vê muitos jovens que a partir da perspectiva de crescimento da produção preferiram ficar no campo. (adr145).

Houve com o PRONAF uma redução da migração do jovem do campo para a cidade. Diminuiu o êxodo, e em alguns casos houve o retorno de jovens para o campo devido a maiores perspectivas de renda. (adr146).

O PRONAF possibilitou ao jovem ficar na propriedade e aproveitar a estrutura que o pai já

havia investido, possibilitando e incentivando a sucessão. (adr134)

Enquanto esses agentes perceberam o impacto do PRONAF como apoio à permanência, outro agente percebe que o aumento da renda proporcionado acabou incentivando os jovens a estudar e assim acelerou o processo de saída dos jovens do campo. Cabe comentar que esse tipo de impacto também é muito positivo, pois demonstra que o jovem tem escolha e não é por falta de opção que acaba preferindo por deixar a atividade agrícola.

Outro comentário que chamou atenção foi do adr125 sugerindo que haja “maior conscientização do pai agricultor que é muito conservador e muitas vezes inibe o filho de avançar, principalmente quanto a inovações, causando dificuldades para sucessão rural”. Além disso, algumas críticas e comentários em relação à DAP e ao PRONAF Jovem sugerem que haja maiores incentivos e autonomia ao jovem que quer seguir no campo.

Na percepção dos agentes deveria existir uma DAP individual que não fosse vinculada à principal, do pai, com margens maiores de financiamento. Além disso, os agentes comentam que o PRONAF Jovem só vale a pena para quem arrenda outras terras ou as do próprio pai. Com isso, sugerem que poderia haver maiores incentivos para compra de terras.

Tem que haver um programa sólido individual para incentivo ao jovem. Hoje o cadastro do jovem está amarrado a DAP do pai. Deveria haver uma DAP individual e que possibilitasse valores maiores e que fosse vinculada com projetos que contivessem assistência técnica. Isso também diminuiria o envelhecimento da população rural. A DAP Jovem hoje é vinculada ao pai e limita muito os valores. (adr109).

Qualificação do instrumento da DAP. Por exemplo, muitas vezes o jovem que não está na DAP, pois está com idade não permitida, precisa fazer um contrato de arrendamento com o pai para acessar o PRONAF e ter a DAP. (adr154).

O PRONAF custeio e investimento funcionam muito bem, mas o PRONAF Jovem e Mulher deveriam ser mais incentivados pelo banco e pelo

governo, pois tem muitas mulheres e jovens que melhorariam a produção e a qualidade de vida. (adr132).

O PRONAF Jovem tem o problema de que para valer a pena tem que arrendar outra terra, e não há muitos incentivos para isso. (adr152)

Saindo especificamente do programa, alguns agentes comentaram sobre outros fatores que dificultam e dificultaram a permanência do jovem no campo. Dentre eles está a falta de incentivos governamentais através de leis que inibem o jovem de participar de atividades no campo até programas fundiário que na visão de alguns agentes são de difícil acesso. Além disso, quanto ao preconceito, o adr136 relata que “há muito preconceito até por parte dos jovens em relação a namorar jovens do interior. Há preferência em namorar os jovens da cidade.” Esse comentário vai em direção ao que alguns pesquisadores estão chamando de celibato no campo (BORDIEU, 2002; STROPASOLAS, 2004). Esses estudos mostram que houve um êxodo rural principalmente por parte do gênero feminino o que acarretou em um grupo de agricultores solteiros.

Por fim, ainda sobre os jovens, cabe citar alguns comentários a respeito da nucleação atual das escolas. Na percepção de alguns agentes contribuiu para a saída dos jovens do campo pelo fato de que as escolas urbanas possuem pouco ou nenhum tipo de vínculo com a atividade agrícola afastando o jovem do campo.

A forma que as escolas foram nucleadas (levar para a cidade e juntar todos em apenas um núcleo central) ultimamente desvirtuou o jovem da agricultura no sentido de não incentivar a sucessão. Haveria de rever a nucleação levando escolas para o interior. (adr122).

O jovem agricultor deveria ter os mesmos acessos que o jovem da cidade possui para ter mais qualidade de vida no meio rural como (internet, telefonia, asfalto...). Além disso, deveria haver mais escolas agrotécnicas perto da roça para incentivar o jovem a permanecer na propriedade. (adr117).

Embora o PRONAF tenha dado maiores condições para os jovens permanecer no campo,

políticas como o Estatuto da Criança e do Adolescente e a nucleação das escolas tirando os jovens do campo e levando para estudar na cidade acabaram afastando os jovens do trabalho agrícola. Deveria haver programas que incentivasse a convivência do jovem no meio agrícola que vinculasse atividades de educação e trabalho no campo. (adr153).

É importante esclarecer que os agentes percebem que houve melhorias razoáveis no decorrer dos últimos anos para a manutenção do jovem no campo graças ao crédito do PRONAF. No entanto, percebem a importância de continuar melhorando essas condições de permanência para que haja a sucessão rural e assim a garantia da produção de alimentos. Levando em conta que a cesta da agricultura familiar é responsável pela maioria dos alimentos presentes nos pratos dos brasileiros, eleva-se a importância do assunto como um problema urbano e não apenas rural.

Em relação à confiança, cooperação e parceria, a percepção dos agentes revelou que houve uma razoável melhora na cooperação dentro das cooperativas, associações e comunidade com o agricultor passando a confiar mais nas entidades locais, instituições públicas locais e moradores da região. Isso demonstra que o fato dos agricultores melhorarem suas vidas fortalecem os vínculos e parcerias com as demais instituições, clientes e fornecedores ampliando suas relações sociais. Para o adr156 a parceria entre setor público e privado em Santa Catarina organizou e profissionalizou os agricultores fazendo em pequenas propriedades grandes negócios.

A parceria do setor público e setor privado através da pesquisa agropecuária, extensão rural, defesa agropecuária e fomento foi que permitiu profissionalizar o produtor e a organizar a produção em cadeias produtivas agroindustriais que resultaram e permitiram fazer em pequenas propriedades grandes negócios. (adr156).

A parceria também obteve comentários por parte de dois agentes na mesorregião oeste em relação a melhorias no acesso à água. Conforme eles, houve a formação de uma cooperativa entre os beneficiários da rede de captação de água que impactou diretamente na

qualidade de vida das famílias e no movimento econômico do município.

As parcerias entre os agentes locais favoreceram muito os agricultores familiares da região. Por exemplo, houve a parceria entre os agentes para financiar uma rede de captação, tratamento e distribuição de água que beneficiou mais de mil famílias de agricultores na região o que viabilizou as propriedades. (adr134).

Através do PRONAF junto com a parceria entre os agentes do município (Sindicato dos trabalhadores rurais, Banco do Brasil, Prefeitura Municipal/Cooperativa/e Projeto Microbacias), houve acesso à captação, tratamento e distribuição de água para os agricultores que viabilizou novos investimentos por parte dos agricultores familiares impactando no movimento econômico do município. Principalmente na área de produção animal e consumo de água das famílias. (adr135).

Em relação à assistência técnica, os agentes percebem que o PRONAF contribuiu razoavelmente no aumento das assistências principalmente em relação a projetos de investimentos. Houve críticas em relação ao programa não prever mais assistência em relação ao custeio e que a assistência técnica pública necessita de maiores investimentos principalmente em relação a novos extensionistas. Além disso, salientou-se que há bastante oferta de assistência técnica privada por parte das cooperativas e empresas comerciais. No entanto, essas assistências também costumam fazer mais a parte burocrática dos projetos de investimento do que fazer acompanhamento nas propriedades.

Em seguida, outra alternativa que obteve impacto razoável percebido pelos agentes foi em relação a maior preservação ambiental. Embora a maioria dos agentes tenha percebido um impacto razoável na preservação ambiental após o PRONAF, um agente comentou que “depois do PRONAF houve mais desmatamento e maior poluição, principalmente quanto a sementes transgênicas com maior utilização de adubos químicos e venenos”. (adr135).

Nessa mesma direção, o adr111 sugere que “o programa poderia ter mais subsídios como forma de incentivo para quem é adimplente e

quem produz alimentos seguros e preserva o meio ambiente, como aqueles que possuem certificado de produto orgânico”. Do ponto de vista da legislação ambiental o adr103 relata que a dificuldade é em relação ao agricultor aceitar a legislação ambiental, sugerindo que as entidades públicas se encarreguem da formação desses agricultores quanto à legislação ambiental.

Outro comentário interessante aponta uma importante contribuição do PRONAF no que se refere à ajuda na adequação da legislação ambiental e preservação ambiental contribuindo para sustentabilidade, produtividade e aumento da renda:

O PRONAF ajudou na adequação da legislação ambiental e preservação ambiental que gerou maior sustentabilidade do negócio, com correção do solo utilizando tecnologias para aumentar a renda e produtividade. Há 10 anos o PRONAF financiava 80 sacas de milho, e hoje chega a financiar 166 sacas de milho de produtividade prevista⁹⁷. (adr134).

Em relação a ter mais acesso à luz, houve alguns comentários bem pontuais, no sentido de que o PRONAF vem contribuindo para a compra de geradores em um dos municípios pesquisados, pelo fato de que a estrutura elétrica não foi projetada para o grau de desenvolvimento atual. Além disso, houve um comentário em relação ao programa Luz para Todos que o agente mencionou haver dificuldade de ter um segundo ponto para o jovem que possui usufruto da terra:

Há dificuldade quando o jovem tem uso e fruto da terra, principalmente quando há necessidade de entrar em algum programa governamental, como por exemplo, o Luz para Todos, pois o pai já participa inibindo ter mais um ponto de luz. (adr128).

Em relação à mais infraestrutura nos municípios pesquisados, também houve o entendimento de que a partir do PRONAF houve aumento da produtividade e assim da dinâmica no interior das comunidades agrícolas demandando investimentos por parte das entidades públicas em

⁹⁷ Referente à produtividade por ha.

estradas e pontes para escoamento dessa produção. No entanto, a impulsão relativa a essa demanda não acompanhou no mesmo ritmo, apresentando pontos de estrangulamento para alguns agentes.

O adr110 comentou que existe um problema logístico com a dificuldade em chegar aos portos sugerindo uma ferrovia no estado. Outro agente indicou que:

Necessita melhorar as rodovias municipais e estaduais para melhor escoamento da produção independentemente do tempo (faça chuva ou faça sol), pois as parcerias têm dia e hora marcado para o embarque da produção. (adr137).

Quanto ao acesso a novos mercados consumidores, embora não tenha havido comentários na resposta final, o pesquisador percebeu que os agentes acreditam que isso é natural devido ao aumento da produção e qualidade dos produtos. No entanto, para eles na maioria das vezes quem controla isso é o atravessador, cooperativa ou empresa integradora.

Em seguida, as últimas alternativas consideradas com mediana razoavelmente são: 33- Mais acesso a saneamento; 34- Retiraram o nome dos órgãos de restrição ao crédito; 35- Contratação de mão de obra. Quanto ao acesso a saneamento, percebe-se que a geografia é importante, pois conforme observações dos entrevistados, em localidades rurais próximas ou nos arredores ao centro urbano das cidades houve mais implementação de saneamento por parte dos órgãos municipais. Alguns comentaram que com a melhoria das condições de vida e investimento para melhorias sanitárias, alguns agricultores fizeram melhorias no saneamento de forma particular.

Em relação a retirar o nome dos órgãos de restrição ao crédito, muitos agentes consideram que de forma indireta o programa incentiva o agricultor a honrar suas dívidas para poder pegar o financiamento. Outros agentes relataram preocupação em relação ao futuro das inadimplências considerando que o nível atual de endividamento pode gerar aumento da inadimplência. Nesse mesmo sentido alguns agentes comentaram que o agricultor catarinense é historicamente e culturalmente considerado bom pagador.

Dois comentários ajudam a compreender a baixa inadimplência que o estado possui. O adr156 comenta que “os agricultores de Santa Catarina são culturalmente bons pagadores e ficam desconfortáveis com

inadimplência” enquanto que o adr155 percebe que o medo de endividamento é inversamente proporcional à inadimplência, em suas palavras “quanto mais medo de endividamento menor inadimplência”.

A última alternativa relativa à contratação de mão de obra que também apresentou razoável dificuldade, não por acaso possuiu menor média ponderada dentre todas as alternativas. Conforme os agentes, houve fluxo de contratação de mão de obra razoável nos municípios por conta da dificuldade de encontrar trabalhadores rurais e o alto custo que é manter os funcionários, assim a saída acaba sendo o investimento em máquinas que economizam mão de obra.

c) Outros efeitos considerados pelos ADRs além do PRONAF.

Nessa seção buscou-se captar a percepção sobre outros fatores que também impactaram na qualidade de vida dos agricultores além do PRONAF. Entre as observações sobre os resultados, cabe mencionar que para esta pergunta houve um agente que deixou apenas uma alternativa sem resposta pelo fato de não ter percepção sobre quanto os programas governamentais impactaram na vida dos agricultores. Além disso, houve 4 indicações de percepção de impacto além das 6 alternativas que foram indicadas por 6 agentes.

As quatro novas alternativas indicadas foram: 7- Aumento das exportações que foi percebida como bastante importante por um agente; 8- Abertura de agroindústrias e integração com agroindústrias que foi percebida de duas formas, uma razoável e outra bastante; 9- Comunicação e informação (acesso à internet, telefone e celular) que recebeu duas indicações também (bastante e totalmente), e; 10- Profissionalização dos agricultores que foi indicada por um agente como totalmente.

As quatro indicações parecem se complementar estando intimamente ligadas a partir do histórico presente no estado. Os agricultores são incentivados a se profissionalizar para acompanhar o mercado e uma forma de acompanhar é tendo acesso à informação e comunicação. O mercado, por sua vez, é demandado em grande parte pelas exportações das agroindústrias integradoras.

Quanto às respostas que já estavam no questionário, apresentaram medianas entre 2 e 4, que significa que todas as alternativas receberam como indicador principal as respostas pouco, razoavelmente e bastante. Ou seja, não foi identificado entre as alternativas grau de impacto totalmente e nada. Isso significa que os 56 participantes percebem que

esses outros fatores impactaram em conjunto com o PRONAF de pouco a bastante nas alternativas apresentadas sobre a vida dos agricultores e dos municípios.

Entre as 6 alternativas, uma delas apresentou mediana 4 correspondendo ao grau de impacto bastante. Em quatro alternativas a mediana 3 correspondendo a grau de impacto razoavelmente. Enquanto a última alternativa apresentou mediana 2 sendo percebida com pouco grau de impacto conforme se apresenta abaixo na tabela 27:

Tabela 25: Percepção dos ADRs a respeito de outros fatores de impactos na qualidade de vida dos agricultores e da região ordenado por média ponderada e dividido em grupos a partir da mediana.

OUTROS FATORES QUE CONSIDERA QUE IMPACTARAM NA QUALIDADE DE VIDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES	MEDIANA	MÉDIA
1- CONJUNTURA ECONÔMICA (CUSTO DA PRODUÇÃO, CÂMBIO, CONTROLE DA INFLAÇÃO, PREÇOS)	4	3,64
2- AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO	3	3,16
3- AUMENTO DA RENDA FAMILIAR COM FAMILIARES PASSANDO A TRABALHAR FORA NA AGRICULTURA	3	3,05
4- PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS (EXEMPLO: BOLSA FAMÍLIA)	3	2,91
5- AUMENTO DO NÚMERO DE FAMILIARES QUE COMEÇARAM A TRABALHAR NA AGRICULTURA	3	2,79
6- RENDA OBTIDA FORA DA AGRICULTURA	2	2,43

Fonte: Pesquisa de campo.

A alternativa que foi percebida como responsável por impactar bastante na vida dos agricultores foi a conjuntura econômica. Deve-se ressaltar que o pesquisador no momento da explicação sobre a pergunta, relatou sobre considerar a percepção sobre os últimos anos após a implementação do PRONAF e não apenas o último ano de 2015. O objetivo foi não enviesar as respostas em face da pronunciada crise, e sim, considerar o momento atual como parte do histórico.

A partir da explicação sobre considerar o período, a conjuntura foi vista como positiva pela grande maioria dos agentes que consideraram a estabilidade nos últimos anos como fundamental para a atividade agropecuária. Os agentes percebem que a inflação controlada e o câmbio estável repercutiram diretamente nos custos de produção de toda a atividade. Somado a isso, aqueles agricultores familiares que se dedicam a plantar commodities também obtiveram ganhos com os preços em alta desses produtos.

A conjuntura econômica, que foi considerada com grau de bastante impacto na qualidade de vida dos agricultores devido à estabilidade dos últimos anos, recebeu, por outro lado, várias críticas em relação ao custo de produção e ao preço de comercialização, conforme comentários dos agentes ao final do questionário. Cerca de 16% dos agentes comentaram, na última pergunta aberta, a respeito do custo de produção e preço mínimo. Abaixo seguem alguns depoimentos acerca do assunto:

O Programa poderia adequar o custo de produção dos insumos (que aumentam acima da margem de aumento do crédito) ao valor liberado em todas as culturas. Por exemplo, em alguns casos liberam R\$ 8 mil para uma lavoura que tem um custo de produção de R\$ 15 mil. Isso é um fator limitante, pois para um custeio de 2,5 ha libera R\$ 22.500,00 sendo que o custo por ha chega a R\$ 14.000,00 ou R\$ 15.000,00. (adr105).

O custo da produção atualmente é muito elevado, principalmente pelo aumento do dólar, o que impacta na lucratividade da atividade. Deveria haver maiores subsídios nesses momentos menos favoráveis diminuindo impostos. Por ex: uma saca de adubo custa em média R\$ 70,00 tendo em média 50% de imposto. Esse imposto poderia ser subsidiado para quem produz alimentos. (adr114).

Preços defasados em comparação ao custo de produção forçando a produzir mais em menores quantidades de ha. Os preços dos produtos deveriam acompanhar os preços dos custos de produção como o diesel, defensivos e seguros da lavoura que são caros. (adr117).

Além disso, outros agentes percebem que: “O preço da Conab⁹⁸ para o produtor está defasado, pois não cobre o custo da produção. O

⁹⁸ A Companhia Nacional do Abastecimento - Conab, é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, criada por Decreto Presidencial e autorizada pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, tendo iniciado suas atividades em 1º de Janeiro de 1991. É a empresa oficial do Governo Federal, encarregada de gerir as políticas agrícolas e de

preço deveria ser reajustado.” (adr115); “Os insumos estão com custos altos. Deve-se melhorar os preços mínimos respeitando os valores.” (adr116); “Deveria haver um preço mínimo de comercialização proporcional ao custo de produção.” (adr121); “Não há garantia de preço na comercialização. Necessita-se aperfeiçoar o mecanismo de preços de vendas que cubra e acompanhe o custo de produção garantindo o lucro do produtor.” (adr122); “O custo da produção, luz, combustível e impostos aumentaram muito e deveria haver maiores incentivos.” (adr135).

Com esses depoimentos, pode-se inferir que em algumas regiões catarinenses, alguns agentes de desenvolvimento rural percebem que o custo de produção e o preço de comercialização podem estar dificultando o acesso ao programa por causar insegurança no agricultor. Os agentes destacaram que comercializar a produção não é problema, no entanto, o preço que é pago ao agricultor nem sempre é atrativo do ponto de vista econômico pelo fato de que esse preço não vem acompanhando o custo de produção.

Para esses agentes⁹⁹, por um lado o programa deveria adequar a liberação do crédito de custeio balizando os custos de produção através do dólar que influi diretamente nos insumos e acompanhando os demais custos como seguros, luz, impostos, tributos, entre outros através de subsídios. Na outra ponta estaria o aumento proporcional aos preços de comercialização que garanta o retorno econômico dos agricultores com lucratividade que incentive os agricultores a se manterem no setor.

Além disso, deve-se levar em conta a perspectiva calculadora do institucionalismo histórico que argumenta que os indivíduos procuram maximizar seus rendimentos e benefícios com suas expectativas sendo afetadas pelas instituições (HALL; TAYLOR, 2003). Afirmções como o adr121 explicitam a interpretação através do interesse sobre a garantia

abastecimento, visando assegurar o atendimento das necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando os mecanismos de mercado. Conforme site da Conab: conab.gov.br

⁹⁹ O pesquisador percebeu que os comentários a respeito desses assuntos foram mais expressivos nos municípios da mesorregião sul catarinense. Com isso, levando em conta as maiores produções dessa região, pode-se inferir que parte desses comentários estão relacionados diretamente com a cadeia produtiva do arroz irrigado. Para maiores informações, ver notícias a respeito dessa discussão que o estado vem implementando junto aos ministérios desde as últimas safras: <<http://www.sc.gov.br/mais-sobre-agricultura-e-pesca/produtores-de-arroz-levam-demandas-do-setor-ao-ministerio-da-agricultura>> Acesso em 31/01/2016.

de lucro com expectativa que sejam criados mecanismos pelas instituições.

No segundo grupo que apresentou mediana 3 razoavelmente, aparecem quatro alternativas: 2- Aumento do salário mínimo; Aumento da renda familiar com familiares passando a trabalhar fora da agricultura; Programas governamentais, e; Aumento do número de familiares que passaram a trabalhar na agricultura.

O aumento do salário mínimo foi avaliado devido à percepção dos agentes em consideração ao número de aposentados existentes em seus municípios. Como os agricultores recebem aposentadoria especial do INSS no valor de um salário mínimo, os agentes relataram que devido à quantidade de agricultores em algumas regiões, o aumento auferido pelos beneficiários nos últimos anos impactou razoavelmente na qualidade de vida desses agricultores.

Quanto ao aumento da renda familiar com familiares passando a trabalhar fora da agricultura, os agentes também consideraram ter tido impacto razoável, pois existem muitas famílias de agricultores que o jovem reside na propriedade rural e trabalha na cidade. O mesmo acontece com algumas esposas de agricultores que exercem atividades externas à agricultura.

Em relação a programas governamentais, houve alguns comentários pontuais que complementam a percepção dos agentes em relação ao razoável impacto na vida dos agricultores. Alguns programas estaduais como Microbacias e SC Rural foram citados como programas que tiveram impacto em regiões do estado. Além desses, outros citados pontualmente foram o Programa Bolsa Família, Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), Programa de Aquisição de Alimentos PAA.

O SC Rural¹⁰⁰ é um Programa bem importante que possibilita dar cursos para agricultores e jovens contribuindo tanto no aperfeiçoamento

¹⁰⁰ SC Rural é uma Política Pública do Governo do Estado de Santa Catarina em andamento desde 2011, é considerado a terceira etapa de um Projeto iniciado em 1984 que recebeu o nome de Microbacias 1 e posteriormente Microbacias 2. Os recursos para o programa são resultado entre o Estado e o Banco Mundial. O objetivo é aumentar a competitividade das organizações dos agricultores familiares do Estado, fazendo com que os pequenos produtores possam produzir mais e com mais qualidade, facilitando sua inserção no mercado e incentivando sua permanência no campo. Mais informações no site: <http://www.sc.gov.br/index.php/agricultura-e-pesca/programa-santa-catarina-rural>. Acesso em 03/02/2016.

deles quanto na melhoria de estradas para escoamento da produção. (adr151).

Programas como o DRS¹⁰¹ do Banco do Brasil deveriam ser vistos com maior atenção, pois existem boas possibilidades de interação entre as instituições de assistência técnica, agricultores e o banco para melhoria da produtividade e conhecimento do produtor. (adr124).

Através do PRONAF junto com a parceria entre os agentes do município (Sindicato dos Trabalhadores Rurais/Banco do Brasil/Prefeitura Municipal/Cooperativa/ Projeto Microbacias¹⁰²) houve acesso à captação, tratamento e distribuição de água para os agricultores que viabilizou novos investimentos por parte dos agricultores familiares impactando no movimento econômico do município. Principalmente na área de produção animal e consumo de água das famílias. (adr135).

As atividades que possibilitam a manutenção mensal como leiteira e hortifruti possibilitaram a melhora na qualidade de vida, principalmente com a ajuda do PRONAF e PAA. (adr146).

Além desses comentários, também houve alguns agentes que criticaram alguns Programas que na percepção deles, tem impacto negativo nas atividades agropecuárias. Segundo o adr154, alguns agricultores “formatam a DAP conforme os interesses para acessar

¹⁰¹ DRS - Desenvolvimento Regional Sustentável é uma estratégia negocial do Banco do Brasil, que busca impulsionar o desenvolvimento sustentável das regiões onde o BB está presente, por meio da mobilização de agentes econômicos, sociais e políticos, para apoio a atividades produtivas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas, sempre observada e respeitada à diversidade cultural.

¹⁰² O Programa Microbacias 1 iniciou em 1984 e é considerado a primeira etapa da parceria entre o Governo do Estado de Santa Catarina e o Banco Mundial que foi voltado para conservação do solo e da água. Em seguida, houve o Microbacias 2 que incentivou a organização das comunidades e agricultores com a criação das Associações de Desenvolvimento das Microbacias. A atual etapa é conhecida como SC Rural conforme já descrito anteriormente.

programas como o PMCMV”. Na mesma direção, o adr139 considera que:

Programas sociais com bolsas tem impacto negativo, pois causa comodismo e o medo de perder o benefício, pois dificulta a contratação dessa mão de obra, enquanto que programas de incentivo ao campo proporciona um impacto positivo na qualidade de vida através do aumento da renda. O Programa Minha Casa Minha Vida causou impacto negativo no PRONAF, pois os agricultores pararam de tirar notas para conseguirem se enquadrar nesse programa. Com isso baixou a renda e a arrecadação do município. (adr139).

Em seguida, considerada como um fator que também impacta razoavelmente a vida dos agricultores familiares, está o aumento do número de familiares que começaram a trabalhar na agricultura. Na percepção dos agentes, os filhos que continuaram na atividade e que assim aumentaram a mão de obra também foi um fator que impactou nos últimos anos. Para alguns agentes, a permanência está intimamente ligada ao PRONAF que deu condições e até possibilitou a volta do jovem da cidade para o campo:

Devido ao PRONAF, houve melhores condições dos jovens permanecerem no campo. Hoje se vê muitos jovens que, a partir da perspectiva de crescimento da produção, preferiram ficar no campo. (adr145).

Houve, com o PRONAF, uma redução da migração do jovem do campo para a cidade, diminuiu o êxodo, e em alguns casos houve o retorno de jovens para o campo com maiores perspectivas de renda. (adr146).

Por último, temos que a alternativa: renda obtida fora da agricultura recebeu mediana 2 correspondendo a pouco impacto na qualidade de vida dos agricultores. Nessa alternativa, o pesquisador diferenciou daquela sobre os familiares que começaram a trabalhar fora enfatizando que a alternativa atual se referia ao próprio agricultor ou agricultora que exercia a atividade principal da propriedade e também

exercia outras atividades ou conforme alguns autores mencionam (CARNEIRO, 1998), se haviam muitos agricultores pluriativos que exerciam outras atividades para complementar suas rendas.

Com isso, os agentes percebem que houve pouco impacto em relação à pluriatividade do agricultor. Para os agentes, a grande maioria dos agricultores só exerce a atividade agropecuária.

d) Principais dificuldades de acesso ao PRONAF segundo os ADRs

Em relação aos principais dificultadores no acesso ao Programa houve somente um agente que deixou apenas uma alternativa sem resposta pelo fato de não ter percepção sobre as dificuldades do agricultor em entender e atender à legislação ambiental. Além disso, houve 13 indicações em 14 respostas de outras dificuldades para os agricultores acessar o PRONAF. Destaque para o item: insegurança quanto ao preço/garantia de preço mínimo que dois agentes mencionaram; e, faltas de projetos com assistência técnica que recebeu a escala 5 sendo percebida como total dificuldade pelo agente entrevistado que mencionou.

As outras 9 indicações receberam a resposta como havendo bastante dificuldade e incluíram: falta de capacitação/gestão financeira; fuga dos jovens e envelhecimento do agricultor; custo de produção; armazenamento da produção; grau de endividamento; falta de comprovação de renda devido a não tirar notas; regras sanitárias; problemas cadastrais; e dificuldades dos agentes financeiros em operar as novas linhas de crédito. Em seguida, sendo percebidas como dificuldades razoáveis, dois agentes indicaram: logística (acesso à propriedade e escoamento da produção) e; licenciamento ambiental.

Tabela 26: Resultado sobre a percepção dos ADRs a respeito dos principais dificultadores no acesso ao PRONAF ordenado por média ponderada e dividido em grupos a partir da mediana.

DIFICULTADORES NO ACESSO AO PRONAF	MEDIANA	MÉDIA
DIFICULDADES DO AGRICULTOR EM ENTENDER E ATENDER A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL	3	3,20
FALTA DE MÃO DE OBRA PARA TRABALHAR NOS EMPREENDIMENTOS	3	3,07
EXIGÊNCIAS/FALTA DE GARANTIAS	3	2,93
INSEGURANÇA QUANTO À PRODUÇÃO (QUEBRA DE SAFRA, EVENTOS NATURAIS, SINISTROS)	3	2,84

BUROCRACIA	3	2,79
FALTA/INSUFICIÊNCIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA	2	2,41
DOCUMENTAÇÃO COMPLETA DO IMÓVEL/ EMPREENDIMENTO	2	2,29
MEDO DE ENDIVIDAMENTO	2	2,27
TAXAS DE JUROS ELEVADAS	2	2,27
FALTA DE INFORMAÇÃO/DIFICULDADES DO AGRICULTOR EM ENTENDER AS REGRAS DO PROGRAMA	2	2,27
DIFICULDADES PARA COMERCIALIZAR A PRODUÇÃO	2	2,07
VALOR OFERTADO INSUFICIENTE	2	1,95
PRAZO DE PAGAMENTO INSUFICIENTE	1	1,36

Fonte: Pesquisa de campo.

Conforme tabela acima, houve a divisão das 13 alternativas entre 3 grupos conforme a mediana. O primeiro grupo obteve mediana 3 que conforme o questionário corresponde às respostas iguais a razoavelmente. Com isso, percebe-se que as médias ponderadas ou a mediana das alternativas que correspondem à dificultadores em acessar o PRONAF, na percepção dos agentes, não são consideradas como bastante dificuldade e nem uma dificuldade total que inibe o agricultor de acessar o crédito.

Embora as respostas demonstrem que não inibem bastante e nem totalmente o acesso ao PRONAF, elas apresentam uma dificuldade razoável na percepção dos agentes. Dessas 5 alternativas, 3 delas são fatores indiretamente ligados ao PRONAF (legislação ambiental; falta de mão de obra; insegurança quanto à produção) enquanto as outras duas são diretamente ligadas ao Programa e ao crédito (garantias e burocracia). As duas primeiras consideradas razoáveis e que ultrapassaram a média ponderada de 3,00 correspondem à percepção de que em primeiro lugar o agricultor possui dificuldade de entender e atender à legislação ambiental e, em segundo, possuem dificuldade em conseguir mão de obra para trabalhar nos empreendimentos.

Conforme percepção do pesquisador enquanto entrevistava os agentes, ficou claro que atender pesou mais para os agentes do que entender a legislação. Ou seja, alguns dos entrevistados comentaram que “entender eles até entendem, mas a dificuldade maior é em atender à legislação”, principalmente se houver mudanças constantemente.

Em um comentário final, o agente de desenvolvimento rural adr103 relata que há “dificuldade do agricultor em aceitar a legislação ambiental” e em seguida sugere a criação de incentivos à formação dos agricultores no assunto. Quanto à dificuldade em conseguir mão de obra, que foi a segunda colocada na ordem dos dificultadores no acesso,

houve alguns comentários a respeito do assunto enfatizando algumas dificuldades em relação principalmente ao custo da mão de obra.

O adr104, por exemplo, relata que “antigamente se colhia à mão, agora com a mão de obra muito cara a aquisição de máquinas é primordial para que o agricultor possa aumentar a produtividade e a qualidade de vida.” A percepção do agente vai em direção oposta há décadas anteriores, quando havia oferta maior que a demanda de mão de obra no campo e a modernização impulsionou o êxodo rural. Atualmente, a percepção é que o êxodo causou diminuição de oferta de mão de obra abaixo da demanda, o que elevou o preço da mão de obra.

Além disso, outros fatores destacados entre os agentes foram em relação aos custos trabalhistas e também alguns programas sociais que, na visão dos agentes:

A parte trabalhista complica tanto em relação à idade mínima dos filhos e parentes começar a trabalhar na agricultura, quanto para contratar empregados, pois demanda muitas exigências e burocracias inibindo as contratações. (adr102).

Programas sociais com bolsas tem impacto negativo pois causa comodismo e o medo de perder o benefício, pois dificulta a contratação dessa mão de obra, enquanto que programas de incentivo ao campo proporciona um impacto positivo na qualidade de vida através do aumento da renda. (adr139).

Em seguida, as alternativas que foram consideradas razoáveis foram: exigências/falta de garantia; insegurança quanto à produção e; burocracia. Quanto às garantias, não houve muitas críticas e comentários feitas pelos agentes. A maioria percebe que existe uma dificuldade razoável por parte dos agricultores no momento de apresentar as garantias, mas também concordam que há necessidade de exigi-las para garantir as operações. Duas sugestões foram comentadas, o adr108 indicou que o programa deveria aceitar hipoteca da terra como garantia para o investimento, enquanto que o adr155 sugeriu que para a pesca e maricultura, que geralmente não possuem terra para dar em garantia, poderia ser criado um fundo garantidor¹⁰³ com subsídio do governo.

¹⁰³ O fundo garantidor é um instrumento utilizado geralmente para complementar garantias de operações de financiamento.

Quanto à opinião do adr108, deve-se analisar sobre o aspecto legal em relação às linhas de crédito. No entanto, faltam informações para avaliar, pois o MCR deixa claro, na seção sobre garantias, que a escolha é de livre convenção entre o financiador e financiado. As exceções¹⁰⁴ são em relação aos grupos “A” “A/C” e “B”, que se deve exigir garantia pessoal.

Em relação à insegurança quanto à produção, alguns agentes elogiaram os programas Proagro e PGPAF. Por exemplo, o adr139 comentou que “com as melhorias no seguro agrícola, possibilitou maiores investimentos agropecuários.” Além disso, o adr146 comenta que “outros fatores importantes são o Proagro e PGPAF que estão vinculados ao PRONAF e possibilitaram maior segurança ao agricultor familiar.”.

As críticas em relação à insegurança também foram no sentido como adr152 comenta que “a maior dificuldade é que quando há prorrogação por intempéries, não há novo crédito para plantar a safra seguinte desfavorecendo o agricultor.” Outros agentes comentaram sobre o processo burocrático do Proagro que é muito moroso. Alguns agentes como adr155 sugeriu que houvesse uma maneira de fazer a antecipação de uma parte ao agricultor sinistrado.

Já o adr135 sugeriu que mesmo o PRONAF sendo ótimo, o agricultor deveria ter a opção de fazer o Proagro separadamente, enquanto que o adr109 sugeriu criar um seguro que garantisse a expectativa de produção e não apenas o crédito. Quanto a este último, aparentemente parece ser uma ideia semelhante ao PGPAF com ampliação da abrangência e limites.

Em relação à burocracia, 16% dos agentes comentaram que tanto o programa quanto as instituições financeiras podem ainda diminuir a burocracia. Flexibilização e simplificação foram os termos mais utilizados em relação às regras tanto no acesso à DAP quanto nas do programa. Alguns sugeriram que houvesse simplificação principalmente para aqueles que pegam pouco valor, como é o caso do adr154 que comenta sobre a “simplificação da burocracia para acessar por faixa de valores¹⁰⁵”.

¹⁰⁴ Outra exceção que geralmente envolve discussão jurídica é quando se trata de bem imóvel próprio do casal ou entidade familiar, a qual trata a lei nº 8.009 de 29 de março de 1990 e que disciplina a impenhorabilidade do bem de família.

¹⁰⁵ Atualmente, na Safra 2015/2016, existe diferenciação de juros por faixa de valores.

Entre as sugestões mais pontuais e diferenciadas em relação à burocracia pode-se citar: “a exigência da análise química do solo a cada dois anos poderia ser expandido para três ou quatro anos” adr101. O adr155 que comenta sobre reconhecer o custeio como capital de giro, sugerindo um crédito rotativo que simplificaria o processo e diminuiria os custos para todos os envolvidos:

O PRONAF precisava ser mais simplificado, reconhecendo o custeio como capital de giro. Assim, não necessitaria exigir os mesmos documentos todos os anos. Isso diminuiria custos para o agricultor, estados e instituições financeiras. Se houvesse um crédito rotativo diminuiria burocracia, custo de estrutura, etc.(adr155).

No que se refere ao segundo grupo de alternativas com mediana 2, relativo à pouca dificuldade, encontram-se 7 alternativas que foram ordenadas pela média ponderada. Embora classificados com pouca dificuldade, houve vários comentários que merecem ser levados em consideração nas análises posteriores. Assim, a alternativa falta/insuficiência de assistência técnica foi a primeira ordenada nesse grupo. Cabe salientar que não houve diferenciação entre assistência técnica pública e privada e que os agentes mensuraram suas respostas fazendo uma média entre as duas opções.

Mesmo não havendo a diferenciação nessa questão pública versus privada, tanto os comentários “informais” percebidos pelo pesquisador quanto os comentários finais referentes à última questão aberta do questionário foram expressivos em relação à diferença que é percebida entre os agentes em relação aos dois tipos de assistência.

Pelo menos 25% dos agentes fizeram comentários finais em relação ao assunto assistência técnica. Alguns dos comentários que podem ser destacados são em relação à falta de assistência técnica rural pública, que obviamente impulsionou a mediana para cima, enquanto que a facilidade existente em assistência técnica privada teve efeito contrário. Assim, pode-se afirmar que existem dificuldades maiores em relação à assistência técnica pública o que, por um lado, influenciou e incentivou a abertura de empresas privadas de assistência técnica que vem suprindo essa demanda.

Os comentários sobre assistência técnica pública indicam que há falta de técnicos e que atualmente eles estão envolvidos em programas de governo. Com isso, realizam serviços burocráticos que não permitem

dar efetiva assistência aos agricultores, e assim, sugerem que deveria haver maior incentivo da assistência técnica oficial com abertura de concurso e contratação de extensionistas. Outros comentários mais pontuais levaram em consideração que dependendo da cidade, os técnicos são mais ou menos ativos e participativos.

Quanto a problemas referente à documentação da propriedade, percebeu-se um dificultador pontual ligado ao histórico do município. Nos municípios da mesorregião norte de Santa Catarina foi onde tiveram maiores relatos sobre a dificuldade em relação à documentação da propriedade. Entre esses, o adr123 relata que “a documentação nos arrendamentos que possuem vários proprietários dificulta bastante as contratações. Talvez pudesse haver maior flexibilização.”.

Para o adr127 “há muito entrave quanto à documentação da terra na região, principalmente com imóvel em condomínio onde há a exigência da assinatura de todos os envolvidos no condomínio.” Já o adr126 sugere a “desburocratização dos processos de regularização fundiária para facilitar a regularização dos imóveis rurais.”.

Em seguida, dentre as alternativas que possuíram mediana 2 e média ponderada iguais ou muito próximas, destacam-se duas alternativas: medo de endividamento e dificuldades para comercializar a produção. O medo de endividamento, conforme comentários dos agentes, parece estar relacionado à cultura local (o adr155 fala em “medo de endividar-se”) e um agente afirma que os agricultores do estado são culturalmente bons pagadores.

Quanto a dificuldades para comercializar a produção, os agentes percebem poucas e elas se referem, principalmente, aos preços mínimos e à logística que, em alguns municípios, poderia ser melhor. No entanto, a maioria percebe que a comercialização em si, não é difícil, inclusive em algumas atividades como o leite, por exemplo, acaba havendo concorrência dos laticínios para ver quem fica com o produto.

Em seguida, as alternativas que fecham o segundo grupo considerado com pouca dificuldade são: taxas de juros elevadas; falta de informação/dificuldade do agricultor em entender as regras do programa, e; valor ofertado insuficiente. Na percepção dos agentes nenhuma dessas alternativas são fortes entraves. Alguns dos comentários sobre as taxas de juros do programa foram em direção de que as taxas estavam ótimas e na última safra 2015/2016 com o ligeiro aumento acabou inibindo um pouco alguns agricultores. No entanto, a maioria levou em conta a atratividade das taxas de juros do PRONAF de

5,5% a.a. em relação às taxas de mercado que atualmente estão próximas de 14,25% a.a.¹⁰⁶.

Quanto à falta de informação e dificuldade do agricultor em entender as regras do programa, os agentes perceberam que atualmente os agricultores estão tendo mais acesso à informação seja a partir dos agentes que interagem com eles, seja a partir dos filhos que compreendem e explicam para os pais agricultores. Também mencionaram o maior acesso à informação através de veículos como a internet.

O valor ofertado insuficiente foi comentado por poucos, no entanto, merecem ser analisados em conjunto com aqueles que sugeriram que houvesse aumento do valor do crédito custeio em relação aos custos de produção conforme o relato do adr105 que comenta que o PRONAF Custeio não cobre alguns custos de produção. Além disso, houve maior número de comentários em sentido inverso por parte dos agentes salientando que os agricultores muitas vezes estariam obtendo crédito e investimentos acima de suas necessidades.

Essa alternativa gerou comentários em relação a preocupações com o endividamento dos agricultores. O adr106 se refere ao PRONAF Mais Alimentos comentando que há “preocupação com o endividamento dos produtores” salientando que houve muitos incentivos ao financiamento por parte das fabricantes e revendedoras de máquinas e implementos, instituições financeiras, e agropecuárias.

Em alguns casos, os agentes comentaram que os agricultores poderiam manter o trator usado por mais alguns anos, no entanto, investem em um trator novo tanto por “status” como se refere o adr114 e “ vaidade” como se refere o adr133, quanto pelo incentivo e facilidade do crédito. Além disso, alguns agentes falaram sobre a falta de assistência técnica e gestão financeira por parte dos agricultores que em alguns casos viram reféns das agropecuárias comprando acima da real necessidade.

Por fim, a última alternativa que ficou com mediana igual a 1 e que na opinião dos agentes não representa entrave ao acesso ao programa foi prazo de pagamento insuficiente. Para a grande maioria dos agentes, o prazo do programa é excelente. A única crítica em relação ao prazo do programa foi em relação às renovações automáticas.

¹⁰⁶ Taxa Selic é a taxa básica de juros da economia brasileira e que atualmente (02/2016) encontra-se no patamar de 14,25% a.a.

As renovações automáticas dos financiamentos não ficam adequadas ao desenvolvimento das culturas no zoneamento climático. Deveria haver mais flexibilidade dos prazos para adequar os pagamentos a efetiva época do recebimento das receitas. (adr109).

e) Comentários gerais dos ADRs sobre o PRONAF e atores envolvidos no desenvolvimento rural

Esses comentários foram relativos à uma questão aberta do questionário que buscou captar a opinião, elogios, críticas, sugestões de melhorias e comentários em geral sobre o PRONAF e sobre os atores envolvidos no desenvolvimento rural. Foi um momento em que o agente pode expor sua percepção geral sobre o PRONAF e sobre determinados assuntos correlatos à agricultura familiar.

As respostas dessa pergunta serviram diretamente como complemento dos resultados encontrados nas seções anteriores. Por isso, a fim de não repetir comentários já citados foram elencados alguns dos que mais chamaram atenção dentre os 56 agentes de desenvolvimento rural que foram entrevistados.

Entre os principais comentários sobre a importância do crédito do PRONAF, a maioria complementa falando sobre outros aspectos que o programa incentivou como: parcerias, movimento econômico dos municípios através da compra de tratores e outras máquinas, insumos entre outros. Outros agentes utilizaram esse momento para tecer elogios ao PRONAF como o adr122 que elogia dizendo que “o PRONAF é muito bom”, e o adr129 que relata que “graças ao PRONAF a qualidade de vida da população urbana e rural melhorou. Sem o PRONAF o município seria inviável.”

O adr144, por sua vez enfatiza que “o PRONAF foi o instrumento que alavancou a produção dos agricultores, foi e é de grande importância. Não se imagina o futuro da agricultura familiar sem o PRONAF.” A tabela abaixo, já adentrando os comentários finais sobre a última pergunta do questionário, aponta os principais comentários acerca da importância do PRONAF que a partir das melhores condições criadas para que o agricultor familiar ampliasse ou mantivesse sua produtividade repercutiu em vários aspectos beneficiando toda a cadeia produtiva antes, dentro e fora da porteira:

Tabela 27: Comentários sobre impactos positivos do PRONAF conforme pergunta aberta nº10 do questionário.

AGENTES	COMENTÁRIOS FINAIS SOBRE A IMPORTÂNCIA DO PRONAF
adr122	O PRONAF É MUITO BOM.
adr123	O PRONAF É UM EXCELENTE PROGRAMA, POSSIBILITOU ACESSO A TRATORES E IMPLEMENTOS.
adr129	GRAÇAS AO PRONAF A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL MELHOROU. SEM O PRONAF O MUNICÍPIO SERIA INVIÁVEL.
adr130	NO RAMO DE VENDAS DE TRATORES, 98% DOS TRATORES VENDIDOS SÃO PARA PRONAFIANOS (...). O PRONAF AJUDOU NO ENCADEAMENTO DE TODO O RESTO, COMO POR EXEMPLO: AUMENTOU PRODUÇÃO, INVESTIMENTO, E ACESSO A MAIS INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO POR PARTE DO AGRICULTOR.
adr131	O PRONAF É MUITO BOM E A PARCERIA TAMBÉM É ÓTIMA COM O BANCO E COM O PRODUTOR. A QUALIDADE DE VIDA DO PRODUTOR TEM MELHORADO BASTANTE.
adr132	O PRONAF CUSTEIO E INVESTIMENTO FUNCIONAM MUITO BEM, MAS O PRONAF JOVEM E MULHER DEVERIAM SER MAIS INCENTIVADOS PELO BANCO E PELO GOVERNO, POIS TEM MUITAS MULHERES E JOVENS QUE MELHORARIAM A PRODUÇÃO E A QUALIDADE DE VIDA.
adr133	O PRONAF FOI MUITO IMPORTANTE PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DA REGIÃO E SE NÃO FOSSE O PROGRAMA OS MUNICÍPIOS NÃO ESTARIAM BEM COMO ESTÃO HOJE.
adr134	MUITOS PRONAFIANOS POSSUEM ÓTIMA QUALIDADE DE VIDA, COM BOA RENDA, IMPACTANDO TAMBÉM NO MOVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO. A PREFEITURA PODERIA INVESTIR MAIS PROPORCIONALMENTE NA AGRICULTURA LOCAL. COM O PRONAF MULHER, AS MULHERES TEM MAIS PODER DE DECISÃO. HOJE SE VÊ QUE A MULHER PARTICIPA MAIS EFETIVAMENTE DA GESTÃO DA PROPRIEDADE
adr135	O PRONAF É ÓTIMO E O JURO É BAIXO. DEVERIA HAVER MAIOR DIVULGAÇÃO E INCENTIVO DAS OUTRAS LINHAS DO PRONAF COMO PRONAF MULHER, PRONAF JOVEM, PRONAF AGROINDÚSTRIA E PRONAF AGROECOLOGIA.
adr138	O PRONAF MUDOU TOTALMENTE A CARA DO MUNICÍPIO, EM CAIBI ENTRE 2005 E 2010 O MUNICÍPIO PASSOU DO PIB DE R\$ 40 MILHÕES PARA R\$140 MILHOES O QUE FEZ CRESCER E DESENVOLVER O MUNICÍPIO.
adr139	O IMPACTO POSITIVO FOI O ACESSO, MAS POR OUTRO LADO CAUSOU ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS DO INTERIOR, O QUE PODE CAUSAR INADIMPLÊNCIA FUTURA.
adr141	O PRONAF MELHOROU A PRODUÇÃO, TECNOLOGIA E IMPACTOU NO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO.
adr144	O PRONAF FOI O INSTRUMENTO QUE ALAVANCOU A PRODUÇÃO DOS AGRICULTORES, FOI E É DE GRANDE IMPORTÂNCIA. NÃO SE IMAGINA O FUTURO DA AGRICULTURA FAMILIAR SEM O PRONAF.
adr145	O PRONAF TAMBÉM É RESPONSÁVEL PELA MAIORIA DAS VENDAS DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS EM GERAL. EM ALGUNS CASOS 90% DA MOVIMENTAÇÃO DE VOLUME DE VENDAS GIRA EM TORNO DE FINANCIAMENTOS DO PRONAF.
adr146	O PRONAF MUDOU DA AGUA PARA O VINHO NO SENTIDO DE ACESSO AO CRÉDITO, POSSIBILITANDO ACESSAR MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS. OS AGRICULTORES NÃO DEPENDEM MAIS TANTO DO PODER PÚBLICO. O PEQUENO PRODUTOR HOJE TEM ACESSO AS TECNOLOGIAS COMO MELHORIAS GENÉTICAS QUE POSSIBILITOU INCREMENTAR A PRODUTIVIDADE.

adr147	O PRONAF AJUDOU BASTANTE NA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES.
adr149	O PRONAF É MUITO IMPORTANTE PARA O AGRICULTOR.
adr156	O PRONAF É UM PROGRAMA QUE RESULTOU EM GRANDES IMPACTOS POSITIVOS PARA AGRICULTURA FAMILIAR DE SANTA CATARINA.

Fonte: Pesquisa de campo.

Alguns dos comentários em relação ao Programa dizem respeito aos aumentos das taxas de juros, que principalmente para aqueles que retiram valores acima de R\$ 30 mil as taxas de 5,5% a.a. acabou afastando alguns agricultores do financiamento. Mesmo assim, ainda é considerada uma taxa relativamente baixa em relação à taxa básica Selic.

Alguns comentários pontuais a respeito da DAP também foram interessantes, como o do adr111, o qual afirma que às vezes o dissídio aumenta todo o ano enquanto que a DAP é atualizada a cada três anos a ponto de algumas vezes desenquadrar o agricultor. E, o adr109 comenta que percebe que a DAP é feita de forma insegura. O agente percebe que os agricultores que teriam renda até R\$ 20 mil acabam forçando o rendimento bruto acima desse valor pelo fato que se mantivessem o rendimento bruto anual abaixo daquele teto se enquadrando no grupo B estariam muito limitadas em relação aos valores ofertados a esse grupo.

Em relação aos grupos de menor renda o adr153 comenta que “esses grupos de agricultores familiares de menor renda ainda precisam de maiores incentivos e espaço no PRONAF aqui no estado. Principalmente indígenas, pescadores, quilombolas e caboclos.”

Alguns agentes comentaram a necessidade de haver maior incentivo a linhas como PRONAF Jovem; PRONAF Mulher; PRONAF Agroindústria e PRONAF Agroecologia. O agente adr152 mencionou um entrave em relação ao PRONAF Mulher que, quando investe em agroindústria, acaba perdendo a qualidade de segurado especial¹⁰⁷.

Em relação aos sindicatos, o adr101 comenta que eles deveriam ser mais atuantes e efetivos em relação à assessoramento técnico e jurídico em momentos críticos de catástrofes, enchentes e tornados. No entanto, percebe-se que a atuação dos sindicatos varia conforme a região. Enquanto que alguns comentaram estar enfraquecidos devido à falta de membros, outros chegam a concentrar a grande maioria dos agricultores do município.

Na mesorregião oeste, os sindicatos de agricultores e trabalhadores rurais dos dois municípios da pesquisa de campo merecem

¹⁰⁷ Uma agroindústria assume deveres previdenciários.

destaque. Em Palmitos, o sindicato foi parceiro e esteve envolvido na criação de uma rede de captação, tratamento e distribuição de água que evidenciou grandes avanços econômicos para o município beneficiando mais de mil famílias. Em Caibi, o sindicato é responsável por diversas atividades de apoio ao produtor. Das cerca de 700 propriedades, existem 676 agricultores que recebem auxílio do sindicato em relação à prestação de serviços que vai desde o aluguel de tratores por um custo menor ao de mercado até a um suporte à cooperativa que recolhe o leite do agricultor a um preço mais atrativo.

No que se refere às instituições financeiras, houve críticas, sugestões e elogios. As críticas foram em relação à falta de esclarecimento do agricultor quanto aos produtos e serviços adquiridos e também ao tempo de aprovação e liberação de projetos de investimento, o qual pode variar de agência para agência sugerindo que o tempo deveria diminuir, pelo menos, para aqueles que possuem crédito pré-aprovado.

O banco poderia diminuir o tempo do processo de contratação e de atualização cadastral, principalmente com aqueles que possuem crédito pré-aprovado. (adr102).

Uma dificuldade ainda é no tempo de aprovação dos projetos, em algumas agências bancárias o projeto aprova em uma semana enquanto que em outras leva até oito meses para aprovar. Deveria haver maior controle do tempo de aprovação. (adr130).

Os processos de investimento nas instituições financeiras ainda são muito morosos para liberação, deveriam ser mais agilizados. Em alguns casos passam de 100 dias para liberação. (adr144).

Por outro lado, houve alguns elogios que merecem destaque em relação às instituições financeiras. Alguns inclusive falaram em relação a funcionários. O agente adr139, por exemplo, percebe que “a melhoria no atendimento pessoal dos funcionários do BB foi muito importante no relacionamento e acesso ao crédito.”. Além disso, o adr137 salienta que:

O Banco do Brasil foi o pioneiro na região, e sem ele a pequena agricultura não anda. O Banco do

Brasil deu a oportunidade aos agricultores em vários segmentos, desde sanitário até investimentos da pequena propriedade e na produção para adquirir máquinas e equipamentos para o desenvolvimento do agronegócio da região. (adr137).

Em relação a órgãos municipais, um agente mencionou que as prefeituras deveriam investir na agricultura local mais proporcionalmente em comparação ao que movimenta economicamente no município. Além disso, outros três agentes cobraram maior infraestrutura a partir de: construção de uma barragem para consumo e irrigação do arroz em momentos de seca; melhores estradas para escoamento da produção e; maior investimento em comunicação, principalmente telefonias.

Em relação aos órgãos estaduais, além da assistência técnica e extensão rural, a qual foi mencionada como um gargalo com necessidade de maior número de extensionistas, também houve a sugestão para investimento em rodovias, logística, armazenamento e comercialização. Destaque para o adr128, que sugere a criação de um posto de comercialização e armazenamento com subsídio do governo estadual. Para o agente, o governo perde arrecadação no norte do estado pelo fato de que os municípios se abastecem no Ceasa Curitiba. Assim, desestimula o agricultor local que não possui garantia de preço e nem condições de armazenar em uma câmara fria.

Alguns comentários chamaram atenção em relação a um assunto mencionado pela maioria dos agentes de um mesmo município pesquisado. A percepção do pesquisador foi que houve uma sincronia entre as falas sobre a preocupação em relação ao endividamento dos agricultores. Além disso, também puderam ser observados alguns exemplos que podem ser interpretados a partir da teoria neoinstitucionalista, principalmente histórica e sociológica. Primeiramente apresentam-se as falas para em seguida tecer as interpretações.

A primeira fala a esse respeito menciona que o agricultor necessita de conscientização. Sugere assistência técnica e financeira, aconselhando o produtor a poupar para momentos de frustração da safra. Comenta o exemplo que se o trator ainda pode ser utilizado, não há necessidade de se investir em um novo.

Falta conscientização do agricultor quanto a poupar e criar reserva para safras seguintes que

pode haver frustração. Maior assistência técnica e financeira incentivando o agricultor. Por exemplo, se tem um trator que pode ficar mais tempo, não necessita investir em um novo. (adr102).

A segunda fala também salientou a falta de assistência técnica e gestão financeira a fim de não deixar o agricultor vulnerável aos vendedores de insumos e diminuindo investimentos em automóveis podendo guardar para anos de frustração de safra:

A assistência técnica não é mais vinculada ao crédito de custeio, deixando o agricultor vulnerável sem assistência técnica aos vendedores de insumos. Por exemplo, o agricultor recebe assistência dos comerciantes de insumos. O mesmo acontece com o investimento quando o agricultor sofre influência do comércio de máquinas e implementos para adquirir acima da sua necessidade. O agricultor tem pouca capacitação de gestão necessitando haver maior parceria para o agricultor se capacitar com cursos de gestão financeira. Isso ajudaria a diminuir investimentos desnecessários também como automóveis. Guardar mais valores e poupar para os anos de safras frustradas. (adr103).

A terceira fala abordou a safra atual em que, segundo o participante, houve a diminuição da possibilidade de comprar colheitadeiras coletivamente o que foi responsável pela boa produtividade dos últimos anos devido ao alto custo da mão de obra. Considerando que o agente adr104 relata que “a aquisição de máquinas é primordial”, pode-se sugerir que a falta de opção pode estar levando os agricultores a investir individualmente o que também levaria a um aumento do endividamento:

Crítica em relação ao Programa no sentido de que a partir da Safra 2015/2016 alguns projetos na linha Mais Investimentos não possuem mais viabilidade por não haver mais a possibilidade de acoplar à terra dos vizinhos no projeto para aprovar compra de colheitadeira a qual foi um dos principais responsáveis do aumento da produtividade e qualidade de vida com a garantia

da colheita na região possibilitando plantar e colher na época certa. Antigamente se colhia à mão, agora com a mão de obra muito cara a aquisição de máquinas é primordial para que o agricultor possa aumentar a produtividade e a qualidade de vida. (adr104).

A quarta fala, embora aparentemente controversa¹⁰⁸, deixa subentendida a necessidade de aumentar o valor do crédito para se adequar ao custo atual de produção que na opinião do entrevistado está abaixo do necessário para custear algumas safras. O Agente da um exemplo fictício e observa que os valores não devem ser levados em consideração:

O Programa poderia adequar o custo de produção dos insumos (que aumentam acima da margem de aumento do crédito) ao valor liberado em todas as culturas. Por exemplo, em alguns casos liberam R\$ 8 mil para uma lavoura que tem um custo de produção de R\$ 15 mil. Isso é um fator limitante, pois para um custeio de 2,5 ha libera R\$ 22.500,00 sendo que o custo por ha chega a R\$ 14.000,00 ou R\$ 15.000,00. (adr105).

A quinta fala, foi na direção das duas primeiras se referindo à preocupação em relação ao incentivo que houve para endividamento dos agricultores. O participante exemplifica dizendo que o agricultor vende seu trator antigo por um valor muito baixo à revendedora, gasta o dinheiro e, posteriormente, compra um trator novo, o que aumenta seu endividamento:

PRONAF Investimento: há preocupação com o endividamento dos agricultores. Houve muito incentivo por parte das empresas fabricantes de máquinas, equipamentos e tratores, bem como por parte dos bancos oficiais e das próprias financeiras das empresas. Por exemplo, um agricultor possuía um trator com capacidade de

¹⁰⁸ Aparentemente controversa pelo fato de que o comentário do agente sugere que o financiamento pelo crédito do Programa não está acompanhando a demanda necessária para custear as despesas. Com isso, por um lado o agricultor pode estar custeando com recursos próprios ou financiando por outros meios com taxas mais altas contribuindo para um maior endividamento.

utilização por mais alguns anos. No entanto, o vendedor da empresa de tratores comprava o trator usado com valor abaixo do mercado, e o agricultor gastava o dinheiro e investia e financiava 100% do trator novo, aumentando assim o endividamento. (adr106).

A sexta fala foi pelo caminho da sugestão de como o agricultor poderia ser acompanhado para fazer as melhores escolhas e saber em que investir a partir de crédito educativo e o CMDR, o que também denota uma preocupação com o agricultor em relação aos seus gastos na atividade.

O CMDR deveria fazer maior acompanhamento do PRONAF para melhor enquadramento do agricultor e saber onde investir. Falta maior sensibilidade por parte do governo para que o agricultor possa fazer as melhores escolhas, como por exemplo, acontecia com o antigo crédito educativo. (Adr107).

A última fala foi na direção sugestiva também, porém com um foco bem definido. O agente percebe que o maior endividamento dos agricultores é influenciado pelo fato de que os limites para a compra de máquinas, implementos e equipamentos usados são inferiores ao mínimo necessário para se comprar máquinas usadas de boa qualidade. A saída, então, é utilizar o limite para compra de máquinas novas que é maior, porém possibilita adquirir os investimentos necessários.

Deveria aumentar o valor para financiamento de máquinas e equipamentos usados que atualmente é de R\$ 50 mil por DAP na safra, pois com isso o produtor diminuiria seu endividamento, pois teria limite para comprar tratores usados intermediários de 75CV. Por exemplo, para um Agrale de 75CV modelo ano 2005 revisado, seminovo com o custo de R\$60 mil, o produtor não tem limite, sendo que para o novo, com limite maior pelo PRONAF, ele consegue pagar até R\$100 mil, o que acaba aumentando o endividamento dele. Inclusive, compraria mais implementos novos sendo que para os usados continua o mesmo limite. (adr108).

Levando em conta os comentários, percebe-se que o mesmo assunto foi abordando em duas percepções diferentes, porém inter-relacionadas. Em resumo, a primeira, segunda, quinta e sexta falas relatam diretamente a preocupação quanto ao endividamento dos agricultores sugerindo maior acompanhamento da gestão financeira que pode ser, entre outros, pelos conselhos municipais e assistência técnica para que assim não sofram interferência dos agentes fornecedores.

A segunda percepção nas terceira, quarta e sétima falas vai em direção a alguns aspectos pontuais em relação ao Programa que podem estar relacionados ao aumento do endividamento. Entre os aspectos estariam: a diminuição da possibilidade de comprar colheitadeira “acoplado à terra dos vizinhos”, falta de adequação dos valores dos financiamentos ao custo de produção das lavouras, e; falta de limite para compra de máquinas e tratores usados.

Quanto à interpretação proposta em relação ao neoinstitucionalismo, pode-se observar o institucionalismo histórico, que conforme Hall e Taylor (2003) considera as relações entre instituições e o comportamento individual através de duas perspectivas: calculadora e cultural. Assim, pode-se considerar que tanto os agricultores quanto os agentes ao longo dos últimos anos procuraram maximizar seus rendimentos e suas expectativas foram afetadas pelas instituições. Os agricultores financiando e os agentes apoiando, ofertando crédito e comercializando (revendedoras ofertando tratores, entre outros, instituições financeiras ofertando crédito, e demais instituições públicas, associações e cooperativas apoiando).

Da mesma forma o institucionalismo sociológico conjuga instituições e cultura e leva em conta como as instituições influenciam o comportamento do indivíduo. Para facilitar a compreensão, deve-se pensar a conjuntura favorável aos investimentos dos últimos 5 anos, levando em conta que o prazo de financiamento de tratores e implementos geralmente superam os 5 anos. Esse raciocínio sugere que as instituições incentivaram os financiamentos e muitos financiamentos foram realizados e ainda estão vincendos.

Quando se considera o ano de 2010 e os seguintes, observa-se que houve o incentivo das instituições governamentais com a baixa de impostos e taxas de juros. Assim, pode-se compreender que as expectativas daquele momento influenciaram a demanda por financiamentos. No entanto, o momento atual já não é o mesmo. Por um lado, fatores diretamente ligados ao crédito como o aumento da taxa de juros na última safra, motivados por uma conjuntura duvidosa em torno de uma crise econômica e política nacional. Por outro lado, aspectos

culturais regionais também podem afetar mais bruscamente a reversão dessa conjuntura como na região das falas analisadas onde se revelou uma cultura com menor propensão ao endividamento.

Cabe salientar que as duas percepções não são exclusivas do município destacado. Em menor frequência, outros municípios em outras mesorregiões da pesquisa também apresentaram relatos de preocupação com o endividamento dos agricultores. E, da mesma forma, a percepção sobre o maior acompanhamento quanto à gestão da propriedade do agricultor também foi indicada por outros agentes.

Em outros municípios também houve indicações das causas do endividamento a partir de relatos sobre: o alto custo das tecnologias e máquinas com rápida depreciação; custos com serviços bancários; aumento dos custos com insumos inflacionados e câmbio, venda de pacotes de sementes, fertilizantes e adubos acima da necessidade da safra por parte das cooperativas e agropecuárias. O adr142 indica que para inibir as vendas desses pacotes deveria haver a amarração da liberação do custeio do banco com a nota fiscal referenciada pela análise.

Além disso, outros comentários finais em relação ao PRONAF foram o do adr155 que mencionou que “a agricultura tem a maior fonte de emprego do país hoje, e isso graças ao PRONAF. O PRONAF é o grande motor de emprego do país.”. Além disso, destaque para o adr156 que comenta que o PRONAF resultou em grandes impactos positivos para o estado, no entanto sugere a reestruturação e profissionalização do crédito.

Em relação à reestruturação, o adr156 comenta sobre a “generosidade brasileira” em bancar programas governamentais. Para o agente o Programa é caro com custo médio em subsídios estimada em cerca de 17% para a sociedade. Menciona que 2/3 dos recursos se destinam a custeio que ficam um curto prazo com o agricultor gerando custos de subsídios. Assim, sugere que sejam feitos projetos de desenvolvimento da propriedade rural por prazos longos, com assistência técnica pública e privada compulsória e créditos novos na medida em que o capital da propriedade admita um nível de endividamento maior, aumentando a capacidade produtiva do agricultor.

Quanto à profissionalização do crédito, o argumento do adr156 gira em torno de que se a agricultura familiar é um bom negócio, emprestar para essa agricultura também deve ser. Com isso, o sistema de crédito rural público atual “prostitui” o crédito sobre as regras do mercado. Com isso, deve-se buscar no longo prazo que o Programa seja um instrumento libertador para que o agricultor familiar possa enfrentar

as regras de mercado se tornando autossuficiente ou, nas palavras do adrl56: “transformando ele de pires na mão para ter as rédeas na mão”.

5.4 ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DOS AGRICULTORES FAMILIARES SOBRE O PRONAF

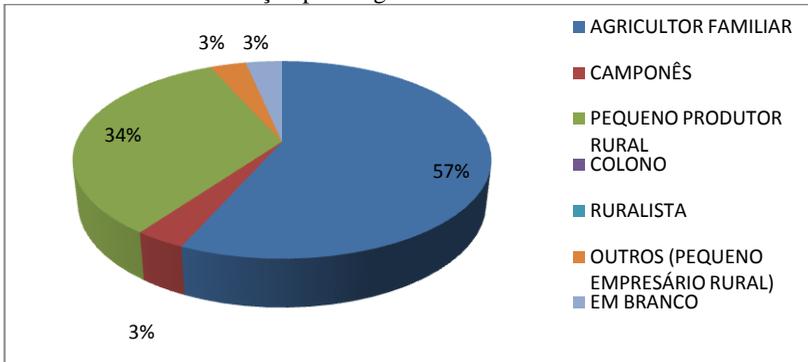
O questionário aplicado aos agricultores familiares foi dividido em cinco blocos: no primeiro bloco os dados do entrevistado e da família; no segundo bloco dados sobre a estrutura de produção; no terceiro bloco dados sobre as condições socioeconômicas; no quarto bloco informações relacionadas ao PRONAF, e; no quinto bloco as percepções sobre os principais impactos do PRONAF no âmbito local.

5.4.1 Caracterização Geral dos Entrevistados e Familiares

O primeiro bloco buscou identificar o agricultor e algumas características familiares. Primeiramente, identificou-se o entrevistado através do nome e município da residência transformando essa identificação em um código alfanumérico, assim como os agentes, chamando-os de *afcXXX*, o que significa as iniciais de agricultor familiar catarinense seguido de número de três dígitos.

Em seguida se investigou como o agricultor se denomina. Para a maioria dos entrevistados, cerca de 57%, se apresentam como agricultores familiares. A segunda denominação que 33% mencionaram foi pequeno produtor rural. Além dessas respostas houve um que se denomina *camponês* e outro que se denomina como pequeno empresário rural. Apenas um não respondeu deixando a alternativa em branco.

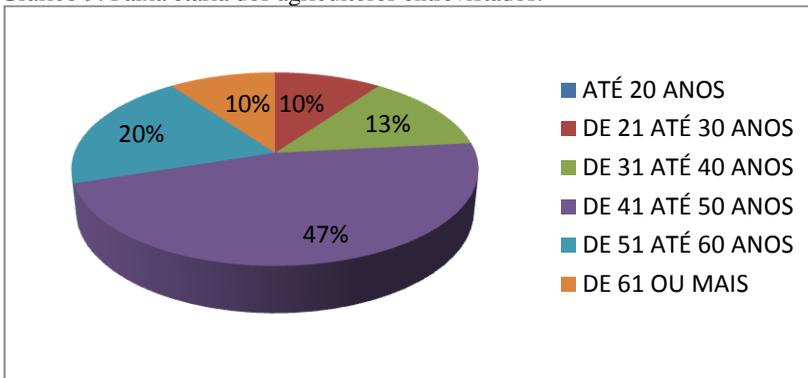
Gráfico 8: Autodenominação pelos agricultores entrevistados.



Fonte: Pesquisa de campo.

Quanto ao gênero dos agricultores, houve apenas uma mulher que respondeu ao questionário, o restante (29) foram homens. Em relação à idade, a maior concentração com 47% dos entrevistados, foi na faixa entre 41 e 50 anos. Em seguida, entre 51 e 60 anos estão 20%, seguidos da faixa entre 31 e 40 anos com 13%, e as faixas 21 a 30 anos e 61 ou mais anos com 10% cada.

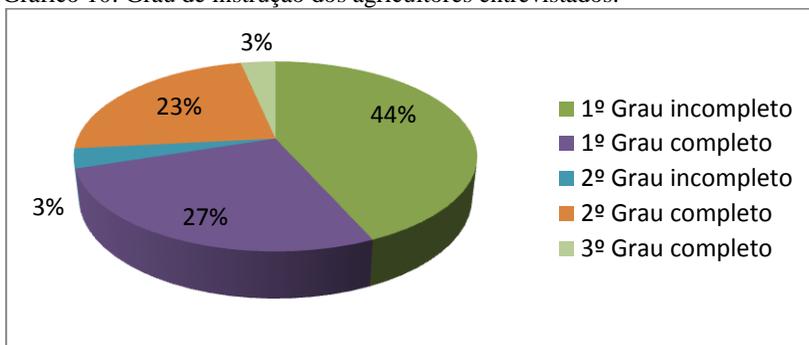
Gráfico 9: Faixa etária dos agricultores entrevistados.



Fonte: Pesquisa de campo.

Em relação ao grau de escolaridade, a maioria com 44% possui o primeiro grau incompleto. O primeiro grau completo correspondeu a 27%. Outros 23% possuem segundo grau completo, enquanto que outros dois possuem segundo grau incompleto e graduação completa.

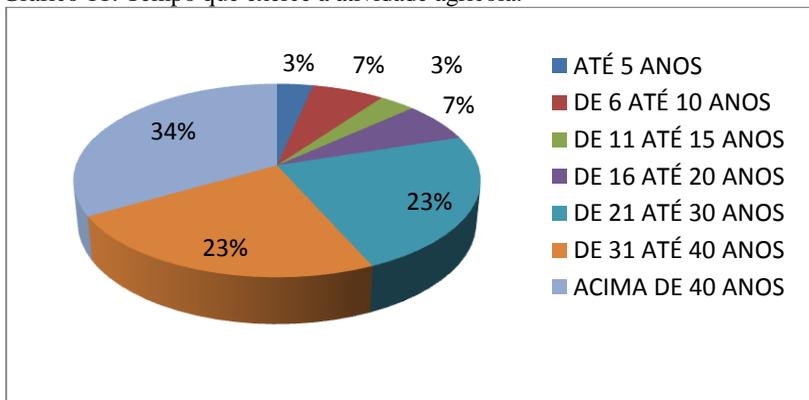
Gráfico 10: Grau de instrução dos agricultores entrevistados.



Fonte: Pesquisa de campo.

No que diz respeito ao tempo que exerce a atividade agrícola, cerca de 34% mencionaram acima de 40 anos. Entre 21 e 30 anos e entre 31 e 40 anos estão 23% cada. Entre as faixas 6 a 10 anos e 16 a 20 anos há mais 7% cada, restando às faixas entre 11 a 15 anos e a faixa de zero a 5 anos cerca de 3% cada um. Levando em conta que 80% possuem mais de 30 anos de idade e que 80% possuem mais de 20 anos exercendo a atividade, pode-se afirmar que a maioria começou a trabalhar bem jovem.

Gráfico 11: Tempo que exerce a atividade agrícola.



Fonte: Pesquisa de campo.

Quanto ao estado civil, 80% são casados, 14% são solteiros, 3% divorciado e 3% possui união estável. O número de pessoas que moram na propriedade, incluindo o agricultor, possui os seguintes resultados: cerca de 37% respondeu que moram 4 pessoas; cerca de 23% alegou que moram 2 pessoas; 20% respondeu que moram 3 pessoas; cerca de 17% indicou que moram 5 pessoas e; cerca de 3% relatou que moram 6 pessoas.

No tocante ao número de filhos, 40% dos agricultores alegaram possuir 2 filhos, cerca de 23% possuem 3 filhos, cerca de 14% possuem um único filho, cerca de 3% possui 4 filhos e outros 20% não possuem filhos. A idade dos filhos correspondeu a: 37% dos filhos possuem até 17 anos; 18% possuem entre 18 e 20 anos; outros 34% possuem de 21 a 30 anos; 9% de 31 a 40 anos, e; 2% entre 41 e 50 anos. Sobre o número de empregados permanentes e temporários, 73% não possuem empregados. E, dos 27% que possuem empregados, 7% são permanentes e os outros 20% são temporários.

Em seguida 70% responderam que nenhum membro foi para a cidade por dois motivos principais, por gostarem do campo e por morarem próximos da cidade. Em pouco mais de 13% houve um familiar que foi para a cidade e também quanto a dois familiares irem para a cidade houve mais de 13%. Por fim, houve um agricultor que contou que 3 familiares saíram do campo.

Entre os familiares que saíram do campo citados na pesquisa, mais de 50% são filhas mulheres que saíram para estudar, trabalhar ou porque casaram com homens da cidade. Quanto aos homens, são filhos e irmãos que na maioria das vezes saíram para estudar. Quanto ao retorno ao campo, somente 40% voltaram. Entre os motivos para a volta, o maior número de respostas foi em relação ao aumento da renda dos últimos anos, seguido da preferência pelo campo e em um caso pela perda do emprego na cidade.

5.4.2 Estrutura de Produção

O segundo bloco apresentou alguns dados sobre a estrutura de produção dos agricultores enfatizando a dimensão da propriedade, forma de utilização da terra e tipo de agricultura desenvolvida. Quanto à posse da terra, 60% responderam ter somente escritura; 17% responderam ter escritura e arrendamento da terra; 10% somente contrato de arrendamento; 10% somente contrato de assentamento e; 3% somente contrato de parceria.

Em relação ao tamanho da terra, 43% responderam possuir até 1 módulo fiscal; 37% responderam possuir entre 1 e 2 módulos fiscais; 13% responderam possuir entre 2 e 3 módulos fiscais e; 7% mencionaram possuir entre 3 e 4 módulos fiscais. No que se refere à utilização da terra em percentual, 48% da terra é utilizada para cultura temporária; 27% rebanhos e pastagens; 16% reserva legal; 7% cultura permanente e; 2% área de preservação permanente. Quanto ao tipo de agricultura, 83% correspondem à agricultura tradicional; 14% orgânica e; 3% com agricultura agroecológica.

Quanto ao tipo de máquinas e equipamentos utilizados, 90% dos agricultores relataram utilizar tratores; mais de 43% utilizam tanque resfriador de leite; 40% usam ordenhadeiras; 33% utilizam plantadeiras; quase 27% utilizam minitratores; 20% utilizam silos; 10% utilizam caminhões; menos de 7% possuem colheitadeiras e; outros 30% mencionaram utilizar outros itens não listados. Entre esses outros itens estão: Trator “chupa cabra” para arroz; ensiladeira; carreta basculante; pulverizador/autopropelido; arado de junta de boi; bomba de irrigação; ciladeira e; rotativo.

5.4.3 Condições Socioeconômicas

O terceiro bloco apresentou as condições socioeconômicas dos agricultores. No tocante à participação em associações, cooperativas, sindicatos entre outros, 83% responderam que participam de algum tipo de organização. Desses que participam, cerca de 36% são apenas os agricultores, em 32% participam todos os familiares, 16% somente agricultor e agricultora; 8% agricultor e o pai; 4% agricultor e filho e; 4% sem resposta.

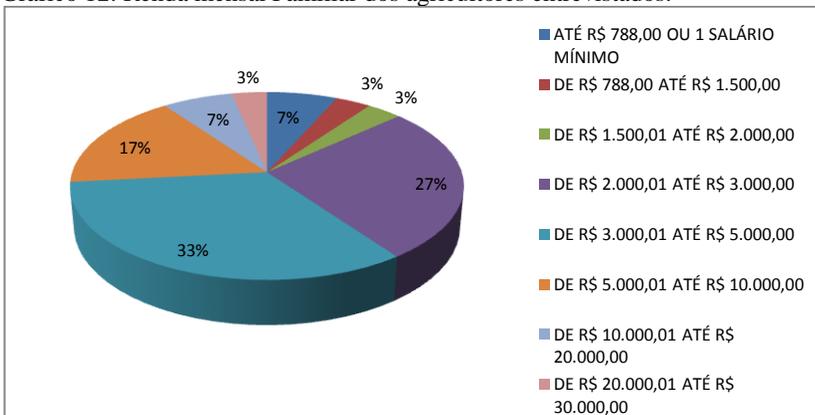
Posteriormente, todos os agricultores responderam possuir contas em bancos. Cerca de 40% possuem conta ativa entre 20 e 30 anos; 30% possuem entre 10 e 20 anos; 17% até 10 anos e; 13% entre 30 e 40 anos. Quanto à renda mensal individual advinda da agricultura, que corresponde a um salário individual mensal líquido que o agricultor auferir: 30% responderam obter entre R\$ 1500,01 e R\$ 2000,00; 23% entre R\$ 788,01 e R\$ 1500,00; 17% entre R\$ 2000,01 e R\$ 3000,00; 13% revelaram receber até R\$ 788,00 reais; 10% entre R\$ 3000,01 e R\$ 5000,00 e; 7% entre R\$ 5000,01 e R\$ 10000,00.

Em seguida, se questionou se os agricultores possuíam rendas obtidas de atividades não agrícolas. Com isso 80% dos agricultores salientaram não receber nenhum tipo de renda fora da agricultura

restando 20% que auferem outras rendas. Entre esses 20%, a metade possui renda de aposentadoria e o restante equivalente aos outros 10% possuem auxílio doença (3,33%), casa alugada (3,33%) e mercearia (3,33%).

Em relação à renda mensal familiar considerou-se a renda de todos que moram na casa ou propriedade. Para 33% dos agricultores a renda familiar mensal fica entre R\$ 3000,01 e R\$ 5000,00; para 27% dos agricultores gira em torno de R\$ 2000,01 e R\$ 3000,00; para 17% fica entre R\$ 5000,01 e R\$ 10000,00; 7% entre R\$ 10000,01 até R\$ 20000,00; 7% até R\$ 788,00; 3% entre R\$ 788,01 até R\$ 1500,00; 3% entre R\$ 1500,01 até R\$ 2000,00 e; 3% entre 20000,01 até 30000,00.

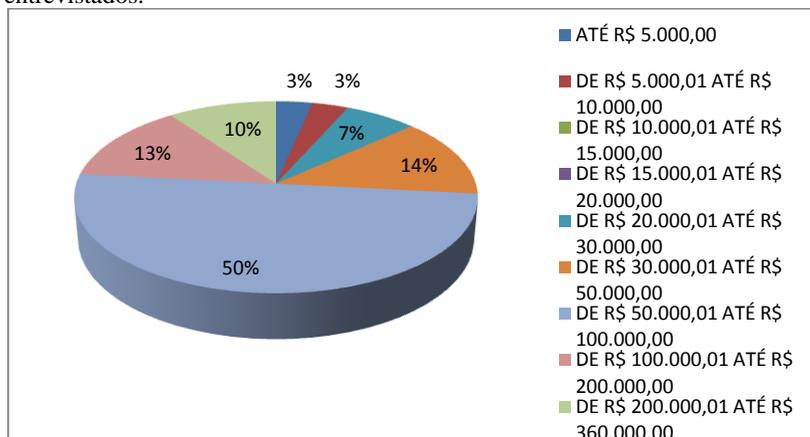
Gráfico 12: Renda mensal Familiar dos agricultores entrevistados.



Fonte: Pesquisa de campo.

Por fim, o terceiro bloco questionou sobre a renda bruta anual agropecuária. Para 50% dos agricultores a renda bruta anual fica entre R\$ 50.000,01 e R\$ 100.000,00; cerca de 13,5% entre R\$ 30.000,01 e R\$ 50.000,00; cerca de 13,5% entre R\$ 100.000,01 e R\$ 200.000,00; 10% entre R\$ 200.000,01 até R\$ 360.000,00; 7% entre R\$ 20.000,01 e R\$ 30.000,01; 3% entre R\$ 5000,01 até R\$ 10000,01 e; 3% até R\$ 5000,00.

Gráfico 13: Rendimento bruto anual agropecuário informado pelos agricultores entrevistados.



Fonte: Pesquisa de campo.

5.4.4 Informações Relativas à Utilização do PRONAF

O quarto bloco, procurou obter informações acerca da utilização do PRONAF. Quanto ao ano que o agricultor acessou o Programa pela primeira vez, cerca de 40% responderam ter acessado a mais de 15 anos. Outros 23% acessaram entre 10 e 15 anos, 23% entre 5 e 10 anos e 14% acessaram nos últimos 5 anos.

Em relação ao custeio: 77% acessaram 5 ou mais vezes o PRONAF; 10% acessaram 3 vezes; 7% acessou uma única vez; 3% acessaram 4 vezes e 3% nunca acessou o custeio do Programa. A principal produção dos agricultores entrevistados foi: 27% leite; 17% arroz; 14% soja; 10% milho; 10% cebola; 7% avicultura; 3% tomate; 3% cana; 3% repolho; 3% melancia e 3% mudas ornamentais.

No que diz respeito ao investimento: 44% acessaram 3 vezes; 23% uma única vez; 13,5% cinco vezes ou mais; 13,5% duas vezes; 3% quatro vezes e 3% nunca havia acessado as linhas de investimento. O principal investimento dos agricultores entrevistados foi: 34% trator; 23% melhorias, reformas e instalações; 7% vacas; 7% resfriador de leite; para o restante com cerca de 3% foi rotativa, implemento carreta do trator, gado, irrigação, ordenhadeira, estufa, trator chupa cabra, roçadeira.

Em seguida, procurou-se levantar se além do recurso financeiro os agricultores recebiam algum outro benefício: cerca de 46% dos agricultores receberam assistência técnica; 27% não recebeu nenhum benefício além do recurso financeiro; 22% receberam cursos e 5% receberam orientações financeiras. Na última pergunta do bloco de número 30, os agricultores responderam como financiam a produção quando não acessam o PRONAF e: 83% responderam que utilizam recursos próprios; 7% responderam que seria através de recursos próprios e cooperativa; 3% somente pela cooperativa; 3% somente por crédito pessoal e 3% crédito pessoal e cooperativa.

5.4.5 Percepção dos agricultores familiares sobre o PRONAF no âmbito local

- a) *Percepção dos agricultores familiares em relação ao grau de importância do PRONAF e também de outros fatores associados à atividade em relação aos impactos na produtividade das propriedades.*

Em relação ao grau de importância das alternativas em relação aos impactos na produtividade, o pesquisador apresentou 15 alternativas, 10 delas apresentaram mediana 4 correspondendo ao grau de impacto bastante. Uma alternativa 3,5 estando entre razoável e bastante. Uma alternativa 3 correspondendo a grau de impacto razoavelmente. Enquanto que duas alternativas apresentaram mediana 2 sendo percebida com pouco grau de impacto, e uma 1,5 estando entre nada e pouco grau de importância conforme se apresenta abaixo na tabela 29:

Tabela 28: Resultado sobre a percepção dos agricultores familiares a respeito do grau de importância das alternativas em relação aos impactos na produtividade dos empreendimentos ordenado por média ponderada e dividido em grupos a partir da mediana.

EM RELAÇÃO AOS IMPACTOS NA PRODUTIVIDADE DOS EMPREENDIMENTOS, QUAL O GRAU DE IMPORTÂNCIA DOS ITENS ABAIXO	MEDIANA	MÉDIA
1- ACESSO AO PRONAF INVESTIMENTO	4	3,97
2- ACESSO AO PRONAF CUSTEIO	4	3,77
3- PARCERIA DOS AGENTES LOCAIS COM OS AGRICULTORES FAMILIARES	4	3,77
4- ESTÍMULO PARA COMERCIALIZAÇÃO	4	3,70
5- PARCERIA ENTRE OS AGENTES LOCAIS	4	3,60

6- MAIOR ACESSO A TECNOLOGIAS E EQUIPAMENTOS VOLTADOS PARA AGRICULTURA FAMILIAR	4	3,57
7- MELHORAMENTO GENÉTICO	4	3,43
8- ASSISTÊNCIA TÉCNICA	4	3,43
9- MAIOR UTILIZAÇÃO DE FERTILIZANTES	4	3,33
10- MAIOR UTILIZAÇÃO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS	4	3,23
11- PARTICIPAÇÃO EM ALGUM TIPO DE ORGANIZAÇÃO (ASSOC. COOP. SIND.)	3,5	3,20
12- SEMENTES TRANSGÊNICAS	3	2,60
13- ACESSO A OUTRAS LINHAS DE CRÉDITO DO PRONAF	2	2,10
14- SEMENTES CRIOULAS/ ORGÂNICAS	2	2,03
15- ACESSO A OUTROS TIPOS DE EMPRÉSTIMO FORA DO PRONAF	1,5	2,00

Fonte: Pesquisa de campo.

As 10 alternativas do primeiro grupo com mediana 4, referente ao grau de importância bastante na produtividade dos empreendimentos são: 1- Acesso ao PRONAF Investimento; 2- Acesso ao PRONAF Custeio; 3- Parceria dos agentes locais com os agricultores familiares; 4- Estímulo para comercialização; 5- Parceria entre os agentes locais; 6- Maior acesso a tecnologias e equipamentos voltados para agricultura familiar; 7- Melhoramento genético; 8- Assistência técnica; 9- Maior utilização de fertilizantes; 10- Maior utilização de defensivos agrícolas.

O fator mais importante na percepção dos agricultores para o aumento da produtividade foi o PRONAF Investimento. Notou-se que além do número de entrevistados que responderam bastante, o número de respostas totalmente (4) superou a soma das respostas com nada, pouco e razoavelmente (3). As respostas podem ser consideradas em acordo com a grande maioria que retirou o crédito investimento do Programa e que conseguiu adquirir tratores (34%), melhorias e reformas (23%), entre outros equipamentos necessários para as atividades.

Alguns agricultores comentaram na questão final a respeito da importância do Programa. O afc219 comenta que o Programa é muito bom, principalmente quando é bem investido, e que foi graças ao PRONAF que conseguiu investir no trator e ordenhadeira. O afc225 salientou que “o acesso ao PRONAF mais alimentos foi muito importante para aumentar a produção e qualidade das pastagens contribuindo para o aumento da renda.” O afc202 comenta que “o PRONAF Mais Alimentos ajuda muito e gostaria que continuasse”. Além disso, outros agricultores enfatizam que:

O PRONAF foi o principal para melhorar os investimentos, renda e qualidade de vida. Todo investimento do leite foi feito a partir do PRONAF Mais Alimentos e PRONAF Mulher. Se não fosse o PRONAF não tinha as vacas, nem a irrigação, nem o tanque resfriador de leite e nem as melhorias na propriedade. (afc226).

Só elogios porque o PRONAF ajudou bastante com o juro baixo, se não fosse o programa o agricultor pagaria bem mais caro. E se não fosse o PRONAF, não teria condições de comprar máquinas. Quase todo agricultor tem um trator novo com o Mais Alimentos. Esse foi um plano muito bom. (afc229).

Em seguida, a alternativa PRONAF Custeio e a parceria dos agentes locais com os agricultores familiares, com mesma mediana e média ponderada, demonstram o elevado grau de importância que os agricultores familiares catarinenses percebem o financiamento e os agentes que dão suporte ao Programa e a atividade. Observa-se que a maioria dos agricultores entrevistados possui financiamento a mais de 10 anos e que financia a produção todos os anos.

Tanto no questionário dos agentes quanto no do agricultores familiares, pôde-se perceber a grande importância da parceria catarinense entre os agentes, e entre esses e os agricultores familiares. Um depoimento bem marcante de um agricultor a respeito da ajuda recebida dos agentes em relação ao início atividade chamou atenção pelo fato da troca da cidade pelo campo e o relacionamento observado com as entidades envolvidas:

Depois de largar a profissão de caminhoneiro, vender apartamento na cidade e comprar a terra, tive muito apoio da Prefeitura, Sindicato e um vizinho. Com esse apoio consegui financiar no Banco do Brasil de Caibi que tive um bom atendimento. As únicas reclamações são que falta um pouco de informação sobre outras linhas de crédito e mais atenção da Epagri. (afc223).

Em seguida, com mediana 4 correspondendo a bastante importância para a produtividade aparecem: 4- estímulo para comercialização; 5- parceria entre os agentes locais; 6- maior acesso a

tecnologias e equipamentos voltados para agricultura familiar; 7- melhoramento genético; 8- assistência técnica; 9- maior utilização de fertilizantes, e; 10 - maior utilização de defensivos agrícolas.

Em relação ao estímulo para comercializar, pode-se perceber que a grande maioria dos agricultores não possui problemas e perceberam como nada de dificuldade no questionário. Isso se deve, na percepção do pesquisador acerca da opinião dos entrevistados, pelo fato de que a maioria possui ligação com cooperativas ou empresas integradas como é evidenciado pelo comentário do afc203, ressaltando que “a cooperativa também ajudou bastante para comercializar”.

Ainda em relação ao estímulo para comercializar, dois comentários sobre “grande dificuldade com preços mínimos de comercialização” como o afc204 e a falta de incentivos a algumas culturas foram relatadas, sendo que a sugestão de um deles foi em relação a que uma cooperativa talvez resolvesse:

Deveria haver incentivos para novas produções como hortifruti, pois falta garantia de preço e comercialização. Talvez uma cooperativa no município ajudasse tanto na assistência técnica como no armazenamento e comercialização. (afc218).

Assim como no questionário dos agentes, pode-se novamente visualizar que as alternativas possuem complementaridade, pois com acesso ao crédito investimento se obtém maior acesso a máquinas e equipamentos voltados para a agricultura familiar, melhoramento genético e assistência técnica. O mesmo acontece com o crédito custeio que possibilita investir nos insumos como defensivos e fertilizantes.

Em seguida, num grupo intermediário com mediana 3,5 a alternativa sobre participação em algum tipo de organização é percebida como impacto entre razoável e intermediário na produtividade. Isso se deve ao fato que mais de 80% dos agricultores entrevistados possuem algum tipo de vínculo associativo. Algumas críticas em relação a sindicatos e cooperativas foram feitas, no entanto, ressaltam-se os comentários que indicaram participação importante no contexto municipal como um sindicato do oeste que possui trator e equipamentos que aluga para os associados a valor abaixo de mercado e as cooperativas que garantem a comercialização dos cooperados.

Quanto às sementes transgênicas, que vieram em seguida com mediana 3 relativo a impacto razoável na produtividade, pôde-se

observar que alguns agricultores destacaram um papel importante para o desenvolvimento da atividade. Com isso, levando em conta que cerca de 83% dos agricultores trabalham com agricultura tradicional, e que atualmente as sementes transgênicas dominam o mercado de culturas como milho e soja entre outras, destaca-se que a maioria dos entrevistados utilize essas sementes.

No próximo grupo, com grau de impacto 2, relativo a pouco impacto, vieram duas alternativas: acesso a outras linhas de crédito do PRONAF e; sementes crioulas e/ou orgânicas. Em relação a outras linhas de crédito do PRONAF menos tradicionais, observou-se que a maioria não as utiliza. Destacam-se dois comentários de agricultores sobre o assunto. Um que criticou a falta de informação sobre essas outras linhas do PRONAF e outro que comentou sobre a importância que o PRONAF Mulher teve para investir na atividade impactando na produtividade.

No que se refere à utilização de sementes orgânicas e crioulas, cerca de 14% dos agricultores responderam sobre a utilização de culturas orgânicas e apenas um entrevistado sobre utilizar a agroecologia. No entanto, o pesquisador percebeu diante de alguns agricultores um elemento de satisfação e orgulho quando diziam trabalhar com orgânicos e agroecologia. No mesmo sentido, outros que trabalham com agricultura tradicional, quando respondiam sobre defensivos químicos, acabavam se mostrando descontentes com tal utilização.

Dois comentários finais retratam melhor essas afirmativas. O afc204 comenta sobre a “falta de controle de defensivos, vai muito veneno e deveria ter mais condições para utilizar menos venenos, embora haja necessidade.” Enquanto que um agricultor, a respeito dos orgânicos sugere e comenta que:

Deveria haver maior incentivo dos orgânicos, pois com isso haveria produtos de maior qualidade e com menos venenos. Por exemplo, um tempo atrás compramos 3 batatas doces para a sogra e na primeira mordida sentimos o gosto do veneno, já no orgânico não tem veneno, garantindo melhores condições de saúde. (afc227).

Por fim, o acesso a outros tipos de empréstimos fora do PRONAF obteve mediana intermediária de 1,5 situando-se entre nada e pouco impacto na produtividade. Isso se deve ao fato de que o PRONAF

é o grande financiador da agricultura familiar e que os agricultores só recorrem a outros tipos de empréstimos em últimos casos. Ou seja, quando já tomaram os valores limites ou quando possuem algum tipo de problema específico que o impossibilitem de retirar crédito do Programa.

b) Percepção dos agricultores familiares sobre os efeitos do PRONAF na qualidade de vida e na dinâmica local dos municípios do estado.

Quanto à percepção dos agricultores sobre os efeitos do PRONAF na qualidade de vida e na região, o pesquisador apresentou 35 alternativas, 16 delas apresentaram mediana 4 correspondendo ao grau de impacto bastante. Duas ficaram num grau intermediário entre razoavelmente e bastante. Em 12 alternativas a mediana 3 correspondendo a grau de impacto razoavelmente. Uma no grau intermediário entre pouco e razoável. Duas alternativas apresentaram mediana 2 sendo percebidas com pouco impacto e outras duas com mediana 1 correspondendo à percepção de não ter havido impacto.

Tabela 29: Resultado sobre a percepção dos agricultores a respeito dos principais impactos do PRONAF na qualidade de vida dos e na região ordenado por média ponderada e dividido em grupos a partir da mediana.

PERCEPÇÃO SOBRE IMPACTOS DO PRONAF NA QUALIDADE DE VIDA DOS AGRICULTORES	MEDIANA	MÉDIA
1- AUMENTO NO ACESSO AO CRÉDITO	4	3,97
2- AUMENTO DA RENDA MENSAL	4	3,80
3- AUMENTO DA RENDA BRUTA ANUAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO	4	3,77
4- AUMENTO DA PRODUÇÃO	4	3,77
5- MELHORIAS NA QUALIDADE DOS PRODUTOS	4	3,77
6- PASSOU A TER MAIS FORNECEDORES NA REGIÃO	4	3,77
7- AUMENTO DA RENDA MENSAL FAMILIAR	4	3,73
8- INVESTIMENTO EM MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES	4	3,67
9- AUMENTO DA AUTONOMIA E EMPODERAMENTO DA MULHER	4	3,67
10- MAIS ACESSO À SAÚDE	4	3,57
11- MELHOROU A AUTOESTIMA	4	3,57
12- AUMENTO DA AUTONOMIA E EMPODERAMENTO DOS JOVENS	4	3,47
13- PASSOU A TER MAIS CLIENTES NA REGIÃO	4	3,43
14- MAIS ACESSO A CONSUMO MÓVEIS/ ELETROELETRÔNICOS	4	3,40
15- QUITARAM DÍVIDAS	4	3,40
16- MAIS ACESSO À EDUCAÇÃO	4	3,40
17- ACESSO A VEÍCULOS	3,5	3,27
18- MAIS ACESSO À LAZER	3,5	3,10

19- MAIOR PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	3	3,23
20- A COOPERAÇÃO DENTRO DA COMUNIDADE / COOPERATIVA /ASSOCIAÇÃO MELHOROU.	3	3,20
21- PASSOU A TER MAIS CONFIANÇA NAS ENTIDADES DA COMUNIDADE.	3	3,13
22- PASSOU A TER MAIS CONFIANÇA NOS MORADORES DA REGIÃO	3	3,10
23- MAIS ACESSO A CONSUMO SUPERMERCADO/ALIMENTOS	3	3,07
24- REFORMA DA CASA	3	3,07
25- MAIS ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA	3	2,90
26- MAIS ACESSO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA	3	2,87
27- MAIS ACESSO À ÁGUA	3	2,70
28- MAIS INFRAESTRUTURA (ESTRADAS, PONTES...)	3	2,67
29- ACESSO A NOVOS MERCADOS CONSUMIDORES	3	2,60
30- PASSOU A TER MAIS CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS LOCAIS.	3	2,57
31- ACESSO À CASA PRÓPRIA	2,5	2,47
32- AUMENTO DAS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO	2	2,60
33- MAIS ACESSO À SANEAMENTO	2	2,33
34- CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA	1	1,60
35- RETIRARAM O NOME DOS ORGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO	1	1,47

Fonte: Pesquisa de campo.

Os resultados quanto à percepção dos agricultores evidencia que os principais impactos que receberam grau de impacto 4 com maiores médias ponderadas, referente a bastante impacto, tem relação direta com a dimensão econômica e produtiva, e posteriormente encadeando-se pelas demais dimensões. Ou seja, observando as primeiras 8 alternativas têm-se: 1-aumento no acesso ao crédito; 2- aumento da renda mensal; 3- aumento da renda bruta anual dos agricultores familiares da região; 4- aumento da produção; 5- melhorias na qualidade dos produtos; 6- passou a ter mais fornecedores na região; 7- aumento da renda mensal familiar; 8- investimento em máquinas, equipamentos e instalações.

Em resumo, o PRONAF impactou bastante quanto ao acesso ao crédito, possibilitando aumentar a produção e melhorar a qualidade dos produtos através do investimento em máquinas, equipamentos e instalações. Com isso, houve o aumento das rendas mensais e anuais, e do número de fornecedores na região. O comentário de dois agricultores elucidou o assunto:

Antes do PRONAF tanto o crédito quanto a assistência técnica era inexistente. Na época só os grandes tinham acesso e quem mais necessitava não conseguia. Lembro que até para comprar um

tobatinha¹⁰⁹ tinha que penhorar os bens. Hoje os fornecedores vêm até em casa, às vezes tem necessidade de se esconder. (afc203).

Só elogios porque o PRONAF ajudou bastante com o juro baixo, se não fosse o programa o agricultor pagaria bem mais caro. E, se não fosse o PRONAF, não teria condições de comprar máquinas. Quase todo agricultor tem um trator novo com o Mais Alimentos. Esse foi um plano muito bom. (afc229).

O PRONAF foi o principal para melhorar os investimentos, renda e qualidade de vida. Todo investimento do leite foi feito a partir do PRONAF Mais Alimentos e PRONAF Mulher. Se não fosse o PRONAF não tinha as vaca, nem a irrigação, nem o tanque resfriador de leite e nem as melhorias na propriedade. (afc226).

Nas 8 alternativas posteriores dentro do grupo que obtiveram mediana 4, evidenciam-se alternativas vinculadas mais fortemente à dimensão social: 9- aumento da autonomia e empoderamento da mulher; 10- mais acesso à saúde; 11- melhorou a autoestima; 12- aumento da autonomia e empoderamento dos jovens; 13- passou a ter mais clientes na região; 14- mais acesso a consumo móveis/ eletroeletrônicos; 15- quitaram dívidas e; 16- mais acesso à educação.

É importante observar que o encadeamento econômico e produtivo é complementado por impactos sociais. Com isso, posteriormente os agricultores sentiram o encadeamento acerca do aumento da autonomia e empoderamento das mulheres e jovens. Além disso, o aumento da autoestima dos agricultores através do aumento do consumo de móveis e eletroeletrônicos, quitação de dívidas, passando a ter mais clientes e mais acesso à saúde e à educação são produtos desse encadeamento.

Em seguida, estão duas alternativas que formaram um grupo intermediário com mediana 3,5 com grau de impacto entre razoável e bastante. As alternativas são: 17- acesso a veículos e; 18- mais acesso a lazer. Em relação ao acesso a veículos, o pesquisador observou que alguns dos agricultores possuíam automóveis populares e utilitários. E isso é um ponto de aproximação com a cidade, pois morando a uns 15 a

¹⁰⁹ Mini trator tobata.

20 km da cidade possibilita o agricultor estar em poucos minutos no centro do município o que não acontecia há poucas décadas atrás.

Em relação ao acesso a lazer, levando em conta que 50% dos agricultores entrevistados consideraram com bastante o impacto, o pesquisador pode notar a relação direta com a utilização de máquinas e equipamentos que otimizaram o tempo de trabalho dos agricultores. Por exemplo, percebe-se que aqueles que trabalham com leite possuem mais tempo atualmente durante o dia para se dedicar ao lazer, no entanto, por se tratar de animais, não podem viajar sem deixar ninguém cuidando das ordenhas e trabalhos rotineiros da atividade. Já em relação àqueles que trabalham com plantações, possuem atividade constante em alguns meses do ano durante as safras, mas, ao mesmo tempo, em alguns meses do ano possuem tempo livre.

No terceiro grupo que recebeu grau de impacto razoável, as 12 alternativas com essa percepção foram: 19- maior preservação do meio ambiente; 20- a cooperação dentro da comunidade, cooperativa, associação melhorou; 21- passou a ter mais confiança nas entidades da comunidade; 22- passou a ter mais confiança nos moradores da região; 23- mais acesso a consumo supermercado e alimentos; 24- reforma da casa; 25- mais acesso à energia elétrica; 26- mais acesso à assistência técnica; 27- mais acesso à água; 28- mais infraestrutura (estradas, pontes...); 29- acesso a novos mercados consumidores, e; 30- passou a ter mais confiança nas instituições públicas locais.

Em relação a essas alternativas, pode-se observar o impacto razoável sobre alguns fatores ambientais, sociais e institucionais. Embora possua mediana razoável, a preservação do meio ambiente recebeu com maior número de respostas (cerca de 43%) a percepção bastante evidenciando que os agricultores entrevistados estão tendo maiores cuidados com o meio ambiente nos últimos anos. Também se observa que cooperação e confiança também são fatores que obtiveram um razoável impacto nos últimos anos.

Na alternativa sobre assistência técnica, 40% dos agricultores responderam que perceberam bastante impacto. No entanto, a assistência técnica pode ser dividida entre pública e privada. Em relação à assistência técnica pública houve críticas e elogios à Epagri relatando a parceria ou falta de parceria dependendo do município. Quanto à assistência privada, a maioria tem fácil acesso seja por empresas especializadas ou através de cooperativas ou empresas integradoras.

Quanto ao aumento razoável à água, luz, infraestrutura e reforma da casa, considerou-se o aumento da produção que alavancou a renda dos agricultores e a movimentação financeira dos municípios. Com isso,

tanto o município investiu em alguns locais quanto o agricultor pôde ter condições de fazer melhorias.

Em relação ao razoável aumento do consumo de alimentos comprados em supermercados, percebe-se que poucos agricultores possuem uma grande diversificação de alimentos plantados que permita colher seu sustento necessitando comprar produtos básicos como, por exemplo, o sal de cozinha. A maioria depende da compra de supermercados para complementar sua alimentação, pois se dedica quase que exclusivamente a determinada atividade a qual possibilita auferir rendimentos necessários para adquirir as demais necessidades e consumos.

Os demais grupos de alternativas que apareceram com grau de impacto abaixo de razoavelmente foram: 31- acesso à casa própria que obteve mediana 2,5 estando entre pouco e razoável; 32- aumento das condições de permanência do jovem no campo e 33- mais acesso à saneamento que obtiveram mediana 2 relativo a pouco impacto, e; 34- contratação de mão de obra e 35- retiraram o nome dos órgãos de restrição ao crédito.

O pesquisador observou que alguns agricultores adquiriram casas para si ou os filhos adquiriram casa própria nos últimos anos. Além disso, em relação ao saneamento, ainda não é uma realidade, salvo alguns que moram muito próximos ao meio urbano, ou que investiram em melhoramentos específicos ou foram alvos de programas específicos. Por exemplo, o *afc203* relata que “hoje tem posto de saúde na localidade e saneamento, e o PRONAF e o Programa Microbacias contribuíram para isso.”.

No que diz respeito à permanência do jovem no campo, a maioria, assim como a mediana percebe com pouco impacto. No entanto, o pesquisador percebeu que alguns agricultores creditam as melhores condições que os jovens encontram hoje na agricultura aos impactos do Programa.

Observa-se que um dos agricultores entrevistados respondeu como total o impacto sobre as melhores condições de permanência dos jovens no campo. Algumas famílias chamaram atenção do pesquisador onde os dois ou três filhos do agricultor permaneceram no campo. Os comentários de três agricultores ajudam a complementar que o PRONAF ajudou na permanência dos jovens através do acesso as novas tecnologias, tratores e implementos. No entanto, existe crítica em relação à falta de linha para o jovem adquirir terra. Além disso, um agricultor comenta acerca do preconceito ainda presente em algumas regiões que acaba discriminando o agricultor.

O PRONAF ajudou a permanência do jovem no campo através do acesso à tecnologias, otimização do trabalho através de tratores e implementos com mais tecnologias. (afc214).

O PRONAF é muito bom, mas precisaria de mais incentivo para compra de terreno rural que não há nenhuma linha hoje disponível para o agricultor jovem ficar na zona rural. Não tem terra para o jovem ficar, principalmente porque a terra dos pais são pequenas e inviabiliza a divisão entre a família. Tem alguns que possuem um pequeno terreno e por haver isso inviabiliza a compra. Deveria haver um mínimo de terra que desse condição para adquirir mais terras. (afc215).

Ainda há muito preconceito em cima do nome agricultor ou produtor rural, pois acabam atendendo como se fosse caipira, o que acaba discriminando. Deveria melhorar o acesso à internet, pois hoje o jovem necessita desse acesso para permanecer no campo. O financiamento do PRONAF é o responsável pela qualidade de vida, produtividade e sucessão, só deveria baixar a taxa de juros para incentivar ainda mais. (afc218).

Por fim, no último grupo com grau de impacto 1, que os agricultores perceberam como nada de impacto estão: contratação de mão de obra, e; quanto a retirar o nome dos órgãos de restrição ao crédito. Evidenciou-se que a grande maioria referente a 80% dos agricultores entrevistados nunca tiveram seus nomes nesses órgãos de restrição ao crédito. No entanto duas observações podem ser feitas. A primeira referente alguns poucos agricultores que salientaram a contribuição positiva do que o programa proporcionou para retirar o nome dos órgãos de restrição ao crédito. A segunda referente ao agricultor que teve impacto inverso, ou seja, por ser avalista de outro agricultor foi incluído no Serasa.

Quanto ao impacto na contratação de mão de obra, os agricultores percebem que não teve nada de impacto, pois se trata de uma dificuldade tanto de encontrar trabalhadores para a atividade, quanto para contratar pelo alto custo trabalhista. Além disso, há de se

considerar o impacto inverso em relação a investimento em tecnologia, máquinas e equipamentos. Ou seja, quanto mais se investe em tecnologias, máquinas e equipamentos, menor é a necessidade de mão de obra.

c) Outros efeitos considerados pelos agricultores familiares além do PRONAF

Nessa seção, o intuito foi captar a percepção dos agricultores quanto a outros impactos considerados para a melhoria da sua qualidade de vida. A primeira tabela abaixo retrata as respostas que cada uma das seis alternativas recebeu. Para esta pergunta houve apenas um agricultor que indicou novo fator que foi a produção orgânica com diversidade no autoconsumo. Observa-se que o entrevistado considerou com bastante impacto na sua qualidade de vida pelo fato de não utilizar defensivos químicos contribuindo para uma vida mais saudável.

Tabela 30: Tabela sobre as respostas do questionário dos agricultores sobre os principais dificultadores no acesso ao PRONAF.

OUTROS FATORES QUE CONSIDERA QUE IMPACTARAM NA QUALIDADE DE VIDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES	MEDIA NA	MÉDIA
1- CONJUNTURA ECONÔMICA (CUSTO DA PRODUÇÃO, CÂMBIO, CONTROLE DA INFLAÇÃO, PREÇOS)	4	3,70
2- AUMENTO DO NÚMERO DE FAMILIARES QUE COMEÇARAM A TRABALHAR NA AGRICULTURA	2	2,37
3- AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO	1,5	2,00
4- RENDAS OBTIDAS FORA DA AGRICULTURA	1	1,90
5- AUMENTO DA RENDA FAMILIAR COM FAMILIARES PASSANDO A TRABALHAR FORA DA AGRICULTURA	1	1,90
6- PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS (EXEMPLO: BOLSA FAMÍLIA...)	1	1,80

Fonte: Pesquisa de campo.

A alternativa que foi percebida como responsável por impactar bastante foi à conjuntura econômica. Deve-se ressaltar que o pesquisador no momento da explicação sobre a pergunta, assim como explicado aos agentes, relatou sobre considerar a percepção sobre os últimos anos após a implementação do PRONAF e não apenas o último ano de 2015. O objetivo foi não enviesar as respostas em face do momento econômico de 2015, e sim considerá-lo no conjunto dos últimos anos.

A partir da explicação sobre considerar o período, principalmente a partir do ano 2000, a conjuntura foi vista como positiva pela grande maioria dos agricultores que também consideraram a estabilidade na inflação, câmbio e custos de produção dos últimos anos como fundamental para a atividade agropecuária.

Em seguida, a alternativa relativa ao aumento do número de familiares que começaram a trabalhar na agricultura obteve mediana 2, referente a pouco impacto. Destaque para um terço dos agricultores que indicaram bastante impacto no sentido de haver algum membro da família que começou a trabalhar na atividade.

Com mediana intermediária de 1,5 o aumento do salário mínimo esteve entre nada e pouco impacto. Observa-se que o número de agricultores com 61 anos ou mais não ultrapassou 10% o que pode ter contribuído para o resultado. Por fim, as alternativas rendas obtidas fora da agricultura; aumento da renda familiar com familiares passando a trabalhar fora da agricultura, e; programas governamentais, apresentaram mediana igual a 1, sendo consideradas como nada de impacto.

A percepção dos agricultores quanto a familiares trabalhar fora da agricultura e também em relação ao agricultor também exercer atividade externa à agricultura evidenciou a baixa percepção sobre os impactos da pluriatividade entre os agricultores entrevistados. Em relação a programas governamentais, o pesquisador percebeu que em poucas ocasiões houve indicação a respeito. No entanto, cabe citar que embora não comentado na pergunta final, houve um entrevistado que comentou ter recebido bolsa família até pouco tempo atrás no valor aproximado de R\$ 50,00.

Além disso, outros três comentários citados na última pergunta em relação a outros programas foram acerca do SC Rural, Microbacias e PNCF¹¹⁰. O afc203 relata que o PRONAF e o Programa Microbacias contribuíram para haver posto de saúde e saneamento na localidade. Já o afc211 comenta que “o crédito fundiário ajudou a comprar a terra e o PRONAF a investir e produzir”. Além disso, o agricultor afc212 fala sobre o Programa SC Rural em parceria com o Banco do Brasil e a Epagri que ajudaram a incentivaram os sócios agricultores da cooperativa de leite.

¹¹⁰ Programa Nacional de Crédito Fundiário do MDA que oferece condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural por meio de um financiamento. Para mais informações acessar o site do MDA em <www.mda.gov.br>.

d) Principais dificuldades de acesso ao PRONAF segundo os ADRs

Nesta seção, houve apenas um agente que indicou novo fator que dificulta o acesso ao PRONAF pelos agricultores que foi a falta de garantia de preço como um fator de bastante dificuldade. Como nas seções anteriores, para a análise das alternativas estabelecidas no questionário, criou-se uma segunda tabela contendo dois critérios: a mediana e a média ponderada das respostas.

Tabela 31: Resultado sobre a percepção dos agricultores a respeito dos principais dificultadores no acesso ao PRONAF ordenado por média ponderada e dividido em grupos a partir da mediana.

DIFICULTADORES NO ACESSO AO PRONAF	MEDI ANA	MÉ DIA
TAXAS DE JUROS ELEVADAS	3,5	3,10
INSEGURANÇA QUANTO À PRODUÇÃO (QUEBRA DE SAFRA, EVENTOS NATURAIS, SINISTROS)	3,5	2,97
BUROCRACIA	3	2,93
DIFICULDADES DO AGRICULTOR EM ENTENDER E ATENDER A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL	3	2,73
MEDO DE ENDIVIDAMENTO	3	2,63
FALTA DE MÃO DE OBRA PARA TRABALHAR NA PROPRIEDADE/EMPREENHIMENTOS	2	2,60
EXIGÊNCIAS/FALTA DE GARANTIAS	2	2,53
FALTA/INSUFICIÊNCIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA	2	2,20
FALTA DE INFORMAÇÃO, DIFICULDADES DO AGRICULTOR ENTENDER AS REGRAS DO PROGRAMA	2	1,87
DIFICULDADES PARA COMERCIALIZAR A PRODUÇÃO	1	1,97
VALOR OFERTADO INSUFICIENTE	1	1,80
DOCUMENTAÇÃO COMPLETA DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO	1	1,70
PRAZO DE PAGAMENTO INSUFICIENTE	1	1,50

Fonte: Pesquisa de campo.

Nesta segunda tabela houve a divisão em 4 grupos. O primeiro grupo que apresentou mediana entre razoavelmente e bastante contém duas alternativas que na percepção dos agricultores atualmente são os principais entraves ao acesso ao PRONAF: taxa de juros e insegurança quanto à produção. Com média ponderada acima de 3, taxas de juros elevadas foram percebidas pelos agricultores como o principal dificultador em acessar o crédito.

É importante salientar que houve comentários e sugestões finais por parte de 30% dos agricultores entrevistados sobre a taxa de juros

demonstrando uma alta sensibilidade dos agricultores. A maioria deles foi pontual, dentre eles o afc207 sugere que o Programa deveria “baixar os juros e não diminuir os prazos”; o afc213 vai na mesma direção salientando que “os prazos poderiam permanecer por 10 anos no investimento e os juros não aumentar para incentivar o agricultor.”; afc216 e afc217 comentam que “o juro do PRONAF poderia ser mais baixo”; o afc219 sugere que “o juro deveria baixar para incentivar e viabilizar a produção”; enquanto que o afc230 comenta que “o juro se fosse mais baixo ajudaria mais ainda.”.

O entrevistado afc228 explica que “o PRONAF estava com um incentivo muito bom no juro até a safra 2014/2015.”. Enquanto um dos agricultores elogia o programa se referindo que:

Só elogios porque o PRONAF ajudou bastante com o juro baixo, se não fosse o programa o agricultor pagaria bem mais caro. E se não fosse o PRONAF, não teria condições de comprar máquinas. Quase todo agricultor tem um trator novo com o Mais Alimentos. Esse foi um plano muito bom. (afc229).

Em relação à insegurança quanto à produção um agricultor salientou que “Um dos grandes problemas é o tempo, este ano está difícil.” (afc208). E, além disso, o entrevistado afc217 menciona acerca da taxa de juros que poderia ser menor para compensar os custos de produção que se elevaram e que em anos de clima instável complica ainda mais:

A taxa para custeio deveria ser menor para investir na produção, pois os custos se elevaram. O adubo passou de R\$ 48,00 para R\$ 82,00 com o dólar aumentando. E em anos de clima complicado dificulta muito. (afc217).

Na mesma direção houve alguns comentários acerca do Proagro que consideraram que “O PRONAF está bom e é uma segurança ter o Proagro” (afc222). Além disso, o afc203 salienta que “o Proagro que se contrata junto com o PRONAF é muito importante quando se frustra a safra.”. No entanto, também houve crítica em relação ao Proagro de um agricultor que necessitou para cobrir prejuízos na lavoura de arroz irrigado em 2010 e não teve cobertura:

O Proagro poderia melhorar ou criar um seguro que arcasse com as intempéries do lado do produtor. O Proagro em 2010 demorou 2 anos para a resposta e quando veio o resultado foi indeferido, sendo que havia tido perda total. Apresentou-se nota e mesmo assim não cobriu e tive que cobrir os prejuízos e pagar a dívida antes de contrair novo financiamento. Houve inclusive decreto de emergência da prefeitura. O Proagro está em descrédito, não funciona em se tratando de arroz. (afc206).

As três alternativas no segundo grupo consideradas com dificuldades razoáveis foram: burocracia; dificuldade em entender e atender a legislação ambiental, e; medo de endividamento. Em relação à burocracia, o afc208 sugere que deveria haver “menos burocracia, diminuir a papelada, garantia, DAP e assinaturas.”. No mesmo sentido, o afc210 relata que deveria haver menos burocracia e exigências de garantias, para ele “o PRONAF é bom, mas é muita burocracia pra pouca coisa, pouco dinheiro. Poderia haver menos burocracia e menos exigências de garantias. Deveria ser mais fácil o acesso.”.

Um agricultor relata que além da burocracia, poderia diminuir as taxas de manutenção e melhorar os seguros:

As instituições financeiras poderiam ter menos exigências na hora de tomar crédito tanto na burocracia, quanto nas taxas de manutenção e seguros. O seguro poderia melhorar, beneficiando mais o produtor e não somente o crédito. A burocracia para o pequeno deveria ser menor e não apenas se diferenciando a taxa. (afc221).

O entrevistado afc228 também comenta na mesma direção quanto à diferenciação que deveria haver para valores pequenos sugerindo um crédito pré-aprovado. Para ele “poderia haver menos burocracia para agricultores conhecidos com tradição na agricultura e que pegam valores pequenos. Talvez um crédito pré-aprovado.”. Em seguida o afc213 sugere que “as instituições financeiras deveriam ter menos exigências no momento do financiamento e as garantias poderiam ser flexibilizadas para clientes com vários anos de conta ativa.”.

Na alternativa que menciona as dificuldades em entender e atender a legislação ambiental não houve comentários diretos na pergunta final. No entanto, o pesquisador percebeu que para alguns

agricultores não é mais uma dificuldade atualmente, enquanto que para cerca de um terço dos entrevistados ainda consideram o assunto com bastante dificuldade.

Em relação ao medo de endividamento, o afc214 adverte que por haver fácil acesso, o crédito deve ser dado na medida certa sem aumentar a inadimplência e o endividamento acima da necessidade do agricultor. Além disso, os dados revelam que o medo de endividamento por parte dos agricultores é maior que a percepção dos agentes sobre o assunto em relação a ser uma dificuldade no acesso. Com isso, os dados sugerem que a crítica dos agentes em relação à “ vaidade ” e “ status ” é também percebida por alguns agricultores. No entanto, quase dois terços dos agricultores responderam acerca de perceber o medo de endividamento entre razoável e bastante, denotando que o medo interfere nas decisões para tomar crédito.

No terceiro bloco aparecem as alternativas que na percepção dos agricultores dificultam pouco no acesso ao PRONAF. Entre as alternativas encontram-se: falta de mão de obra para trabalhar na propriedade/empreendimento; exigências/falta de garantias; falta/insuficiência de assistência técnica, e; falta de informação, dificuldades do agricultor entender as regras do programa.

Em relação à falta de mão de obra para trabalhar nas propriedades e empreendimentos, cabe salientar que, embora a mediana tenha sido 2 denotando pouca dificuldade e encontrando-se um pouco abaixo da percepção dos agentes de desenvolvimento rural, a tabela referente às respostas da percepção dos agricultores (40%) revela que assim como na tabela dos agentes (43%) a maior frequência das respostas considerou como bastante dificuldade a falta de mão de obra.

Um agricultor faz um comentário bem interessante relacionando falta de mão de obra com endividamento ao considerar que “ a grande dificuldade é com mão de obra que é muito cara, como os filhos não vão continuar, há bastante risco de se ficar doente e não conseguir pagar os financiamentos. ” afc212.

Quanto às exigências e falta de garantias, foram consideradas com pouca dificuldade para acessar o PRONAF. Em suma, três comentários finais sobre o assunto surgiram. O afc210 que sugere que para acessar o programa “ poderia haver menos burocracia e menos exigências de garantias ”. Já o afc213 sugere que “ as instituições financeiras deveriam ter menos exigências no momento do financiamento e as garantias poderiam ser flexibilizadas para clientes com vários anos de conta ativa ”. Em seguida, um agricultor elogia o

PRONAF e os agentes, mas critica a forma das garantias por ter tido experiência negativa como avalista:

O PRONAF é muito bom, mas as garantias poderiam melhorar. A Epagri, Sindicato, Cooperativa, Prefeitura e Banco ajudam bastante. Quanto às garantias, deveriam aceitar somente garantias reais da propriedade, sem avalista, pois já aconteceu de ser avalista e ir para o Serasa. (afc224).

Em relação à falta ou insuficiência de assistência técnica que também foi percebida com pouca dificuldade, houve comentários nas duas direções. Enquanto alguns elogiaram que: “antes do PRONAF tanto o crédito quanto a assistência técnica eram inexistentes” afc203; o afc209 “está contente com os agentes envolvidos no PRONAF que estão fazendo um bom trabalho. A assistência técnica, agentes bancários, o atendimento dos sindicatos, cooperativas estão satisfatórios.”; o afc224 relata que “a Epagri, sindicato, cooperativa, prefeitura e banco ajudam bastante.”; o afc225 comenta que “falta apoio do poder político local, mas as outras entidades como Epagri e Sindicato ajudam bastante.”; e o afc226 comenta que “a Epagri também incentiva bastante”.

Alguns agricultores comentaram em outra direção salientando que a “assistência técnica hoje é paga particular e seria bom que tivesse alguma instituição pública que desse assistência” afc205. Outros criticam relatando que: “deveria ter mais apoio, assistência técnica e incentivo da Prefeitura e da Epagri.” afc217; a Epagri, Secretaria da Agricultura e Cidasc poderiam ser mais ativos e ajudar mais os agricultores. A Epagri, por exemplo, faz mais relatórios para o estado do que dá assistência técnica.” afc228; “as únicas reclamações é que falta um pouco de informação sobre outras linhas de crédito e mais atenção da Epagri.” afc223.

A última alternativa do grupo que foi percebida com pouca dificuldade para acessar o programa foi a falta de informação e dificuldade em entender as regras do Programa. Poucos agricultores perceberam a falta de informação como uma dificuldade. O afc223 foi o único que comentou na última questão sobre que falta um pouco de informação sobre as outras linhas que não são tradicionais. No entanto, a maioria percebe que não há dificuldade, pois já estão acostumados a acessar o Programa há bastante tempo.

O último grupo que apresentou mediana 1 representando nada de dificuldade para acessar o PRONAF na percepção dos agricultores entrevistados foram as alternativas: dificuldades para comercializar a produção; valor ofertado insuficiente; documentação completa do imóvel/empreendimento; prazo de pagamento insuficiente.

Quanto às dificuldades para comercializar a produção, as observações dos agricultores foram que: “a cooperativa também ajudou bastante para comercializar.” afc203; “grande dificuldade com preços mínimos de comercialização.” afc204; “o PRONAF poderia financiar alguma linha de armazenamento”. afc207, e:

Deveria haver incentivos para novas produções como hortifruti, pois falta garantia de preço e comercialização. Talvez uma cooperativa no município ajudasse tanto na assistência técnica como no armazenamento e comercialização.” (afc218).

Em relação ao valor ofertado insuficiente, o entrevistado afc227 foi o único que comentou que o valor liberado nem sempre alcança a necessidade do momento. A grande maioria não teve comentário formal ao fim do questionário, no entanto, o pesquisador percebeu que não se trata de um entrave na percepção dos entrevistados.

Quanto à documentação completa do imóvel, embora não tenha havido comentários finais, o pesquisador teve contato com agricultores assentados que demonstraram ter dificuldade apenas para regularizar a terra. Quanto ao PRONAF, não tiveram problemas no acesso ao Programa.

A alternativa que apresentou menor média ponderada com mediana significando nada de dificuldade, assim como no questionário dos agentes foi em relação ao prazo de pagamento. As únicas indicações a respeito do assunto sugeriram que os responsáveis não mexam no prazo. Assim, evidencia-se que existe um consenso em relação à boa adequação do prazo do PRONAF.

e) Comentários gerais dos agricultores familiares sobre o PRONAF e atores envolvidos no desenvolvimento rural

Nessa seção, o questionário buscou captar a opinião, elogios, críticas, sugestões de melhorias e comentários em geral sobre o

PRONAF e sobre os atores envolvidos no desenvolvimento rural. Foi uma questão que o agricultor pôde expor sua percepção geral sobre o PRONAF e sobre determinados assuntos correlatos à agricultura familiar.

As respostas dessa pergunta serviram diretamente como complemento dos resultados encontrados nas seções anteriores. Com isso, a fim de não repetir, novamente alguns depoimentos já relatados, apresentam-se aqueles que ainda não foram citados anteriormente. Nos comentários finais percebeu-se a importância que os agricultores demonstram em relação aos agentes de desenvolvimento rural. Alguns agricultores puderam inclusive diferenciar os agentes elogiando a ajuda de uns e criticando a falta de ajuda de outros. Por exemplo, o afc226 relatou que “o Banco do Brasil ajuda muito, principalmente o gerente responsável pelo PRONAF. A Epagri também incentiva bastante. O Sindicato poderia ser mais atuante e incentivar mais o agricultor.”.

O afc228 comenta que os agentes “deveriam inibir o crédito para quem não é agricultor.”. O afc202 sugere que deveria “melhorar e facilitar o acesso ao banco com mais opções de atendimento”. Já o entrevistado afc225 relata que: “falta apoio do poder político local, mas as outras entidades como Epagri e sindicato ajudam bastante”. Em relação ao poder político e público, alguns agricultores comentam que: “o PRONAF ajudou muito e o banco também, mas a prefeitura poderia ajudar mais. Os agricultores que tiram nota deveriam ter mais benefícios.” (afc230); “deveria haver mais investimentos nas estradas para acessar a propriedade a partir de ações da prefeitura”. (afc205), e:

Deveria haver maiores incentivos da prefeitura. Por exemplo, algumas prefeituras fazem a silagem a um preço subsidiado enquanto que aqui ainda não existem esses incentivos. (afc227).

Outros agricultores enfatizaram sobre os agentes que mais os beneficiaram. Comentários como: “a Epagri, sindicato, cooperativa, Prefeitura e Banco ajudam bastante.” (afc224), e; “o sindicato local ajuda bastante com máquinas e tratores o que ajuda bastante o município e a cooperativa ajuda a manter os preços mais equilibrados.”. (afc222).

Em resumo, percebe-se que os agricultores estão satisfeitos com os agentes embora que dependendo da região as entidades possam ser vistas com maiores ou menores vínculos. Observa-se que há tendência em maiores cobranças em relação ao poder público municipal. Enquanto

em alguns municípios os agricultores percebem os agentes mais ativos, em outros há críticas sobre a falta de incentivos.

5.5 BREVE SÍNTESE DO CAPÍTULO

Em relação ao perfil dos 56 agentes de desenvolvimento rural (ADRs) entrevistados que representam as instituições parceiras do PRONAF, quase 70% possuem perfil gerencial e 86% são do sexo masculino com 73% entre a faixa etária de 31 a 60 anos. Além disso, 62% possuem no mínimo graduação sendo que quase um terço possui pós-graduação. Quanto ao estado civil, 70% dos agentes são casados.

Quanto aos questionários aplicados aos 30 agricultores tomadores de PRONAF que responderam a 35 perguntas mistas através de 5 blocos emergiram as seguintes considerações. Identificou-se que 57% dos agricultores se nomeiam agricultores familiares, registre-se que em alguns municípios o termo pequeno produtor rural pode ser mais utilizado.

Quanto ao gênero dos entrevistados, houve apenas uma mulher que foi entrevistada entre os 30 agricultores. Em relação à idade dos entrevistados, 80% possuem idade entre 31 e 60 anos havendo maior concentração entre 41 e 50 anos. Cerca de 70% dos entrevistados possuem primeiro grau completo (23%) e incompleto (47%). O tempo na atividade revela que 80% dos entrevistados exercem há mais de 20 anos a profissão. Além disso, 80% são casados e 80% possuem de duas a quatro pessoas que moram na mesma casa contando com o entrevistado. Nas respostas, 77% dos agricultores possuem entre 1 e 3 filhos com destaque para os 40% que possuem 2 filhos. A idade até 30 anos concentra 89% dos filhos, com destaque para faixa etária abaixo dos 18 anos.

Em 73% das propriedades não existem empregados e aqueles que possuem cerca de 75% são empregados temporários que trabalham no máximo 90 dias por ano. Na maioria das propriedades (70%), nenhum familiar foi para cidade. Daqueles que foram para a cidade, em 40% dos casos acabaram voltando para o campo principalmente pelas melhores condições de renda dos últimos anos.

O segundo bloco, em relação à estrutura de produção, apresenta que cerca de 77% possuem escritura da terra. E, 80% das terras possuem

até dois módulos que representa no máximo 40 ha¹¹¹ e são utilizadas em aproximadamente 75% das vezes como pastagens para rebanhos e culturas temporárias através da agricultura tradicional. O trator é utilizado por 90% dos agricultores. Além disso, outras máquinas e equipamentos que merecem destaque são: tanque resfriador de leite, ordenhadeiras e plantadeiras.

O terceiro bloco caracterizou as condições socioeconômicas dos agricultores. Assim, 83% demonstraram possuir vínculos associativos. Todos são bancarizados, sendo que 70% possui conta entre 11 e 30 anos. A renda mensal individual líquida do agricultor varia de R\$ 788,00 até R\$ 3000,00 para cerca de 70% dos entrevistados. É importante revelar que 80% dos agricultores possuem rendimentos unicamente de atividades agrícolas e daqueles que recebem outros rendimentos, metade deriva de aposentadorias do INSS. Além disso, 60% da renda familiar mensal gira entre R\$ 2000,01 e R\$ 5000,00. A renda anual bruta para 77% dos agricultores está entre R\$ 30.000,01 e R\$ 200.000,00 com concentração de 50% entre aqueles que possuem RBA entre R\$ 50.000,01 e R\$ 100.000,00.

O quarto bloco apresentou informações sobre o PRONAF. Cerca de 63% dos agricultores entrevistados acessam o PRONAF a mais de 10 anos. Para 77% dos entrevistados o PRONAF Custeio foi utilizado 5 ou mais vezes com destaque para produção de leite, arroz irrigado, soja, milho e cebola. A maioria dos entrevistados utilizou o PRONAF Investimento em média três vezes destacando-se o investimento em tratores e melhorias das instalações. Além do recurso financeiro do PRONAF, quase 50% dos agricultores relataram ter recebido assistência técnica em algum momento. Quando não utilizado o Programa, os agricultores relataram que em 83% das vezes utilizam recursos próprios.

O quinto bloco apresentou as mesmas 5 perguntas finais que o segundo bloco dos agentes de desenvolvimento rural. Com isso, os comentários seguintes permitem realizar um paralelo entre as respostas dos dois fóruns levando em conta os aspectos cognitivos das ideias desses entrevistados. Assim, em relação aos impactos na produtividade houve 10 alternativas consideradas de bastante impacto tanto para os ADRs quanto para os AFCs. A diferença principal foi em relação a apenas uma alternativa. Enquanto que para os ADRs foi elencada a alternativa 10- Participação em algum tipo de organização, no

¹¹¹ Os municípios visitados na pesquisa de campo possuem módulos fiscais de no máximo 20 ha, no entanto, os módulos fiscais no Estado podem variar entre 7 até 24 módulos fiscais de acordo com site do INCRA.

questionário dos AFCs foi considerado 4- Estímulo para comercialização.

Levando em conta que no questionário dos AFCs a participação em algum tipo de organização obteve mediana 3,5 estando entre razoável e bastante e que 80% dos agricultores entrevistados possuem algum tipo de vínculo associativo, a diferença não chega a ser distante. No entanto, uma explicação para essa diferença pode estar ligada ao entendimento e aos interesses dos entrevistados. Por exemplo, alguns dos ADRs pertenciam a organizações sindicais e cooperativas, além disso, alguns entendem que como a cooperativa comercializa a produção, o próprio estímulo é participar da cooperativa. Da mesma forma, os AFCs sempre vão preferir que haja novos estímulos para incentivar a produtividade.

Em relação as semelhanças nas respostas, deve-se observar que os dois fóruns consideraram como os dois principais impactos na produtividade o 1 - Acesso ao PRONAF Investimento seguido do 2 – Acesso ao PRONAF Custeio, evidenciando um consenso sobre a importância do acesso ao crédito através do PRONAF para a produção agropecuária. É importante notar a conexão entre as alternativas e o Programa. O PRONAF Investimento promove o acesso às tecnologias, máquinas e equipamentos, tratores, implementos agrícolas, melhoramento genético e assistência técnica. O mesmo acontece com o crédito custeio, que possibilita investir nos insumos como sementes, defensivos e fertilizantes entre outros. Além disso, o Programa também promove parcerias e apoia organizações.

Quanto à percepção sobre os impactos na qualidade de vida dos agricultores e na dinâmica local, os ADRs consideraram 18 alternativas entre as 35 contidas no questionário como fatores de bastante impacto, enquanto que os AFCs consideraram 16 alternativas. Entre as alternativas que se diferenciam destaca-se que os ADRs mencionaram três alternativas, entre elas: 10 - Mais acesso ao consumo supermercados/alimentos; 13 – Reforma da casa e; 16 Acesso à casa própria. Enquanto que os AFCs consideraram uma alternativa diferente daquelas mencionadas pelos agentes, o 12 – Aumento da autonomia e empoderamento dos jovens.

São importantes essas diferenças de percepções, enquanto os ADRs percebem que houve bastante melhoria nas condições de moradia dos agricultores familiares e aumento do consumo de supermercados, os agricultores percebem que o jovem agricultor vem obtendo aumento da autonomia e empoderamento, o que é de extrema importância para a

permanência desse jovem no campo e a continuidade da agricultura familiar.

Como um todo, tanto os ADRs quanto os AFCs percebem que o PRONAF propiciou bastantes impactos positivos tanto na qualidade de vida dos agricultores quanto na dinâmica local. Evidenciou-se que os principais impactos percebidos com maiores médias ponderadas têm relação direta com a dimensão econômica e produtiva, e posteriormente encadeando-se pelas demais dimensões. Com isso, o PRONAF impactou bastante quanto ao acesso ao crédito, possibilitando aumentar a produção e melhorar a qualidade dos produtos através do investimento em máquinas, equipamentos e instalações. Assim, houve o aumento das rendas mensais e anuais, e do número de fornecedores na região.

Vale ressaltar que o encadeamento econômico e produtivo posteriormente é complementado por impactos sociais, ambientais e tributários. Com isso, houve aumento da autonomia e empoderamento das mulheres e jovens, elevação da autoestima dos agricultores através do aumento do consumo. Além de autonomia a nível de consumo material, saúde e educação, também se percebe a irradiação através de comércio e serviços locais que também são impactados diante da movimentação econômica local.

A alternativa contratação de mão de obra foi uma das que recebeu menor média. Evidenciou-se que na percepção de alguns entrevistados não foi o investimento em máquinas e equipamentos que diminuiu a contratação de mão de obra e sim os fatores de alto custo de manter funcionários em conjunto com a diminuição da oferta dessa mão de obra que incentivou investir em máquinas e equipamentos através da oportunidade do acesso ao crédito.

Em relação a outros fatores de impacto além do PRONAF, tanto os ADRs quanto os AFCs consideraram com bastante impacto a conjuntura econômica dos últimos anos tanto na qualidade de vida quanto no âmbito local. Assim, a grande maioria dos entrevistados considerou a estabilidade na inflação, câmbio e custos de produção dos últimos anos como tendo sido fundamental para melhoria da atividade agropecuária.

Da mesma forma, muitos se posicionaram sobre a crise atual mencionando que os efeitos negativos já estão começando a impactar, principalmente nos custos de produção e preços mínimos. Nessa alternativa, em relação a outros fatores, também se constatou que na percepção desses agentes há pouca influência das rendas obtidas fora da agricultura pelo agricultor familiar principal, denotando que os agricultores para esses ADRs são pouco pluriativos. No entanto, o

questionário dos AFCs mostrou que ao menos 30% dos entrevistados possuem influência de rendas externas como renda obtidas fora da atividade pelo agricultor principal ou algum outro familiar que mora na mesma casa ou até mesmo aposentadorias.

Quanto a dificuldades em acessar o PRONAF, chamou atenção que não houve mediana bastante como resultado dos questionários dos ADRs e nem dos AFCs. As maiores medianas foram no questionário dos AFCs com 3,5 em relação à taxa de juros e insegurança quanto à produção. Evidenciaram-se alguns comentários prós e contras pontuais sobre o Proagro relacionados à insegurança quanto à produção. No que diz respeito à taxa de juros, além da sensibilidade percebida com o aumento da última safra 2015/2016, também se observou os interesses dos agricultores numa perspectiva calculadora que procura maximizar seus rendimentos e benefícios.

Além dessas, destacam-se entre esses dificultadores as alternativas: dificuldade do agricultor entender e atender à legislação ambiental; dificuldade em conseguir mão de obra para trabalhar nos empreendimentos; exigências e falta de garantias; insegurança quanto à produção devido a eventos climáticos e; burocracia. Em relação a alternativas onde os próprios agentes indicaram como dificultadores e que não constavam na lista, chamou atenção às relacionadas ao custo de produção e ao preço mínimo de comercialização além da preocupação quanto ao grau de endividamento.

Os principais comentários na última questão aberta sobre o PRONAF e os atores envolvidos, trouxeram vários elogios ao Programa revelando a percepção de que houve melhorias na qualidade de vida dos agricultores e nas dinâmicas locais. Dentre os principais fatores destacam-se o aumento do acesso ao crédito, maior investimento, aumento da produtividade e consumo. As críticas, em geral, abordaram alguns assuntos principais: aumento da taxa de juros da última safra 2015/2016; aumento do custo de produção; falta de assistência técnica e extensão rural; deficiências em relação à DAP; falta de incentivo em relação às outras linhas não tradicionais do PRONAF; preocupação em relação ao endividamento e; burocracia.

Em relação aos atores, podem-se perceber algumas características localizadas. Por exemplo, enquanto que nos municípios do Oeste perceberam-se sindicatos mais pró-ativos em relação aos gargalos municipais como a água em Palmitos e o leite e o aluguel de trator em Caibi. Em outros municípios se mostraram com participação mais modesta. Da mesma forma, os comentários em relação às instituições financeiras, prefeituras municipais, instituições de assistência técnica e

extensão rural variaram em relação ao município. Observa-se que há tendência em maiores cobranças junto ao poder público municipal. Enquanto em alguns municípios os agricultores percebem os agentes mais ativos, em outros há críticas sobre a falta de incentivos.

Em relação aos três “is”, evidenciou-se a complementaridade entre os interesses, ideias, instituições nas dimensões estudadas. Foi evidenciada a perspectiva calculadora do institucionalismo histórico que em conjunto com a perspectiva utilitarista do institucionalismo racional se sobressaíram através de comentários em relação a expectativas sobre lucros e taxa de juros e assim a maximização dos rendimentos e benefícios.

Observou-se que há expectativas em relação às instituições acerca da implementação de melhorias para garantir maior lucratividade da atividade agrícola. Além disso, também foi explicitado em uma região através do institucionalismo sociológico como a cultura é impactada pelas instituições, através da mudança na conjuntura antes favorável ao financiamento e agora demonstrando aversão ao endividamento.

CAPÍTULO VI: CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação de mestrado procurou descrever e explorar os principais impactos do PRONAF no estado de Santa Catarina através das abordagens teórica e empírica. Inicialmente realizou-se uma revisão de literatura sobre a trajetória (criação, auge e crise) do SNCR abordando o referencial modernizante. Em seguida apresentaram-se alguns Programas criados anteriormente à institucionalização do PRONAF para, a partir disso, compreender o referencial produtivista e a participação dos fóruns: científico, político e da agricultura familiar na sua implantação.

Além disso, foram abordadas algumas das principais modificações operacionais e as principais discussões que o programa vem apresentando desde sua criação até a atualidade, tendo por base as principais leis, decretos, pesquisas, estudos e resultados. Para responder à pergunta de pesquisa sobre quais os impactos do PRONAF sobre indicadores da produção agropecuária e socioeconômicos nos municípios selecionados, bem como sobre a qualidade de vida dos agricultores e a dinâmica local, foram realizados dois procedimentos distintos, mas que se complementam.

O primeiro procedimento envolveu um estudo sobre alguns indicadores de produção agropecuária e socioeconômicos dos 50 municípios catarinenses que mais obtiveram crédito do PRONAF entre as safras 2000/2001 e 2013/2014 constatando-se que esses 50 municípios respondem por números importantes em relação ao total do estado catarinense.

Em seguida, foi elaborado um questionário a partir de um quadro teórico que abarcou os três principais eixos conceito em conjunto com as dimensões pesquisadas. A partir do questionário, abordaram-se os principais avanços e entraves do Programa bem como a percepção dos atores sobre os principais impactos na qualidade de vida dos agricultores familiares catarinenses e na dinâmica local de 10 municípios dentre os 50 selecionados.

Para responder à pergunta de pesquisa partiu-se da hipótese de que o PRONAF causa, simultaneamente, impactos positivos tanto na produção agropecuária local e no comportamento de indicadores socioeconômicos, quanto na qualidade de vida dos agricultores familiares. As respostas dos questionários acerca das percepções dos agricultores familiares catarinenses e agentes de desenvolvimento rural,

em conjunto com alguns dos resultados sobre os indicadores demonstram que a hipótese foi corroborada.

A respeito dos indicadores, embora a maioria deles tenham apresentado correlações fracas, todos foram positivos com destaque para produção de milho; transferências correntes; quantidade produzida de feijão; e emprego na agropecuária que obtiveram correlações fortes. Além disso, as variações entre 2000 e 2010 das participações dos 50 municípios em relação ao estado, evidenciam que diversos desses indicadores dos municípios estudados obtiveram impactos acima da média obtida pelo estado.

Os resultados da pesquisa evidenciam que o PRONAF está gerando diversos impactos nas dimensões estudadas em Santa Catarina. Além de algumas evidências quanto à análise de indicadores, percebeu-se que os dados obtidos através dos questionários demonstraram por meio das ideias, interesses e das instituições que o PRONAF gera um impacto em cadeia. Para a maioria dos entrevistados (agentes e agricultores) o Programa é indissociável da consolidação da agricultura familiar atual e não imaginam um futuro próximo sem a continuidade do PRONAF.

Percebe-se que o Programa já está arraigado no cotidiano dos agricultores, principalmente se se leva em conta que quase 80% dos entrevistados utilizou o crédito de custeio cinco ou mais vezes sendo que alguns o utilizam anualmente. Foi importante notar a gratidão que alguns dos agricultores entrevistados demonstram em relação ao Programa, principalmente quando, orgulhosos, mostravam seus investimentos: “Tá vendo aquela plantação...Tá vendo aquele galpão...Tá vendo aquela ordenhadeira...Tá vendo aquele trator...”.

Na vida dos agricultores houve um encadeamento de impactos através do acesso ao crédito do PRONAF. Além da necessidade de crédito de custeio e investimento atendida, o agricultor também conquistou garantias de preço e de seguro. Em relação ao sucesso em termos de produtividade destacada pelos entrevistados, pôde-se constatar a eficiência do Programa. Como um todo se percebeu que os agricultores familiares catarinenses entrevistados estão muito bem estruturados economicamente, principalmente a partir dos últimos 10 anos.

Entre os agricultores entrevistados, mais de 60% possuem escritura da terra, 90% possuem tratores, a renda bruta anual de 50% dos agricultores entrevistados está entre R\$ 50 mil e R\$ 100 mil. O PRONAF teve bastante impacto no acesso ao crédito, possibilitando

aumentar a produção e melhorar a qualidade dos produtos através do custeio e investimento em máquinas, equipamentos e instalações.

É importante observar que o encadeamento econômico e produtivo é complementado por impactos sociais. Com o aumento da produtividade e qualidade da produção, crescimento do número de clientes e elevação da renda, os agricultores aumentaram o consumo de veículos, móveis e eletroeletrônicos, quitaram dívidas, passaram a ter mais acesso à saúde e à educação. Essas mudanças proporcionaram uma melhoria considerável na qualidade de vida rural, os agricultores familiares, incluídos mulheres e jovens, elevaram a autoestima, autonomia e empoderamento.

Em relação ao crédito se evidenciaram críticas sobre a necessidade de melhorias em relação à parte burocrática, principalmente em relação ao prazo do processo, quando se trata de projetos de investimento que muitas vezes necessitam de meses para finalizar todo trâmite. Em complemento, também foi levantada a falta de incentivo tanto político quanto em relação às dificuldades dos agentes de instituições financeiras operarem linhas de crédito de investimento específicas do PRONAF como, por exemplo: PRONAF Jovem, PRONAF Mulher e PRONAF Agroecologia.

Também em relação ao crédito evidenciou-se explicitamente um exemplo que o institucionalismo histórico considera as relações entre instituições e o comportamento individual através da perspectiva calculadora em relação à taxa de juros. Embora a taxa de juros do programa tenha permanecido baixíssima nas últimas safras, e ainda permaneça bem abaixo das taxas de mercado, tendo sido percebida pelos agentes como pouca dificuldade para obtenção do crédito, o seu aumento na última safra 2015/2016 afetou as expectativas dos agricultores que demonstraram alta sensibilidade ao seu aumento.

Uma das principais dificuldades da agricultura familiar se dá em relação à mão de obra. A esse respeito, verificou-se a escassez de mão de obra e o alto custo em manter esses trabalhadores atualmente. Assim, esses entraves também evidenciaram um estímulo à modernização das atividades agropecuárias alinhado com a facilidade em adquirir máquinas e equipamentos através de linhas de investimento, principalmente a linha Mais Alimentos.

No entanto, com a melhoria das condições, principalmente em relação à renda dos últimos anos, há uma tendência de os jovens permanecerem no campo, o que fortalece a mão de obra familiar. É importante notar que esses jovens atuais fazem parte de uma geração que cresceram em meio ao Programa. A tendência de permanência

desses jovens é muito importante para a garantia da produção futura de alimentos básicos da mesa dos brasileiros, por isso, ainda há necessidade de políticas públicas de incentivos para os jovens no campo principalmente em relação à obtenção de terras, apoio à produção e alternativas de lazer.

A maioria dos filhos que permanecem no campo são jovens do sexo masculino com não mais que 30 anos, enquanto que a maioria que saíram possuem acima dessa faixa etária, e na maioria mulheres. A pesquisa mostrou que daqueles que saíram da agricultura, alguns não perderam totalmente o vínculo, sendo que muitas vezes as profissões são aderentes como agronomia e veterinária.

A obtenção de terras é essencial para o jovem, pois daria independência dos pais que, muitas vezes, não possibilitam a divisão de terras antes da aposentadoria, principalmente em casos em que a terra é pequena e há mais irmãos para dividir. A aquisição de terras próximas a dos pais seria o ideal para aproveitar a infraestrutura deles, no entanto, nem sempre é possível, o que se faz necessário políticas como o PRONAF que possibilitam o investimento em máquinas, equipamentos e infraestrutura necessária para a produção.

Em relação ao apoio à produção, o ideal seriam projetos de médio prazo envolvendo crédito, educação financeira e gerencial, assistência técnica e extensão rural periódica até que o jovem agricultor possua a experiência necessária para gerenciar de forma autônoma sua propriedade. Observa-se que a extensão rural se faz necessária não apenas aos jovens, a pesquisa evidenciou o extensionismo rural como um dos mais importantes fatores para o sucesso do agricultor.

Por fim, não basta somente produtividade e renda, também há necessidade de alternativas de lazer que garantam ao jovem uma boa qualidade de vida sem se sentir excluído dos benefícios que a cidade oferece como acesso à informação, educação, internet, transporte e deslocamento.

Em relação à mulher, houve baixa participação como entrevistadas, mas registra-se sua presença ao lado do marido ou em atividades domésticas quando da entrevista aos agricultores na maioria das vezes. É consenso cultural numa grande quantidade de famílias que a mulher fique mais direcionada a funções domésticas e geralmente complementares a do agricultor quando ligada à atividade agropecuária.

Embora evidenciada a percepção tanto entre os agricultores quanto pelos agentes que a mulher agricultora está bastante autônoma e empoderada atualmente, também há de se registrar a necessidade de incentiva-la a auferir maior protagonismo seja na atividade agropecuária

seja para atividades correlatas como, por exemplo, pequenas agroindústrias.

Em relação aos impactos na dimensão ambiental, percebeu-se que a maioria dos agricultores possui consciência a respeito da utilização de defensivos químicos. Foi perceptível a insatisfação daqueles que utilizam grandes quantidades de defensivos nos sistemas tradicionais e o orgulho por parte daqueles que possuem sistemas de produção orgânica ou agroecológica. Em alguns casos, os agricultores possuem algumas plantações com sementes crioulas para consumo próprio enquanto vendem as transgênicas com utilização intensiva de defensivos químicos.

Quanto à legislação ambiental percebe-se que em alguns casos há certa dificuldade em atendê-la, e essa dificuldade ainda é motivada pela própria resistência que o assunto gera entre agricultores e agentes de desenvolvimento rural. No entanto, também foi perceptível que em outros casos a possibilidade de auferir o crédito do PRONAF motivou os agricultores a se adequarem à legislação. Além disso, também se pôde perceber um antagonismo, enquanto que em alguns casos o PRONAF financiou a correção do solo e a preservação de áreas de reserva. Em outros promoveu o desmatamento de áreas destinadas a novas lavouras com utilização de transgênicos e defensivos.

Em relação à inadimplência, constatou-se que o agricultor catarinense é considerado historicamente e culturalmente bom pagador. Em algumas regiões mais que outras do estado se percebeu uma grande preocupação em relação ao nível de endividamento dos agricultores. Além disso, também foi constatado que existe uma parceria entre as instituições e entre essas e os agricultores que permite que não haja encorajamento ao não pagamento.

O PRONAF se revelou uma unanimidade em relação à importância nas cinco mesorregiões estudadas, no entanto, constatou-se que cada uma possui cultura e características próprias sendo que alguns assuntos chamaram mais atenção pelo número de entrevistados que fizeram referência. Por exemplo, a cooperação, parceria e associativismo bem como o forte apoio dos sindicatos locais no Oeste catarinense. Já no Vale do Itajaí, a preocupação acentuada em relação ao endividamento e certa resistência em relação ao associativismo. No Norte, uma preocupação em relação à regularização de terras, no Sul, em relação aos altos custos de produção e, na Serra o sucesso de assentados.

Também se deve registrar a presença de outros Programas de apoio ao agricultor familiar catarinense tanto a nível nacional

(PROAGRO, PGPAF, PAA e PNAE), quanto em nível estadual (Microbacias 1, Microbacias 2, SC Rural e Programa Juro Zero). Todos esses programas foram citados como em conjunto com o PRONAF terem ajudado na melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares catarinenses.

Evidencia-se também a movimentação econômica que o PRONAF Mais Alimentos gerou nos últimos anos. Alguns empresários donos de revendas de máquinas e equipamentos chegaram a declarar que o Programa respondeu por mais de 90% das vendas dos últimos anos. Assim, além de aumentar a produtividade dos estabelecimentos gerando renda, consumo entre outros, também gera desenvolvimento local através da movimentação econômica nos municípios, principalmente quando se leva em conta que além do setor agropecuário, existem os setores ligados como agroindústrias, comércio e serviços agropecuários. Foi comum perceber entre os maiores comércios locais das cidades visitadas lojas agropecuárias, revendas de máquinas e implementos agrícolas e cooperativas agrícolas.

Em relação aos três “is”, evidenciou-se a complementaridade entre os interesses, ideias e instituições nas dimensões estudadas. No entanto, mesmo havendo articulação entre as perspectivas, alguns assuntos puderam ser observados e compreendidos dando ênfase a uma ou outra perspectiva conforme o assunto ou dimensão. Por exemplo, em relação aos assuntos em específico como taxa de juros, lucro e endividamento na dimensão produtiva e econômica foi possível observar tanto a perspectiva calculadora do institucionalismo histórico, quanto à utilitarista, do institucionalismo racional.

Quanto ao institucionalismo sociológico, por exemplo, evidenciou-se como a cultura é impactada pelas instituições, através da mudança na conjuntura antes favorável ao financiamento e, agora, demonstrando aversão ao endividamento. Também foi possível utilizar a análise cognitiva para interpretar as ideias presentes nas argumentações dos dois fóruns que, por vezes, se mostraram idênticas nas dimensões pesquisadas. O que ajuda exemplificar essa reflexão é o fato de que as repostas aos questionários ficaram muito próximas em relação a alguns assuntos.

No entanto, algumas relações acabam sendo mais explícitas e articuladas como é o caso do institucionalismo histórico e institucionalismo racional que acabam tendo maior aderência na dimensão econômica e produtiva, enquanto que a análise cognitiva, a partir do institucionalismo sociológico, apresentou maior aderência nas dimensões sociais e ambientais.

Com isso, dada à complexidade percebida na operacionalização do referencial teórico quanto a sua utilização em uma pesquisa a nível regional ou setorial de uma política pública de abrangência nacional, pôde-se inferir que há adequabilidade na utilização desse referencial para a interpretação dos impactos do PRONAF no estado e nos municípios selecionados de Santa Catarina.

Em relação às limitações da pesquisa, chamou atenção algumas adversidades externas que não estavam previstas como chuvas fortes, enchentes, greve de caminhoneiros, problemas de saúde, acidente a partir de queda do pesquisador que acabaram influenciando o tempo necessário para finalização da pesquisa. Dito isso, sugere-se que futuros pesquisadores possam pensar seus cronogramas de pesquisas contando com um tempo hábil que possa prevenir eventos surpresas.

Ao finalizar essa pesquisa exploratória, tendo uma melhor visão sobre a abrangência do tema, sugere-se que pesquisas futuras possam definir alguns dos assuntos abordados e investigados sobre o objeto de pesquisa, como por exemplo: pesquisas que avaliem os impactos de determinada linha do PRONAF; pesquisas que avaliem os impactos de determinados Programas auxiliares e complementares; gargalos a respeito do seguro da produção; preços mínimos e custo da produção; como fortalecer as linhas de crédito do PRONAF vinculadas à ATER; avaliações sobre efeitos do PRONAF Mais Alimentos no desenvolvimento local; impactos do PRONAF Jovem e Mulher na vida desses públicos; Efeitos do PRONAF na preservação do meio ambiente; e melhorias sobre a aquisição de terras para jovens.

Além disso, espera-se que essa dissertação possa clarificar alguns pontos específicos sobre os impactos atuais do PRONAF em municípios selecionados de Santa Catarina trazendo fragmentos que além de servir para futuras pesquisas, possam auxiliar os órgãos públicos dos três níveis de poder, instituições financeiras e demais instituições de desenvolvimento rural na melhoria do PRONAF e assim, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos municípios brasileiros.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 3. ed. São Paulo. 2007. 296 p.

AQUINO, Joacir Rufino de. Avanços e limites da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica *In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER)*, XLVII, 2009, Porto Alegre-RS. Anais... Porto Alegre-RS, 2009, p. 1 – 21.

AQUINO, Joacir Rufino de; LACERDA, Marta Aurélia Dantas de. Magnitude e condições de reprodução econômica dos agricultores familiares pobres no semiárido brasileiro: evidências a partir do Rio Grande do Norte. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 167-188, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 10 mar. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600009>.

BANCO CENTRAL DO BRASIL BACEN. *Manual do crédito rural (MCR)*. Disponível em <http://www.bcb.gov.br>

BIANCHINI, Valter. *O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e a sustentabilidade da agricultura no Vale do Ribeira – Paraná*. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE/UFPR). Curitiba (PR), 2010

_____. *Vinte anos do PRONAF, 1995 - 2015: avanços e desafios*. SAF/MDA. Brasília, 2015. 113 p

BITTENCOURT, Gilson A. *Abrindo a caixa-preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente (IE/UNICAMP). Campinas (SP), 2003.

BOURDIEU, Pierre. *Le bal des célibataires; crise de la société paysanne en Béarn*. Paris: Points, 2002.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – Secretaria da Agricultura Familiar – *Crédito rural. Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF)*. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>

_____. *Decreto nº. 74.794 de 30 de outubro de 1974*. Dispõe sobre a criação ao Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste). 1974. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74794-30-outubro-1974-423254-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso: 30/07/2015.

_____. *Decreto nº. 58.380 de 10 de maio de 1966*. Aprova o Regulamento da Lei que Institucionaliza o Crédito Rural. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/D58380.htm> Acesso em 30 de julho de 2015.

_____. *Decreto nº.1.946 de 28 de junho de 1996*. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm> Acessado em 30 de julho de 2015
BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – Secretaria da Agricultura Familiar – Crédito rural. Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF). Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>

BUAINAIN, Antônio Márcio; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles. Política agrícola no Brasil: evolução e principais instrumentos. In: BATALHA, Mário O. *Gestão agroindustrial*. 3ed. São Paulo (SP): Atlas, 2001, p.325-383

BÚRIGO, Fábio L.; CAPELLESSO, A. J. ; CAZELLA, A. A. . Evolução do PRONAF crédito no período 1996-2013: redimensionando o acesso pelos cadastros de pessoa física. In: *53º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER*, João Pessoa, PB, Brasil, 2015.

CAPELLESSO, A. J.; CAZELLA, A. A.; ROVER, O. J. Estratégias técnico-econômicas divergentes entre agricultores familiares e políticas

públicas: qual desenvolvimento é sustentável? In: *Anais do IX Congresso da ALASRU*, Ciudad de México, 2014.

CAPELLESSO, A. J. ; CAZELLA, A. A. ; SCHONS, P. F. . Análise de políticas públicas para a agricultura familiar: articulação das abordagens dos 'Três Is'. In: *V Seminário Nacional de Sociologia & Política*, 2014, Curitiba. Anais do V Seminário Nacional de Sociologia & Política. Curitiba: UFPR, 2014

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n. 8, p. 70-82, abril 1997.

_____, M. J. Pluriatividade: uma resposta à crise da agricultura familiar? In: CARNEIRO, Maria José. *Camponeses, agricultores e pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1998. p. 148-170.

CAZELLA, A. A.; BÚRIGO, F. L. *Sistemas territoriais de financiamento rural: para pensar o caso brasileiro*. Emancipação (UEPG) v.13, p.297-312. Ponta Grossa, 2013 Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/4192/3903>> Acesso em 23/09/2014.

CERVO, A. L; BERVIAN, P. A. *Metodologia científica: para uso de estudantes universitários*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CRESWELL, JOHN W. *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Tradução Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica desta 3a edição Dirceu da Silva. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p.

DELGADO, Guilherme C. Questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (Org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília (DF): IPEA, 2005, p. 51-90. http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Cap_2-10.pdf

_____. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo (SP): Editora da UNICAMP/Icone Editora, 1985.

DELGADO, Nelson G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In:

DELGADO, Nelson G. *Brasil rural em debate: coletânea de artigos*. Brasília (DF): CONDRAF/NEAD, 2010, p.28-78.
http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_19/Livro%20Brasil%20Rural%20em%20Debate.pdf

_____. A agricultura nos planos de desenvolvimento do governo federal: do Plano Trienal ao III PND. In: BENETTI, Maria D.; FRANTZ, Telmo R. *Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial do Rio Grande do Sul, 1957-1984*. Porto Alegre (RS): Fundação de Economia e Estatística, 1988, p. 35-111.

FAVARETO, A. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – do agrário ao territorial*. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo.

FOUILLEUX, Eve. Analisar a mudança: políticas públicas e debates num sistema em diferentes níveis de governança. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, vol. 19, n. 1, 2011 pp. 88-125.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro (RJ): Fundo de Cultura, 1961.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980*. São Paulo (SP): Hucitec, 1997.

GONCALVES NETO, Wenceslau; MIRANDA, L. L. *A Política de Crédito Rural nos anos de 1965-1985: Histórico, Expansão e Crise*. In: V Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2001, Mariana, MG., Anais, 2001. p. 223-223.

GRAZIANO DA SILVA, José *et al.* *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. 2.ed. São Paulo (SP): Hucitec, 1980.

GRAZIANO DA SILVA, José. *Tecnologia e agricultura familiar*. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 1999.

_____. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2.ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998. 211p

GRISA, C. *Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias*. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Rio de Janeiro (RJ), 2012.

GRISA, Catia ; FLEXOR, Georges . A construção das políticas para a agricultura familiar no Brasil: entre ideias, interesses e instituições. In: *52º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*, Anais da SOBER 2014, Goiânia.

GRITO DA TERRA BRASIL. 1994 Disponível em:
<<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1994%20%E2%80%93%20Grito%20da%20Terra%20Brasil%20-%20CUT-DNTR-CONTAG-MST-CNS-MAB-MONAPE-CAPOIB.pdf>> Acesso em: 30 de julho de 2015.

GRITO DA TERRA BRASIL 1995. Disponível em:
<<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1995%20%E2%80%93%20Grito%20da%20Terra%20Brasil%20%E2%80%93%20CUT-CONTAG-MST-MAB-CNS-MONAPE-CAPOIB-ORG.MULHERES%20TRABA.%20RURAIIS.pdf>> Acesso em: 30 de julho de 2015.

GUANZIROLI, Carlos E. *PRONAF DEZ ANOS DEPOIS: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural*. RER, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 02, p. 301-328, abr/jun 2007.

HELFAND, Steven & REZENDE, Gervásio C. (2001). A Agricultura Brasileira nos anos 90: O impacto das reformas de Políticas. In: *Transformações da Agricultura e Políticas Públicas*. GASQUES, José e CONCEIÇÃO, Júnia C. (org.) pp. 247-301. IPEA. Brasília/DF

HUBNER, R. ; DENTZ, E. V. ; RAMBO, A.; Novos usos políticos e economicos do território decorrentes do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no município de Saudades-SC. In: *53º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER*, pp.1-20, João Pessoa, PB, Brasil, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
Censo Agropecuário 2006: Brasil, Grandes macrorregiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
IBGE Cidades. 2015. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/1S5> Acesso em 12 dez 2015.

LEITE, Sergio P. Padrão de financiamento, setor público e agricultura no Brasil. In: LEITE, Sergio P. *Políticas públicas e agricultura no Brasil.* Porto Alegre (RS): Editora da Universidade, 2001, p. 53-93.

MAIA, A. G.; EUSEBIO, G. S.; Avaliação dos impactos do PRONAF sobre a produção da agricultura familiar, 07/2015, *53º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER*, pp.1-20, João Pessoa, PB, Brasil, 2015

MASSUQUETTI, Angélica. *A Mudança no Padrão de Financiamento da Agricultura Brasileira no Período 1965-97.* 1998. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MATTEI, L.; CAZELLA, Ademir Antonio ; SCHNEIDER, Sérgio . Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S. ; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.) *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural.* Porto Alegre, 2004, p. 21-50

MATTEI, L. et al. Uma análise dos impactos do PRONAF sobre as economias locais nas regiões Nordeste, Sudeste e Norte do Brasil. In: *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2007, Londrina.* Anais da SOBER, 2007.

MATTEI, Lauro. *Impactos do PRONAF: análise de indicadores.* Brasília: MDA / NEAD, 2005. 136 p. (NEAD Estudos, n. 11).

_____. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 45, p. 71-79, 2014.

_____. *Novo retrato da agricultura familiar em Santa Catarina*. In: IV Encontro de Economia Catarinense, 2010, Criciúma-SC. Anais do IV Encontro da APEC, 2010. v. único

_____. Políticas de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Brasil: O Caso Recente do PRONAF. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 38, nº 1, p.143-158, 2007. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=425>. Acesso em: 30 jul. 2015.

_____. Evolução do crédito do PRONAF para as categorias de agricultores A e A/C entre 2000 e 2010. In: *49 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*, Belo Horizonte (MG), SOBER, 2011.

MELLO, Márcio Antonio ; SCHMIDT, Wilson . Agricultura familiar e a cadeia produtiva do leite no Oeste catarinense; possibilidades para a construção de modelos heterogêneos. In: Maria Ignez Paulilo; Wilson Schmidt. (Org.). *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis, 2003, v. , p. 71-98.

MORGAN, G. Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v.45, n.1, p. 58-71, [1980] 2005

PEREIRA, Clovimar C. “*Devo não nego, pago quando puder*”: entendendo a inadimplência no assentamento rural Casas Altas, Seropédica (RJ). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Rio de Janeiro (RJ), 2005

Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva, 2005

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. *Metodologia de pesquisa*. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, A. V. L.. PRONAF, qual o impacto do Programa no PIB do agronegócio? Uma análise espacial. In: *53º Congresso da Sociedade*

Brasileira de Economia, Administração e Sociologia e Rural - SOBER, 2015, João Pessoa, PB.

SAUNDERS, M. N. K., LEWIS, P., THORNHILL, A. *Research Methods for Business Students*. 5º Ed. Prentice Hall, 2009 - Business & Economics.

SOARES, Ricardo P. O financiamento do Banco Mundial ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste (PAPP). *Texto para discussão n.º. 435*. Brasília (DF): IPEA, 1996.

STROPASOLAS, Valmir. “O valor (do) casamento na agricultura familiar”. *Revista Estudos Feministas*, vol. 9, n.1, p. 253-67, 2004.

VERGARA, S. C.; CALDAS, M. P. Paradigma interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990. *RAE*, 2005, vol. 45, n.4, p. 66-72.

WILKINSON, John. *O Estado, a agroindústria e a pequena produção*. São Paulo (SP)/ Salvador (BA): Hucitec/CEPA-BA, 1986. Disponível em: www.bvce.org/DownloadArquivo.asp?...WILKINSON...estado...producao.. Acesso em 30 jul. 2015.

ANEXOS

Quadro 6: Lista dos 50 municípios catarinenses maiores tomadores de crédito do PRONAF entre as Safras 2000/2001 até 2013/214.

Municípios	Valores entre 2000/2001 e 2013/2014
Palmitos	R\$ 347.789.354,02
Pinhalzinho	R\$ 333.494.160,15
Concórdia	R\$ 330.760.252,33
Chapecó	R\$ 316.843.444,94
São Miguel do Oeste	R\$ 245.970.754,89
Guaraciaba	R\$ 229.272.112,99
Ituporanga	R\$ 224.535.942,96
Cunha Porã	R\$ 222.445.467,15
Videira	R\$ 217.239.914,18
Alfredo Wagner	R\$ 213.082.175,83
Itapiranga	R\$ 190.476.288,51
São José do Cedro	R\$ 181.234.550,71
São Lourenço do Oeste	R\$ 175.182.073,28
Seara	R\$ 167.441.884,87
Mafra	R\$ 154.524.792,43
Descanso	R\$ 152.759.608,27
Campos Novos	R\$ 151.584.595,59
Jacinto Machado	R\$ 151.320.907,80
Quilombo	R\$ 146.311.381,51
Imbuia	R\$ 144.851.075,49
São José do Cerrito	R\$ 139.264.405,95
Tangará	R\$ 138.564.856,82
Itaiópolis	R\$ 132.787.494,61
Xaxim	R\$ 129.878.861,33
Xavantina	R\$ 125.787.884,05

Continuação quadro 6...		
Canoinhas	R\$	125.523.677,74
Coronel Freitas	R\$	124.534.629,90
São Joaquim	R\$	123.356.259,18
Joaçaba	R\$	121.125.998,31
Irineópolis	R\$	120.373.021,42
Dionísio Cerqueira	R\$	118.638.444,25
Iporã do Oeste	R\$	115.464.814,63
Vidal Ramos	R\$	114.716.191,75
Anchieta	R\$	114.472.495,79
Ipumirim	R\$	113.600.482,50
Rio do Sul	R\$	109.471.775,64
Abelardo Luz	R\$	108.144.507,54
Saudades	R\$	106.162.250,07
São João do Oeste	R\$	104.997.609,24
São Carlos	R\$	102.303.134,45
São Domingos	R\$	102.097.854,41
Caçador	R\$	100.366.049,84
Aurora	R\$	98.768.974,17
Maravilha	R\$	98.731.252,10
Rio do Oeste	R\$	97.799.827,03
Papanduva	R\$	92.471.755,34
Iraceminha	R\$	88.799.384,60
Caibi	R\$	88.507.055,50
Urubici	R\$	87.110.034,77
Meleiro	R\$	86.817.555,41

Fonte: Pesquisador a partir de informações do site do MDA atualizadas em 2015.

Tabela 32: Respostas do questionário dos agentes sobre os principais impactos do PRONAF na qualidade de vida dos agricultores.

PERCEÇÃO SOBRE IMPACTOS DO PRONAF NA QUALIDADE DE VIDA DOS AGRICULTORES	NA DA	POU CO	RAZO AVEL MENTE	BAS TAN TE	TOTAL MENTE	Sem resposta
AUMENTO NO ACESSO AO CRÉDITO			3	37	16	
AUMENTO DA RENDA MENSAL		2	7	44	3	
AUMENTO DA RENDA MENSAL FAMILIAR		1	7	45	3	
AUMENTO DA RENDA BRUTA ANUAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO			4	48	4	
AUMENTO DA PRODUÇÃO			11	38	7	
MAIS ACESSO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA		14	20	21	1	
INVESTIMENTO EM MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES		1		37	18	
CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA	3	19	26	8		
ACESSO A NOVOS MERCADOS CONSUMIDORES	1	13	25	15	2	
MELHORIAS NA QUALIDADE DOS PRODUTOS		2	25	28	1	
PASSOU A TER MAIS FORNECEDORES NA REGIÃO		1	11	38	6	
PASSOU A TER MAIS CLIENTES NA REGIÃO	1	9	17	27	2	
MAIS ACESSO A CONSUMO MÓVEIS/ ELETROELETRÔNICOS			8	40	8	
MAIS ACESSO A CONSUMO SUPERMERCADO/ALIMENTOS	1		9	42	4	
ACESSO A VEÍCULOS		1	2	41	12	
ACESSO À CASA PRÓPRIA		10	11	34	1	
REFORMA DA CASA	1	7	14	32	2	
RETIRARAM O NOME DOS ORGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO	3	16	29	6	1	1
QUITARAM DÍVIDAS		6	22	27	1	
MAIS ACESSO À SAÚDE		5	20	30	1	
MAIS ACESSO À EDUCAÇÃO		7	18	28	3	
MAIS ACESSO À LAZER	1	10	17	27	1	
MAIS ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA	4	10	17	22	3	
MAIS ACESSO À SANEAMENTO	5	17	21	13		
MAIS INFRAESTRUTURA (ESTRADAS, PONTES...)	1	13	24	17	1	
MAIS ACESSO À ÁGUA	3	18	13	19	3	
MAIOR PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	1	15	19	17	4	
MELHOROU A AUTOESTIMA		3	8	43	2	
AUMENTO DA AUTONOMIA E EMPODERAMENTO DA MULHER	1	7	16	32		

AUMENTO DA AUTONOMIA E EMPODERAMENTO DOS JOVENS	1	10	19	25	1	
AUMENTO DAS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO		17	24	11	4	
A COOPERAÇÃO DENTRO DA COMUNIDADE / COOPERATIVA /ASSOCIAÇÃO MELHOROU.	2	14	18	21	1	
PASSOU A TER MAIS CONFIANÇA NOS MORADORES DA REGIÃO	1	13	23	18	1	
PASSOU A TER MAIS CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS LOCAIS.		9	31	16		
PASSOU A TER MAIS CONFIANÇA NAS ENTIDADES DA COMUNIDADE.		8	25	23		
OUTRO. ESPECIFICAR: 1-CRESCIMENTO DO MUNICÍPIO (AGROINDUSTRIAS, BANCO...).				1		
2- MAIS ACESSO À COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO				1		
3- POSSIBILIDADE DO PRODUTOR SE TORNAR AUTOSUFICIENTE				1		
4- AUMENTO DE ESCALA E DENSIDADE ECONÔMICA (MAIS DINHEIRO EM CIRCULAÇÃO EM MENORES AREAS)					1	

Fonte: Pesquisa de campo.

Tabela 33: Respostas do questionário dos agentes sobre outros fatores de impactos na qualidade de vida dos agricultores.

OUTROS FATORES QUE CONSIDERA QUE IMPACTARAM NA QUALIDADE DE VIDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES	NA DA	POU CO	RAZOA VELME NTE	BAS TAN TE	TO TAL MEN TE	S/R
CONJUNTURA ECONÔMICA (CUSTO DA PRODUÇÃO, CÂMBIO, CONTROLE DA INFLAÇÃO, PREÇOS)		7	11	33	5	
AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO		18	13	23	2	
PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS	3	19	13	20		1
AUMENTO DO NÚMERO DE FAMILIARES QUE COMEÇARAM A TRABALHAR NA AGRICULTURA	3	20	19	14		
AUMENTO DA RENDA FAMILIAR COM FAMILIARES PASSANDO A TRABALHAR FORA NA AGRICULTURA		17	19	20		
RENDA OBTIDA FORA DA AGRICULTURA	5	29	15	7		
OUTROS FATORES RELEVANTES: 1- AUMENTO DAS EXPORTAÇÕES				1		
2- ABERTURA DE AGROINDUSTRIAS E INTEGRAÇÃO COM AGROINDÚSTRIAS			1	1		

3- COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO (ACESSO À INTERNET, TELEFONE E CELULAR)				1	1	
4- PROFISSONALIZAÇÃO DOS AGRICULTORES					1	

Fonte: Pesquisa de campo.

Tabela 34: Respostas do questionário dos agentes sobre os principais dificultadores no acesso ao PRONAF.

DIFICULTADORES NO ACESSO AO PRONAF	NA DA	POU CO	RAZOAVEL MENTE	BASTA NTE	TOTAL MENTE
MEDO DE ENDIVIDAMENTO	11	23	18	4	
BUROCRACIA	3	17	25	11	
VALOR OFERTADO INSUFICIENTE	19	25	8	4	
EXIGÊNCIAS/FALTA DE GARANTIAS	3	17	18	17	1
INSEGURANÇA QUANTO À PRODUÇÃO (QUEBRA DE SAFRA, EVENTOS NATURAIS, SINISTROS)	7	16	13	19	1
FALTA/INSUFICIÊNCIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA	13	20	11	11	1
FALTA DE MÁO DE OBRA PARA TRABALHAR NOS EMPREENDIMENTOS	6	10	15	24	1
TAXAS DE JUROS ELEVADAS	13	21	16	6	
PRAZO DE PAGAMENTO INSUFICIENTE	39	14	3		
DOCUMENTAÇÃO COMPLETA DO IMÓVEL/EMPREENDIMENTO	16	17	14	9	
FALTA DE INFORMAÇÃO/DIFICULDADES DO AGRICULTOR EM ENTENDER AS REGRAS DO PROGRAMA	11	24	16	5	
DIFICULDADES PARA COMERCIALIZAR A PRODUÇÃO	21	17	11	7	
DIFICULDADES DO AGRICULTOR EM ENTENDER E ATENDER A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL		11	20	23	1
OUTROS 1-FALTA DE CAPACITAÇÃO /GESTÃO FINANCEIRA				1	
2- FUGA DOS JOVENS E ENVELHECIMENTO DO AGRICULTOR				1	
3- INSEGURANÇA QUANTO AO PREÇO/ GARANTIA DE PREÇO MÍNIMO				2	
4- CUSTO DE PRODUÇÃO				1	
5- ARMAZENAMENTO DA PRODUÇÃO				1	
6- GRAU DE ENDIVIDAMENTO				1	
7- FALTA DE COMPROVAÇÃO DE RENDA DEVIDO A NÃO TIRAR NOTA				1	
8- LOGÍSTICA (ACESSO À PROPRIEDADE E ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO)			1		
9- LICENCIAMENTO AMBIENTAL				1	
10- REGRAS SANITÁRIAS			1		

11- PROBLEMAS CADASTRAIS				1	
12- FALTA DE PROJETOS COM ASTEC (PROJETOS DE INVESTIMENTO COM NECESSIDADE DE ACOMPANHAMENTO DA ASTEC)					1
13- DIFICULDADE DOS AGENTES FINANCEIROS EM OPERAR AS NOVAS LINHAS DE CRÉDITO				1	

Fonte: Pesquisa de campo.

Tabela 35: Resultado sobre a percepção dos agricultores familiares a respeito do grau de importância das alternativas em relação aos impactos na produtividade dos empreendimentos.

EM RELAÇÃO AOS IMPACTOS NA PRODUTIVIDADE DOS EMPREENDIMEN-TOS, QUAL O GRAU DE IMPORTÂNCIA DOS ITENS ABAIXO	NA DA	POU CO	RAZO AVEL MEN TE	BAS TAN TE	TO TAL MEN TE
ACESSO AO PRONAF CUSTEIO	1	1	3	24	1
ACESSO AO PRONAF INVESTIMENTO	1		2	23	4
ACESSO A OUTRAS LINHAS DE CRÉDITO DO PRONAF	11	10	5	3	1
ACESSO A OUTROS TIPOS DE EMPRÉSTIMO FORA DO PRONAF	15	4	7	4	
SEMENTES TRANSGÊNICAS	10	4	6	8	2
SEMENTES CRIOLAS/ ORGÂNICAS	14	8	2	5	1
MAIOR UTILIZAÇÃO DE FERTILIZANTES	2	5	5	17	1
MAIOR UTILIZAÇÃO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS	3	6	3	17	1
MAIOR ACESSO A TECNOLOGIAS E EQUIPAMENTOS VOLTADOS PARA AGRICULTURA FAMILIAR	1	3	6	18	2
MELHORAMENTO GENÉTICO	3	4	3	17	3
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	2	4	5	17	2
PARTICIPAÇÃO EM ALGUM TIPO DE ORGANIZAÇÃO (ASSOC. COOP. SIND.)	5		10	14	1
PARCERIA DOS AGENTES LOCAIS COM OS AGRICULTORES FAMILIARES		1	8	18	3
PARCERIA ENTRE OS AGENTES LOCAIS		3	7	19	1
ESTÍMULO PARA COMERCIALIZAÇÃO		3	4	22	1

Fonte: Pesquisa de campo.

Tabela 36: Respostas do questionário dos agricultores sobre os principais impactos do PRONAF na qualidade de vida e da região.

PERCEPÇÃO SOBRE IMPACTOS DO PRONAF NA QUALIDADE DE VIDA DOS AGRICULTORES E REGIÃO	NA DA	POU CO	RAZO AVEL MEN TE	BAS TAN TE	TOTA L MEN TE
AUMENTO NO ACESSO AO CRÉDITO			3	25	2
AUMENTO DA RENDA MENSAL			7	22	1
AUMENTO DA RENDA MENSAL FAMILIAR			9	20	1

AUMENTO DA RENDA BRUTA ANUAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO			8	21	1
AUMENTO DA PRODUÇÃO			9	19	2
MAIS ACESSO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA	5	6	7	12	
INVESTIMENTO EM MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES	1	3	4	19	3
CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA	19	7	1	3	
ACESSO A NOVOS MERCADOS CONSUMIDORES	9	4	8	8	1
MELHORIAS NA QUALIDADE DOS PRODUTOS		1	6	22	1
PASSOU A TER MAIS FORNECEDORES NA REGIÃO		3	2	24	1
PASSOU A TER MAIS CLIENTES NA REGIÃO		5	8	16	1
MAIS ACESSO A CONSUMO MÓVEIS/ ELE TROELETRÔNICOS		6	7	16	1
MAIS ACESSO A CONSUMO SUPERMERCADO /ALIMENTOS	2	7	8	13	
ACESSO A VEÍCULOS	3	2	10	14	1
ACESSO À CASA PRÓPRIA	13	2	4	10	1
REFORMA DA CASA	5	2	9	14	
RETIRARAM O NOME DOS ORGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO	24	1	2	3	
QUITARAM DÍVIDAS	2	2	9	16	1
MAIS ACESSO À SAÚDE		1	12	16	1
MAIS ACESSO À EDUCAÇÃO	2	1	10	17	
MAIS ACESSO À LAZER	2	8	5	15	
MAIS ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA	5	6	6	13	
MAIS ACESSO À SANEAMENTO	12	5	4	9	
MAIS INFRAESTRUTURA (ESTRADAS, PONTES...)	7	6	7	10	
MAIS ACESSO À ÁGUA	8	6	4	11	1
MAIOR PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	1	4	12	13	
MELHOROU A AUTOESTIMA		3	7	20	
AUMENTO DA AUTONOMIA E EMPODERAMENTO DA MULHER		1	8	21	
AUMENTO DA AUTONOMIA E EMPODERAMENTO DOS JOVENS	1	3	7	19	
AUMENTO DAS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO	3	13	8	5	1
A COOPERAÇÃO DENTRO DA COMUNIDADE / COOPERATIVA/ASSOCIAÇÃO MELHOROU.	2	4	10	14	
PASSOU A TER MAIS CONFIANÇA NOS MORADORES DA REGIÃO	2	4	13	11	
PASSOU A TER MAIS CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS LOCAIS.	6	8	9	7	
PASSOU A TER MAIS CONFIANÇA NAS ENTIDADES DA COMUNIDADE.	1	6	12	10	1
OUTRO. ESPECIFICAR _____					

Fonte: Pesquisa de campo.

Tabela 367: Tabela sobre as respostas do questionário dos agricultores quanto a outros fatores que impactaram a qualidade de vida.

OUTROS FATORES QUE CONSIDERA QUE IMPACTARAM NA QUALIDADE DE VIDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES	NA DA	POU CO	RAZOAVEL MENTE	BAS TAN TE	TOTA L MEN TE
CONJUNTURA ECONÔMICA (CUSTO DA PRODUÇÃO, CÂMBIO, CONTROLE DA INFLAÇÃO, PREÇOS)		1	7	22	
AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO	15	6	3	6	
RENDAS OBTIDAS FORA DA AGRICULTURA	18	2	5	5	
PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS	18	3	6	3	
AUMENTO DO NÚMERO DE FAMILIARES QUE COMEÇARAM A TRABALHAR NA AGRICULTURA	13	3	4	10	
AUMENTO DA RENDA FAMILIAR COM FAMILIARES PASSANDO A TRABALHAR FORA NA AGRICULTURA	19	2	2	7	
OUTROS FATORES RELEVANTES: 1-PRODUÇÃO ORGÂNICA COM DIVERSIDADE NO AUTOCONSUMO				1	

Fonte: Pesquisa de campo.

Tabela 378: Tabela sobre as respostas do questionário dos agricultores sobre os principais dificultadores no acesso ao PRONAF.

DIFICULTADORES NO ACESSO AO PRONAF	NA DA	POU CO	RAZOAVEL MENTE	BAS TANTE	TOTA L MEN TE
MEDO DE ENDIVIDAMENTO	7	4	12	7	
BUROCRACIA	3	5	14	7	1
VALOR OFERTADO INSUFICIENTE	16	7	4	3	
EXIGÊNCIAS/FALTA DE GARANTIAS	6	10	6	8	
INSEGURANÇA QUANTO À PRODUÇÃO (QUEBRA DE SAFRA, EVENTOS NATURAIS, SINISTROS)	6	4	5	15	
FALTA DE INFORMAÇÃO, DIFICULDADES DO AGRICULTOR ENTENDER AS REGRAS DO PROGRAMA	14	8	6	2	
DIFICULDADES PARA COMERCIALIZAR A PRODUÇÃO	16	4	5	5	
DIFICULDADES DO AGRICULTOR EM ENTENDER E ATENDER A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL	8	3	8	11	
FALTA/INSUFICIÊNCIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA	12	7	4	7	
FALTA DE MÃO DE OBRA PARA TRABALHAR NA PROPRIEDADE/EMPREENHIMENTOS	8	8	2	12	
TAXAS DE JUROS ELEVADAS	4	4	7	15	
PRAZO DE PAGAMENTO INSUFICIENTE	21	4	4	1	
DOCUMENTAÇÃO COMPLETA DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO	21	3		6	
1- FALTA DE GARANTIA DE PREÇO				1	

Fonte: Pesquisa de campo.

APÊNDICE

Questionário 1: Percepção dos agentes de desenvolvimento rural.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SÓCIOECONÔMICO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

SEGUNDO SEMESTRE/2015

QUESTIONÁRIO APLICADO A AGRICULTORES FAMILIARES E AGENTES LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO, COM OBJETIVO DE INVESTIGAR AS PERCEPÇÕES DESSES AGENTES SOBRE OS IMPACTOS DO PRONAF NO ÂMBITO LOCAL.

A PARTICIPAÇÃO É VOLUNTÁRIA E A IDENTIFICAÇÃO NÃO É OBRIGATÓRIA. OS DADOS INDIVIDUAIS SERÃO TRATADOS COM O DEVIDO SIGILO.

AGRADECEMOS DESDE JÁ SUA COLABORAÇÃO E LEMBRAMOS QUE SUA PARTICIPAÇÃO É MUITO IMPORTANTE E VOCÊ ESTÁ CONTRIBUINDO PARA O ACOMPANHAMENTO E MENSURAÇÃO DOS RESULTADOS DO PRONAF EM SUA LOCALIDADE E EM NOSSO PAÍS.

BLOCO 1: DADOS DO ENTREVISTADO

1. NOME/INSTITUIÇÃO/CARGO: _____
2. SEXO: () MASCULINO () FEMININO
3. IDADE: () ATÉ 20 ANOS _____
 () DE 21 ATÉ 30 ANOS
 () DE 31 ATÉ 40 ANOS
 () DE 41 ATÉ 50 ANOS
 () DE 51 ATÉ 60 ANOS
 () DE 61 OU MAIS.
4. GRAU DE ESCOLARIDADE:
 () ANALFABETO
 () SABE LER/ ESCREVER
 () 1º GRAU INCOMPLETO
 () 1º GRAU COMPLETO
 () 2º GRAU INCOMPLETO
 () 2º GRAU COMPLETO
 () CURSO TÉCNICO
 () 3º GRAU INCOMPLETO
 () 3º GRAU COMPLETO
 () PÓS GRADUAÇÃO
5. ESTADO CIVIL: () CASADO
 () SOLTEIRO
 () VIÚVO
 () SEPARADO
 () DIVORCIADO

- () UNIÃO ESTÁVEL
 () OUTRO _____

BLOCO 2: PERCEPÇÕES SOBRE OS PRINCIPAIS IMPACTOS DO PRONAF NO ÂMBITO LOCAL

6. EM RELAÇÃO AOS PRINCIPAIS DIFICULTADORES NO ACESSO AO PROGRAMA: CONSIDERE: 1-NADA 2-POUCO 3-RAZOAVELMENTE 4-BASTANTE 5-TOTALMENTE OU DEIXE EM BRANCO CASO NÃO SAIBA RESPONDER OU NÃO TENHA PERCEPÇÃO SOBRE O ASSUNTO.

- () MEDO DE ENDIVIDAMENTO
 () BUROCRACIA
 () VALOR OFERTADO INSUFICIENTE
 () EXIGÊNCIAS/FALTA DE GARANTIAS
 () INSEGURANÇA QUANTO A PRODUÇÃO (QUEBRA DE SAFRA, EVENTOS NATURAIS, SINISTROS)
 () FALTA/INSUFICIÊNCIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA
 () FALTA DE MÃO DE OBRA PARA TRABALHAR NOS EMPREENDIMENTOS
 () TAXAS DE JUROS ELEVADAS
 () PRAZO DE PAGAMENTO INSUFICIENTE
 () DOCUMENTAÇÃO COMPLETA DO IMÓVEL/EMPREENDIMENTO
 () FALTA DE INFORMAÇÃO, DIFICULDADES DO AGRICULTOR EM ENTENDER AS REGRAS DO PROGRAMA
 () DIFICULDADES PARA COMERCIALIZAR A PRODUÇÃO
 () DIFICULDADES DO AGRICULTOR EM ENTENDER E ATENDER A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL
 () OUTRO _____

07. QUANTO VOCÊ CONSIDERA QUE O PRONAF IMPACTOU A QUALIDADE DE VIDA DOS AGRICULORES FAMILIARES E DA REGIÃO: CONSIDERE: 1-NADA 2-POUCO 3-RAZOAVELMENTE 4-BASTANTE 5-TOTALMENTE, OU DEIXE EM BRANCO CASO NÃO SAIBA RESPONDER OU NÃO TENHA PERCEPÇÃO SOBRE O ASSUNTO.

- () AUMENTO NO ACESSO AO CRÉDITO
 () AUMENTO DA RENDA MENSAL
 () AUMENTO DA RENDA MENSAL FAMILIAR
 () AUMENTO DA RENDA BRUTA ANUAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO
 () AUMENTO DA PRODUÇÃO
 () MAIS ACESSO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA
 () INVESTIMENTO EM MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES
 () CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA
 () ACESSO A NOVOS MERCADOS CONSUMIDORES
 () MELHORIAS NA QUALIDADE DOS PRODUTOS
 () PASSOU A TER MAIS FORNECEDORES NA REGIÃO
 () PASSOU A TER MAIS CLIENTES NA REGIÃO
 () MAIS ACESSO A CONSUMO MÓVEIS/ ELETROELETRÔNICOS
 () MAIS ACESSO A CONSUMO SUPERMERCADO/ALIMENTOS
 () ACESSO A VEÍCULOS
 () ACESSO À CASA PRÓPRIA
 () REFORMA DA CASA
 () RETIRARAM O NOME DOS ORGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO
 () QUITARAM DÍVIDAS

- MAIS ACESSO À SAÚDE
- MAIS ACESSO À EDUCAÇÃO
- MAIS ACESSO A LAZER
- MAIS ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA
- MAIS ACESSO À SANEAMENTO
- MAIS INFRAESTRUTURA (ESTRADAS, PONTES...)
- MAIS ACESSO À ÁGUA _____
- MAIOR PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE
- MELHOROU A AUTO ESTIMA
- AUMENTO DA AUTONOMIA E EMPODERAMENTO DA MULHER
- AUMENTO DA AUTONOMIA E EMPODERAMENTO DOS JOVENS
- AUMENTO DAS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO
- A COOPERAÇÃO DENTRO DA COMUNIDADE / COOPERATIVA/ASSOCIAÇÃO MELHOROU
- PASSARAM A TER MAIS CONFIANÇA NOS MORADORES DA REGIÃO
- PASSARAM A TER MAIS CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS LOCAIS
- PASSARAM A TER MAIS CONFIANÇA NAS ENTIDADES DA COMUNIDADE
- OUTRO. ESPECIFICAR _____

8. OUTROS FATORES QUE CONSIDERA QUE IMPACTARAM NA QUALIDADE DE VIDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES: CONSIDERE 1-NADA 2-POUCO 3-RAZOAVELMENTE 4-BASTANTE 5-TOTALMENTE, OU DEIXE EM BRANCO CASO NÃO SAIBA RESPONDER OU NÃO TENHA PERCEPÇÃO SOBRE O ASSUNTO.

- CONJUNTURA ECONÔMICA (CUSTO DA PRODUÇÃO, CÂMBIO, CONTROLE DA INFLAÇÃO, PREÇOS)
- AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO
- PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS (EXEMPLO: BOLSA FAMÍLIA)
- AUMENTO DO NÚMERO DE FAMILIARES QUE COMEÇARAM A TRABALHAR NA AGRICULTURA
- AUMENTO DA RENDA FAMILIAR COM FAMILIARES PASSANDO A TRABALHAR FORA DA AGRICULTURA
- RENDA OBTIDA FORA DA AGRICULTURA
- OUTROS FATORES RELEVANTES: _____

9. EM RELAÇÃO AOS IMPACTOS NA PRODUTIVIDADE DOS EMPREENDIMENTOS, QUAL O GRAU DE IMPORTÂNCIA DOS ITENS ABAIXO: CONSIDERE: 1-NADA 2-POUCO 3-RAZOAVELMENTE 4-BASTANTE 5-TOTALMENTE, OU DEIXE EM BRANCO CASO NÃO SAIBA RESPONDER OU NÃO TENHA PERCEPÇÃO SOBRE O ASSUNTO.

- ACESSO AO PRONAF CUSTEIO
- ACESSO AO PRONAF INVESTIMENTO
- ACESSO A OUTRAS LINHAS DE CRÉDITO DO PRONAF
- ACESSO A OUTROS TIPOS DE EMPRÉSTIMO FORA DO PRONAF
- SEMENTES TRANSGÊNICAS
- SEMENTES CRIOLAS/ ORGÂNICAS
- MAIOR UTILIZAÇÃO DE FERTILIZANTES
- MAIOR UTILIZAÇÃO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS
- MELHORAMENTO GENÉTICO
- ASSISTÊNCIA TÉCNICA
- PARTICIPAÇÃO EM ALGUM TIPO DE ORGANIZAÇÃO (ASSOC. COOP. SIND.)
- MAIOR ACESSO A TECNOLOGIAS E EQUIPAMENTOS VOLTADOS PARA AGRICULTURA FAMILIAR
- PARCERIA DOS AGENTES LOCAIS COM OS AGRICULTORES FAMILIARES

Questionário 2: Percepção dos agricultores.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SÓCIOECONÔMICO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

SEGUNDO SEMESTRE/2015

QUESTIONÁRIO APLICADO A AGRICULTORES FAMILIARES E AGENTES LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO, COM OBJETIVO DE INVESTIGAR AS PERCEPÇÕES DESSES AGENTES SOBRE OS IMPACTOS DO PRONAF NO ÂMBITO LOCAL.

A PARTICIPAÇÃO É VOLUNTÁRIA E A IDENTIFICAÇÃO NÃO É OBRIGATÓRIA. OS DADOS INDIVIDUAIS SERÃO TRATADOS COM O DEVIDO SIGILO.

AGRADECEMOS DESDE JÁ SUA COLABORAÇÃO E LEMBRAMOS QUE SUA PARTICIPAÇÃO É MUITO IMPORTANTE E VOCÊ ESTÁ CONTRIBUINDO PARA O ACOMPANHAMENTO E MENSURAÇÃO DOS RESULTADOS DO PRONAF EM SUA LOCALIDADE E EM NOSSO PAÍS.

BLOCO 1: DADOS DO ENTREVISTADO

1. NOME/MUNICÍPIO: _____

2. COMO VOCÊ SE DENOMINA:

- AGRICULTOR FAMILIAR
- CAMPONÊS
- PEQUENO PRODUTOR RURAL
- COLONO
- RURALISTA
- OUTROS _____

3. SEXO: MASCULINO FEMININO

4. IDADE: ATÉ 20 ANOS _____
 DE 21 ATÉ 30 ANOS
 DE 31 ATÉ 40 ANOS
 DE 41 ATÉ 50 ANOS
 DE 51 ATÉ 60 ANOS
 DE 61 OU MAIS.

5. GRAU DE ESCOLARIDADE:

- ANALFABETO
- SABE LER/ ESCREVER
- 1º GRAU INCOMPLETO
- 1º GRAU COMPLETO
- 2º GRAU INCOMPLETO
- 2º GRAU COMPLETO
- CURSO TÉCNICO
- 3º GRAU INCOMPLETO
- 3º GRAU COMPLETO
- PÓS GRADUAÇÃO

6. TEMPO QUE EXERCE A AGRICULTURA:

- ATÉ 5 ANOS
 DE 6 ATÉ 10 ANOS
 DE 11 ATÉ 15 ANOS
 DE 16 ATÉ 20 ANOS
 DE 21 ATÉ 30 ANOS
 DE 31 ATÉ 40 ANOS
 ACIMA DE 40 ANOS

7. ESTADO CIVIL:() CASADO

- SOLTEIRO
 VIÚVO
 SEPARADO
 DIVORCIADO
 UNIÃO ESTÁVEL
 OUTRO _____

8. QUANTIDADE DE PESSOAS QUE MORAM NA MESMA CASA: _____

09. NÚMERO DE FILHOS/IDADE: _____

10. POSSUI EMPREGADOS?

(PERMANENTES/TEMPORÁRIOS): _____

11. ALGUM MEMBRO DA FAMÍLIA FOI PARA A CIDADE?

POR QUÊ? _____

12. ALGUM MEMBRO DA FAMÍLIA QUE TENHA IDO PARA CIDADE RETORNOU PARA O CAMPO? _____

POR QUÊ? _____

BLOCO 2: DADOS SOBRE A ESTRUTURA DE PRODUÇÃO

13. QUANTO À TERRA:

- POSSUI ESCRITURA DA TERRA
 CONTRATO DE ARRENDAMENTO
 OUTRO _____

14. QUAL O TAMANHO DA TERRA:

- ATÉ UM MÓDULO FISCAL.
 MAIS DE UM E ATÉ DOIS MÓDULOS FISCAIS.
 MAIS DE DOIS E ATÉ TRÊS MÓDULOS FISCAIS.
 MAIS DE TRÊS E ATÉ QUATRO MÓDULOS FISCAIS.

15. UTILIZAÇÃO DA TERRA EM PERCENTUAL:

- CULTURA PERMANENTE _____
 CULTURA TEMPORÁRIA _____
 RESERVA LEGAL _____
 ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE _____
 REBANHOS/PASTAGEM _____

16. TIPO DE AGRICULTURA:

- TRADICIONAL
- ORGÂNICA
- AGROECOLÓGICA
- BIODINÂMICA
- EM TRANSIÇÃO _____
- OUTRA _____

17. MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS UTILIZADOS:

- TRATOR
- MINI-TRATOR
- COLHEITADEIRA
- ORDENHADEIRA
- PLANTADEIRA
- CAMINHÃO
- SILOS
- TANQUE RESFRIADOR DE LEITE
- OUTROS _____

BLOCO 3: DADOS SOBRE AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS

18. VOCÊ OU ALGUÉM DA SUA UNIDADE FAMILIAR PARTICIPA DE ALGUMA ORGANIZAÇÃO, ASSOCIAÇÃO, COOPERATIVA, SINDICATO OU OUTROS?

- SIM – QUEM/QUAL (IS) _____
- NÃO

19. POSSUI CONTA EM BANCO:

- NÃO () SIM -TEMPO EM ANOS: _____

20. QUAL SUA RENDA MENSAL INDIVIDUAL ADVINDA DA AGRICULTURA:

- ATÉ R\$788,00 OU 1 SAL. MÍNIMO.
- DE R\$ 788,01 ATÉ R\$ 1.500,00
- DE R\$ 1.500,01 ATÉ R\$ 2.000,00
- DE R\$ 2.000,01 ATÉ R\$ 3.000,00
- DE R\$ 3.000,01 ATÉ R\$ 5.000,00
- DE R\$ 5.000,01 ATÉ R\$ 10.000,00
- DE R\$ 10.000,01 ATÉ R\$ 20.000,00
- DE R\$ 20.000,01 ATÉ R\$ 30.000,00
- ACIMA DE R\$ 30.000,00

21. POSSUI RENDA OBTIDA ATRAVÉS DE ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS/APOSENTADORIAS:

- NÃO
- SIM – QUAL/RENDA MENSAL: _____

22. QUAL É A RENDA MENSAL FAMILIAR:

- ATÉ R\$788,00 OU 1 SAL. MÍNIMO.
- DE R\$ 788,01 ATÉ R\$ 1.500,00
- DE R\$ 1.500,01 ATÉ R\$ 2.000,00
- DE R\$ 2.000,01 ATÉ R\$ 3.000,00
- DE R\$ 3.000,01 ATÉ R\$ 5.000,00
- DE R\$ 5.000,01 ATÉ R\$ 10.000,00
- DE R\$ 10.000,01 ATÉ R\$ 20.000,00

- DE R\$ 20.000,01 ATÉ R\$ 30.000,00
- ACIMA DE R\$ 30.000,00

23. QUAL SUA RENDA ANUAL BRUTA:

- ATÉ R\$ 5.000,00
- ENTRE R\$ 5.000,01 - R\$ 10.000,00
- ENTRE R\$ 10.000,01 - R\$ 15.000,00
- ENTRE R\$ 15.000,01 - R\$ 20.000,00
- ENTRE R\$ 20.000,01 - R\$ 30.000,00
- ENTRE R\$ 30.000,01 - R\$ 50.000,00
- ENTRE R\$ 50.000,01 - R\$100.000,00
- ENTRE R\$100.000,01 - R\$200.000,00
- ENTRE R\$200.000,01 - R\$360.000,00
- ACIMA DE R\$360.000,00

BLOCO 4: SOBRE O PRONAF

24. ANO EM QUE ACESSOU O PRONAF PELA PRIMEIRA VEZ: _____

25. QUANTAS VEZES VOCÊ UTILIZOU O PRONAF CUSTEIO:

- UMA VEZ
- DUAS VEZES
- TRÊS VEZES
- QUATRO VEZES
- CINCO VEZES OU MAIS
- NENHUMA

26. QUAL SUA PRINCIPAL PRODUÇÃO:

27. QUANTAS VEZES VOCÊ UTILIZOU O PRONAF INVESTIMENTO:

- UMA VEZ
- DUAS VEZES
- TRÊS VEZES
- QUATRO VEZES
- CINCO VEZES OU MAIS
- NENHUMA (PASSE PARA A QUESTÃO 29)

28. SE VOCÊ JÁ UTILIZOU A LINHA DE PRONAF INVESTIMENTO, QUAL FOI SEU PRINCIPAL INVESTIMENTO: _____

29. ALÉM DO RECURSO FINANCEIRO DO PRONAF, VOCÊ RECEBEU ALGUM OUTRO BENEFÍCIO:

- CURSOS: _____
- ORIENTAÇÃO FINANCEIRA
- ASSISTÊNCIA TÉCNICA
- OUTROS: _____
- NENHUM OUTRO BENEFÍCIO ALÉM DO RECURSO FINANCEIRO

30. QUANDO NÃO ACESSA O PRONAF, COMO FINANCIA A PRODUÇÃO:

BLOCO 5: PERCEPÇÕES SOBRE OS PRINCIPAIS IMPACTOS DO PRONAF NO ÂMBITO LOCAL

31. EM RELAÇÃO ÀS PRINCIPAIS DIFICULDADES NO ACESSO AO PROGRAMA: CONSIDERE: 1-NADA 2-POUCO 3-RAZOAVELMENTE 4-BASTANTE 5-TOTALMENTE OU DEIXE EM BRANCO CASO NÃO SAIBA RESPONDER OU NÃO TENHA PERCEPÇÃO SOBRE O ASSUNTO.

- MEDO DE ENDIVIDAMENTO
- BUROCRACIA
- VALOR OFERTADO INSUFICIENTE
- EXIGÊNCIAS/FALTA DE GARANTIAS
- INSEGURANÇA QUANTO A PRODUÇÃO (QUEBRA DE SAFRA, EVENTOS NATURAIS, SINISTROS)
- FALTA DE INFORMAÇÃO, DIFICULDADES DO AGRICULTOR EM ENTENDER AS REGRAS DO PROGRAMA
- DIFICULDADES PARA COMERCIALIZAR A PRODUÇÃO
- DIFICULDADES DO AGRICULTOR EM ENTENDER E ATENDER A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL
- FALTA/INSUFICIÊNCIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA
- FALTA DE MÃO DE OBRA PARA TRABALHAR NA PROPRIEDADE/EMPREENHIMENTO
- TAXAS DE JUROS ELEVADAS
- PRAZO DE PAGAMENTOS INSUFICIENTE
- DOCUMENTAÇÃO COMPLETA DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO
- OUTRO _____

32. DE 1 A 5 QUANTO VOCÊ CONSIDERA QUE O PRONAF IMPACTOU EM SUA QUALIDADE DE VIDA: CONSIDERE: 1-NADA 2-POUCO 3-RAZOAVELMENTE 4-BASTANTE 5-TOTALMENTE OU DEIXE EM BRANCO CASO NÃO SAIBA RESPONDER OU NÃO TENHA PERCEPÇÃO SOBRE O ASSUNTO.

- AUMENTO E MELHORA NO ACESSO AO CRÉDITO
- AUMENTO DA RENDA MENSAL
- AUMENTO DA RENDA MENSAL FAMILIAR
- AUMENTO DA RENDA BRUTA ANUAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO
- AUMENTO DA PRODUÇÃO
- MAIS ACESSO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA
- INVESTIMENTO EM MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES
- CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA
- ACESSO A NOVOS MERCADOS CONSUMIDORES
- MELHORIAS NA QUALIDADE DOS PRODUTOS
- PASSOU A TER MAIS FORNECEDORES NA REGIÃO
- PASSOU A TER MAIS CLIENTES NA REGIÃO
- MAIS ACESSO A CONSUMO MÓVEIS/ ELETROELETRÔNICOS
- MAIS ACESSO A CONSUMO SUPERMERCADO/ALIMENTOS
- ACESSO A VEÍCULOS
- ACESSO À CASA PRÓPRIA
- REFORMA DA CASA
- RETIROU O NOME DOS ORGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO
- QUITOU DÍVIDAS
- MAIS ACESSO À SAÚDE
- MAIS ACESSO À EDUCAÇÃO
- MAIS ACESSO À LAZER

- () MAIS ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA
- () MAIS ACESSO À SANEAMENTO
- () MAIS INFRAESTRUTURA (ESTRADAS, PONTES...)
- () MAIS ACESSO À ÁGUA
- () MAIOR PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE
- () MELHOROU A AUTO ESTIMA
- () AUMENTO DA AUTONOMIA E EMPODERAMENTO DA MULHER
- () AUMENTO DA AUTONOMIA E EMPODERAMENTO DOS JOVENS
- () AUMENTO DAS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO
- () A COOPERAÇÃO DENTRO DA COMUNIDADE / COOPERATIVA/ASSOCIAÇÃO MELHOROU
- () PASSOU A TER MAIS CONFIANÇA NOS MORADORES DA REGIÃO
- () PASSOU A TER MAIS CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS LOCAIS
- () PASSOU A TER MAIS CONFIANÇA NAS ENTIDADES DA COMUNIDADE
- () OUTRO. ESPECIFICAR _____

33. OUTROS FATORES QUE CONSIDERA QUE IMPACTARAM EM SUA QUALIDADE DE VIDA: CONSIDERE 1-NADA 2-POUCO 3-RAZOAVELMENTE 4-BASTANTE 5-TOTALMENTE OU DEIXE EM BRANCO CASO NÃO SAIBA RESPONDER OU NÃO TENHA PERCEPÇÃO SOBRE O ASSUNTO.

- () CONJUNTURA ECONÔMICA (TAXA DE JUROS, CUSTO DA PRODUÇÃO, CÂMBIO, CONTROLE DA INFLAÇÃO, PREÇOS)
- () AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO
- () RENDAS OBTIDAS FORA DA AGRICULTURA
- () PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS (EXEMPLO: BOLSA FAMÍLIA)
- () MEUS FAMILIARES COMEÇARAM A TRABALHAR COMIGO
- () MEUS FAMILIARES COMEÇARAM A TRABALHAR FORA, CONTRIBUINDO PARA AUMENTO DA RENDA.
- () OUTROS FATORES RELEVANTES: _____

34. EM RELAÇÃO AOS IMPACTOS NA PRODUÇÃO, QUAL O GRAU DE IMPORTÂNCIA DOS ITENS ABAIXO: CONSIDERE: 1-NADA 2-POUCO 3-RAZOAVELMENTE 4-BASTANTE 5-TOTALMENTE OU DEIXE EM BRANCO CASO NÃO SAIBA RESPONDER OU NÃO TENHA PERCEPÇÃO SOBRE O ASSUNTO.

- () ACESSO AO PRONAF CUSTEIO
- () ACESSO AO PRONAF INVESTIMENTO
- () ACESSO ÀS DEMAIS LINHAS DE CRÉDITO DO PRONAF: _____
- () ACESSO A OUTROS TIPOS DE EMPRÉSTIMO FORA DO PRONAF
- () SEMENTES TRANSGÊNICAS
- () SEMENTES CRIOLAS/ ORGÂNICAS
- () MAIOR UTILIZAÇÃO DE FERTILIZANTES
- () MAIOR UTILIZAÇÃO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS
- () MAIOR ACESSO A TECNOLOGIAS E EQUIPAMENTOS VOLTADOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR
- () MELHORAMENTO GENÉTICO
- () ASSISTÊNCIA TÉCNICA
- () PARTICIPAÇÃO EM ALGUM TIPO DE ORGANIZAÇÃO (ASSOC. COOP. SIND.)
- () PARCERIA DOS AGENTES LOCAIS COM OS AGRICULTORES FAMILIARES
- () PARCERIA ENTRE OS AGENTES LOCAIS
- () ESTÍMULO PARA COMERCIALIZAÇÃO
- () OUTRO _____

